



FADIPA
FACULDADE DE DIREITO DE IPATINGA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2019-2023

Sumário

1. Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida.....	13
1.1. Dados Gerais da Mantenedora.....	14
1.2. Natureza Jurídica e Organização Institucional	14
1.3. Situação Patrimonial e Econômico-Financeira	16
1.4. Objetivos Estratégicos da Mantenedora	16
1.5. Dados Gerais da Mantida.....	17
1.6. Implantação da Faculdade	19
1.7. Identidade corporativa	19
1.7.1. Missão.....	20
1.7.2. Visão	20
1.7.3. Valores – Princípios de Qualidade	20
1.7.4. Objetivos Institucionais.....	20
1.8. Contexto Educacional e Localização da Instituição	21
1.8.1. Origens e trajetória histórica de Ipatinga	21
1.8.2. Formação Administrativa do Município de Ipatinga.....	25
1.8.3. Acesso	26
1.8.4. Situação escolar	27
1.8.5. Características Urbanas, Expansão e Perspectivas de Desenvolvimento Municipal	27
1.8.6. Evolução dos principais indicadores econômicos e sociais do município de inserção da IES	37
Indicadores econômicos e sociais.....	37
1.9. Cursos de Graduação Oferecidos	41
1.9.1 Perfil do Egresso da IES	43
1.10. A Qualidade Institucional.....	43
1.11. Relação entre as Demandas Regionais e a Inserção da Faculdade de Direito de Ipatinga.....	44
1.12. Filosofia Institucional	46
1.13. Princípios Filosóficos e Técnico-Methodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas	48
1.14. Planejamento Didático-Instrucional.....	49
1.15. Planejamento Didático-Pedagógico.....	50
1.16. Parâmetros para Seleção de Conteúdos e Elaboração de Currículos	52
1.17. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação	54
1.18. Mobilidade Acadêmica e Inovação	55
1. EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	59
1.1. Autoavaliação Institucional.....	59
1.2. Procedimentos.....	62
1.3. Princípios Norteadores da Avaliação Institucional.....	63
1.4. Metodologia	64
1.5. Resultados e divulgação	69
1.6. Análise de Dados	71
1.7. Ações com Base na Análise	72
1.8. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações.....	72
2. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	79
2.1. Missão.....	79
2.2. Visão.....	79
2.3. Objetivos.....	79

2.4.	Valores.....	80
2.5.	Planejamento e Linhas de Ação	80
2.6.	Objetivos e Metas Institucionais.....	82
2.7.	Áreas de atuação acadêmica.....	87
2.8.	Planejamento Didático-Instrucional e Política de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação	88
2.8.1.	Política de Avaliação do Processo Ensino- Aprendizagem.....	92
2.8.2.	Trabalho de Conclusão de Curso	96
2.8.3.	Política de Estágio.....	96
2.8.4.	Política de Atividades Complementares	97
	2.8.5 Metodologias, Métodos e Técnicas para o atendimento educacional especializado.....	98
	2.8.6 Avanços Tecnológicos e Ações Inovadoras	100
	2.8.6.1 FLIPPED CLASSROOM – A Sala de Aula Invertida.....	105
	2.8.7 Interdisciplinaridade e Transversalidade	108
2.9.	Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural	111
2.10.	Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.	114
2.11.	Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social	117
2.12	Política institucional para a modalidade Ead	121
3.	EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS	127
3.1.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	127
3.2.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós Graduação Lato Sensu.....	137
3.3.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas a iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	140
3.4.	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.....	143
3.6	Política de Atendimento dos Egressos	153
3.7	Estratégias e Meios para Comunicação Externa e Interna	155
3.8	Política de Atendimento aos Discentes	156
3.8.1	Núcleo Psicopedagógico (NUPAI)	157
3.8.2	Apoio Social.....	158
3.8.3	Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão (NUPAI)	158
3.8.4	Programa de Nivelamento	163
3.8.5	Monitoria	164
3.8.6	Ouvidoria	166
3.8.7	Formas de Acesso	167
3.8.8	Programa de Acolhimento e Permanência.....	168
3.8.9	Projeto Recuperação de Aprendizagem.....	169
3.8.10	Coordenadoria de Estágios.....	169
3.8.11	Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos	169
3.8.12	Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)	170
3.8.13	Ações inovadoras para atendimento ao discente.....	170
3.9	Políticas Institucionais e Ações de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos	171
4	EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO	174
3.1	Política de Capacitação Docente e Formação Continuada	176

3.1.1	Requisitos de Titulação	176
3.1.2	Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional	176
3.1.3	Crêterios de Seleção e Contrataçãõ	177
3.1.4	Política de Qualificação	177
3.1.5	Plano de Carreira	181
3.1.6	Regime de Trabalho	182
3.1.7	Procedimentos para Substituição Eventual de Professores do Quadro	182
3.1.8	Expansão do Corpo Docente, considerando o Período de Vigência do PDI	182
3.2	Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo.....	183
3.2.1	Corpo Técnico Administrativo	184
1.2.1.1	Crêterios de Seleção e Contrataçãõ	184
1.2.1.2	Crêterios Básicos de Seleção	184
1.2.1.3	Condições para Inscrição	186
1.2.1.4	Formas de Captação de Candidatos	186
1.2.1.5	Políticas de Qualificação	186
1.2.1.6	Plano de Cargos e Salários.....	188
1.2.1.7	Regime de Trabalho	188
3.2.2	Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo	188
3.3	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância	190
3.4	Processos de gestão institucional.....	194
3.4.1	Organograma Institucional e Acadêmico	195
3.5	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	196
3.6	Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.....	200
3.6.1	Previsão de Receitas e Despesas	204
3.7	Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.	206
3.7.1	Planejamento e elaboração do Orçamento	207
3.7.2	Política de Capacitação da comunidade interna para a Gestão de Recursos Financeiros.....	208
	IV.EIXO 5 – INFRAESTRUTURA	211
4.1	Instalações administrativas	215
4.2	Salas de Aula.....	218
4.3	Auditório.....	221
4.4	Sala dos Professores	222
4.5	Espaços para atendimento aos discentes	224
4.6	Espaço para Convivência e Alimentação	226
4.7	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	226
4.8	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA.....	244
4.9	Biblioteca	246
4.9.1	Biblioteca Infraestrutura.....	246
4.9.2	Política de Aquisição da IES	250
4.9.3	Apoio a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.....	251
4.9.4	Serviços Oferecidos Pela Biblioteca	251
4.9.5	Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo	252
4.9.6	Repositório Institucional	253
4.10	Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente	254
4.11	Instalações Sanitárias	255
4.12	Infraestrutura Tecnológica.....	256
4.12.1	Servidores e disponibilidade 24 x 7	258
4.12.2	Estabilidade da rede elétrica e disponibilidade 24 x 7	258
4.12.3	Backup.....	259
4.12.4	Internet e disponibilidade 24 X 7	259
4.12.5	Acordo de Nível de Serviço - SLA.....	259

4.12.6	Segurança da Informação.....	259
4.12.7	Plano de Contingência	260
4.13	Infraestrutura de Execução e Suporte	261
4.14	Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos.....	264
4.15	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.....	264
4.16	5.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.....	272
	ANEXOS	274
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
	REFERÊNCIAS	282

SISTEMA ALFA UNIVERSITÁRIO LTDA (ALFA)

Diretor Geral

Jésus Nascimento da Silva

Diretor Financeiro

Fábio Mathias Ferreira

Diretor Administrativo

Clarissa Silveira e Silva

FACULDADE DE DIREITO DE IPATINGA (FADIPA)

Direção

Jésus Nascimento da Silva

Coordenação de Ensino

Jesus Henrique Silveira e Silva

Hugo Perdigão

Secretaria

Regina Celia Coelho

Bibliotecária

Maria de Lourdes Bissa Vieira.

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade de Direito de Ipatinga, instituição de ensino superior mantida pela Sistema Alfa Universitário LTDA., antes denominado Centro Educacional de Ipatinga S/C LTDA., nasceu a partir do idealismo e do esforço conjugado de seus instituidores e comunidade local na busca de alcançar a educação igualitária de qualidade, que possa permitir a todos o mesmo desenvolvimento dentro de um novo paradigma de cultura e saber. Como sociedade simples limitada, com fins lucrativos, iniciou suas atividades em março de 2002, com prazo de duração ilimitado e seu Estatuto está registrado no Cartório de Serviços Registro de Títulos e Documentos Civil das Pessoas Jurídicas, comarca de Ipatinga, sob o Nº 6967, livro A-7.

Constitui-se em compromisso da Instituição com o Ministério da Educação – MEC e com a Comunidade de Ipatinga e Região, para o quinquênio 2023-2027.

O Plano inclui seu Projeto Pedagógico Institucional e estratégias de expansão de seus cursos, de desenvolvimento do seu corpo docente e técnico-administrativo e de melhoria da qualidade do ensino, de biblioteca, de informática, de laboratórios e de instalações físicas, com vistas à consolidação da Faculdade de Direito de Ipatinga como instituição educacional comprometida com elevados padrões de qualidade.

A Mantenedora da Faculdade de Direito de Ipatinga, com base em sua experiência de atuação no ensino superior, reconhece que, ao projetar este documento, evoca para si a responsabilidade de contribuir, por meio do fortalecimento da educação superior, para o avanço da sociedade e a difusão do conhecimento produzido em seus espaços educacionais.

Todavia, reconhece também a necessidade de continuar a investir, permanentemente, na ampliação e na qualificação dos quadros docente e técnico-administrativo; no enfrentamento dos desafios inerentes à sua infraestrutura e espaços físicos, tais como bibliotecas, laboratórios e áreas de convivência; às tecnologias de informação e comunicação; no incentivo ao intercâmbio e à cooperação interinstitucionais; bem como na consolidação de instrumentos de avaliação interna e externa capazes de identificar, com maior assertividade, quais as dificuldades e os melhores rumos a serem seguidos.

Enfim, este Plano de Desenvolvimento Institucional foi desenvolvido a partir de uma avaliação do tempo presente, mas sem perder de vista o futuro. Um plano de ação voltado para a consolidação e para a expansão de uma Instituição contemporânea, líder, forte e inovadora, em consonância com sua filosofia e respeitando as particularidades locais.

Jésus Nascimento da Silva/ Direção Geral



FADIPA
FACULDADE DE DIREITO DE IPATINGA

Perfil Institucional

PDI – 2019/2023

PARTE I - PERFIL INSTITUCIONAL

1. Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida

O Sistema Alfa Universitário LTDA., antes denominado Centro Educacional de Ipatinga S/C LTDA., nasceu a partir do idealismo e do esforço conjugado de seus instituidores e comunidade local na busca de alcançar a educação igualitária de qualidade, que possa permitir a todos o mesmo desenvolvimento dentro de um novo paradigma de cultura e saber. Como sociedade simples limitada, com fins lucrativos, iniciou suas atividades em março de 2002, com prazo de duração ilimitado e seu Estatuto está registrado no Cartório de Serviços Registro de Títulos e Documentos Civil das Pessoas Jurídicas, comarca de Ipatinga, sob o Nº 6967, livro A-7.

O Sistema Alfa Universitário, doravante denominado apenas ALFA, desde o seu nascedouro, tem o objetivo de atuar no ambiente educacional, propiciando a produção, difusão e criação de conhecimentos e princípios metodológicos, articulados com uma visão dinâmica de ciência e sociedade, de modo a possibilitar uma formação profissional comprometida com os avanços da ciência, bem como com uma cidadania crítica e reflexiva capaz de não só compreender, mas também de promover e fortalecer a pluralidade cultural, presente nos variados grupos que compõem a nossa sociedade, em especial a região do Vale do Aço, polo industrial, notadamente diversificado.

A ALFA tem prazo indeterminado de funcionamento e as suas principais finalidades são:

- I. Criar, instalar e manter, com fins lucrativos, estabelecimentos de ensino, atividades profissionais científicas e técnicas, cursos superiores e de formação profissional, nos termos da legislação que regula a matéria;
- II. Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes, e obras sociais filantrópicas ligadas ao ensino;
- III. Promover medidas que, atendendo as reais condições e necessidades do meio, permitam ajustar o ensino aos interesses e possibilidades dos estudantes;
- IV. Promover atividades de atenção à saúde humana e de apoio à gestão de saúde;
- V. Cuidar de atividades ligadas aos problemas do ensino em geral, desenvolvendo por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres;
- VI. Criar e manter Faculdades, Centros Universitários, Universidade, cursos ou órgãos de ensino de interesse social;
- VII. Promover publicações, especialmente de assuntos didáticos e acadêmicos, se possível, e

- VIII. Agir em estrita conformidade com as normas legais e estatutárias obedecendo às determinações das autoridades competentes.

O Sistema Alfa mantém atualmente a Faculdade de Direito de Ipatinga – FADIPA -, com os cursos de Odontologia e Direito.

1.1. Dados Gerais da Mantenedora

Nome: Sistema Alfa Universitário LTDA (ALFA).

Endereço: Rua Joao Patrício de Araújo, 195. Bairro Veneza. Ipatinga / MG

CEP: 35.164-251

CNPJ: 04.943.416/0001-02

Telefone: (31) 3822-8808

1.2. Natureza Jurídica e Organização Institucional

A Sistema Alfa Universitário LTDA – ALFA - é uma sociedade empresária com fins lucrativos, regida pelo Código Civil Brasileiro e demais legislações.

O seu Contrato Social está registrado no Cartório de Serviços Registro de Títulos e Documentos Civil das Pessoas Jurídicas, comarca de Ipatinga, sob o Nº 6967, livro A-7.

A sede da Mantenedora é a mesma da mantida.

Atos Legais da Mantenedora: Estatuto está registrado no Cartório de Serviços Registro de Títulos e Documentos Civil das Pessoas Jurídicas, comarca de Ipatinga, sob o Nº 6967, livro A-7.s

- Alteração Estatutária de nº 01 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 15/09/2003, sob o n.º 8116, Livro A-7.
- Alteração Estatutária de nº 02 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 16/09/2003, sob o n.º 8120, Livro A-7.

- Alteração Estatutária de nº 03 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 08/12/2004, sob o n.º 9108, Livro A-7.
- Alteração Estatutária de nº 04 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 29/05/2006, sob o n.º 10695, Livro A-7.
- Alteração Estatutária de nº 05 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 22/12/2008, sob o n.º 13951, Livro A-7.
- Alteração Estatutária de nº 06 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 27/12/2013, sob o n.º 9103, Livro A-90.
- Alteração Estatutária de nº 07 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 27/12/2013, sob o n.º 9103, Livro A-90.
- Alteração Estatutária de nº 08 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 19/05/2015, sob o n.º 6967, Livro A-115.
- Alteração Estatutária de nº 09 registrada no Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ipatinga em 10/01/2020, sob o n.º 6967, Livro A-198.

1.3. Situação Patrimonial e Econômico-Financeira

Constituem bens do Sistema Alfa Universitário LTDA os seus imóveis e móveis que possua ou venha a possuir, rendas, contribuições, valores em dinheiro, ações, legados, doações, subvenções, auxílios e os resultados dos serviços prestados pelas Unidades ou de fins assistenciais que mantiver.

O exercício social coincide com o ano civil e o Balanço Geral é realizado em 31 de dezembro de cada ano, em conformidade com as disposições legais.

O Contrato Social somente poderá ser alterado mediante alteração do contrato social.

Os dados sobre Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, constam do ANEXO I, deste PDI.

1.4. Objetivos Estratégicos da Mantenedora

Os objetivos estratégicos da ALFA conjugam a missão e as diretrizes estabelecidas para o funcionamento da Fadipa, compreendendo quatro dimensões, a saber: a) institucional b) financeira, c) social d) organizacional. A figura abaixo apresenta o delineamento estratégico da ALFA e os objetivos orientadores da Fadipa em sua atuação:

Diretrizes Estabelecidas pela ALFA para o Funcionamento da Fadipa

Dimensão	Objetivos Estratégicos	
Institucional	Orientar e apoiar as Unidades a cumprirem seus objetivos e promover sua integração sinérgica.	
Financeira	Atuar de forma autossustentável Superavitária	Gerar recursos próprios para seu desenvolvimento, sua estrutura de capital e promover sua integração sinérgica
Social	Estar em constante sintonia com as demandas sociais	Aumentar a satisfação dos demandantes dos processos e produtos
Organizacional	Desenvolver competências de gestão e operação	Manter um clima organizacional positivo

As dimensões acima aventadas se encontram vinculadas e podem ser explicitadas da seguinte forma:

a) Dimensão Institucional

Através dos objetivos estratégicos, em sua dimensão institucional, a ALFA denota a preocupação em orientar a Fadipa, seja através das diretrizes apontadas neste PDI, seja através da busca incessante de soluções inovadoras, sintonizadas com as demandas da sociedade. O compromisso com a excelência pode ser inferido por meio do modelo de gestão adotado e o comprometimento do corpo diretivo em cumprir os objetivos estratégicos.

b) Dimensão Financeira

Os objetivos estratégicos, em sua dimensão financeira, denotam a necessidade de assegurar a sustentabilidade da ALFA e de sua mantida Fadipa, razão pela qual visa sempre o melhor aproveitamento dos recursos existentes.

c) Dimensão Social

A procura da excelência em produtos e processos vinculados às necessidades da sociedade está contemplada nesta dimensão, e o papel do PDI é balizar e coordenar as ações correspondentes em consonância com a missão, visão e valores seguidos pela ALFA e sua mantida Fadipa.

d) Dimensão Organizacional

Através de objetivos estratégicos busca-se explicitar o firme propósito da ALFA e de sua mantida Fadipa de estarem direcionadas à implementação de programas de remuneração, reconhecimento e incentivos vinculados ao desempenho e à promoção da cultura da excelência.

1.5. Dados Gerais da Mantida

Nome: Faculdade de Direito de Ipatinga

Endereço: Rua João Patrício de Araújo, 195. Bairro Veneza. Ipatinga

Telefone: (31) 3822-8808

Site: www.fadipa.br

Atos Legais da Mantida:

Credenciamento: Portaria MEC 366 de 12 de março de 1997, publicada no Diário Oficial da União em 13 de março de 1997.

Recredenciamento: Portaria MEC 719 de 08 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 09 de agosto de 2.013.

Transferência de Manutença: Portaria MEC 318 de 13 de abril de 2.017, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2.017.

Código da Mantida no sistema E-mec: 15451

1.6. Implantação da Faculdade

A Faculdade de Direito de Ipatinga é instituição de Ensino Superior mantida pelo Sistema Alfa Universitário LTDA –ALFA-, entidade com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Ipatinga – MG.

A Faculdade de Direito de Ipatinga iniciou suas atividades, nesta cidade em 1993, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Atualmente a IES possui dois cursos em funcionamento, e o seu corpo docente é constituído por professores com titulação obtida em programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

A instalação oficial da FADIPA no município de Ipatinga foi possível mediante o seu credenciamento como IES pertencente à época à Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC - vinculada ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, iniciando suas atividades em 1993 com o curso de Direito.

Posteriormente, teve a manutenção transferida para a ALFA, por meio da Portaria MEC Nº318, publicada no DOU de 13 de abril de 2017.

A Faculdade de Direito de Ipatinga, manteve seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino e a extensão, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade e região. Hoje a Faculdade mantém vários projetos e atividades de extensão que promovem esse estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

1.7. Identidade corporativa

A Faculdade de Direito de Ipatinga é uma instituição de Ensino Superior com sede em Ipatinga/MG e criada com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da região onde está inserida, formando profissionais de nível superior para o mercado de trabalho.

O seu compromisso, entre outros, é com a excelência do ensino, voltando-se para uma científica compreensão política do mundo e dos nossos tempos, para os problemas da multi e interdisciplinaridade, com a procura de novos talentos, a inserção ocupacional de seus alunos e a formação continuada dos seus diplomados.

1.7.1. Missão

“Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País”.

1.7.2. Visão

“Ser uma instituição de Ensino Superior de referência na região e no Estado de Minas Gerais, buscando o contínuo aprimoramento e desenvolvimento do ensino e da extensão”.

1.7.3. Valores – Princípios de Qualidade

- ✓ Integridade.
- ✓ Competência.
- ✓ Aspiração de crescimento profissional, pessoal e institucional.
- ✓ Valorização de desempenho.
- ✓ Integração.
- ✓ Comprometimento com a comunidade.
- ✓ Vocação para prestar serviços.

1.7.4. Objetivos Institucionais

- ✓ A Faculdade tem por objetivos:
- ✓ garantir a efetividade da Avaliação Institucional como instrumento de gestão;
- ✓ assegurar que a comunidade acadêmica perceba a Avaliação Institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da Instituição;

- ✓ assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da Instituição estejam contemplados nas políticas de ensino e extensão;
- ✓ reformular o Programa de Nivelamento;
- ✓ melhorar a Gestão do Corpo Docente e Técnico –administrativo;
- ✓ aumentar a sinergia entre os cursos de graduação e pós graduação;
- ✓ melhorar o desempenho acadêmico;
- ✓ garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos;
- ✓ garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados;
- ✓ capacitar o Corpo Técnico Administrativo e Docente;
- ✓ melhorar o Clima Organizacional;
- ✓ buscar Inovação Tecnológica Contínua;
- ✓ aumentar receita;
- ✓ reduzir custos; e
- ✓ aumentar rentabilidade.

1.8. Contexto Educacional e Localização da Instituição

1.8.1. Origens e trajetória histórica de Ipatinga

Entre os séculos XVI e XVII, entradistas seguiam pela região à procura de ouro e materiais de valor, mas a descoberta de ouro na região central de Minas Gerais fez com que vilas e povoados crescessem nesta região que até então era habitada apenas pelos índios Botocudos. Pouco tempo depois, a Coroa portuguesa proibiu o povoamento da região do Vale do Rio Doce, para evitar o contrabando de materiais preciosos. Na segunda metade do século XVIII, Antônio Noronha ordenou a construção de uma estrada ao leste da capitania, justificando-se de que havia ouro nessa região. A estrada foi concluída pouco tempo depois.

Os primeiros civilizados a chegarem até a região de Ipatinga e do atual Vale do Aço, vieram em 1752 de Sant"Ana do Alfié pela Serra da Vista Alegre. Atravessando o Rio Piracicaba, abrindo na margem esquerda desse rio uma posse no lugar hoje conhecido por Sítio Velho, nas cercanias da atual Usiminas, não tendo prosseguido por ter sido assassinado por um escravo que ele alugara de dona Ana Matos.

No início do século XX, as principais atividades econômicas eram a agricultura de subsistência e a pecuária. No ano de 1901, com a criação da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, o engenheiro

Pedro Nolasco foi contratado para planejar uma estrada margeando o Rio Doce, que fosse desde o Porto de Vitória até a cidade de Diamantina. Sete anos mais tarde, um estudo comprova o alto teor de ferro nas jazidas de minério de Itabira. O interesse internacional dos ingleses muda o projeto original da ferrovia, para facilitar o escoamento da produção para o Porto de Vitória, pelo qual seria levado em direção à Europa.

Com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, começaram a vir os primeiros habitantes da primitiva cidade de Ipatinga e da Região Metropolitana do Vale do Aço. Através dos trilhos da estrada de ferro, fixaram-se na região além dos operários, e viajantes de várias partes de Minas Gerais e até de diferentes lugares do Brasil que vieram tentar a sorte na cidade.

Em 22 de agosto de 1922, foi inaugurada na Estação Pedra Mole, a primeira da cidade. O primeiro a fixar pouso foi José Fabrício Gomes, explorador de matas, que se apossou de uma área onde hoje abrange o município de Ipatinga, com a intenção de explorar madeira.

Pouco tempo depois, as terras foram repassadas a José Cândido de Meira, tendo este aumentado a atividade de extração de madeira. Logo após, Alberto Giovannini transformou o local numa fazenda de gado, tendo construído ainda no terreno uma boa casa e, nos terrenos férteis, o cultivo de lavoura, atraindo colonos para o trabalho na fazenda.

No ano de 1930, o trajeto da EFVM foi alterado. A Estação de Ipatinga (atualmente Estação Memória) foi construída para substituir a de Pedra Mole, que desabou em virtude da instabilidade do terreno. Suas ruínas ainda restam na beirada do Rio Piracicaba, perto da confluência com o Rio Doce. Tudo o que resta desta estação é uma parede, suas fundações e um poço abandonado na região do bairro Castelo. Ao redor da Estação Ipatinga, continuou o crescimento e o desenvolvimento do povoado.

A vocação siderúrgica de Ipatinga inicia-se em 31 de outubro de 1944, quando foi inaugurada a ArcelorMittal Timóteo (antiga Acesita - Companhia de Aços Especiais Itabira) em território que então estava em território de Antônio Dias, atualmente no município de Timóteo.

Dessa época também é a elevação de Ipatinga a distrito de Coronel Fabriciano. Em 27 de dezembro de 1948, depois de um longo processo tramitado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), o governador Milton Campos assina a Lei nº. 336, criando o município de Coronel Fabriciano, emancipando-se de Antônio Dias. Junto com a emancipação, Ipatinga também eleva-se a distrito da cidade.

Doze anos mais tarde, uma delegação japonesa visita o então distrito de Ipatinga, sendo escolhido como sede da instalação da Usiminas em 25 de abril de 1956, data que hoje é considerada como dia oficial da fundação da empresa. Para essa decisão, foram levados em conta a topografia apropriada, pequena distância entre as fontes de matéria prima e os centros consumidores, facilidades dos recursos hídricos, abundância de energia elétrica, malha ferroviária local e proximidade com outros centros siderúrgicos.

Com as notícias da construção da siderúrgica que se instalaria na região, foi grande a chegada de novos moradores, antes de sua instalação. Isso aumentou a necessidade de um planejamento urbano para a cidade.

Os empregados da empresa foram instalados em acampamentos improvisados, distribuídos por toda a extensão do distrito. Os aventureiros amontoaram seus barracos nas vias públicas e praças. No dia 26 de outubro de 1962, o então presidente do Brasil João Goulart inaugurou a Usina Intendente Câmara, dando início ao seu funcionamento e à produção industrial.

Protestos de trabalhadores da Usiminas contra as más condições de moradia e trabalho, além de agravantes como a humilhação que sofriam ao serem revistados antes de entrar e sair da empresa, reforçaram a opressão de tropas militares sob ordens do governador mineiro José de Magalhães Pinto. Em 7 de outubro de 1963, cerca de seis mil trabalhadores em greve à frente da portaria da empresa foram alvo de 19 soldados no alto de um caminhão que se puseram a disparar contra os operários. O episódio, conhecido como Massacre de Ipatinga, resultou oficialmente em oito mortes e 79 feridos, apesar de tais números sempre ter sido contestados.

Houve, nos meses seguintes ao massacre, aumentos salariais, a substituição do quadro de vigilantes e a condenação dos soldados envolvidos em agressões e no massacre. Anteriormente ao massacre, já existia um ressentimento de insatisfação da população de Ipatinga com a administração de Coronel Fabriciano, devido à distância até a sede municipal e à relativa sensação de isolamento, o que levou à formação de uma comissão pró-emancipação do então distrito em 1962.

Com o rápido crescimento, se tornou fundamental que Ipatinga tivesse autonomia administrativa. A pequena vila dependia diretamente dos interesses da sede, Coronel Fabriciano, e os moradores acusavam políticos fabricianenses de descaso administrativo para com o distrito. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, em redação final, o projeto de revisão administrativa, que criou 237 novos municípios, entre eles estava Ipatinga - criada pela Lei estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, juntamente com o distrito de Barra Alegre - e Timóteo, tendo sido vetada pelo Governador José Magalhães Pinto a instalação dos municípios de Ipatinga e Timóteo, que

enviou uma mensagem às comissões Pró-Emancipação dos dois municípios do Vale do Aço, informando o veto à emancipação e os seus motivos: afirmava que pretendia manter uma unidade política, administrativa, econômica e financeira desse polo siderúrgico.

No entanto, uma quebra de aliança entre o prefeito fabricianense e Magalhães Pinto, permitiu que uma nova comissão conseguisse a aprovação da emancipação de Ipatinga pela Secretaria de Interior do estado em 28 de abril de 1964. No mesmo processo também houve a emancipação do distrito de Timóteo, desmembrado de Coronel Fabriciano, além de João Monlevade e Bela Vista de Minas. A notícia da independência de Ipatinga e Timóteo foi anunciada em um palco montado no Centro de Fabriciano por volta do meio-dia da mesma data, sendo oficializada com a publicação no Diário Oficial do dia seguinte, 29 de abril. José Orozimbo da Silva foi empossado como intendente, sendo posteriormente substituído por Délio Baêta Costa, porém Fernando Santos Coura foi o primeiro prefeito eleito e veio a assumir o cargo em 4 de dezembro de 1965.

Até 1967, encontravam-se implantados na Vila Operária os bairros Amaro Lanari, Bom Retiro, Cariru, Castelo, Horto, Imbaúbas e Vila Ipanema. Dentre outros bens infra estruturais básicos, foram construídos o Colégio São Francisco Xavier (1962) e o Hospital Márcio Cunha (1967).

Entre as décadas de 70 e 80, foram construídos cemitérios, salas de cinema, fundações culturais e teatrais, o terminal rodoviário e o Ipatingão.

Paralelo à original Vila Operária, o crescimento da população não industrial induziu o surgimento de novas divisões sem relação com a empresa, em especial na periferia da cidade, no decorrer da segunda metade do século XX.

A Verticalização entre os bairros Ideal, Cidade Nobre e Iguaçu, áreas onde a consolidação urbana ocorreu após a década de 70.

No começo da década de 1990, a efervescência da atividade comercial incentivou a estruturação do Centro da cidade, com parte de sua população sendo remanejada para casas populares.

A privatização da Usiminas, no início da década de 90, ajudou a desvincular a administração pública com foco à empresa para priorizar a cidade como um todo. Ao longo do tempo, com o crescimento populacional da cidade, houve a necessidade da expansão dos setores econômico e turístico de Ipatinga.

Em 20 de outubro de 1982 é inaugurado o Kart Clube Ipatinga; em 6 de novembro de 1983 foi fundado o Kartódromo Emerson Fittipaldi; em 3 de março de 1990 foi a inauguração do Aterro Sanitário de Ipatinga; em 21 de maio de 1998 é fundado o Ipatinga Futebol Clube; em 23 de setembro de mesmo ano foi inaugurado o Shopping do Vale do Aço e o Centro Cultural Usiminas.

Também em decorrência do crescimento demográfico de Ipatinga e cidades vizinhas, em 30 de dezembro de 1998, foi criado o Vale do Aço, reunindo além de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo outros 22 municípios do colar metropolitano, sendo elevado a Região metropolitana em 12 de janeiro de 2006.

Atualmente Ipatinga e o Vale do Aço se destacam pela sua vocação industrial já conhecida, mas com setor de serviços e comércio em pleno desenvolvimento, se caracterizando como polo regional para várias cidades do leste de Minas.

Gentílico: Ipatinguense

1.8.2. Formação Administrativa do Município de Ipatinga

- 1903 - Início da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas;
- 01/08/22 - Inauguração da Estação de Pedra Mole, pela Estrada de Ferro Vitória- Minas (As Ruínas da Estação de Pedra Mole foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 3.575, de 03/09/1996);
- 1925 - Fundação do Grupo de Congado do Ipaneminha - Fundador: José Gonçalves de Almeida (O Congado do Ipaneminha foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 3.579, de 03/09/1996);
- 1930 - O trajeto da estrada de ferro é mudado para o local onde hoje é a cidade – o ponto de embarque e desembarque de passageiros passa a ser a Estação Ipatinga (atual Estação Memória) - (A Estação Memória foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 1.442, de 30/12/1981);
- 25/05/50 - Criação do Distrito de Barra Alegre;
- 1951 - É desativada a Estação Ipatinga (atual estação Memória);
- 12/12/53 - Criação do Distrito de Ipatinga, pertencendo ao Município de Coronel Fabriciano, através da Lei Estadual 1.039;

- 19/07/54 - Fundação da Igreja São Vicente de Paula - Ipaneminha - (A Igreja do Ipaneminha foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 3.580, de 03/09/1996);
- 16/08/58 - Cravação solene do marco inicial da construção da Usina Intendente Câmara;
- Outubro/1959 - Criação da Agência Postal de Intendente Câmara;
- 24/12/59 - Inauguração da Igreja Nossa Senhora da Esperança, no Horto - (A Igreja foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através do Decreto n.º 1.443, de 30/12/1981);
- 1960 - Criação da Associação "Amigos de Ipatinga" - um grupo de pioneiros que seriam responsáveis pelo encaminhamento do processo de emancipação de Ipatinga;
- 18/06/60 - Inauguração da Estação Ferroviária Intendente Câmara;
- 1961 - Inauguração do Grande Hotel Ipatinga - (O Grande Hotel foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, através da Lei n.º 1.762, de 24/03/2000);
- 26/10/62 - Inauguração da Usina Intendente Câmara – USIMINAS;
- 30/12/62 - A Assembleia Legislativa de MG aprovou em redação final o projeto de revisão administrativa, que criou 237 novos municípios, entre eles estava Ipatinga;
- 29/04/64 - Emancipação Político-administrativa de Ipatinga.

1.8.3. Acesso

É muito fácil chegar em Ipatinga. Situada no Vale do Aço, região leste de Minas Gerais, está a 217 km de Belo Horizonte. A cidade também é cortada ou está próxima das principais estradas e corredores do transporte rodoviário brasileiro. Sua vocação industrial exige estradas que possam escoar sua produção para os principais destinos do país, incluindo os portos e principais capitais do Brasil.

O transporte ferroviário é outra atração da cidade. Pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, circula minério, bobinas de aço e diversos bens industriais. A ferrovia atrai ainda muitos turistas que desfrutam comodidade, segurança e conforto em viagens para a capital Belo Horizonte como para as praias de Vitória. O trem de passageiros da Vale do rio Doce é uma atração à parte. Seus vagões executivos são muito procurados em todas as épocas do ano. Em algumas datas, como natal e carnaval, é preciso garantir o bilhete com antecedência.

Ipatinga também é servida por um aeroporto regional moderno com várias linhas para importantes cidades do Brasil. A área de embarque fica há cerca de 15 minutos do centro da cidade no município de Santana do Paraíso.

1.8.4. Situação escolar

De acordo com estimativa do IBGE/2022, Ipatinga conta com 227.731 habitantes. O município possui, de acordo com dados do IBGE, 8.132 alunos matriculados no ensino médio e 29.664 no ensino fundamental e dispõe de 23 estabelecimentos de ensino médio e 75 de ensino fundamental, nas categorias estadual e particular.

A Região Metropolitana do Vale do Aço possuía expectativa de anos de estudo aos 18 anos, em 2010 de 9,96 em Timóteo, 9,68 em Ipatinga, 9,29 em Coronel Fabriciano e 8,38 em Santana do Paraíso. No Brasil, esse indicador era de 9,54 e, em Minas Gerais, 9,38.

Segundo Censo da Educação de 2015 as matrículas têm os seguintes números na Região Metropolitana do Vale do Aço: Creche: 6.831; Pré-escola: 9.989; Ensino Fundamental 1.a a 4.a série: 31.607; Ensino Fundamental 5.a a 8.a série: 27.098; Ensino Médio: 18.114; Ensino Profissional Nível Técnico: 5.983.

De acordo com o Censo da educação superior de 2015, os quatro municípios da Região Metropolitana do Vale do Aço contavam com 9 (nove) instituições de ensino superior ofertando cursos na modalidade presencial. Destas, 6 (seis) ofertam cursos em Ipatinga, 2 (duas) em Timóteo, 1 (uma) em Santana do Paraíso e 1 (uma) em Coronel Fabriciano.

O censo apresentava um total de 77 cursos, envolvendo 46 opções diferentes de graduação. O total de vagas ofertadas nos 4 municípios da Região Metropolitana do Vale do Aço era de 12.269. Destas, 11.093 em bacharelados, 812 em licenciaturas e 364 em tecnólogos.

1.8.5. Características Urbanas, Expansão e Perspectivas de Desenvolvimento Municipal

Características Urbanas

Um ponto de destaque de Ipatinga é a sua infraestrutura urbana. Com 97% de esgoto tratado, o saneamento básico chega a quase toda população. A urbanização das vias públicas chega a 77,8% com arborização em 88,5% de todas as vias.

O cidadão conta ainda com energia elétrica e ruas iluminadas por LED e 97,75% das moradias atendidas pela coleta de lixo. São recolhidos cerca de 640 ton/dia e a varrição atinge 100% das ruas pavimentadas.

A área urbana de Ipatinga possui uma diversidade considerável de equipamentos de lazer. A cidade atrai turistas de negócios do mundo inteiro que se encantam com suas belezas naturais e sua infraestrutura urbana que recebe diversas ações culturais entre elas, o Congado do Ipaneminha, a Festa da Banana do Pedra Branca, o Festival Ipatinga Live Jazz, a Expo Usipa a (maior feira comercial e industrial do interior mineiro), o Ipatinga Gourmet e diversas festas regionais, religiosas com danças e comidas típicas em todos os meses do ano.

O Parque Ipanema é uma das maiores áreas verdes do país situadas dentro de um perímetro urbano e foi um dos últimos projetos do paisagista Roberto Burle Marx. Em seus mais de 1 milhão de m² estão plantadas cerca de 12 mil árvores. O seu complexo abrange também o Parque da Ciência, onde são apresentados fenômenos físicos, biológicos, químicos ou astronômicos que podem ser observados ou interagidos pelo visitante, além de playground, quadras poliesportivas, campos de futebol, pista de caminhada, ciclovias e anfiteatro.

A Usipa, um dos mais antigos clubes da cidade, oferece tudo para um dia de descanso, lazer e práticas desportivas. O seu Centro de Biodiversidade, equipado com minijardim zoológico e jardim botânico, também abriga trilhas ecológicas, parque aquático, áreas esportivas, lanchonetes e área de lazer para as crianças. No seu complexo encontra-se também um pequeno estádio de futebol, ginásio poliesportivo e uma área de atletismo que já sediou competições nacionais.

O Shopping Vale do Aço é o maior centro de compras do leste mineiro e entre os maiores do interior do estado.

Dentre os marcos de Ipatinga, destacam-se patrimônios físicos e culturais já tombados. Além da Estação Memória Zeza Souto, do Teatro Zélia Olguin e do Parque Ipanema, detalhados anteriormente, são exemplos de bens tombados pelo município: o Pontilhão de Ferro entre os bairros Centro e Veneza, a Estação Pouso de Água Limpa, réplica de uma estação ferroviária anexa ao Parque Ipanema; a Academia Olguin, que depois de servir como restaurante da Usiminas passou a sediar aulas de caratê e dança na década de 70; a Igreja Nossa Senhora da Esperança do bairro Horto, sede da Paróquia Nossa Senhora da Esperança, construída em 12 dias por trabalhadores da Usiminas em 1959; o Grande Hotel Ipatinga, projetado por Raphael Hardy Filho no bairro Castelo e concluído em 1961; e as ruínas da Estação Pedra Mole, próxima ao encontro do Rio Piracicaba com o Doce, bairro Cariru.

O Clube Náutico Alvorada (Lagoa Silvana) está apenas há 6 km do Centro de Ipatinga. Essa lagoa histórica é o principal destino para o verão do ipatinguense, que busca suas águas limpas para banhos, pesca esportiva e passeios de barcos e jet-ski. O Clube foi criado pela Usiminas para atender à população de Ipatinga e região, apesar de estar localizado no município de Caratinga. Já sediou etapas do campeonato brasileiro de Motonáutica. Conta com praia artificial, toboágua, parque aquático infantil, galpões para churrasqueiras, área de camping, pousadas/chalés, polígono de Tiro, plataforma, restaurantes e lanchonetes, Pista para Prática de Aeromodelismo além de várias Praças e Jardins.

O Estádio Municipal João Lamego Netto é o principal estádio da cidade e do Vale do Aço e tem capacidade para até 23 mil pessoas. O Ipatingão, como também é conhecido, é considerado a "casa" do Ipatinga Futebol Clube, o time de futebol mais bem sucedido da região, com participações nas divisões principais dos campeonatos Brasileiro e Mineiro. O jovem time Ipatinga Futebol Clube, fundado em 1998, alcançou uma das trajetórias mais fulgurantes do futebol brasileiro, sendo campeão estadual em 2010 com vitórias históricas sobre o Cruzeiro Esporte Clube, importante time da capital. Em 2007, o Tigrão de Aço, como é conhecido pela sua torcida, chega à série A do Campeonato Brasileiro e conquista uma das mais importantes páginas de sua história. Hoje, o Ipatinga luta para retornar aos seus melhores dias. Disputa o módulo 2 do campeonato mineiro.

Contexto socioeconômico

O PIB per/capita de Ipatinga é o maior da sua microrregião e ultrapassa R\$ 42 mil reais por habitante. De todas as áreas econômicas se sobressai a industrial. Os setores comerciais e de serviços desenvolvem impulsionados pelos resultados da indústria. A Usiminas é a principal locomotiva desse setor, com um relevante volume de bens exportados, com destaque para o aço e produtos metalmeccânicos. O seu complexo industrial atrai empresas tanto para atuar em suas atividades produtivas, como para as demandas da cidade e dos municípios ao redor.

Ipatinga possui também um distrito industrial, administrado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), implantado numa área de 35.113.336 m².

Outras atividades econômicas estão presentes e fortes no mercado de Ipatinga. Entre elas se destacam a confecção de artigos e acessórios de vestuário, extração e manipulação de minerais não-metálicos, fabricação de móveis e artefatos mobilísticos, produção de alimentos e bebidas, fabricação

de produtos oriundos da metalurgia, além da extração de eucalipto destinado a abastecer a usina de celulose da Cenibra, situada no município de Belo Oriente.

O comércio e os serviços de Ipatinga oferecem infraestrutura comparável as principais cidades do país. A Avenida 28 de Abril, situada no centro, revitalizada na década de 90, é o ponto comercial mais conhecido tanto na cidade como na região vizinha. Outros bairros como o Bom Retiro, Canaã, Horto, Iguaçu, Bethânia e Veneza concentram também serviços e comércios que atraem muitos consumidores.

Em alguns bairros também funcionam feiras livres regulares, a exemplo da Feirarte, que acontece aos domingos no Parque Ipanema. O Shopping Vale do Aço, localizado próximo ao bairro Horto, constitui um dos **maiores centros de compra do interior mineiro e importante ponto turístico da cidade.**

Poder Judiciário

A Comarca de Ipatinga é uma comarca de entrância especial. Além de Ipatinga, fazem parte dela os municípios de Ipaba e Santana do Paraíso. Sua sede é representada pelo Fórum Doutora Valéria Vieira Alves onde tramita um total superior de 60.000 processos.

A Comarca de Ipatinga é formada pela Vara de Execuções Penais, de Precatórias Criminais e do Tribunal do Júri, pelas 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis, pela 1ª e 2ª Varas Criminais, 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões.

Órgãos Públicos

Ipatinga possui várias agências de órgãos públicos e assistenciais, de natureza estadual ou federal, conforme discriminação a seguir:

Órgãos Estaduais: Polícia Rodoviária Estadual, Departamento de Estradas de Rodagem de MG – DER/MG, Delegacia de Segurança Pública de MG, Fórum do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais- 224ª Zona Eleitoral, Administração Fazendária, Ministério Público, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), IEF (Instituto Estadual de Florestas), Defensoria Pública, assim como outros órgãos interligados e de apoio, como o COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental); a SEMAD (Secretaria de Estado de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável); Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG e o IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas).

Órgãos Federais: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Agência da Receita Federal, Instituto Nacional de Seguro Social- INSS, Caixa Econômica Federal, Tiro de Guerra, Junta do Alistamento Militar, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Comércio

Junto com a indústria e a agropecuária, responsáveis pela economia em Ipatinga, a potencialidade do seu comércio, atua em grande parte, pelo número de lojas. Em geral, destacam-se: Supermercados, Material Elétrico, Veículos, Acessórios, Artigos Domésticos, Produtos Alimentícios, Artigos Decorativos, Eletroeletrônicos, etc., atraindo compradores das regiões circunvizinhas. O Comércio de Ipatinga não é centralizado, estendendo-se por grande parte da área urbana, existindo, atualmente, um número superior a 2.000 estabelecimentos.

No estado de Minas Gerais, Ipatinga destaca-se pela 8ª colocação, com uma produção de bens e serviços finais de R\$ 11,9 bilhões em 2019. O município posicionou-se como o 910º maior PIB do Brasil e o 88º maior PIB do Estado de Minas Gerais.

No âmbito estadual, Ipatinga está em quarto lugar, atrás da capital, Belo Horizonte, e dos municípios de Contagem, Betim e Nova Lima, na Região Metropolitana da capital. Em conjunto, os municípios de Ipatinga, Timóteo, Caratinga, Coronel Fabriciano, Belo Oriente e Santana do Paraíso, que formam a Região Metropolitana Expandida do Vale do Aço, registraram uma produção econômica de R\$ 21,122 bilhões em 2019.

Os resultados do PIB dos Municípios Brasileiros 2020, do IBGE, indicam que, se formassem um único município, Ipatinga, Timóteo, Caratinga, Coronel Fabriciano, Belo Oriente e Santana do Paraíso seriam o 910º maior PIB municipal do Brasil.

Imprensa

A sede da TV Cultura Vale do Aço está localizada na região, que retransmite a programação da TV Cultura (São Paulo) e da Rede Minas, assim como a sede da InterTV dos Vales, afiliada da Rede Globo. Recebe sinais de televisão aberta de várias outras emissoras de televisão. A região conta com jornais e várias emissoras de rádio, inclusive afiliadas de grandes redes nacionais.

Ipatinga também possui diversos outros veículos de imprensa, tais como Emissoras de Rádio, Jornais Impressos, Revistas Locais, Diários online e outros.

Contexto Geográfico

O município de Ipatinga localiza-se na região do Vale do Rio Doce e pertence à Região Metropolitana do Vale do Aço, estando situado a cerca de 210 km a leste da capital do estado. Ocupa uma área de pouco mais de 164,8 km², sendo aproximadamente 54 km² em área urbana, e sua população em 2022 era de 227 731 habitantes, posicionando-se então como o mais populoso do Vale do Aço e o décimo do estado mineiro.

A sede do município localiza-se nas proximidades do local em que as águas do rio Piracicaba se encontram com o rio Doce, estando localizado na latitude -19.4703 e longitude -42.5476.

De acordo com os dados levantados pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal** da cidade é de 0,806.

Segundo o IBGE em 2020, Ipatinga é considerada uma capital regional na hierarquia urbana brasileira, ao exercer influência econômica e de prestação de serviços preponderante sobre um arranjo populacional que abrange outros nove municípios: Belo Oriente, Bugre, Coronel Fabriciano, Ipaba, Jaguaráçu, Marliéria, Naque, Santana do Paraíso e Timóteo.

Esse conjunto, por sua vez, gera relações de atração e deslocamento com cidades maiores, a exemplo de Governador Valadares e Belo Horizonte.

Panorama econômico das principais cidades da microrregião de Inserção da IES

<i>Censo 2012</i>	<i>Ipatinga</i>	<i>Belo Oriente</i>	<i>Bugre</i>	<i>Coronel Fabriciano</i>	<i>Ipaba</i>	<i>Jaguaráçu</i>	<i>Marliéria</i>	<i>Naque</i>	<i>Santana do Paraisópolis</i>	<i>Timóteo</i>
<i>População</i>	239.468	23.397	3.992	103.694	16.708	2.990	4.030	6.341	27.265	81.243
<i>Áreas (km²)</i>	164,88	334,90	161,49	221,25	113,24	163,76	545,81	127,17	276,06	144,38/
<i>Densidade Demográfica</i>	1452,84	69,86	24,66	468,67	147,69	18,26	7,35	49,86	98,76	562,7
<i>Estabelecimentos de Saúde</i>	57	15	6	31	6	6	3	7	12	32
<i>Matrículas Ensino Fundamental</i>	77	10	4	38	8	2	5	2	12	28
<i>Matrículas Ensino Médio</i>	23	2	1	12	3	1	2	1	6	10
<i>Salário Médio Mensal</i>	2,3	2,8	1,4	1,8	1,4	1,6	1,7	1,5	1,9	2,4
<i>Pessoal Ocupado</i>	76.378	7.919	314	18.311	1.781	774	528	688	5.861	18.855
<i>PIB per capita</i>	R\$ 44.915,22	R\$ 65.595,25	R\$ 9.071,23	R\$ 16.282,52	R\$ 8.574,74	R\$ 28.083,69	R\$ 10.511,95	R\$ 11.849,41	R\$ 21.494,56	R\$ 32.238,51

Fonte: www.ibge.gov.br.

Contexto Ambiental

Ipatinga está inserida na depressão interplanáltica do Vale do Rio Doce, cujo relevo é resultado de uma dissecação fluvial atuante nas rochas granito-gnáissicas do período Pré-Cambriano.

O conjunto apresenta rochas do complexo gnáissico-magmático-metamórfico, que incluem biotita-gnaiss, rochas graníticas e granito-gnaiss. O relevo é heterogêneo, sendo 55% do território ipatinguense plano, enquanto 30% são de terras onduladas e nos 15% restantes os terrenos são montanhosos.

As maiores elevações podem ser encontradas a noroeste, na região dos maciços da Serra dos Cocais, onde a altitude chega aos 1 163 metros. Por outro lado, as menores altitudes são notadas nas margens dos rios, ao passo que a altitude mínima, de 235 metros, está localizada na foz do rio Piracicaba no rio Doce.

A posição do rio Piracicaba e o relevo plano em suas proximidades serviram como pretexto para a instalação da Estrada de Ferro Vitória a Minas e da Usiminas e, posteriormente, para o

estabelecimento do perímetro urbano de Ipatinga, que foi forçado a se expandir em direção às altitudes mais elevadas. Dessa forma, é considerável a ocupação e o surgimento de bairros, em especial de classes baixas, em áreas com forte declividade.

O município se encontra na bacia do rio Doce e é abrangido pela sub-bacia do rio Piracicaba. A foz do rio Piracicaba no rio Doce se encontra próxima ao bairro Cariru, na divisa com Timóteo.

No subsolo, abaixo da foz do rio Piracicaba, está localizado um aquífero aluvionar, que é de onde é extraída a água utilizada para o suprimento da maior parte do Vale do Aço. De forma geral, a principal sub-bacia contida no território municipal é a do ribeirão Ipanema, que tem cerca de 150 km² e cujo curso principal corta a cidade antes de alcançar sua foz no rio Doce, após percorrer 28,5 km.

A zona rural municipal, no entanto, abriga muitos pequenos cursos hidrográficos e mais de 320 nascentes.

O clima ipatinguense é caracterizado como tropical quente semiúmido (tipo Aw segundo Köppen), com temperatura média compensada anual de 23 °C e pluviosidade média de 1 360 mm/ano, concentrados entre os meses de outubro e abril.

A estação chuvosa compreende os meses mais quentes, enquanto a estação seca abrange os meses mornos. Outono e primavera, por sua vez, são estações de transição.

A passagem entre os períodos seco e chuvoso é marcada por tempestades e amplitude térmica elevada, sobretudo entre o fim do inverno e a primavera.

As precipitações caem principalmente sob a forma de chuva e, esporadicamente, de granizo, com registro desse fenômeno em 4 de setembro de 2006 e 17 de dezembro de 2012.

As chuvas podem ainda vir acompanhadas de descargas elétricas e fortes rajadas de vento. De acordo com o Grupo de Eletricidade Atmosférica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (ELAT/INPE) em 2018, o município apresenta uma densidade de descargas de 2,947 raios por km²/ano, estando na 278ª posição a nível estadual e na 3 218ª a nível nacional.

Com mais de 1 800 horas de insolação por ano, a umidade do ar média anual é de 84%, contudo baixos índices de umidade podem ser registrados durante a estação seca ou em longos veranicos. Nesses períodos, o ar seco em associação à poluição favorece a concentração de poluentes na atmosfera, contribuindo com a piora da qualidade do ar.

Nevoeiros ocorrem quando há combinação de alta umidade e baixas temperaturas. O vento dominante é originado na direção leste e, no período mais ventoso do ano, entre os dias 3 de agosto e 6 de dezembro, a velocidade média é de 10,6 quilômetros, tendo uma ligeira concentração entre setembro e outubro. Na época mais calma, de março a junho, a velocidade média varia entre 8 e 9 quilômetros por hora.

Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), referentes aos períodos de 1961 a 1962, 1979 a 1983, 1985 a 1988, 1990 e 1992 a 2005, a temperatura mínima absoluta registrada em Ipatinga, na antiga estação meteorológica da Usiminas, foi de 7,6 °C em 1º de junho de 1979 e a maior atingiu 38,9 °C em 29 de novembro de 1993. O menor índice de umidade relativa do ar foi de 21% em 21 de novembro de 1982. O maior acumulado de precipitação em 24 horas, por sua vez, foi de 241,7 milímetros (mm) em 14 de novembro de 1981. Outros grandes acumulados (completando os cinco maiores) foram 204,2 mm em 16 de dezembro de 1988, 181,3 mm em 20 de novembro de 1998, 180 mm em 20 de março de 1979 e 171,1 mm em 10 de dezembro de 1980.

Medições da Usiminas posteriores a este período registraram máxima recorde de 42,6 °C em 31 de outubro de 2012 e umidade mínima absoluta de 16% em 10 de setembro de 2012.

A vegetação nativa pertence ao domínio florestal Atlântico (Mata Atlântica), restando poucas regiões fragmentadas em meio a áreas reflorestadas, pastagens e ao perímetro urbano.

A monocultura de reflorestamento com eucalipto, no entanto, apresenta uma considerável relevância e ocupa área maior que o bioma original, tendo como finalidade a produção de matéria-prima para a fábrica de celulose da Cenibra, localizada em Belo Oriente.

Em 2009, os plantios de eucalipto ocupavam 3 055,74 hectares ou 18,36% do território de Ipatinga. Nesse mesmo ano, 51,55 hectares (0,31%) eram cobertos por cursos hídricos e 3 299,01 hectares (19,82%) eram áreas urbanizadas. Em 2014, as plantações de eucalipto ocupavam 32,750 km² (19,5% da área do município), enquanto a Mata Atlântica nativa abrangia 6 km² (3,65% da área total).

Ipatinga conta com uma área de proteção ambiental (APA) e duas reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), que aliadas a áreas de preservação vizinhas, como a Serra dos Cocais em Coronel Fabriciano e a APA de Santana do Paraíso, constituem um corredor ecológico até o Parque Estadual do Rio Doce (PERD), que por sua vez faz limite com o município e é considerado o maior remanescente de Mata Atlântica e um dos principais sistemas lacustres do estado.

Parte das áreas de preservação locais, no entanto, é usada para pastagens ou cultivo de eucalipto. A APA Ipanema, como é denominada, foi criada em 1997 e abriga remanescentes de Mata

Atlântica que atuam como mata ciliar para a região da nascente do ribeirão Ipanema e de outros cursos hidrográficos menores. As RPPNs Fazenda Córrego da Bucaina e Sítio do Zaca são propriedades particulares, mas ambas têm registro em âmbito estadual como áreas de conservação.

O município administra cinco parques municipais, sendo eles: Ipanema, Samambaias, Parque das Montanhas, Parque Ecológico das Águas e Parque da União. Dentre esses se destaca o Parque Ipanema, que é a maior área verde urbana de Minas Gerais, com cerca de 1 milhão de m². O Parque Municipal Samambaia, que está situado no bairro Bom Jardim e foi criado em 2000, possui um lago e um remanescente de Mata Atlântica. Também em 2000, houve a criação do Parque da União, localizado no Bairro Veneza. Os demais tiveram suas demarcações pelo Plano Diretor Municipal em 2014.

A prefeitura também mantém um viveiro municipal, onde são cultivadas as mudas frutíferas, ornamentais, arbóreas e medicinais utilizadas nos logradouros ou que podem ser adquiridas pela população.

O Centro de Biodiversidade da Usipa (CEBUS), que é administrado sob intermédio da Usiminas, conta com um minijardim zoológico, um viveiro de mudas e uma área de conservação, atendendo às escolas e à comunidade da região com visitas, atividades ecológicas e dinâmicas.

Ipatinga é considerada uma das cidades mais arborizadas do Brasil, contando com mais de 100 m² de área verde por habitante. Segundo a prefeitura, havia cerca de 100 mil árvores plantadas em áreas públicas da cidade em 2014, com presença de espécies típicas locais, como mognos, pinheiros, palmeiras, cajás, mangueiras, goiabeiras e o ipê-amarelo. No mesmo ano, existiam 450.000 m² de áreas gramadas em praças e parques, 40.000 m² de jardins e cerca de 100 praças públicas e áreas verdes, os quais são ornamentados com aproximadamente 20 espécies típicas, dentre elas: trapoeraba-roxa, clorofito, coleus, erica, ixora, onze-horas, vinca e margarida-branca.

Sabiá-laranjeira, sanhaço, tico-tico, rolinha, saíra e bem-te-vi são aves típicas da fauna local, ao passo que animais silvestres podem ser encontrados, sobretudo em áreas de florestas remanescentes, a exemplo de gato-do-mato, tatu, paca, raposa e rato silvestre.

Alguns dos principais problemas ambientais que a cidade sofre são as enchentes, que no período chuvoso provocam grandes estragos nas áreas mais baixas e populosas, e os deslizamentos de terra nos morros e encostas.

Existem pontos com deficiências de drenagem, impedindo o devido escoamento da água das chuvas em direção aos cursos hidrográficos. Entretanto, as áreas de risco de escorregamentos de

encostas no município são proporcionalmente pequenas em relação à extensão do perímetro urbano, levando em consideração que o relevo da zona urbana é relativamente menos acidentado e que grandes parcelas do território municipal são administradas pela Usiminas. Mesmo assim há um Plano de Risco Municipal a fim de identificar áreas propícias a sofrerem danos.

As queimadas florestais destroem a mata nativa, comprometendo a qualidade do solo e prejudicando ainda a qualidade do ar, sendo que a cidade também é afetada pela poluição atmosférica gerada nas usinas do Vale do Aço.

Ipatinga conta com painéis de qualidade do ar instalados em alguns bairros, com objetivo de informar o índice de poluição. A poluição hídrica se mostra amenizada pela existência de estações de tratamento de águas residuais da Copasa e da Usiminas, que atendem a mais de 99% da população.

A poluição visual, por sua vez, é intensa em diversos locais do perímetro urbano, sendo considerável a presença de cartazes com anúncios fixados sem controle postes e placas, situação que é agravada pelas pichações em muros e portões de casas e lojas.

1.8.6. Evolução dos principais indicadores econômicos e sociais do município de inserção da IES

Município sede: Ipatinga

IDHM 2010: 0,771

População (IBGE Estimativa 2021): 267.333

Densidade demográfica (2022): 1.381,16 hab/km²

PIB per capita (2020): R\$ 42.001,94

Indicadores econômicos e sociais

Desenvolvimento Humano	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,312	0,583	0,705

IDHM Longevidade	0,706	0,787	0,864
IDHM Renda	0,636	0,697	0,752
IDHM	0,519	0,664	0,771

Fonte: PNUD, Ipea e FJP - 2013

Composição dos Indicadores

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes >> município			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,312	0,583	0,705
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	31,68	47,17	62,54
% de 18 anos ou mais com ensino médio completo	18,11	27,11	42,67
% de 25 anos ou mais com ensino superior completo	4,83	6,04	11,35
IDHM Longevidade	0,706	0,787	0,864
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,73	68,61	73,94
IDHM Renda	0,636	0,697	0,752
Renda per capita (em R\$)	417,92	613,05	862,91

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Trabalho e Rendimento

Em Ipatinga , segundo dados do IBGE:

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	2,4 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	79.764 pessoas
População ocupada [2020]	28,1 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	33,8 %

Outros dados do Município:

Ocupação da população de 18 anos ou mais - município	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	65,14	65,23
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	65,23	8,77
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	65,52	73,45

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Rendimento médio	2000	2010
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	42,57	9,75
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	70,42	64,43
Índice de Theil-L dos Rendimentos do Trabalho – 18 anos ou mais	0,57	0,40

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	417,92	613,05	862,91
% de extremamente pobres	9,26	4,82	1,13

% de pobres	27,56	16,39	5,92
Índice de Gini	0,55	0,55	0,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Vulnerabilidade Social

Crianças e Jovens - Município	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	31,24	22,30	13,22
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	*	76,23	59,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	10,25	2,80	2,15
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	*	12,19	6,66
Razão de Dependência	62,32	45,71	38,81
Famílias	1991	2000	2010
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	13,85	12,99	10,52
% de vulneráveis e dependentes de idosos	*	44,93	68,48
% de crianças extremamente pobres	13,41	68,48	2,27
Condição de Moradia	1991	2000	2010
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	87,44	94,92	98,72

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Habitação – Saúde ambiental

Indicadores de Habitação - município	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	90,72	95,72	98,14
% da população em domicílios com energia elétrica	97,69	99,79	99,93
% da população em domicílios com coleta de lixo. (Somente para população urbana)	83,54	98,52	99,85

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Saúde

Em Ipatinga, segundo dados do IBGE de 2020, a mortalidade infantil é de 7,97 óbitos por mil nascidos vivos.

Indicadores de Saúde - município	2013	2015	2017
% de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	1,82	1,47	0,88
% de internações por condições sensíveis à atenção primária	21,43	20,61	16,90
Taxa de incidência de AIDS	*	0,39	0,38
Taxa bruta de mortalidade	4,98	5,16	5,13
Taxa de mortalidade infantil	8,83	10,40	8,89
% de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	8,65	8,82	7,74
Taxa de mortalidade materna	*	59,45	65,88

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

1.9. Cursos de Graduação Oferecidos

A oferta de vagas, o regime de matrícula e a situação dos cursos de graduação da Faculdade de Direito de Ipatinga são apresentados e detalhados nos quadros abaixo:

Curso	Situação legal
-------	----------------

N.º		
	Direito	Renovação de Reconhecimento: Portaria MEC nº 268 de 03/04/2017, publicada no DOU de 04/04/2017
	Odontologia	Reconhecimento: Portaria MEC n º 608 de 13/10/2016, publicada no DOU de 14/10/2016.

Fonte: Secretaria Acadêmica e sistema e-MEC.

1.9.1 Perfil do Egresso da IES

A educação que a Faculdade de Direito de Ipatinga se propõe a praticar em seus cursos visa formar cidadãos numa perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar:

- ✓ Com conhecimento necessário para trabalhar, tanto individualmente como em equipe;
- ✓ Com elevada consciência política e social;
- ✓ Com conhecimento dos problemas locais, regionais e nacionais;
- ✓ Com entendimento técnico para liderar projetos; e
- ✓ Com sensibilidade para os problemas da humanidade, do ponto de vista ético e moral, orientado para a construção de um mundo socialmente digno.

Assim, a Fadipa propõe-se o desafio da formação de profissionais competentes e capazes de sobressaírem-se diante dos diversos desafios políticos, sociais, culturais ou econômicos.

Desta forma, o perfil do profissional deve adequar-se às necessidades do mercado de trabalho enfatizando as questões éticas, sendo crítico, capaz de contribuir para a transformação da sociedade, voltado para o mercado de trabalho, aliando a competência profissional à competência humana e espiritual para o exercício consciente da cidadania, ou seja, quer preparar profissionais capacitados para competir no mercado moderno, com responsabilidade, respeito e senso crítico, voltado para o crescimento do ser humano, dentro dos princípios sociais, éticos, solidários e justos.

1.10. A Qualidade Institucional

Para a Fadipa a qualidade institucional é um atributo que se manifesta em toda sua dinâmica processual e nos resultados produzidos, que expressa a consecução, nos graus estabelecidos como desejáveis, da missão da instituição, bem como da observância de seus princípios e diretrizes de ação.

A qualidade, assim entendida, deve estar presente nas atividades-fim que desenvolve - ensino, iniciação científica e extensão, no seu sistema de gestão e nas relações com a comunidade.

Assim, para se buscar no horizonte institucional, objetivos associados à ideia de qualidade, faz-se necessário definir referenciais que norteiem as ações, orientando o seu planejamento e permitindo avaliar resultados.

Com fulcro em proposições da ***Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI*** (UNESCO, 1998), a Faculdade de Direito de Ipatinga elegeu alguns referenciais que deverão orientar o cumprimento da sua missão nos próximos anos:

- ✓ Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- ✓ Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a sua convivência;
- ✓ Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- ✓ Disseminação de todas as formas de conhecimento que a Instituição abriga, democratizando continuamente o acesso ao mesmo;
- ✓ Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam às demandas sociais;
- ✓ Compromisso com a missão e os objetivos da IES, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

1.11. Relação entre as Demandas Regionais e a Inserção da Faculdade de Direito de Ipatinga

Na configuração do seu plano de operacionalização, os idealizadores e envolvidos no funcionamento da IES, consideraram todos os dados e conhecimentos acerca da realidade regional e brasileira.

Nesse sentido, a IES se inseriu na região sob uma perspectiva que tem como foco três conceitos básicos:

- ✓ A IES como meio de capacitação técnica e treinamento de profissionais para instituições, empresas e órgãos;
- ✓ A IES como patrimônio público na medida em que desempenhará funções de caráter político e ético na formação de cidadãos;
- ✓ A IES como meio para o desenvolvimento econômico, cultural e socioambiental.

No que diz respeito ao primeiro conceito, há que se considerar que o desenvolvimento econômico está atrelado diretamente à oferta de Educação e, em detrimento, da formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho em diversas áreas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico e dos serviços básicos à população: saúde, educação, justiça etc.

Os dados socioeconômicos da região de inserção da IES demonstram que, mesmo com o grande número de Instituições de Ensino Superior criadas na última década, o problema da

qualificação para o mercado de trabalho e a regulação da justiça social persistem, quadro que se agrava ainda mais quando analisa apenas a área da saúde.

Dessa forma, a IES teve em sua gênese o caráter de não se constituir apenas como mais uma IES implantada no Vale do Aço, mas como uma IES que tem consciência plena de que seu papel como instituição de ensino superior converge para sua própria consciência de que é preciso melhorar o cenário regional em termos profissionais e sociais para que todos os setores da sociedade e da economia tenham também o desenvolvimento adequado, afinal tudo passa direta ou indiretamente pela Educação. No que se trata dos futuros cursos planejados para a IES, de diversas áreas do conhecimento, há que sempre se formar profissionais com competências e habilidades necessárias e eficazes para o mercado de trabalho. Nesse viés, além de considerar os dados estatísticos da demanda da região por determinados profissionais, a continuidade do trabalho de expansão da IES dar-se-á a partir da junção dos atores acadêmicos e os agentes dos órgãos, instituições e empresas, públicas e privadas, implantadas na cidade de Ipatinga e região numa concepção de agenda que realmente seja voltada ao atendimento das suas demandas por mão de obra qualificada e não apenas “formada”.

No que diz respeito ao segundo conceito norteador, há que se considerar que os dados socioestatísticos que foram apontados demonstram que há a necessidade de estabelecimento de novas IES com perspectivas acerca de uma formação ético-política que constitua cidadãos conscientes de seu real papel frente aos anseios sociais. Afinal, só dessa maneira, como já apontamos anteriormente, será possível inserir socialmente aqueles que vivem à margem da sociedade. Da mesma forma, há que se convir a necessária preservação da cultura e do patrimônio ambiental, riquezas que só se preservam mediante a valorização destas em todos os níveis educacionais e a Faculdade de Direito de Ipatinga tem plena consciência de seu papel no que diz respeito a formar indivíduos capazes de intervir positivamente na preservação da sua própria cultura e patrimônio ambiental.

Nesse mesmo viés social, há que se considerar que a IES através de parcerias com empresas e órgãos públicos, tem como campo prático para as ações extensionistas voltadas à preservação do patrimônio cultural e ambiental as movimentações culturais e patrimônio sócio-histórico do Estado, bem como a expectativa de continuar o seu trabalho de maneira a regular e valorizar o meio ambiente, considerando o homem como parte dele. Afinal, a IES está inserida em uma região de grandes riquezas naturais e tem como um de seus focos a sustentabilidade inserida em seus objetivos institucionais.

No que tange ao terceiro conceito norteador da Faculdade destaca-se que a IES tem um papel preponderante no desenvolvimento socioeconômico regional na medida em que tem conhecimento acerca da totalidade das suas demandas e necessidades da sua região de inserção. Ou seja, trata-se da relevância do conhecimento da IES acerca da sua própria realidade de inserção e das perspectivas socioeconômicas regionais, o que faz com que a IES tenha como norte uma formação integral do indivíduo,

capacitando-o a realizar as funções determinadas ao desenvolvimento regional, sob o âmbito de formar o homem como um ser social e histórico-social; social no sentido de que o sujeito tem a consciência de sua relação com o outro e de sua responsabilidade sobre a construção da sociedade em que se insere, histórico no sentido de ser um indivíduo consciente de seu papel na transformação da sua região, da sua história e de *outrem*.

Assim, a Faculdade tem plena consciência de que é necessária em sua região, haja vista ela buscar formar um sujeito cidadão no sentido estrito e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, o que requer constituir uma identidade do egresso que se estabelece a partir do percurso formativo de uma profissão/área escolhida e de uma mudança de paradigma social centrado na corresponsabilidade.

Essa prática identitária, ao se estabelecer com as perspectivas da cidadania e do construto social, constitui-se também no âmbito das expectativas mercadológicas, haja vista a IES ter como norte a ideia de que a sociedade contemporânea é produzida a partir da indissociabilidade entre as suas perspectivas constituintes: economia, política, mercado de trabalho, comunicação, interação etc.

Logo, a Fadipa, a partir do diálogo constante com o mercado de trabalho e as demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais, procura estabelecer práticas de construção de conhecimentos centradas em formar um profissional que seja um valor para as instituições que necessitam de suas competências e habilidades, e não apenas um sujeito capaz de executar uma determinada tarefa.

Enfim, o município onde se situa a IES, conforme caracterização anteriormente apresentada, é um espaço social e econômico que demanda por uma intervenção qualificada para a geração de desenvolvimento.

1.12. Filosofia Institucional

O Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade de Direito de Ipatinga busca a humanização do ser humano e da sociedade a qual pertence, visando a melhoria da qualidade de vida a partir da sua realidade regional. Em razão desta concepção e compromisso, a IES projeta suas políticas e planos de ação na direção da contextualidade, da função político-social que lhe cabe neste contexto e da contribuição que as ciências e a iniciação científica trazem às instituições, ao sistema produtivo e à própria sociedade. Tais diretrizes e políticas visam também à modernização e à emancipação sociopolítica e cultural da comunidade da região de abrangência da IES, ou seja, nessa expectativa como uma práxis de mudança de realidade para o Ensino Superior.

O projeto acadêmico-científico da Faculdade inspirou-se na dimensão histórica e no dinamismo da sociedade que lhe dá forma e conteúdo. Nesta perspectiva, as ciências e o

conhecimento desenvolvidos através do ensino, da iniciação científica e da extensão cumprem a função de mediação dentro e fora da IES, como meios e instrumentos críticos, dinamizadores e fortalecedores dos indivíduos, instituições e segmentos sociais.

A função acadêmico-pedagógica da IES, em cumprimento às suas funções específicas e em atenção ao seu projeto institucional é, portanto, a de intervir produtivamente na sociedade, de forma a potencializar sua capacidade criativa e gerar situações de superação em relação a estágios vigentes, projetos interdisciplinares e à construção de cenários futuros necessários e desejáveis.

Assim, este Projeto tem como norte a marca da participação da comunidade acadêmica e da integração de seus componentes, ou seja, não considerando o trabalho terminado; ao contrário, submetendo-o à avaliação permanente, sempre, com o desenvolvimento regional e global, com o aperfeiçoamento institucional, e coerente com os objetivos da IES.

O ensino, a iniciação científica e a extensão são, portanto, as especificidades da Faculdade que funcionam como meio e instrumentos para cumprimento da finalidade social e pública.

Este Projeto Pedagógico Institucional direciona a Instituição para as seguintes funções político-sociais:

- a)** Ser uma Instituição de Ensino Superior aglutinadora das agências sociopolíticas e econômicas, com vistas ao planejamento regional.
- b)** Tornar-se uma Instituição de Ensino Superior condutora do processo de desenvolvimento e de crescimento regional, em todos os setores nos quais desenvolvem seus programas.
- c)** Exercer uma função crítico-científica da realidade, produzindo alternativas inteligentes e inovadoras.
- d)** Promover a divulgação de seu trabalho e da produção como propostas para revitalização, orientação e promoção das instituições, organizações e comunidades em suas diversas áreas de atuação.

O desenvolvimento destas funções proporcionara à IES a efetivação de seus fins e a garantia de que seu projeto institucional e pedagógico tenha relevância, tanto para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, quanto para a promoção sociopolítica e cultural das comunidades que compõem a região de abrangência da Instituição.

1.13. Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos que norteiam as Práticas Acadêmicas

Considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área dos cursos. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas atividades de ensino-aprendizagem articulam-se em uma concorrência solidária para a criação do sentido e do conhecimento.

A Faculdade adota ações inovadoras a partir de práticas de estudos com metodologias ativas de aprendizagem e a implementação da sala de aula invertida que provocam em seus alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática, plenamente alinhadas ao perfil profissional do egresso do curso.

Em função de sua missão e dos seus objetivos, a IES concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

O processo educativo dos cursos de graduação atende às políticas definidas no PDI ao propor, na sua organização didático-pedagógica, um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem que orientam para a formação de um cidadão profissional com:

- a) Sólida formação, técnica e científica;
- b) Compromisso com a ética, estética e princípios democráticos;
- c) Formação humanística;
- d) Responsabilidade social, ambiental e cidadania;
- e) Espírito investigativo e crítico;
- f) Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- g) Disposição para trabalhar coletivamente.

A Instituição elaborou este Projeto Pedagógico Institucional - PPI a partir da reflexão, discussão e colaboração de toda a comunidade acadêmica, e assumiu seu cumprimento integral como um compromisso institucional, tendo presente em suas ações que este compromisso estabeleça os princípios da identidade institucional e expresse a missão, os objetivos, os valores, as práticas pedagógicas, as políticas de ensino e extensão e sua incidência social e regional.

Através de critérios pedagógicos, a política de ensino da IES privilegia a formação por competências e habilidades. Assim, a estrutura e a concepção curricular visam favorecer a flexibilidade e a interdisciplinaridade, investem em projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, fortalecem diversas modalidades de ensino-aprendizagem, assim como fomentam a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e compromissos da comunidade acadêmica. Tais aspectos da política institucional são expressos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

1.14. Planejamento Didático-Instrucional

A IES estabeleceu como plano acadêmico o conjunto das atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

A concepção fundamentada na missão, que foca o crescimento socioeconômico e político-cultural no âmbito de sua abrangência, remete a execução de seus programas a uma integração com os diversos espaços sociais que compõem o município do seu entorno e a uma articulação sistemática com instituições e organismos externos com quem está interagindo.

Em função desta concepção e política, a operacionalização do plano acadêmico da IES está a cargo de seus órgãos administrativos-acadêmicos, que desenvolvem os seus projetos de ensino, iniciação científica e extensão.

Para o cumprimento do Projeto Pedagógico Institucional, estabeleceu-se as seguintes linhas básicas de ação:

- desenvolver uma sistemática organizacional que harmonize o funcionamento de todos os órgãos e setores da IES por meio de um mecanismo adequado de interação e comunicação interna e externa;
- viabilizar economicamente a Instituição, sobretudo, para lhe dar efetivas condições para o ensino, a iniciação científica e a pós-graduação;
- articular a interação do ensino, iniciação científica e extensão nas perspectivas dos

cursos atuais e dos que venham a ser criados;

- criar condições institucionais para garantir cursos de pós-graduação, com vistas ao aperfeiçoamento, tanto dos seus recursos humanos, como dos profissionais de sua área de abrangência;
- fortalecer sua identidade comunitária, pela interação da Instituição com sua área de influência, principalmente nos campos da cultura, educação, saúde e meio ambiente;
- aprimorar a infraestrutura, para o melhor desenvolvimento dos projetos atuais e a implantação dos projetos previstos;
- aperfeiçoar o espírito participativo dos membros da comunidade acadêmica; efetivar a participação dos membros da comunidade externa na solução dos problemas da IES e dos problemas da própria comunidade.

1.15. Planejamento Didático-Pedagógico

A Faculdade de Direito de Ipatinga desenvolve a educação superior a partir de cursos de graduação nos graus de Licenciatura, Bacharelados e Tecnológicos, cursos de extensão, de Pós-Graduação, todos, na modalidade presencial, a partir de credenciamento específico.

Na educação superior, o processo pedagógico segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, dá ênfase às temáticas regionais, utilizando, sobretudo, métodos e técnicas que levem à participação do aluno, tais como: resolução de problemas, debates, seminários, simpósios, dinâmica de grupo e iniciação científica.

Os Projetos Pedagógicos sintetizam a estrutura dos cursos nas matrizes curriculares, onde ficam evidenciadas as disciplinas, carga horária, ementas e metodologias para o processo de formação do aluno.

Em cada disciplina são utilizados, na medida do possível, todos os meios de ensino e estímulo à iniciação científica e extensão, promovendo-se assim, na aprendizagem, a indissociável vinculação existente entre produção, disseminação e transmissão do conhecimento, tendo por meta a formação integral e a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

Os cursos de graduação da IES são um conjunto de atividades acadêmico-pedagógicas sistematizadas, que visam a determinados objetivos de formação acadêmica ou profissional, estão organizados de forma a que todos os créditos possam ser normalmente obtidos, dentro de um conjunto de períodos letivos, previamente estabelecidos, de acordo com a legislação em vigor.

A IES estabeleceu as diretrizes que norteiam os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação,

entendido como um processo de revitalização dos cursos de graduação a partir de sua permanente avaliação e reconstrução coletiva.

Dessa forma, os cursos de graduação têm uma concepção filosófica, embasada e substantiada no que prevê a missão da IES.

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação segue diretrizes estabelecidas em resoluções específicas do MEC. A estrutura dos PPCs segue os seguintes princípios:

- I.** A concepção filosófica norteadora do processo ensino-aprendizagem do curso, nos seus diversos níveis, apresenta uma concepção de mundo, de sociedade e de homem que se deseja para o egresso.
- II.** Definição do perfil profissional, estabelecendo suas habilidades e competências, bem como áreas de atuação;
- III.** A composição da matriz curricular deve atender aos seguintes pressupostos:
 - a.** às Diretrizes Curriculares Nacionais;
 - b.** níveis de flexibilização e interdisciplinaridade curricular de acordo com as necessidades do curso;
 - c.** concepção da relação entre teoria e prática;
 - d.** identificação de uma concepção pedagógica norteadora;
 - e.** conceituação das formas de interação entre ensino- iniciação científica -extensão;
 - f.** uma concepção e uma sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem;
 - g.** as perspectivas e possibilidades interdisciplinares no planejamento, na seleção e organização dos conteúdos curriculares na Educação.

As matrizes curriculares dos cursos de educação superior oferecidos abrangem uma sequência ordenada de disciplinas, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

A IES caracteriza “disciplina” como o conjunto de estudos e atividades de um campo definido de conhecimento, correspondente a um programa a ser desenvolvido, num período letivo, com determinado número de créditos. As disciplinas do currículo são as fixadas, atendendo às peculiaridades regionais e às necessidades de formação geral, humanística e profissional; observada a legislação vigente.

O currículo dos cursos de graduação tem organização própria, com uma grade seriada para localização do aluno acerca de sua fase no curso, ordenados em fases semestrais com pré-requisitos, quando necessários.

O programa de cada disciplina é elaborado a partir da ementa estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso, sob a forma de plano de ensino pelo professor da disciplina, discutido e aprovado pelo Colegiado competente.

1.16. Parâmetros para Seleção de Conteúdos e Elaboração de Currículos

A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos desenvolvidos nos diferentes cursos da IES leva em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

- ✓ **Sócio-antropológico**, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo é aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;
- ✓ **Psicológico**, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- ✓ **Epistemológico**, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- ✓ **Socioeconômico**, que leva em consideração às necessidades regionais e o desenvolvimento inovador e sustentável necessário à sociedade em que se insere.

Assim, a seleção de conteúdos programáticos e a elaboração dos currículos dos Cursos de Graduação ocorre sob orientação e supervisão do Núcleo Docente Estruturante, que considera as eventuais modificações a serem acrescidas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dentre suas atribuições devem contemplar o estudo e análise aprofundada de novas formas de flexibilização dos diferentes currículos e que atenda à diversidade regional, às exigências legais, bem como, a busca de um pensamento coletivo.

Para tal, os docentes envolvidos no processo devem:

- ✓ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.
- ✓ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.
- ✓ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- ✓ a revisão contínua dos currículos;
- ✓ a atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional; a orientação acadêmica; a ampliação dos recursos de apoio ao ensino; o aperfeiçoamento docente; a qualificação docente; a criação de novos cursos; a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

Assim, no que concerne a revisão/atualização dos conteúdos e currículos a IES considera o que segue:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
- ✓ Atendimento as legislações e demais diretrizes emanadas pelo MEC;
- ✓ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- ✓ Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- ✓ Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
- ✓ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- ✓ Adequação, atualização e relevância da bibliografia

1.17. Planejamento Didático-Instrucional e Políticas de Ensino de Graduação

Para a Faculdade de Direito de Ipatinga, o ensino continua sendo uma ação processual, interativa e intencional sistematizada entre professores e alunos, os quais interagem através dos mais diversificados meios de comunicação disponibilizados na atualidade para a execução das práticas pedagógicas.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são categorias prementes no processo de ensino-aprendizagem para aquisição do conhecimento já produzido, indicando caminhos para produção do novo.

O envolvimento da comunidade tem como propósito identificar e atender suas demandas e necessidades com compromisso de divulgar sua produção científica, o que ocorre pela publicação em meios físicos e digitais, bem como, seminários e palestras. Como resposta ao almejado pela sociedade regional, participa efetivamente com a aplicação destes conhecimentos adquiridos e produzidos nas soluções dos problemas apresentados, bem como, com as iniciativas inovadoras, com seus projetos de ensino-aprendizagem focados no empreendedorismo, na inovação e na sustentabilidade, proporciona o cumprimento de seu efetivo compromisso institucional promovendo o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, da sociedade.

Neste contexto, a Faculdade tem como princípio pedagógico a indissociabilidade do ensino, da iniciação científica e da extensão. Ou seja, norteadas pela sua concepção de ensino, a IES procura em todo seu percurso educativo vincular a tríade do ensino superior ensino- iniciação científica -extensão aos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.

Ao efetivar estas ações, desenvolve ensino com qualidade, ampliando e melhorando as condições de oferta. Há que se destacar que a vinculação destas ações está diretamente conectada a um corpo docente qualificado, e infraestrutura necessária, o que a IES disponibiliza a comunidade acadêmica e a sociedade.

As políticas de Ensino da IES visam o ensino como forma de inserir o cidadão em um processo em que, ao mesmo tempo em que apreenda as técnicas relativas à profissão escolhida, permita a constituição de uma visão universal da Ética, voltando -se para a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, além do desenvolvimento de ações afirmativa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Essa visão holística se dá através de práticas integrativas e inovadoras que posicionam o aluno como centro do processo de aprendizado, discriminadas neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

1.18. Mobilidade Acadêmica e Inovação

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (Paris, outubro 1998) diz que: “os sistemas de educação superior devem fortalecer sua capacidade de conviver com a incerteza, de mudar e provocar mudança,” acompanhada pela constante expansão e renovação do conhecimento, a ser cada vez mais tratado a partir das formas interdisciplinares e de sua natureza complexa.

O atual cenário impulsiona o futuro das IES com base no fenômeno da globalização, que vem revolucionando todas as políticas governamentais e as faz assumir um viés tendo em vista as influências econômicas e financeiras, principalmente, como as socioculturais e educacionais. Os gestores há muito não podem mais ignorar esta conjuntura, como também as instituições de ensino superior, pela sua natureza, já se encontram no caminho de busca de aperfeiçoamento de sua gestão para interpirem-se no cenário da educação e do conhecimento globalizado.

Assim, torna-se imprescindível que a Instituição mantenha uma visão ampliada e prospectada nos cenários que se apresentam, de forma a proporcionar em seus diversos cursos, uma formação profissional sustentada em diretrizes pedagógicas que favorecem ao futuro egresso as competências necessárias à sua atuação no mercado de trabalho, acompanhadas da capacidade de construir seu perfil ao longo dos anos, por meio da educação continuada.

Para a mobilidade acadêmica, as IES passaram a ofertar (através de editais) inscrições para alunos que gostariam de estudar pelo menos um semestre em outro Estado e/ou outra Instituição.

Não existe uma regra específica, pois cada IES possui seus próprios processos, apesar de serem semelhantes. Na maioria das vezes o aluno aproveita o conteúdo cursado na outra Instituição para com as disciplinas ainda a cursar na sua estrutura curricular.

A mobilidade acadêmica proporciona ao aluno, além do enriquecimento do currículo, uma série de conhecimentos e experiências que não teria estudado na mesma Instituição.

Não distante da perspectiva da Instituição e da mobilidade acadêmica, podemos olhar também para o lado da inovação acadêmica, buscando melhorias no processo contínuo no ensino superior.

Podemos dizer que a educação superior passa por mudanças e é preciso ser repensada. Este repensar deve ser no tocante ao espaço físico, ao ensino atual, o professor deve ser um facilitador, o aluno deverá ter mais autonomia, a inserção das tecnologias e a gestão devem ser voltadas à inovação, garantindo ao aluno este protagonismo em sua aprendizagem.

As Instituições devem, contudo, diante destas perspectivas, propor projetos, atitudes e tecnologias que farão diferenças significativas no ensino e no aprendizado. Estas transformações não podem ser desordenadas e sem visão de futuro, portando deve ser planejada e, em cada uma das etapas, avaliá-las para verificar se há benefícios.

É necessário inovar sempre e este foco deve ser o aluno e também o corpo docente. Quando falamos em também ter o foco no corpo docente para utilizar ferramentas tecnológicas e metodologias inovadoras, devemos primeiramente prepará-los para este novo processo.

O processo de inovação acadêmica deve ser na perspectiva das competências, habilidades e atitudes que farão a diferença do nosso egresso diante do mercado de trabalho que, a cada dia, fica mais exigente. Esta exigência se dá nas competências: responsabilidade; pró-atividade; liderança; e capacidade na tomada de decisão.

Neste sentido, não podemos continuar com o mesmo padrão de anos, onde tínhamos a figura do professor, o quadro e o aluno. A internet está em nosso cotidiano e exige mudanças, pois as informações estão nas mãos dos estudantes online e as IES precisam acompanhar esse novo momento.

Precisamos formar professores com conhecimento diversificado e que aplicam essa nova cultura no cotidiano em sala de aula, preparando os alunos para o mercado de trabalho. Com esta mudança podemos transformar o nosso meio acadêmico em um ambiente atrativo aos alunos de forma que estimule a criatividade acadêmica.

Para consolidar e implantar a área de inovação acadêmica, a IES deverá ter: liderança e pessoas compromissadas; políticas institucionais de incentivo e reconhecimento do processo de inovação acadêmica; capacidade de fazer gestão das mudanças culturais; agenda de aprendizado institucional; investimento em processos de inovação; infraestrutura e comunicação.

Dentre os objetivos da mobilidade acadêmica, podemos destacar:

- ✓ Proporcionar experiências de educação para a comunidade em outras IES vivenciando a sua cultura regional;
- ✓ Preparar servidores e acadêmicos para participação em de atividades em outras IES;
- ✓ Alcançar excelência nos indicadores de desempenho institucional, estabelecidos pelo SINAES, no que diz respeito à Mobilidade.



EIXOS

**P
A
R
T
E

II**



EIXO I

Organização

Administrativa e

Acadêmico-Pedagógica

1. EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Autoavaliação Institucional

Entendida como um processo permanente e como uma ferramenta de gestão, a Avaliação Institucional na Faculdade de Direito de Ipatinga tem como objetivo principal a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e, assim, exige que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, ex-alunos e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação do mesmo ao mercado de trabalho, sobre as ações direcionadas para a iniciação científica e a extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da Faculdade.

Nessa linha de trabalho todos os segmentos, em igualdade de participação, se envolverão no processo respondendo a questionários, participando de entrevistas dirigidas, analisando documentos, analisando as demandas registradas junto a ouvidoria, analisando os resultados dos eventos de extensão e iniciação científica, ouvindo a sociedade civil organizada por meio de entrevistas com beneficiários das ações sociais promovidas pela IES, bem como pela realização de entrevistas com representantes de entidades classe, representantes do poder público municipal, representantes de associações de bairro, representantes da Associação Comercial e Câmara de Dirigentes Lojistas, representantes de entidades educacionais, de assistência social, saúde, etc., ou seja, através da coleta de dados por meio de instrumentos diversificados, voltados às particularidades de cada segmento e objeto de análise, para que sejam levantados insumos para discussão em grupo, acerca das debilidades, ameaças, fortalezas e oportunidades da Faculdade de Direito de Ipatinga.

Assim, a Avaliação Institucional consiste em um processo permanente de elaboração, análise e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades, durante todo o seu desenvolvimento.

O Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade de Direito de Ipatinga deve ser entendido como uma iniciativa projetada para abranger a avaliação em todas as dimensões das atividades da Instituição, que se abre às observações, críticas e sugestões da comunidade acadêmica, capaz de levar ao autoconhecimento da IES, para que consiga um desenvolvimento cada vez mais qualificado.

Os procedimentos e a sistematização do Processo de Avaliação Institucional acontecem nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, elaborado com base no Projeto de Avaliação Institucional.

Cabe à Comissão Própria de Avaliação – CPA, da Faculdade de Direito de Ipatinga elaborar, detalhadamente, como se dará a avaliação das 10 dimensões do SINAES, apresentando a sistemática que vai, desde a sensibilização até a divulgação e apropriação dos resultados e dos planos de ações em decorrência de todo o processo.

Eixos e Dimensões do SINAES



A avaliação institucional, por sua concepção diagnóstica, é tida como um importante instrumento, para a tomada de decisões na Faculdade de Direito de Ipatinga.

A partir dela, pode-se contextualizar todas as 10 Dimensões avaliadas pelo SINAES, em seus respectivos eixos, assinalando, histórica e socialmente, a realidade institucional como um todo.

Para a Faculdade, a autoavaliação permite a compreensão dos fatos cotidianos que impactam o atingimento de seus objetivos, reforçando a necessidade de que esta escuta seja realmente ativa, ou seja, que seus resultados gerem ações que possibilitem elevar o nível da qualidade da Educação ofertada, dos serviços de suporte prestados e dos processos de gestão utilizados.

Nesse sentido, a avaliação institucional, por sua amplitude, exige o uso de múltiplas observações e instrumentos, que tragam em seu bojo critérios coerentes e relevantes sob o ponto de vista do que observam e buscam revelar. Assim, a avaliação institucional auxilia no desenvolvimento do projeto da

Faculdade, colocando uma lente de aumento sobre a necessária reflexão, coletiva, sobre sua identidade e onde se pretende chegar.

Para tanto, a Faculdade de Direito de Ipatinga adota os seguintes objetivos:

- ✓ Implementar e consolidar o processo de autoavaliação institucional de forma a atender à Lei do SINAES nº 10.861, de 2004, organizando-o como um instrumento de política educacional, voltada para a construção e consolidação da qualidade, da participação e da ética na educação superior, respeitando às diferentes identidades institucionais e regionais;
- ✓ Promover a avaliação contínua das atividades desenvolvidas pela IES, de modo a estimular um processo avaliativo embasado na construção coletiva e que almeje a melhoria contínua e ao aperfeiçoamento de ações;
- ✓ Fortalecer a representatividade dos órgãos gestores e colegiados na vida acadêmica, utilizando os dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para detectar fragilidades e potencialidades gerando insumos para a tomada de decisão gerencial;
- ✓ Organizar uma forma padrão de informações da IES, seja na fase de sensibilização dos respondentes, seja na divulgação de seus resultados, de maneira a levar os envolvidos à compreenderem que a aferição da realidade permite, verdadeiramente, a revisão das políticas e práticas pedagógicas e administrativas;
- ✓ Criar estratégias de marketing e propaganda para divulgação dos projetos institucionais e de informações úteis para as comunidades interna e externa, mobilizando os saberes para a busca de maior inovação, participação e engajamento, tornando mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade.
- ✓ Transformar a autoavaliação institucional em uma meta-avaliação, ou seja, em uma avaliação da avaliação. Essa consciência da avaliação como um processo de alimentação e retroalimentação de informações garantirá a verificação do nível da qualidade da autoavaliação, dando-lhe maior consistência e suficiência.

Vale ressaltar, que o projeto de avaliação institucional da Faculdade de Direito de Ipatinga não foi idealizado apenas para cumprir uma exigência legal, em função do SINAES. Acredita-se que, ao longo dos anos de prática avaliativa, a trajetória de autoavaliação na Faculdade deva ser marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões que conduzam ao autoconhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão acadêmica. Tal documento é de conhecimento geral da comunidade acadêmica e encontra-se disponível para consulta na IES.

Com o intuito de garantir a participação igualitária de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, a comissão própria de avaliação será composta pelos seguintes membros:

- ✓ Dois representantes do corpo docente;
- ✓ Dois representantes do corpo discente;
- ✓ Dois representantes do corpo técnico administrativo;
- ✓ Dois representantes da sociedade civil organizada.
- ✓ Um coordenador

1.2. Procedimentos

A Avaliação da Instituição tem também por objetivo identificar seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando as diversidades. Para isso, são consideradas obrigatoriamente dez dimensões, contemplando: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para o ensino, investigação científica, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de recursos humanos; organização e gestão; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento ao estudante; e a sustentabilidade financeira da instituição.

A Avaliação Institucional da IES, desde sua criação, está fortalecida com a decisão política que a priorizará como forma de diagnóstico e garantia da qualidade em educação. Em sua ação, a Direção procura o pleno envolvimento de toda a equipe institucional, acreditando ser esse o princípio fundamental para todo o trabalho de avaliação. A fundamentação teórico-conceitual obtida através da iniciação científica e dos estudos de vários profissionais são elementos norteadores do programa de AI.

O envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica na realização do que pressupõem os Projetos Pedagógicos dos Cursos e o Plano de Desenvolvimento Institucional, constitui-se em princípios para a qualidade em educação. A Faculdade de Direito de Ipatinga assume o ritmo da transformação contínua, onde a preparação técnica e científica caminham juntas com a reflexão cultural de forma criativa e profunda. Isso passa pela contínua reflexão, pela participação dos alunos no projeto universitário, pela formação continuada dos docentes, pela cooperação e diálogo com as instituições e o contexto social no qual se vincula. Em resumo, a sistemática da avaliação institucional, com vistas à melhoria da qualidade, é desenvolvida obedecendo aos seguintes princípios básicos:

- ✓ conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- ✓ reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados; e
- ✓ envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica (professores, alunos, funcionários administrativos e sociedade civil) na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.

1.3. Princípios Norteadores da Avaliação Institucional

- ✓ Globalidade;
- ✓ Legitimidade;
- ✓ Impessoalidade;
- ✓ Respeito à identidade institucional e suas características próprias;
- ✓ Continuidade;
- ✓ Regularidade; e
- ✓ Disposição para a mudança.

O Programa de Avaliação Institucional objetiva manter os diferentes setores de trabalho informados sobre seus aspectos de excelência, deficiência e carência, de tal forma que sejam tomadas decisões administrativas que gerem ações necessárias para promover correções dos desvios e carências e/ou manter e animar o que se mostrou como de excelência, com vistas a rever e aperfeiçoar o seu Projeto Institucional. Como exigência institucional, e também da comunidade acadêmica, deve-se cuidar para que a avaliação institucional seja sempre:

- I. um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- II. uma ferramenta e um conjunto de diretrizes para o planejamento e a gestão acadêmica e Institucional; e
- III. um processo constante de prestação de contas de todos para com todos;

Essas diretrizes, mais abrangentes, são desdobradas nas seguintes perspectivas de resultados:

- ✓ avaliar todos os segmentos internos para a atualização dos projetos pedagógicos e projetos administrativos;

- ✓ estimular a criatividade e provocar o encorajamento dos membros das comunidades acadêmica e administrativa para o surgimento de novas possibilidades, para a solução de problemas estruturais e funcionais;
- ✓ identificar manifestações de desacerto entre as instâncias acadêmicas e administrativas;
- ✓ apontar relações da Faculdade para com a sociedade, no que se refere às necessidades, possibilidades e potencialidades para ações recíprocas;
- ✓ avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos, visando à sua adequação ao contexto histórico, social e político;
- ✓ diagnosticar a adequação à clientela, ao contexto da sociedade onde ela se insere e dos cursos técnicos de nível médio bem como os de graduação;
- ✓ indicar as áreas sobre as quais prevalecerão os cursos de pós-graduação;
- ✓ apontar as necessidades educacionais emergentes no contexto da área de abrangência e indicar seu potencial de ação;
- ✓ identificar os melhores procedimentos acadêmicos para a transmissão e produção do conhecimento e a promoção da iniciação científica;
- ✓ identificar, na comunidade acadêmica, as lideranças intelectuais para a produção de novos conhecimentos e inovação tecnológica e científica; e
- ✓ identificar os procedimentos necessários para melhorar as relações com a comunidade acadêmica e com outras instituições nacionais ligadas à educação superior.
- ✓ Fomentar o engajamento crescente de toda a comunidade acadêmica e sociedade civil, por meio da realização de seminários e outras estratégias de sensibilização, bem como divulgação das conquistas obtidas por meio da CPA.

1.4. Metodologia

A CPA da Faculdade de Direito de Ipatinga, respeitando os preceitos da legislação vigente, é constituída por 02 (dois) membros de cada segmento da comunidade acadêmica, assim também como da sociedade civil organizada a saber: 02 representantes do corpo docente, 02 representantes do corpo técnico-administrativo, 02 representantes discentes, e 02 representantes da sociedade civil organizada e 01 coordenador.

Em sua linha de trabalho e para o bom desenvolvimento da Avaliação Institucional, todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, em igualdade de participação, sem privilegiar a maioria absoluta de qualquer um deles, se envolvem no

processo respondendo a questionários, participando de entrevistas, analisando os aspectos positivos e negativos dos cursos, discutindo em grupo as debilidades e fortalezas da Faculdade de Direito de Ipatinga e também dando sugestões que provoquem a melhoria da sua qualidade.

Assim, a Avaliação Institucional consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimentos e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades da Faculdade, durante todo o seu desenvolvimento, sendo que a CPA tem como um de seus objetivos a participação crescente de toda a comunidade acadêmica no processo autoavaliativo.

Esse processo ocorrerá em vários momentos, com a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como da sociedade civil organizada:

- I. Avaliação do docente, professor por disciplina (semestralmente, envolvendo coordenadores, docentes e discentes);
- II. Avaliação do docente, pelo coordenador de curso (semestral); e
- III. Avaliação Institucional Geral (envolvendo todos os segmentos: discentes, docentes, professores, coordenadores, Diretores, funcionários técnico-administrativos, egressos do curso e representantes da sociedade civil organizada além da avaliação do coordenador de curso pelo docente, professor e discente (anualmente).

A coleta de informações para diagnóstico e estudo da realidade institucional é viabilizada por meio de um instrumento de coleta de dados (questionário do tipo estruturado) cujos dados, sempre atualizados, servem como subsídios para o processo de Avaliação Institucional.

O questionário compõe-se por questões objetivas, sendo possível marcar apenas uma opção das alternativas propostas. A coleta de dados se dá por meio de acesso individual dos respondentes ao questionário, disponibilizado por meio eletrônico em ambiente virtual.

Os questionários foram elaborados visando as particularidades de cada segmento e objeto de análise e foram formulados em consonância com os cinco eixos propostos pelo instrumento de avaliação institucional externa do INEP, publicado em outubro de 2017. Para cada eixo, foram construídos indicadores que refletem a realidade e a vocação da IES. As perguntas foram direcionadas e filtradas de acordo com o perfil de cada respondente (discente, docente, técnico-administrativo). São utilizados também outros instrumentos diversificados para a coleta de dados como: análise documental, entrevistas com os funcionários dos setores, reuniões com grupos focais, etc.

Os questionários são respondidos pelo corpo Docente, pelo corpo Discente, pelo corpo Técnico-Administrativo, pelos egressos, quando existentes e pela sociedade civil.

As categorias e os indicadores aplicados a este instrumento foram construídos a partir de um levantamento feito junto aos setores envolvidos, a fim de retratar, com fidedignidade, a realidade e as expectativas dos interessados e envolvidos na avaliação, para propiciar diagnósticos confiáveis.

A coleta e análise de dados da Avaliação Geral acontece sistematicamente em ciclos, sendo que, em cada ciclo avaliativo são realizadas duas coletas de dados.

A Avaliação para diagnóstico global é feita a partir da visão dos discentes, dos docentes, dos técnico-administrativos, dos egressos, quando existentes, e de representantes da sociedade civil. Os instrumentos utilizados nesta modalidade contemplarão as dez dimensões do SINAES.

A cada período da Avaliação é organizada uma campanha motivadora para que alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e representantes da sociedade civil respondam às pesquisas.

A coleta e análise de dados da Avaliação Docente, também realizada através de questionários estruturados e disponibilizados por meio eletrônico, acontecem sistematicamente a cada semestre letivo sendo feita a partir da visão discente e docente, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência.

Assim sendo, a Avaliação Docente quer indicar os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

Cada aluno responde a um questionário contendo as questões referentes aos componentes curriculares nos quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliação dos docentes de todas as disciplinas. A pesquisa na modalidade Avaliação Docente será por amostragem e terá como percentual representativo o mínimo de 30% (trinta por cento) do número de alunos de cada classe. Estes alunos são escolhidos aleatoriamente, buscando o máximo de neutralidade para esta representação.

A Comissão Própria de Avaliação organiza as campanhas de avaliação, com o auxílio do Diretor, Coordenadores de Curso e representantes de classe, que colaborarão para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

Os avaliadores de todos os segmentos, depois de cadastrados no sistema, respondem aos questionários de forma on-line. Inicialmente a pesquisa nesta modalidade deverá ter como percentual representativo o mínimo de 30% (trinta por cento) de cada segmento de avaliadores, sendo que por meio das campanhas de sensibilização, ações de marketing em mídias sociais, eletrônicas e impressas, bem como demonstração das conquistas realizadas a partir da avaliação institucional, espera-se o engajamento crescente da comunidade acadêmica nas campanhas de avaliação, com o objetivo de atingir a participação de 70% (setenta por cento) de toda a comunidade acadêmica interna (professores, alunos e funcionários técnico-administrativos).

Os egressos, quando existentes e os representantes da sociedade civil organizada, participam desta avaliação geral, respondendo a questionários próprios.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos, em especial, quando houver a participação efetiva da comunidade acadêmica. Por isso, é de fundamental importância a primeira fase do processo, que é a sensibilização. Divulgar as melhorias alcançadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional é considerada como importante e eficaz estratégia para gerar o engajamento dos setores envolvidos.

A mobilização tem previsão de início, aproximadamente, um mês antes da data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolverá, primeiramente, o diretor e os coordenadores de curso. Como parte dessa mobilização interna, a Faculdade tem como estratégia a realização de reuniões com os representantes de turma e coordenadores de cursos, na qual é explicado o processo de autoavaliação, o órgão responsável (CPA), a metodologia utilizada, as finalidades da mesma e as melhorias alcançadas.

Essa comunicação ressalta como este processo faculta aos cursos e à toda a Instituição a oportunidade de se conhecerem melhor e refletirem sobre o que fazem, como se organizam e agem, ao mesmo tempo em que podem descobrir como são vistos pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Na reunião será ressaltado, ainda, a importância de todos trabalharem juntos pela melhoria da educação, conseguindo identificar as fragilidades e assim ter a oportunidade de corrigir as ações de acordo com os objetivos traçados.

Em seguida, a previsão é de que os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente sejam sensibilizados a participar com a ampla divulgação da versão dos modelos específicos.

Com o objetivo de gerar comprometimento com o processo de autoavaliação, são utilizados meios formais de comunicação com todas as áreas avaliadas como, por exemplo, comunicado ao responsável do setor administrativo ou acadêmico, e-mails, SMS, cartazes

informativos nos ambientes acadêmicos, site da Instituição, redes sociais, portal do aluno e do professor.

A CPA acredita que a participação dos professores no processo de divulgação, é extremamente importante, visto que eles são os maiores disseminadores das informações acadêmicas. Sendo assim, os docentes também receberão durante todo o período da Avaliação Institucional materiais informativos.

Um componente essencial para a realização das avaliações internas é a cooperação expressiva da comunidade acadêmica nos processos avaliativos. Para que a participação voluntária seja efetiva e confiável é preciso que os atores envolvidos tenham conhecimento da existência desses processos e da sua importância para a Faculdade, o que pressupõe a disseminação de uma cultura de avaliação.

Desse modo, as ações são iniciadas pela CPA e procuram alcançar os diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

Para o fluxo de **SENSIBILIZAÇÃO** ser eficaz deve envolver a Direção, as Coordenações de Curso, os setores administrativos, os docentes e os discentes, em conjunto com a CPA no intuito de desenvolver ações que objetivam dar visibilidade aos processos avaliativos.

Assim são realizadas, no início de cada ciclo, reuniões para definir novas ideias relativas à divulgação das avaliações, no sentido de aprimorar a utilização dos meios de comunicação, a exemplo das redes sociais, com a inserção de vídeos explicativos, folders, banner, depoimentos, etc.

Por outro viés, há um momento em que a comunidade acadêmica será convidada a responder os formulários eletrônicos de coleta de dados, customizados para cada um dos segmentos.

O convite é realizado por meio de e-mail e o acesso ao questionário corre tanto pelo link encaminhado, quanto através do login nos sistemas informatizados da Faculdade. Também é feito contato com os coordenadores de curso, permitindo que informações mais detalhadas acerca das avaliações possam ser repassadas a fim, inclusive, de demandar uma divulgação mais incisiva e individualizada nos respectivos cursos.

A sensibilização também abrange a confecção de cartazes que são distribuídos pela instituição, além de chamadas nas redes sociais oficiais. Como forma de permitir a **apropriação** dos resultados por todos os membros da comunidade acadêmica, após a coleta e a sistematização dos dados, novamente é enviado e-mail a todos os segmentos, de modo a

realizar a devolutiva dos resultados obtidos de forma sintética e analítica, informando que os relatórios elaborados a partir dos questionários encontram-se na página eletrônica da CPA.

Além disso, os resultados das avaliações são divulgados em reuniões com todos os membros da comunidade acadêmica. Os Coordenadores de Curso têm acesso aos dados sobre os docentes e as disciplinas vinculados ao seu respectivo Curso. Os professores apenas acessam a sua avaliação individual como docente e de sua(s) disciplina(s).

Com o objetivo de trazer o feedback dos processos passados e de promover a sensibilização para processos futuros, bem como para garantir a apropriação dos resultados, a CPA realiza eventos, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, inclusive com representantes da sociedade civil organizada.

Com base nessas ações, a CPA pretende consolidar cada vez mais a cultura de avaliação, principalmente junto aos discentes, o que envolve não somente o momento anterior ao período de consulta, mas inclusive o posterior, no sentido de trazer ao conhecimento dos alunos uma devolutiva dos resultados rápida e clara para que estejam mais conscientes dos pontos fracos e fortes relativos aos cursos e à instituição e possam contribuir com debates sobre o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

Durante o período da Avaliação Institucional, a CPA fica responsável em compartilhar os índices de participação discente, para toda a comunidade acadêmica. Via sistema próprio (plataforma de gestão da Avaliação Institucional), o presidente verificará as participações por curso e turma, para que a CPA consiga atuar assertivamente.

1.5. Resultados e divulgação

Os resultados da Avaliação Institucional são validados estatisticamente, realizando o cruzamento dos dados coletados em diferentes segmentos. Em seguida será feito o retorno (de forma sintética por meio de relatórios qualitativos e de forma analítica por meio de relatório quantitativo composto por tabelas e gráficos) da avaliação a todos os segmentos envolvidos, de tal forma que esses tenham conhecimento das recomendações de melhorias, cujo enfoque é a implementação de mudanças e projetos, no sentido de alcançar as metas ali sugeridas. O retorno dos resultados é feito através de:

- I. Divulgação dos resultados gerais (analíticos e sintéticos) na unidade e nos cursos, bem como no site institucional e outros canais de comunicação;
- II. Retorno individual dos resultados, aos professores do curso, por meio de reunião;
- III. Disponibilização dos resultados (analíticos e sintéticos) no site e na Biblioteca;

- IV.** Reuniões e encontros com corpo administrativo; corpo docente e corpo discente;
- V.** Divulgação de mensagens curtas e pequenos relatos por meio das mídias sociais;
- VI.** Os segmentos se apropriarão dos resultados e medidas recomendadas pela CPA, através da elaboração do Plano de Ação;
- VII.** A devolutiva da implementação e efetividade de ações devem ser feitas pelos segmentos à CPA.

Assim o projeto de autoavaliação institucional prevê a sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica, não só para atentá-los no que concerne à relevância do processo como um instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, mas sobretudo para ressaltar a eles a importância da apropriação dos resultados por parte de todos.

Para tanto, no planejamento da CPA consta a previsão de uma divulgação analítica dos resultados.

A sistemática de apuração dos resultados contempla os múltiplos recortes da avaliação: quanto à metodologia, quantitativa e qualitativa; quanto à instância, interna e externa; quanto aos objetivos, à tomada de decisão, ao mérito e à construção coletiva. Desta forma, a análise dos resultados da avaliação institucional, embora de competência da CPA, não se restringe apenas aos seus membros.

O projeto de avaliação institucional da IES definiu um modelo de sistematização dos dados coletados, que se caracteriza pela interlocução entre os diversos sujeitos que fazem parte da instituição e os diversos focos onde os processos educacionais, gerenciais e administrativos se efetivam.

No processo, trabalha-se com três princípios: apresentação dos resultados, melhoria e aperfeiçoamento; construção coletiva.

Do ponto de vista operacional, a Faculdade oferece o apoio necessário no tratamento dos dados, o que mostra o interesse da instituição na Avaliação Institucional como ferramenta privilegiada para orientação dos processos de planejamento e gestão da Instituição.

Do ponto de vista humano, o processo de autoavaliação corre o risco de não conseguir traduzir todas as percepções de seus atores e, por isso, é necessário que, mesmo durante a elaboração dos resultados, sejam colhidas novas percepções que contribuam para a melhor interpretação dos resultados encontrados.

A ampla divulgação e discussão dos resultados, sintéticos e analíticos, tanto da avaliação interna como da externa, é, em si, uma importante estratégia para garantir que a comunidade acadêmica e administrativa possa se comprometer e contribuir cada vez mais no processo avaliativo, apropriando-se dos resultados do mesmo.

Periodicamente, a Instituição deve, inclusive, promover a revisão dos instrumentos e o aprimoramento do modelo de avaliação, a partir de sugestões e críticas formuladas pela comunidade acadêmica aos processos, princípios e resultados da avaliação.

A CPA é responsável por tabular e analisar estatisticamente os dados. Tratados os dados e consolidados os resultados da avaliação institucional, serão geradas peças devolutivas e os relatórios da avaliação.

Os relatórios da avaliação ficam disponíveis no site da faculdade. Para a divulgação dos resultados da avaliação discente são também afixados cartazes com os dados gerais da Instituição, em sala de aula, no site e redes sociais.

Além disso, os Coordenadores discutem os resultados de cada curso nas reuniões com os líderes de turma e com os docentes. Os coordenadores também utilizam os resultados da Avaliação para fazer a gestão docente, promovendo feedbacks aos professores e encaminhando os planos de ação, baseados nos resultados apresentados, à CPA.

A CPA, por sua vez, envia os resultados aos líderes dos serviços avaliados na avaliação, para que eles trabalhem os planos de ação à curto, médio e longo prazo.

No processo de divulgação, a CPA considera-se sempre abrir o canal de comunicação com a comunidade acadêmica, a fim de apurar críticas e sugestões que levem ao aprimoramento do modelo de avaliação institucional e à incorporação sugestões de melhorias coletadas durante o processo.

1.6. Análise de Dados

Os dados e as informações apresentados no desenvolvimento são analisados e apropriados pelos atores da Instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Nesta seção deve ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados.

Também deve ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

1.7. Ações com Base na Análise

As ações são previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da Instituição.

A CPA, além dos relatórios institucionais, poderá elaborar relatórios segmentados para cada curso da Instituição que são remetidos ao NDE, com recomendações para processos decisórios. De posse desses, é Política Institucional que cada NDE responda aos relatórios com a realização de ações efetivas de melhoria no âmbito do seu curso.

A autoavaliação colabora para a reflexão de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Faculdade, culminando no aperfeiçoamento e mudanças, nas diferentes esferas, possibilitando à sua comunidade a apreciação e participação na gestão e na melhoria do desempenho acadêmico, particularmente na relação pedagógico-administrativa.

Uma vez que a autoavaliação tenha conseguido mostrar a percepção que a Instituição tem de si mesma, envolvendo todos os segmentos institucionais, e que tenham sido identificados os seus êxitos, o que pode ser melhorado e os aspectos que necessitarão ser modificados substancialmente, deverá ser elaborado o Plano de Ação e/ou melhorias.

O Plano de Ação e/ou melhorias é o elemento-chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional. A partir do complexo processo de avaliação, o Plano de Ação pode promover a articulação do que foi idealmente imaginado com a realidade. Isso significa que, à medida que se propõe a responder a perguntas básicas para transformar ideias em realidade, possibilitará o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento das soluções.

Como resultado prático de ações de avaliação implementadas na Faculdade, adota-se as necessárias decisões sobre os cursos que deverão receber investimentos em infraestrutura e quais incentivos deverão ser dados à criação de projetos na área de ensino, iniciação científica e extensão que levem alunos e professores ao desenvolvimento integrado de novas metodologias de trabalho.

1.8. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Finalizada a tabulação e análise dos resultados da Avaliação Institucional, são gerados relatórios encaminhados à Direção e demais setores envolvidos.

A CPA tem um período fixado para promover a discussão do resultado da Avaliação, conjuntamente com os dirigentes das áreas acadêmica, administrativa, professores, lideranças de alunos e representantes da sociedade civil.

Nesse período, são discutidas, em especial, as considerações e recomendações obtidas. A partir desse trabalho, durante as etapas de planejamento das atividades institucionais (acadêmicas e administrativas), os resultados da Autoavaliação são considerados como indicativos de ações a serem implementadas, visando às melhorias indicadas. Assim, o relatório final com seu diagnóstico e recomendações servem de base para o aprimoramento das ações, tendo em vista atingir os fins colimados pelos gestores, considerando-se a missão institucional, o planejamento estratégico e este PDI.

As mais recentes tendências de avaliação institucional estão baseadas em uma concepção que tem como eixo central a vocação da IES e os processos pelos quais busca realizá-la. Essa concepção está presente na proposta do SINAES. Trata-se de nortear a avaliação pelo modo como a instituição traça seus caminhos para alcançar seus objetivos. Não se esgota, pois, em um modelo que retrate estaticamente a organização, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece na instituição e por que acontece, com o intuito de aprimorar a sua trajetória para que se realize a sua missão, impactando o processo de gestão da IES.

Os processos de avaliação institucional compreendem dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa.

No primeiro, a instituição reconstrói a imagem que tem de si mesma, reunindo suas percepções e os dados que as baseiam. É um momento de elaboração do que vem sendo denominado de autoavaliação, seguido da construção de um plano de ação, isto é, a definição dos aspectos que podem ser melhorados para aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais e/ou de sua eficiência organizacional.

O segundo momento, o da avaliação externa, é aquele em que essa visão é discutida por uma comissão externa nos atos de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de curso e credenciamento da instituição. As comissões externas, ao interagir com os diferentes setores da instituição, também realizam um processo de avaliação à medida que discutem a visão que a instituição tem de si mesma e apresenta recomendações para seu desenvolvimento.

É evidente que a instituição vive inserida em um contexto social concreto, no qual promove intervenções e no qual busca elementos para seu crescimento e melhoria. Por essa razão, são consideradas estratégicas as relações com os processos periódicos de avaliações externas. Essa concepção dinâmica de avaliação institucional se assenta sobre uma matriz referencial de dimensões, cuja marca é a integração, os quais têm provocado mudanças inovadoras na Faculdade.

Tal matriz relaciona as dimensões “imateriais” da instituição (ensino, iniciação científica, extensão, gestão e clima) com as dimensões relativas aos elementos concretos que lhes dão vida e materialidade (corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, processos, recursos materiais e recursos financeiros). Todas essas dimensões são focadas em uma dimensão maior, que pode ser denominada de missão, vocação e objetivos da instituição.

A dinâmica desses dois momentos da avaliação, interno e externo, não pode ser condensada em um único modelo que retrata estatisticamente a instituição, mas em uma proposta que busca entender e explicar o que acontece e por que acontece, com o intuito de aprimorar a trajetória da Faculdade para que realize a sua missão. Por isso é colocada, no centro do processo, a integração organizacional, ou seja, como seus diferentes elementos interagem para a obtenção dos fins desejados.

Dessa forma, a Avaliação Institucional da Faculdade desde sua criação, está fortalecida com a decisão política que a prioriza como forma de diagnóstico e garantia da qualidade em educação. Assim, o processo avaliativo na IES obedecerá aos princípios legais da avaliação estando dentre eles a elaboração de relatórios, previstos também no planejamento da CPA, que deverão contemplar versões Parcial e Integral (Final).

Versão Parcial: Os relatórios parciais deverão contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA nos dois primeiros anos do ciclo avaliativo na IES, explicitando os eixos trabalhados.

Versão Integral: O relatório integral/final deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no último ano do ciclo avaliativo da IES, bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão.

Periodicidade: De acordo com o procedimento padrão da IES e seguindo as determinações legais, a partir do ano de início do ciclo avaliativo da IES, o Relatório de Autoavaliação é inserido anualmente em aba própria no Sistema e-Mec.

Nos dois primeiros anos o relatório é inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, é inserido em sua versão integral/final, conforme segue:

- até 31 de março do ano subsequente ao primeiro ano do processo avaliativo, inserção do 1º Relatório Parcial;

- até 31 de março do ano subsequente ao segundo ano do processo avaliativo, inserção do 2º Relatório Parcial;

- até 31 de março do ano subsequente ao terceiro ano do processo avaliativo, inserção do Relatório Integral/Final.

Assim, a Faculdade, à luz do seu Projeto Educativo, Missão, Visão e Valores, tem como principal instrumento de gestão o seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. O documento traz claramente metas e objetivos que auxiliam no processo de gestão e projeções futuras, subsidiado pelos resultados da avaliação institucional nas vertentes da AUTOAVALIAÇÃO destacados a seguir a partir dos seguintes eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura Física, e AVALIAÇÃO EXTERNA, cujos resultados geram subsídios para a ação dos Planos de Melhorias.

1.9 Evolução Institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional

Em decorrência de ações sugeridas pela CPA, a partir de demandas percebidas através de etapas de autoavaliação institucional, e também de propostas constantes na programação anual de investimentos da Mantenedora, sempre atendendo às necessidades emergentes da Instituição, destacam-se as principais evoluções após o início de funcionamento da IES, dentre outras previstas no Relato Institucional:

Evoluções Institucionais, dentre outras citadas no Relato Institucional:

- ✓ Reestruturação da acessibilidade arquitetônica;
- ✓ Ampliação da política de divulgação institucional interna e externa;
- ✓ Ampliação dos Projetos de Extensão da Faculdade;
- ✓ Estruturação do Repositório Institucional;
- ✓ Manutenção e ampliação da Política de Acolhimento e Acompanhamento dos Ingressantes;
- ✓ Ampliação do Programa de Nivelamento e Monitoria;
- ✓ Renovação da assinatura da Biblioteca virtual “Minha Biblioteca” para todos os alunos, com mais de 11.000 títulos;
- ✓ Disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem para os alunos e professores;
- ✓ Implementação do sistema de Pré-matrícula *on-line* – Portal mantido pela plataforma ERP TOTVS para automatizar e otimizar os processos de matrícula e também desburocratizar a rotina exigida nos trâmites, simplificando e agilizando o serviço;
- ✓ Realização de Treinamentos de corpo docente e técnico administrativo;
- ✓ Flexibilização em relação aos pagamentos das mensalidades;
- ✓ Avanços na organização e planejamento para a Curricularização da Extensão;
- ✓ Intensificação de acompanhamento e suporte dos profissionais das Plataformas Digitais e de Tecnologia da Informação à comunidade acadêmica;

- ✓ Revisão da Matriz Curricular visando inovações no Currículo do Curso e ajustes necessários para o ensino remoto;
- ✓ Inovação das metodologias de ensino e de suas tecnologias digitais da informação e da comunicação, inserção de novas Plataformas Digitais utilizadas para o desenvolvimento da IES.
- ✓ Construção de 2 salas de metodologias ativas



EIXO II

**Desenvolvimento
Institucional**

2. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para bem cumprir seu papel na sociedade e em consonância com as diretrizes definidas pela Entidade Mantenedora (ALFA), a Faculdade de Direito de Ipatinga tem seu Plano de Desenvolvimento Institucional orientado por sua missão, visão e valores:

2.1. Missão

Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País.

2.2. Visão

Ser uma Instituição de Educação Superior de referência na região e no Estado de Minas Gerais, buscando o contínuo aprimoramento e desenvolvimento do ensino e da extensão.

2.3. Objetivos

São objetivos da Faculdade de Direito de Ipatinga:

- ✓ garantir a efetividade da Avaliação Institucional como instrumento de gestão;
- ✓ assegurar que a comunidade acadêmica perceba a Avaliação Institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da Instituição;
- ✓ assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da Instituição estejam contemplados nas políticas de ensino e extensão;
- ✓ reformular o Programa de Nivelamento;
- ✓ melhorar a Gestão do Corpo Docente e Técnico –administrativo;
- ✓ aumentar a sinergia entre os cursos de graduação;
- ✓ melhorar o desempenho acadêmico;

- ✓ garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos;
- ✓ garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados;
- ✓ capacitar o Corpo Técnico Administrativo e Docente;
- ✓ melhorar o Clima Organizacional;
- ✓ buscar Inovação Tecnológica Contínua;
- ✓ aumentar receita;
- ✓ reduzir custos; e
- ✓ aumentar rentabilidade.

2.4. Valores

Para cumprir sua missão, as ações da Faculdade de Direito de Ipatinga são orientadas por princípios que caracterizam sua crença sobre as necessidades do ser humano, destacando-se os seguintes valores:

- ✓ integridade;
- ✓ competência;
- ✓ aspiração de crescimento profissional, pessoal e institucional;
- ✓ valorização de desempenho;
- ✓ integração;
- ✓ comprometimento com a comunidade; e
- ✓ vocação para prestar serviços.

2.5. Planejamento e Linhas de Ação

A proposta de desenvolvimento institucional contínuo da Faculdade está fundamentada na sua missão, nos seus objetivos e metas institucionais, como também na

competitividade de mercado no segmento da educação superior, e abrange especificamente a graduação (bacharelado, licenciatura, tecnologia) e pós-graduação.

Com vistas à projeção para o aperfeiçoamento da estrutura acadêmica e o constante crescimento institucional, são apresentados os objetivos e as metas, a partir de políticas internas, delineando o que a Faculdade pretende alcançar no período contemplado neste Plano de Desenvolvimento Institucional, as quais se traduzirão em ações transversais a todos os cursos ofertados, a partir das áreas de atuação estabelecidas em seu Planejamento Estratégico, a seguir:

2.6. Objetivos e Metas Institucionais

Os objetivos e metas foram estabelecidos a partir das áreas estratégicas de atuação (Ensino, Extensão, Iniciação Científica, Pessoas, Inovação, Financeira e Processos Internos) estabelecidas em reunião colegiada dos gestores.

Eixo	Objetivo	Metas
I – Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a efetividade da Avaliação institucional como instrumento de gestão. - aprimorar o sistema de avaliação institucional. 	<p>Atendimento ao cronograma das avaliações previstas no projeto de Avaliação Institucional;</p> <p>Fazer com que diretores, coordenadores e gestores utilizem os resultados da avaliação institucional na elaboração de suas estratégias para o setor (Relatório da Autoavaliação, Relatórios de Avaliação Externa, Questionário do Estudante - ENADE);</p> <p>Garantir o desenvolvimento e a perpetuidade das ações de sensibilização sobre a importância da Avaliação institucional para alcance de melhorias;</p> <p>Garantir que os resultados da Avaliação (interna e externa) sejam divulgados e apropriados pela comunidade acadêmica.</p>
II – Desenvolvimento Institucional	<p>alinhar as técnicas pedagógicas, planejamento didático instrucional e política de ensino de graduação e pós-graduação com as diretrizes do PDI;</p> <p>estabelecer conexão entre a política e práticas de iniciação científica, de inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural com as vertentes do PDI;</p>	<p>desenvolver práticas de ensino e atividades avaliativas para graduação e pós-graduação comprometidas com metodologias inovadoras, com avanços tecnológicos com ações inovadoras;</p> <p>realizar ações referentes às políticas de ensino: graduação e pós-graduação, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional;</p> <p>apoiar as práticas de pesquisa ou iniciação científica que visam a produção e interpretação do conhecimento;</p> <p>divulgar os resultados dessas práticas, inclusive de iniciação científica;</p> <p>capacitar e incentivar a produção de currículos dos cursos de modo a atender a transversalidade entre os cursos de graduação e de pós-graduação;</p>

	<p>garantir nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação temas relacionados aos requisitos legais;</p> <p>garantir que a política institucional seja voltada ao desenvolvimento econômico e social.</p>	<p>promover e apoiar as atividades de ensino valorizando a igualdade étnico racial, a diversidade cultural e de gênero, a promoção aos direitos humanos, a responsabilidade e sustentabilidade ambiental e a diversidade cultural;</p> <p>promover a difusão dos resultados à comunidade;</p> <p>apoiar eventos que atraiam os egressos contribuindo para a expansão dos seus conhecimentos;</p>
--	---	--

<p>III – Políticas Acadêmicas</p>	<p>atualizar, sistematicamente, os currículos implementando ações inovadoras;</p> <p>continuar promovendo a extensão aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes das atividades desenvolvidas na Instituição;</p> <p>desenvolver políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu;</p> <p>Desenvolver ações para iniciação científica, para a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico cultural;</p> <p>estimular a produção acadêmica docente e discente; aperfeiçoar o acompanhamento ao egresso;</p> <p>garantir processos de comunicação externa e interna, eficazes.</p>	<p>definir no planejamento da IES a atualização sistemática dos currículos;</p> <p>elaborar currículos dos cursos de modo a garantir temas transversais;</p> <p>selecionar cursos de pós-graduação que atendam às demandas socioeconômicas da região e IES e articulados com a graduação;</p> <p>promover condições para o desenvolvimento da iniciação científica nas diversas áreas do conhecimento;</p> <p>realizar ações artísticas/culturais, através de palestras, semanas de cursos, aulas práticas e eventos sociais, integrando corpo acadêmico e comunidade externa;</p> <p>apresentar programas e projetos de extensão que visem à melhoria das condições sociais da comunidade externa;</p> <p>oferecer capacitação aos docentes no sentido de identificar campos, sujeitos e estratégias para ações científicas, didático-pedagógicas, artísticas e culturais, e outras previstas no PDI;</p> <p>desenvolver o acompanhamento do egresso;</p> <p>fomentar a melhoria de sua aprendizagem e adequação às necessidades locais, regionais, do mundo do trabalho</p>
-----------------------------------	---	---

IV – Políticas de Gestão	<p>garantir a prestação de serviços por profissionais qualificados: docentes, do pessoal técnico- administrativo e gerencial;</p> <p>desenvolver política de capacitação docente e formação continuada;</p> <p>estabelecer processos de gestão institucional;</p> <p>garantir a sustentabilidade financeira</p>	<p>Implantar ações para qualificação e formação continuada;</p> <p>Ofertar e garantir a participação do docente em cursos de desenvolvimento pessoal, de qualificação, de programas de mestrado ou doutorado, conforme plano de carreira da IES;</p> <p>Promover a autonomia dos órgãos gestores e colegiados da IES com a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil;</p> <p>Realizar manutenções preventivas para redução dos custos com substituição dos equipamentos;</p> <p>Diminuir o percentual de comprometimento das despesas fixas e folha de pagamento, sobre a receita líquida;</p> <p>Reduzir a evasão;</p> <p>Ampliar receitas alternativas</p>

V- Infraestrutura	proporcionar instalações administrativas e acadêmicas que atendam às necessidades institucionais com infraestrutura física, mobiliária, tecnológica e de segurança	<p>manter acessibilidade para todos os espaços e pessoas; gerenciar a manutenção patrimonial e avaliação periódica;</p> <p>Oferecer recursos tecnológicos diferenciados;</p> <p>Manter atualizados os recursos e equipamentos necessários aos Laboratórios para o desenvolvimento das atividades acadêmicas; Implementar o plano de atualização do acervo da biblioteca;</p> <p>Disponibilizar acervo bibliográfico que atenda a demanda dos cursos; Oferecer salas de apoio de informática incluindo recursos tecnológicos transformadores com suporte e condições ergonômicas;</p> <p>Oferecer banheiros familiares e fraldários adequados às condições de limpeza, segurança e acessibilidade; implementar o plano de contingência, assegurando o funcionamento ininterrupto das atividades da IES;</p> <p>Oferecer recurso de TI e comunicação que permitam a execução das ações previstas no PDI, garantindo a acessibilidade comunicacional e a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, observando e atendendo as tecnologias inovadoras;</p> <p>integrar o AVA ao sistema acadêmico; garantir por meio do AVA a interação entre docentes e discentes.</p>

2.7. Áreas de atuação acadêmica

A Faculdade de Direito de Ipatinga em conformidade com o artigo 44 da Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), pode ofertar os seguintes cursos e programas:

- ✓ de educação profissional técnica de nível médio, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou que estejam cursando 2ª ou 3ª série do referido nível, e que tenham a idade mínima de 16 anos, comprovada no ato da matrícula;
- ✓ de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- ✓ sequenciais, por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
- ✓ de pós-graduação, compreendendo cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; e
- ✓ de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Através destes, a Faculdade compromete-se a construir propostas alternativas aos grandes desafios da sociedade contemporânea, cumprindo sua responsabilidade pedagógica e profissionalizante, além de exercer suas atividades como instituição social.

A IES atua nas áreas de ensino de graduação, pós-graduação Lato Sensu, iniciação científica e extensão. A extensão permite a articulação entre ensino e sociedade por meio de ações comunitárias, prestação de serviços e oferta de cursos integrando as diversas áreas do conhecimento. A pós-graduação permite a formação de recursos humanos qualificados para atender às demandas sociais amplia as relações da Faculdade com a comunidade científica mundial. A iniciação científica é um programa de incentivo que contribui para a inserção do aluno na carreira acadêmica e aquisição de novos conhecimentos.

A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição expressos neste PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de iniciação científica de forma a traduzirem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social desenvolvido pela IES

2.8. Planejamento Didático-Instrucional e Política de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

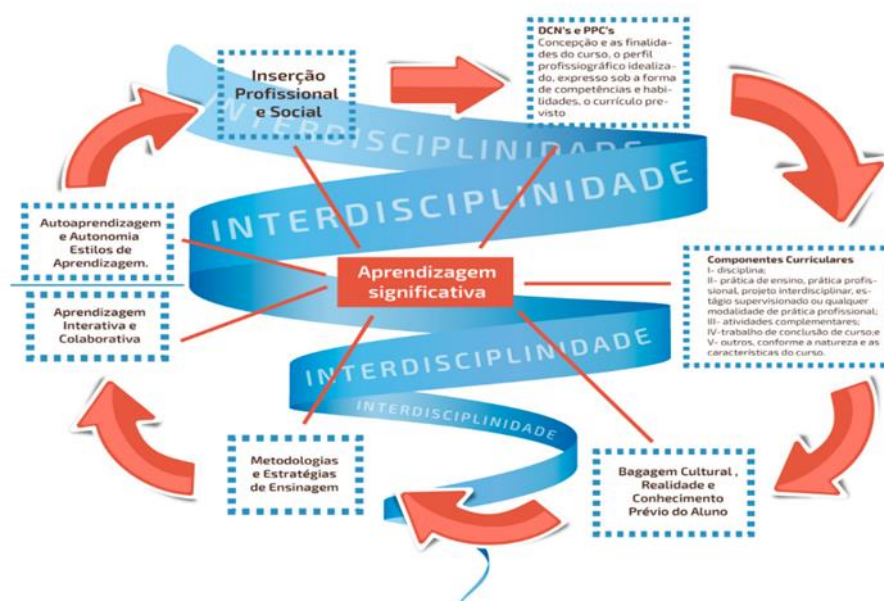
Para atender à sua missão, aos princípios e às diretrizes definidas em seus documentos institucionais, a Faculdade de Direito de Ipatinga oferece cursos de graduação, de pós-graduação lato sensu e cursos de extensão, tendo sua política de ensino apoiada nos seguintes referenciais:

Autoaprendizagem: A Faculdade incentiva os professores à prática de metodologias ativas de aprendizagem para que o aluno já não seja mais um agente passivo do processo, mas protagonista da aprendizagem no processo de interação na qual o professor é um facilitador do processo de construção do conhecimento. O Plano de Aprendizagem dos Componentes Curriculares com os conteúdos conceituais é disponibilizado pelos professores, no início do semestre letivo, para que os alunos planejem sua vida acadêmica, antecipando seus estudos. O professor indica em seu planejamento as estratégias de ensinagem¹ que buscam favorecer a autoaprendizagem. O desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo previsto nos objetivos gerais e no perfil do egresso são trabalhados nos estudos de caso, estágios, atividades complementares, bem como em outras atividades.

Aprendizagem Significativa: os projetos pedagógicos e as práticas pedagógicas devem ser desenvolvidos ancorados na perspectiva do desenvolvimento da aprendizagem significativa pelo aluno. O conhecimento prévio trazido pelo aluno deve interagir com o novo conhecimento de forma a produzir mudanças significativas na estrutura cognitiva existente, ocasionando a aprendizagem significativa. Segundo Ausubel et al (1980, p.34), citado por SILVA, S. de C. R. da; SCHIRLO, A. C. (2014, p.42), “a aprendizagem significativa envolve a aquisição de novos significados e os novos significados, por sua vez, são produtos da aprendizagem significativa”. Essa abordagem da aprendizagem significativa está voltada, portanto, para a articulação da teoria com a prática; para a integração dos conhecimentos por meio da interdisciplinaridade; e inserção dos alunos em contextos da realidade profissional.

¹ Termo adotado para significar uma situação de ensino da qual necessariamente decorra a aprendizagem, sendo a parceria entre professor e alunos, condição fundamental para o enfrentamento do conhecimento, necessário à formação do aluno durante o cursar da graduação.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA



Incentivo ao Empreendedorismo: o empreendedorismo é entendido como uma atitude transformadora diante de oportunidades empresariais, culturais ou sociais. Como forma de incentivo e desenvolvimento do espírito empreendedor nos alunos, a temática Empreendedorismo é tratada em todos os cursos de graduação. A atitude empreendedora é um importante componente e diferencial tanto para o profissional que pretende ter o seu próprio negócio, como para aquele que vai atuar como funcionário.

Educação Virtual: instrumento metodológico de flexibilização e de modernização que possibilita uma maior interação entre os alunos e professores. A Faculdade objetiva que toda disciplina ofertada de maneira presencial seja enriquecida por meio da disponibilização de materiais complementares em uma Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde os alunos por se tornar sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem.

Inserção social: os projetos pedagógicos da Faculdade contemplam processos de aprendizagem que estimulam a compreensão da sociedade e da cultura, bem como a busca de soluções para os principais problemas socioambientais contemporâneos, por meio de ações participativas. A formação ética e o exercício da cidadania e da responsabilidade social são valorizados nos cursos da IES.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade: os projetos pedagógicos dos cursos de graduação estimulam a capacidade de promover transformações duradouras que conciliem o bem-estar social, a viabilidade econômica e a conservação ambiental.

Esses quesitos integram os componentes curriculares dos cursos de modo transversal, contínuo e permanente.

Desta forma, a concepção de currículo da Faculdade define que a estrutura curricular de cada curso deva ser elaborada a partir do seu próprio Projeto Pedagógico (PPC), o qual deve atender aos princípios delineados neste PDI e nas diretrizes curriculares nacionais específicas.

A estrutura curricular adotada, diferentemente do modelo curricular tradicional, que privilegia uma formação rigidamente sequenciada em períodos, deve ser organizada por um modelo flexível de aprendizagem. Essa organização curricular fundamenta-se em uma visão interdisciplinar, transversal e transdisciplinar da educação e dos conteúdos necessários à formação acadêmica, dispostos a partir das capacidades e habilidades exigidas para a formação pretendida para os alunos.

Devem ainda ser observados os seguintes aspectos:

- ✓ As cargas horárias limites para as matrizes curriculares não podem ser inferiores ao estipulado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- ✓ O nivelamento deve ser uma Atividade Complementar facultativa;
- ✓ Nos projetos de cada curso, deve estar prevista a carga horária adicional destinada a outras Atividades Complementares específicas do curso;
- ✓ As cargas horárias e as normas destinadas à prática do Estágio Supervisionado (conforme Diretrizes Curriculares do Curso) e à elaboração do TCC devem ser construídas respeitando-se as especificidades de cada curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais para graduação;
- ✓ Cumprimento das legislações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial: a Temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas disciplinas e atividades curriculares do curso, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Da mesma forma a IES e seus cursos deverão desenvolver projetos de extensão e de responsabilidade social que visem a preservação da memória e do patrimônio cultural, bem como deve desenvolver atividades afirmativas que visem incentivar grupos de produção artística e cultural da região.

- ✓ Integração de Educação em Direitos Humanos à matriz curricular de forma transversal, contínua e permanente, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.
- ✓ Acessibilidade arquitetônica e atitudinal, atendendo à legislação sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003 e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- ✓ Inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como optativa para cursos de tecnologia e bacharelado, e obrigatória para cursos de licenciatura, atendendo ao Decreto N° 5.626/2005.
- ✓ Integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Desta forma estabelece-se abaixo as seguintes políticas de ensino, de graduação e pós-graduação na IES:

- I. cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a cada curso;
- II. formação Integral do ser humano;
- III. ensino e aprendizagem com qualidade;
- IV. sintonia com o mercado de trabalho;
- V. currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências;
- VI. certificação Intermediária, nos Cursos Superiores de Tecnologia, como forma do aluno usufruir efetivamente dos saberes construídos, à medida que finaliza módulos de aprendizado;
- VII. metodologia de ensino fundamentada na Andragogia e ação do aprendiz;
- VIII. avaliação diagnóstica, formativa, contínua e somativa;
- IX. avaliação baseada na teoria do desenvolvimento de competências;
- X. articulação entre teoria e prática;
- XI. co-responsabilidade dos sujeitos, professor e aluno, envolvidos no processo ensino-aprendizagem;

- XII. processo de ensino-aprendizagem integrado com a extensão;
- XIII. compromisso com a permanência dos alunos na IES, reduzindo os índices de evasão;
- XIV. planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no Projeto Pedagógico do Curso e no PDI;
- XV. incentivo à empregabilidade;
- XVI. incentivo à autonomia e à formação continuada;
- XVII. monitoramento, avaliação e reformulações necessárias do currículo e processo de ensino-aprendizagem;
- XVIII. infraestrutura adequada às necessidades dos cursos;
- XIX. formação continuada do corpo docente;
- XX. Investimento na formação do aluno, buscando a excelência acadêmica, a compreensão política por meio do desenvolvimento do ensino e da extensão;
- XXI. Valorização do magistério e do pessoal técnico-administrativo;
- XXII. Constante melhoria das instalações físicas, modernização dos equipamentos e da biblioteca; e
- XXIII. Atendimento às necessidades sociais da região na qual se encontra inserida, fomentando o desenvolvimento das ciências, das artes e das atividades de lazer.

2.8.1. Política de Avaliação do Processo Ensino- Aprendizagem

A avaliação inclui uma série de atividades elaboradas para analisar a aplicação geral de um programa, componentes de aula ou objetivos. Além disso, a avaliação permite que o professor verifique até que ponto as metas e os objetivos do curso foram atingidos. Ela fornece ao professor informações necessárias para melhorar elementos deficientes em uma sala ou encontro de equipes de aprendizagem interativa e para ampliar práticas eficazes. A avaliação pode ajudar na comunicação de informações de impacto às pessoas interessadas nos resultados. No entanto, a avaliação é mais do que definir objetivos comportamentais, elaborar um teste ou analisar resultados.

Existem diversas concepções de avaliação da aprendizagem entre os estudiosos da área. Para a Faculdade de Direito de Ipatinga a avaliação deve ser considerada em uma perspectiva mais ampla, envolvendo a apreciação de aspectos qualitativos, não limitando-se somente à apreensão de conteúdos e tampouco aos resultados quantitativos obtidos pela aplicação de provas e testes.

Não se considera a prova, embora não a exclua, como o único instrumento válido e confiável de avaliação, uma vez que existem outras possibilidades. A avaliação é definida como um

procedimento sistemático e abrangente em que se utilizam múltiplos instrumentos, tais como: questionários, provas escritas, provas orais, portfólios, apresentações, trabalhos em grupo, autoavaliação, entre outros, para avaliar a trajetória acadêmica e pessoal do estudante.

Os professores da Faculdade devem se atentar ao perfil dos alunos, aos diferentes estilos de aprendizagem e às necessidades educacionais especiais que porventura existam na turma. Vasconcelos (1998) aponta critérios que devem ser observados pelo professor para a elaboração dos instrumentos avaliativos, são eles:

- **Reflexivos:** *que levem a pensar, a estabelecer relações, superar a mera repetição de informação [...];*

- **Essenciais:** *ênfase naquilo que é fundamental, nos conteúdos realmente significativos, importantes, em consonância com a proposta de ensino;*

- **Abrangentes:** *o conteúdo da avaliação deve ser uma amostra representativa do que está sendo trabalhado, a fim de que o professor possa ter indicadores da aprendizagem do aluno na sua globalidade; Contextualizados: a contextualização (texto, gráfico, tabela, esquema, figura, etc.) é que permite a construção do sentido do que está sendo solicitado [...];*

- **Claros:** *dizendo bem o que quer. [...];*

- **Compatíveis:** *no mesmo nível do dia-a-dia: nem mais fácil, nem mais difícil [...].*

(VASCONCELLOS, 1998, p. 68-69).

No processo da avaliação do ensino-aprendizagem consideram-se como prioritários os seguintes aspectos:

- ✓ **Indissociável:** ser coerente com o Projeto Pedagógico de Curso;
- ✓ **Objetiva:** ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no PPC;
- ✓ **Contínua:** ocorrer ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem; e
- ✓ **Abrangente:** analisar, também, o desempenho docente e dos demais profissionais envolvidos na formação do acadêmico.

Struyven, 2005 (citado por Garcia, 2009), defende que existe uma relação direta entre a avaliação e as formas de aprendizagem dos alunos da educação superior.

De modo amplo, pode-se afirmar que existe relação entre as formas de avaliação adotadas pelos professores e as atitudes de aprendizagem apresentadas pelos alunos na graduação. Diferentes tipos de avaliação tendem a determinar a atitude de aprendizagem dos estudantes. (STRUYVEN et al, 2005, apud GARCIA, 2009).

Com base nessa afirmativa a Faculdade vem investindo na formação dos professores para que se rompa em definitivo com o padrão de avaliação voltada somente à classificação, tendo a nota como aspecto principal e consigam modificar sua postura em sala de aula.

Ao final de cada atividade avaliativa o professor realiza uma análise pedagógica para identificar o desempenho da turma/aluno a partir das competências e habilidades previstas para a respectiva atividade. Os resultados dessa análise subsidiam a elaboração de ações concretas para contribuir com a melhoria da aprendizagem.

O *feedback* das atividades avaliativas é considerado também como momento de aprendizagem pelo aluno e deve ocorrer em todas as atividades realizadas pelos alunos.

É considerado aprovado em curso de graduação o aluno que obtiver, concomitantemente, como resultado final 75% (setenta e cinco por cento) ou mais de frequência, nas disciplinas presenciais, e 60% (sessenta por cento) ou mais dos pontos distribuídos, sendo que as referidas apurações se dão em cada disciplina, presencial e on-line (quando for o caso), ressalvados os componentes relacionados a seguir, cujo sistema de avaliação está disciplinado em regulamento específico: Atividades Complementares, Prática de Ensino, Projeto Interdisciplinar ou Prática Profissional, Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais são disponibilizadas atividades avaliativas com o tamanho da fonte ampliada; ampliação do tempo para alunos com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e deficiência auditiva, e a flexibilidade de correção das avaliações.

Sempre que solicitado e, comprovada a necessidade, para realização de atividades avaliativas serão disponibilizados profissionais especializados para acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A lista abaixo representa os padrões da Faculdade para avaliação do desempenho de um aluno. Esses padrões devem ser incorporados a toda e qualquer avaliação feita pelo professor:

- ✓ Todos os aspectos do desempenho de um aluno devem ser avaliados conforme especificado no plano de ensino da disciplina;

- ✓ O professor deve, no mínimo, garantir que o método selecionado para atribuição de nota ou conceito seja claramente entendido pelo aluno. O método deve explicar como cada conceito é determinado e delinear o que o aluno deve fazer para alcançar um conceito;
- ✓ A crítica construtiva ao aluno deve ser oportuna e contínua;
- ✓ Os alunos devem ser informados logo no início da disciplina sobre os critérios de desempenho;
- ✓ Os conceitos devem basear-se em critérios imparciais que avaliem o desempenho no decorrer da disciplina.

Para além dessas premissas norteadoras, a Faculdade adota um sistema de avaliação que prioriza as competências desenvolvidas em processos de formação ou a partir da experiência profissional, tendo como foco a verificação de conhecimento, habilidades e atitudes desenvolvidas nesses processos ou no trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento de um currículo flexível, fez todo sentido para região de Inserção da IES, uma vez que neste currículo o estudante tem seu percurso formativo alicerçado no desenvolvimento pessoal, social e profissional. Para tanto, a estrutura curricular se configura em torno de saberes que são traduzidos pelas seguintes indagações: o que é necessário saber? (conhecimento); o que se deve saber fazer? (habilidades); de que forma se deve ser? (atitudes); como aprender a apreender? (metacognição).

Essa constituição de competências no bojo do ensino superior implica uma avaliação de caráter investigativo dos processos, posturas e produtos, o que requer o uso de técnicas e instrumentos associados às experiências de aprendizagem oportunizadas aos estudantes e, por conseguinte, coerentes às dimensões do indivíduo, cidadão e profissional, enquanto premissas do nosso projeto acadêmico.

Nesse ínterim, a avaliação formativa a serviço da aprendizagem dos estudantes se apresenta enquanto concepção mediante os seguintes princípios:

- ✓ Diagnosticar o desenvolvimento do aluno no processo interativo em sala de aula;
- ✓ Reorientar a ação do estudante a partir do feedback e da autorregulação.

Dessa maneira, toda a Faculdade ao pensar na avaliação em si, entende que alguns preceitos inovadores devem estruturar esse conceito, sendo eles: a zona de desenvolvimento proximal, o erro na perspectiva construtiva, a dialogicidade e o feedback, a autonomia e autorregulação.

Tais conceitos exigem uma ruptura epistemológica com o modelo positivista que privilegia o resultado em detrimento do processo. O de zona de desenvolvimento proximal possibilita um novo território de ação, ao considerar “o conhecimento como processo polifônico e plural, o desenvolvimento do indivíduo como um processo marcado pelas interações sociais e por

descontinuidades evolutivas e, ambos na fundação de um novo equilíbrio entre o individual e o coletivo”

2.8.2. Trabalho de Conclusão de Curso

Todo aluno regularmente matriculado na Faculdade de Direito de Ipatinga em curso de graduação em que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para obtenção do grau respectivo, precisa elaborar um trabalho final orientado por um professor pertencente ao quadro docente.

Na Faculdade a modalidade (artigo científico de revisão bibliográfica, relato de experiência, monografia, estudo de caso, etc.) correspondente a essa atividade será definida em cada Projeto Pedagógico de Curso, observado o disposto nas Diretrizes Curriculares respectivas, tendo em vista que o TCC consiste em um instrumento que possibilita ao acadêmico a oportunidade de demonstrar o conhecimento adquirido ao longo do curso.

A regulamentação e definição da forma de TCC da Graduação e Pós-graduação estão definidas em regulamento próprio.

2.8.3. Política de Estágio

O estágio supervisionado é uma atividade de caráter pedagógico e profissional, que articula a relação entre a instituição de ensino, o aluno e o mundo do trabalho, experiência que integra a estrutura curricular dos cursos a um projeto educacional. A IES estimula a formação de um profissional preparado, seguro, crítico e criativo, criando possibilidades para enfrentar desafios e explorar as oportunidades que o mercado de trabalho oferece.

Entende-se por Prática Profissional a atividade curricular, obrigatória, que alunos regularmente matriculados realizam na Faculdade ou em organizações parceiras, conveniadas, ligadas à área de conhecimento de seus cursos, sob a orientação de professores vinculados à IES.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios se caracterizam por atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício. As atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório e/ou Prática Profissional constam da matriz curricular do Projeto Pedagógico, quando assim determinarem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e são realizadas sob orientação de um docente.

É obrigatória, para participação na cerimônia de colação de grau e recebimento do diploma, a integralização da carga horária total e aprovação no estágio Supervisionado Obrigatório, quando constar da matriz curricular do curso, podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades. Os estágios são coordenados pelos Coordenadores de Curso e supervisionados por docentes designados pela Direção, ouvido o Coordenador do Curso.

O Regulamento para as atividades de Estágio e/ou Prática Profissional observa as particularidades da atividade profissional específica e se orienta de modo a proporcionar aos alunos a articulação da teoria e prática no ambiente de trabalho.

2.8.4. Política de Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) têm como objetivo geral flexibilizar a formação acadêmica e profissional proporcionada pelos currículos dos cursos de graduação, oportunizando aos alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, articulando os conteúdos teóricos e a prática.

As AC integram a parte flexível dos currículos dos cursos de graduação, ministrados pela Faculdade, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do diploma, nos termos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e da legislação vigente.

As AC devem ser realizadas durante a graduação, no total de carga horária prevista no projeto pedagógico de cada curso e 100% (cem por cento) da sua carga horária cumprida até o final do último período do curso.

O aluno que não cumprir as horas de Atividades Complementares previstas para seu curso não tem direito a colar grau e/ou receber o Diploma de Graduação, mesmo que tenha obtido aprovação em todos os componentes curriculares regulares da matriz na qual se encontra inserido.

As Atividades Complementares são coordenadas, em cada curso, pelo Coordenador de curso ou por quem a direção indicar.

As Atividades Complementares são classificadas, conforme sua natureza, em 5 (cinco) categorias: Ensino e Enriquecimento Curricular; Pesquisa e Produção Científica; Extensão; Socioculturais, Artísticas e Esportivas; Nivelamento.

O aluno é obrigado a fazer atividades de pelo menos 3 (três) categorias;

A regulamentação e definição das atividades complementares e formas de aproveitamento das mesmas devem ser definidas em regulamento próprio de cada curso.

2.8.5 Metodologias, Métodos e Técnicas para o atendimento educacional especializado.

De acordo com a Lei 13.146/2015 (art. 3º, inciso I) a “Acessibilidade” é a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A IES conta com infraestrutura adequada e recursos didáticos adaptados, atendendo plenamente às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2020, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Neste sentido a Faculdade de Direito de Ipatinga se preocupa com a acessibilidade tanto nas dimensões arquitetônicas, quanto nas dimensões didáticas, pedagógicas, digitais e atitudinais, no acesso aos conteúdos e atividades de aprendizagem e na expressão dos alunos em relação à aprendizagem e avaliação dos conhecimentos em estudo, adotando metodologias que permitem o atendimento educacional especializado, conforme detalhado neste PDI.

A infraestrutura da IES respeita o critério básico de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e todos os espaços estão em conformidade com a NBR 9050/2020, da ABNT.

As vagas do estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, estão localizadas o mais próximo possível dos acessos principais do prédio e em plano horizontal. Junto às vagas reservadas, está demarcado no piso o espaço para circulação da pessoa com deficiência por meio de faixa e são sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso pintado no piso da vaga em sinalização vertical com rampas para vencer os desníveis existentes no percurso entre as vagas reservadas até o interior dos prédios. A circulação é livre, adequada e sinalizada ligando as vagas reservadas às entradas acessíveis dos prédios, conforme critérios definidos pela NBR 9050/2020, da ABNT.

No acesso e nas circulações internas de cada prédio, os desníveis nas entradas dos prédios são eliminados através de rampas acessíveis de acordo com os critérios mínimos também definidos pela NBR 9050/2020, da ABNT.

Também nas áreas de circulação são sinalizadas através de piso tátil direcional, indicando a rota acessível (caminho) a ser percorrida. Nas entradas das salas de aula, dos setores administrativos, sanitários, elevadores, biblioteca, salas de atendimento acadêmico há a sinalização por placas em braille.

Todos os corredores e sanitários são adaptados para as pessoas com mobilidade reduzida e também atendem aos critérios definidos pela NBR 9050/2020 da ABNT, da ABNT.

Todas as salas de aula ou multifuncionais são acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Possuem espaço para acomodação de aluno em cadeira de rodas em local de boa visibilidade e espaço para manobra.

Os balcões ou parte das suas superfícies são adaptados para que se tornem aptos ao atendimento de pessoas usuárias de cadeira de rodas.

Desta forma, entende a Faculdade que o atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Nesse sentido, a Faculdade visa desenvolver estratégias para o atendimento educacional especializado que visam:

- a)** Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b)** Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c)** Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos dentro e fora da sala de aula regular;
- d)** Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e)** Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f)** Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g)** Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;
- h)** Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

- i)** Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

2.8.6 Avanços Tecnológicos e Ações Inovadoras

A Faculdade de Direito de Ipatinga acompanha o avanço das novas tecnologias, tanto no que tange ao mercado de trabalho, para poder reestruturar suas matrizes curriculares, bem como os avanços tecnológicos que ocorrem na área de educação para rapidamente implantar a seus discentes essas novas perspectivas, pois a globalização e os meios de comunicação de grande agilidade transformam o mercado de trabalho e a sociedade com muita velocidade.

Em concomitância, existe a preocupação de incentivar a cultura e a disseminação das questões simbólicas e artísticas através da leitura e da preponderância das esferas da própria organização.

A IES tem em sua filosofia partilhar e fomentar a cultura local em seus alunos, promovendo através de seu planejamento interdisciplinar, seja nas grades curriculares, seja nos programas interdisciplinares e eventos da instituição a convivência entre a globalização e os aspectos locais mantendo, através da própria inovação os aspectos da identidade local para que alunos e professores tenham propriedade do avanço tecnológico sem a perda da sua essência norteadora.

Como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados que estão à disposição no mercado atual. Citem-se como exemplos as seguintes incorporações a serem adquiridas e implantadas no decorrer deste PDI:

- a)** Uso do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de comunicação e apoio no ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;
- b)** Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- c)** Uso de softwares para as aulas;
- d)** Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- e)** Uso de equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento dos mesmos.
- f)** Lousas eletrônicas e softwares específicos para aulas que propiciam a metodologia ativa.

A metodologia de ensino adotada pela IES tem por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno, buscando uma preparação holística para o exercício de uma profissão de nível superior e de sua cidadania.

Para tanto, a IES busca constantemente ações voltadas para:

- a)** Uma gestão compartilhada na construção competente do projeto pedagógico;
- b)** Um processo de gestão centrado em valores e princípios democráticos;
- c)** Uma visão de compartilhamento de conceitos com todos os partícipes do processo de ensino-aprendizagem e de sua comunidade de princípios fundamentados nos direitos humanos e das relações étnico-raciais que envolvem a sociedade brasileira;
- d)** Busca democrática na sua essência pedagógica, visando à colaboração, co-responsabilidade e solidariedade de sua comunidade acadêmica;
- e)** Uma gestão compartilhada buscando a formação de uma cultura ética e responsável na sua essência, que deverá nortear o processo pedagógico de formação dos egressos;
- f)** Uma busca de excelência acadêmica nas áreas em que atua;
- g)** Um foco na conscientização e formação de indivíduos e de sua comunidade de princípios de conservação do meio ambiente e de uma vida social sustentável;
- h)** Um projeto pedagógico fundamentado em práticas que visam o aprender a aprender como locus principal.

O aluno, como sujeito ativo da construção do conhecimento, é um dos principais agentes do processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, para a Faculdade, a construção do conhecimento se dá com a participação ativa de todos os agentes do processo e com uma constante interação com a sociedade, assimilando e trazendo para o dia-a-dia construtivo o estado-da-arte das áreas de conhecimento dos cursos de graduação, extensão e pós-graduação.

Isso significa que a IES acredita que seus alunos somente podem ter pleno desenvolvimento de seus conhecimentos quando forem construídos através da constante interação com o meio.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem adotado pela IES está fundamentado na lógica pedagógica de que o aluno não deve parafrasear a realidade e sim observar a realidade e adotar um processo interativo e crítico da prática profissional, caracterizando-se como um agente ativo da realidade. Para isso, a IES adota os princípios pedagógicos de que a individualidade do aluno deve ser respeitada, tanto em termos de níveis de aprendizado, como formas de assimilação de conhecimentos.

Nessa perspectiva e sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, a IES oferece aos seus alunos diversos serviços voltados à inclusão digital e ao acesso às TICs – Tecnologias de Informação, o que se retroalimenta a relação ensino-aprendizagem.

Analizando a necessidade desse alinhamento, a IES disponibiliza rede wifi em toda a extensão da IES de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica.

É certo que a IES já possui um sistema acadêmico que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, porém, com o decorrer do curso, foi criado um app da IES na qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc.) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo às suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

Além disso, a IES possui um AVA que é utilizado tanto para a constituição de atividades de extensão, necessárias para o cumprimento das Atividades de Complementação Profissional, como nas disciplinas do curso que se utilizam de recursos tecnológicos para utilização da carga horária na modalidade a distância, ou como disciplina híbrida, de forma que são elementos constitutivos do processos de ensino-aprendizagem.

Para atender a essas ações, a IES disponibiliza esses recursos de informática aos seus discentes em laboratórios de informática e na biblioteca. As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades de cada curso. Todos os laboratórios estão disponíveis às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos têm acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Vale retomar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, entre eles o VLIBRAS.

Visando proporcionar a continuidade e o progresso em termos de perspectivas metodológicas, a IES solicitará à Coordenação de Curso que em conjunto com os seus docentes a análise das metodologias aplicadas na IES na busca de inovações em termos de métodos de ensino-aprendizagem.

Assim poderá ser constituído um grupo formado pelo Coordenador de Curso, Docentes e Técnicos – Administrativos que serão responsáveis também pela capacitação dos docentes que se tornarão multiplicadores das novas tecnologias incorporadas ao ensino superior.

O grupo se comprometerá a movimentar demais professores e alunos com conteúdos que incentivem o progresso cultural para além de sala de aula, oferecendo oportunidades de discutir e

ampliar as ações em prol da promoção da cultural e da arte local, assim como do respeito à Ética e da diversidade através das tecnologias, integrando o avanço e as identidades, uma vez que a IES compreende que o ensino da Cultura é uma forma de tecnologia que se integra com as práticas inovadoras.

Neste sentido poderá ser organizado, com auxílio da Direção, palestras, eventos e semanas culturais e de pesquisa com a organização de editais, na qual os alunos serão incluídos para tomar a frente do processo junto aos professores.

É de observância da IES que a tecnologia, a inovação e o a formação humana caminham de forma conjunta. Para que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e/ou descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pauta-se pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Decorre daí a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos e o contato do aluno com situações de iniciação científica.

Assim sendo, o propósito metodológico assumido pela Faculdade é o da ressignificação do conhecimento, aproximando ensino e iniciação científica, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído.

Dessa forma, o processo de teorização elaborado pelo professor tem como finalidade permanente a reinvenção e ressignificação da própria prática e aprofundamento teórico.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época.

A partir disso, fundamenta sua metodologia na ressignificação e problematização de conteúdos, enfatizando que a construção de conhecimentos ocorre a partir da vivência de experiências significativas da realidade dos discentes e de situações do cotidiano dos mesmos, visando com esse processo que o acadêmico possa atribuir sentido aos conteúdos desenvolvidos. Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina, tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, são orientados metodologicamente a partir dos seguintes princípios:

- a) Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional: abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história;

- b)** Momento de fundamentação teórica: desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- c)** Momento da produção teoricamente fundamentada: abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas.

Deste modo, as problematizações e curiosidades da realidade manifestam-se em todas as suas contradições e idiossincrasias, gerando o desassossego inicial e novos temas de estudo e iniciação científica para os professores, alunos e demais atores envolvidos. Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

É importante ressaltar que a metodologia pautada na ressignificação e problematização requer uma postura do docente no exercício de sua prática pedagógica que se faz por um permanente trabalho reflexivo com o discente, pela disponibilidade do professor para pesquisar, acompanhar e colaborar no aprendizado crítico do aluno, gerando tensão e desequilíbrio cognitivo, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

A metodologia, aqui expressa, tornou-se base para as propostas pedagógicas em cada projeto pedagógico de curso, desdobrados, nos planos de ensino das disciplinas, de forma que haja uma formação integral, evitando-se a fragmentação de estudos desvinculados da realidade e dos contextos profissionais.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio histórico que estão inseridos.

Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político com a defesa dos direitos humanos.

Ainda em relação às metodologias e práticas pedagógicas inovadoras a IES buscará sempre implementar a cultura empreendedora, da inovação e da sustentabilidade na vida acadêmica do discente tendo por finalidade o desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade. Ela é uma metodologia de ensino diretamente ligada com as tecnologias de desenvolvimento sustentável, por essa razão ela atinge não só o discente, mas a comunidade como um todo.

É por meio dessa metodologia de ensino, que os discentes têm contato com o estudo de oportunidades que visam ao desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo.

Nesse entender, a cultura empreendedora apresenta uma acentuada abordagem humanista. Dessa forma, sua metodologia elege como tema a preparação do discente para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e à eliminação da exclusão social.

Esta metodologia cria um ambiente de aprendizagem no qual o discente, de forma autossuficiente, possa perceber os valores empreendedores e aprender sobre si e sobre a comunidade. Dessa maneira, aprender a utilizar ferramentas e instrumentos úteis para o desenvolvimento de suas atividades.

Portanto, o discente identificará as fontes do conhecimento com a ajuda do docente, sendo de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo. Assim, cabe às culturas empreendedora e sustentável promover o estímulo da capacidade de escolha do aluno sem interferir com influências as suas decisões, para que tomando decisões por si só, esteja preparando-se para as suas próprias opções.

Cabe também, desenvolver o potencial dos alunos para que eles sejam empreendedores em qualquer atividade que venham a atuar.

O compromisso desta metodologia oportuniza ao discente fazer sua opção profissional e apostar no tipo de empreendedor em que seu perfil se enquadra. Portanto, cabe ao empreendedorismo estabelecer ao aluno uma forma de ser e não somente de fazer.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da IES buscam, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.

Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam qualquer área do conhecimento humano.

Desta forma, é importante ressaltar que, em conjunto com a formação proposta em suas metodologias e práticas pedagógicas que buscam a construção de um perfil de egresso inovador, os cursos da instituição promovem ações extensivas à comunidade.

2.8.6.1 FLIPPED CLASSROOM – A Sala de Aula Invertida

A Faculdade de Direito de Ipatinga, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas de ensino, busca constantemente um escopo metodológico que permite ao corpo discente o

exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegia sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve sempre estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisa relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Dessa forma, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente universitário, a IES estabelece em seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “Flipped Classroom”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo pode ocorrer por meios variados, como a disponibilização em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns ou ferramentas diversas.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor dispõe de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

O eixo central das experiências com as aulas invertidas ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que estimulam a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, todos os cursos de graduação da IES sensibilizam sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias, alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso.

Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dá-se preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática das suas áreas profissionais.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos aparece na relação estabelecida entre os professores através de práticas interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, considera-se as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, o que é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode também lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio sempre se encontra em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica é de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros nos cursos.

Para efetivação das propostas metodológicas delineadas, foram e são sugeridas as seguintes atividades:

- a)** Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- b)** Organização dos laboratórios profissionais de modo que se permita a simulação e a prática em situações reais de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e
- c)** Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional.

Em suma, o proceder metodológico delineado na IES uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para os cursos de graduação e pós-graduação, é voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a sociedade e o trabalho.

Neste mote, destaca-se o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógico, que está sendo implantado na vigência deste PDI, sendo o órgão responsável por pesquisar e disseminar na IES as novas metodologias para todos os cursos.

2.8.7 Interdisciplinaridade e Transversalidade

Considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área do curso. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas atividades de ensino-aprendizagem articulam-se em uma concorrência solidária, para a criação do sentido e do conhecimento.

O trabalho interdisciplinar e coletivo permite o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base numa visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo.

Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos como a resolução de problemas de modo global e abrangente.

Para atingir estes objetivos, compete aos colegiados de curso planejarem estratégias de aprendizagem que possam facilitar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise crítica e criativa, reflexão independente e trabalho em equipe em contextos multiculturais.

Compete ainda estimularem a criatividade, envolvendo a combinação entre o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia.

Aliam-se às estratégias de ensino e aprendizagem novas orientações para a avaliação, que sejam coerentes com os objetivos e que visem colocar em questionamento não somente a memória, mas também as faculdades de compreensão, a crítica e a criatividade, incluindo-se a habilidade para o trabalho teórico-prático.

Essas considerações devem balizar a construção de todos os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos observando os seguintes parâmetros:

- a) Concepção da estrutura curricular fundamentada em metodologia de ensino que articule o ensino, a extensão e a iniciação científica;
- b) Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores;
- c) Desenvolvimento do espírito crítico e analítico, preparando os acadêmicos para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional;
- d) Considerar a graduação como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada;

Ainda nessa perspectiva, impõe-se no plano operacional que a estrutura curricular a ser desenhada nos cursos de graduação implica em:

- a) Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares;
- b) Incentivar a aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar;
- c) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como a monitoria, os estágios e a participação em atividades de extensão e iniciação científica;
- d) Estimular práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual.

A IES promoverá a interdisciplinaridade em seus cursos, permitindo a articulação de conhecimentos e a flexibilidade de conteúdos curriculares, além de contribuir para a dinamização da aprendizagem. A Instituição promoverá a organização e a divulgação de atividades diversificadas, como semanas de estudo, seminários, palestras, jornadas, entre outras, ligadas às áreas dos cursos oferecidos com o intuito de integrar a comunidade acadêmica e complementar a formação da mesma, além de incentivar a interdisciplinaridade que é dividida em dois enfoques:

- I. **Atividade interdisciplinar do curso:** cada curso desenvolverá as atividades que julgar relevante, seguindo as políticas elencadas no PDI. Estas atividades serão realizadas por meio de visitas técnicas, mostra acadêmica, seminários, simpósios, entre outras atividades acadêmicas afins; e
- II. **Atividade interdisciplinar geral:** todos os cursos deverão desempenhar atividades comuns que possibilitarão aos alunos entenderem o caráter sistêmico do processo educacional. O aluno deve entender que, apesar de serem de áreas diversas, os cursos permitem um entrosamento na construção do saber.

Contando com a experiência e a formação da equipe de professores, a Faculdade buscará utilizar os enfoques acima somados às metodologias usualmente utilizadas, visando alcançar um ambiente propício à autoaprendizagem. Isso inclui a adoção de uma metodologia pautada na articulação entre teoria e prática como forte aliada às atividades interdisciplinares especificadas a seguir:

- I. Atividades integradas entre os componentes curriculares do currículo básico e as metodologias correspondentes, integrando teoria e prática para melhor assimilação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- II. Leitura e discussão de estudos de casos nos quais os estudantes discutem temas inovadores e polêmicos presentes na literatura recomendada para o componente curricular;
- III. Aulas que simulam situações-problema, estimulando a análise e a síntese de pensamento;
- IV. Criação de projetos que envolvem o desenvolvimento dos conceitos, procedimentos e métodos pertinentes aos componentes curriculares da área técnica com visão da prática;
- V. Seminários e semanas de estudos envolvendo palestras nas diferentes áreas dos cursos;
- VI. Visitas técnicas a empresas e organismos locais para verificar in loco situações que tenham estreita relação com o conhecimento adquirido em sala de aula; e
- VII. Elaboração dos relatórios das visitas realizadas.

Os currículos dos cursos de graduação ofertados pela Faculdade devem ser elaborados tendo como base a perspectiva apontada no Parecer CNE/CP nº 14/20121 segundo a qual:

o currículo institui e é instituído na prática social, que representa um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais, culturais, ambientais.

Nesta perspectiva o currículo representa, portanto, possibilidades de criação, organização e ampliação de experiências de aprendizagem que promovem o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos.

Os temas transversais oportunizam que a interdisciplinaridade aconteça no currículo dos cursos. Conforme consta do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (INEP/MEC), a interdisciplinaridade se define como:

[...] estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Segundo Oliveira² a Transversalidade:

diz respeito principalmente à dimensão da didática, à possibilidade de se estabelecer uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender na realidade e da realidade) e, incluir esse trabalho no currículo escolar de forma a ser aprofundado ao longo da escolaridade.

Desta forma, alguns temas, devido a sua complexidade e natureza diferente das áreas convencionais, não podem ser tratados de forma isolada, não sendo suficiente a abordagem por apenas uma área do conhecimento. Esses temas normalmente tratam de questões sociais, de ampla abrangência.

Além de outros, são tratados de modo transversal, contínuo e permanente nos currículos dos cursos de graduação da IES os seguintes temas: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos, Questões de Raça e de Gênero, etc.

2.9. Política e Práticas de Pesquisa ou Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural

As políticas e as práticas inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural são elementos constitutivos da Fadipa.

A Iniciação Científica da Faculdade tem por objetivo ser um programa que contribua para a inserção do aluno de graduação/pós graduação na carreira acadêmica. Esse programa se pauta pelo estímulo à investigação científica e tecnológica na Instituição, por meio da avaliação de projetos e concessão de recursos.

Assim, na IES, o programa é destinado aos alunos que demonstrem potencial e interesse em participar ativamente de atividades de iniciação científica e tecnológica, sob a coordenação de professores, conforme abaixo:

✓ **Iniciação Tecnológica:** entende-se a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos e que se orienta para a geração, o desenvolvimento, a adaptação, o aperfeiçoamento, a avaliação ou a inovação de tecnologias e aplicativos. Essas mediações concernem processos, padrões, materiais, produtos e prestação de serviços e estão presentes em diversas atividades profissionais, tais como planejamento, gestão, produção, prevenção, controle, preservação, conservação, recuperação, avaliação, monitoramento e análise de resultados e impactos, sejam eles sociais, econômicos, culturais ou ambientais.

✓ **Iniciação Científica:** é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação na iniciação científica. O projeto coloca o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica. A iniciação científica define-se assim como um instrumento de formação de recursos humanos qualificados. Voltado para o aluno de graduação e servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegia a participação ativa de alunos em projetos com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada.

Com o objetivo de introduzir o aluno na iniciação científica no âmbito acadêmico, potencializar novos talentos humanos, gerar conhecimentos e possibilitar o entendimento por parte de alunos, são realizadas ações que buscam instaurar sistematicamente a ambiência da iniciação científica, em caráter amplo, fazendo interagir a graduação e a pós-graduação, articulando ensino acadêmico, programas de extensão e linhas/projetos de iniciação científica.

São incentivados projetos de investigação de caráter inter e multidisciplinar, preferencialmente relacionados aos diversos interesses regionais e institucionais, e que visem à melhoria da qualidade de vida da população, assim como ao desenvolvimento científico e tecnológico e à promoção da sustentabilidade, sendo seus resultados divulgados na Revista Eletrônica Científica da IES.

O Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da Faculdade tem por objetivos:

- I. Incentivar a participação de alunos dos cursos de Graduação e da Pós-Graduação em projetos de Iniciação Científica;
- II. Desenvolver o pensamento e a prática científica, artística e cultural, com a orientação de professores qualificados;
- III. Contribuir para ampla formação de pesquisadores;
- IV. Contribuir para a melhor ambientação dos alunos na Pós-Graduação;
- V. Possibilitar maior interação entre Graduação e Pós-Graduação;
- VI. Qualificar alunos para os Programas de Pós-Graduação;
- VII. Promover a disseminação e divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, mediante o estímulo à publicação, conforme a política editorial vigente.
- VIII. Incentivar a reflexão sobre os impactos da pesquisa acadêmica na melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- IX. Institucionalizar e sistematizar a pesquisa, incentivando a implementação da política de pesquisa para iniciação científica.

Para dar cumprimento a sua política para iniciação científica a Faculdade de Direito de Ipatinga, promove as seguintes ações:

- ✓ Incentiva a participação de alunos e professores em eventos científicos promovidos pela IES, bem como por outras Instituições de Ensino Superior.

- ✓ Reserva de verba específica em seu orçamento para incentivo às atividades de iniciação científica.
- ✓ Incentiva a apresentação de Trabalhos interdisciplinares e publicações em revistas científicas.
- ✓ Realiza a publicação sistemática de Revista Eletrônica Científica, com artigos e trabalhos dos seus alunos e professores

2.10. Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

A Faculdade de Direito de Ipatinga como Instituição de Educação Superior, tem como responsabilidade desenvolver seu trabalho com o compromisso de preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade onde está inserida.

Preservar a história e a cultura de um povo é promover a construção e transformação de seu presente de forma consciente, dando sentido à sua existência.

Com essa visão, a Faculdade promove ações em parceria com órgãos e movimentos que visam a esse objetivo.

São políticas da Faculdade implementadas de modo transversal aos cursos ofertados, com o objetivo de ampliar as competências dos egressos:

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE GERACIONAL E DE GÊNERO - com vistas a garantir uma igualdade de oportunidades para todos, desenvolve uma política humanista, que se viabiliza em procedimentos de operacionalização tecnológica e ambiental, os quais possibilitam a acessibilidade a todos os espaços de uso coletivo na Faculdade. Assim, essa política objetiva a adequada aquisição de conhecimentos e o respeito às diversidades, além da constante preocupação com a melhoria da qualidade de vida, superando paradigmas ultrapassados, preconceitos e mitos, em relação à formação para a cidadania e os direitos humanos. Consta como meta deste PDI aumentar as campanhas e ações de sensibilização da comunidade acadêmica interna sobre respeito às diferenças (deficiência, faixa geracional, étnico-racial, credo, gênero, nacionalidade e orientação sexual), direitos humanos e educação ambiental e estabelecer prêmio para pessoas/instituições que fazem a diferença na área social da comunidade. Nos componentes curriculares dos cursos de graduação da Faculdade são assegurados conteúdos, atividades e práticas que visam não somente ao desenvolvimento do respeito

à diversidade geracional e de gênero, mas, também ao reconhecimento da igualdade. São também desenvolvidas ações de incentivo e parcerias com órgãos visando à formação da consciência cidadã e igualitária. Podemos relacionar também o seguinte projeto e/ou ações que abordam o tema: Envelhecer Sorrindo, Projeto Crescer Sorrindo, Além Muros, Mutirões da Cidadania, Juizados Informais, dentre outros, como o projetos Somos Todos por uma.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL - A preocupação com o meio ambiente é uma constante na Faculdade e está prevista na Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81. Com esta Lei a proteção ambiental deixa de ser considerada responsabilidade exclusiva dos órgãos oficiais de meio ambiente e passa a ser compartilhada por todos os demais setores da sociedade. A incorporação do conceito de responsabilidade social na gestão e no gerenciamento das empresas tem multiplicado a demanda por profissionais qualificados, para atuar na área de gestão ambiental. Para fazer frente a essa demanda, o Faculdade forma profissionais com senso de administração e conhecimentos voltados para o equilíbrio do meio ambiente e da boa qualidade de vida no planeta, bem como desenvolve atividades de extensão com esse intuito. Ademais, a IES busca integrar as Diretrizes Curriculares com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e intercâmbio de conhecimentos. Também busca integrar a educação ambiental às disciplinas do curso, de modo transversal, contínuo e permanente, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27/04/99 e ao Decreto nº 4.281 de 25/06/2002. No CAD – Centro avançado do Direito - se desenvolveu o Projeto: Impactos ambientais na região metropolitana do vale do aço, com entrevistas com os barraqueiros e barraqueiras da BR381 que foram atingidos pela lama da Samarco/Vale/BHP Billiton em uma iniciativa do Movimento no Médio Rio Doce dentro do projeto “MEMÓRIA E HISTÓRIA: a vida e a luta dos barraqueiros e barraqueiras da BR 381, em periquito/MG”. Além de outros projetos, como Fadipa Sustentável.

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL E DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA –
A Faculdade como Instituição de Educação Superior, tem como responsabilidade desenvolver seu trabalho com o compromisso de preservar a memória e o patrimônio cultural da comunidade onde está inserida. Preservar a história e a cultura de um povo é promover a construção e transformação de seu presente de forma consciente, dando sentido à sua existência. Com essa visão, a Faculdade promove ações em parceria com órgãos e movimentos que visam a esse objetivo. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura e, desse modo,

propiciar o entendimento do homem e do meio em que vive, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação. Como projetos e ações realizados cita-se a PROJETO PATRIMÔNIO CULTURAL que alcançou as cidades de Coronel Fabriciano, Ipaneminha e Timóteo, dentro do CAD – Centro Avançado de Direito. Além disto, há incentivo para os alunos publicarem artigos e ensaios acadêmicos envolvendo esta temática. São programadas diversas atividades voltadas para preservação da memória e do patrimônio cultural, como exposições culturais, etc.

DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - Alguns temas que tratam de questões sociais de ampla abrangência, devido à sua complexidade e natureza diferentes das áreas convencionais, são tratados nos currículos dos cursos de graduação de modo transversal, contínuo e permanente. Nessa categoria se enquadram os seguintes temas: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e em Direitos Humanos. Nos currículos dos cursos de graduação optou-se pela inserção da Educação em Direitos Humanos no formato misto, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, sendo a oferta dessa última, garantida como conteúdos de componentes curriculares. Nos cursos de Formação de Professores (Pedagogia e demais licenciaturas) a Educação em Direitos Humanos é ofertada como componente curricular da matriz, de acordo com art. 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Sendo ofertada, também, como componente curricular no curso de Direito.

DEFESA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL - Como informado anteriormente, alguns temas que tratam de questões sociais de ampla abrangência, devido à sua complexidade e natureza diferentes das áreas convencionais, são tratados nos currículos dos cursos de graduação de modo transversal, contínuo e permanente. Nessa categoria se enquadram também os temas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena - Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 – são atendidas uma vez que a temática é tratada de modo transversal e está inclusa em disciplinas das matrizes curriculares dos cursos de graduação. O Projeto Intervalo Cultural é um exemplo de abordagem interdisciplinar da temática da igualdade étnico-racial; Consciência negra: a diversidade e a igualdade na pauta das discussões.

As competências e habilidades do perfil do egresso, descritas nas DCN's dos cursos e reproduzidas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Faculdade, são ampliadas de forma a assegurar ações que visem à formação do profissional cidadão cômico de sua responsabilidade para

o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa prática se concretiza no dia a dia no exercício da cidadania e no exercício profissional.

As atividades realizadas têm o intuito de envolver de modo transversal os alunos de todos os cursos ofertados pela Faculdade, colocando-os em contato direto com a comunidade e garantindo a transmissão dos resultados dessa reflexão e atuação para a mesma.

As mencionadas atividades ganham materialidade no currículo dos cursos por meio dos projetos de extensão. Distribuídas ao longo dos cursos, essas atividades têm como metodologia a aprendizagem baseada em projetos, proposta essa que engaja os discentes com as comunidades do entorno da IES e contribui para uma formação integral, tanto profissional quanto pessoal e cidadã.

Assim os alunos terão um primeiro contato com as discussões sobre diversidade, meio ambiente, memória e patrimônio cultural, produção artística da cidade, bem como com questões relacionadas à defesa e à promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Todos os discentes, em alguma medida, têm relação direta com essas temáticas, uma vez que o objetivo dessas atividades é desenvolver a habilidade e a capacidade dos discentes de lidar com a diversidade, de desenvolver o pensamento crítico e de resolver problemas complexos.

Os professores incentivam que esses projetos sejam realizados nas comunidades do entorno da IES, o que estimula nos estudantes o estabelecimento do status de pertencimento local, ao mesmo tempo em que fortalece uma atuação cidadã, em esfera global, com forte impacto das discussões acerca de equidade social e de sustentabilidade.

2.11. Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social

Entende a Faculdade, como instituição educacional socialmente responsável pela comunidade na qual está inserida, que é seu papel contribuir com o desenvolvimento local por meio de projetos que tenham continuidade, promovam a auto sustentabilidade e a cidadania.

Além disso, entende que é preciso ter ética nos negócios, agir com legalidade, ofertar no mercado serviços de qualidade, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável, valorizando as pessoas e difundindo a comunicação transparente, incentivando a parceria e a inclusão. Logicamente deve desenvolver programas sociais que melhorem a qualidade de vida da comunidade. A responsabilidade social do Sistema Alfa Universitário, mantenedora da IES, está alicerçada em dois princípios, a saber:

- ✓ Expansão ordenada e a criação de novos cursos superiores em áreas ainda carentes, orientados em seus Projetos Pedagógicos de Curso pelos princípios e valores condizentes com a missão institucional de forma a atender às necessidades da comunidade e contribuir para a formação do cidadão; e
- ✓ Promover programas sociais, através de uma ação extensionista, interdisciplinar por natureza, ao abordar a realidade em sua plenitude, promovendo a produção do conhecimento de forma integrada, que não pode ser vista fora do processo acadêmico e desvinculada do ensino.

Quanto ao primeiro item - expansão ordenada - a melhoria da estrutura física da faculdade no que concerne aos cursos propostos, alia-se aos indicadores socioeconômico e educacional da região, na qual a IES está inserida.

Com relação à promoção de programas sociais através de uma ação extensionista, três motivos estimulam a Faculdade a promover ações nessa área. Primeiro, é o próprio espaço que as atividades de extensão ocupam no processo de formação e desenvolvimento profissional permanente.

Segundo, é o fato da Instituição assumir seus compromissos de solidariedade e responsabilidade social como empresa-cidadã na sociedade. O terceiro é a própria exigência legal prevista na LDB 9.394/96 ao afirmar, no seu art. 43, inciso VII, que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural geradas na instituição”.

A prática social realiza-se por meio das diretrizes institucionais e políticas de extensão universitária propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade. Essas diretrizes norteadoras, conforme descrito neste PDI, requerem estratégias educativas variadas e complementares no pensar e fazer acadêmicos da Faculdade que busca, gradativamente:

- ✓ conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes históricos, políticos e sociais;
- ✓ formação de profissionais competentes para atuar responsavelmente sobre essa realidade;
- ✓ compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- ✓ articulação entre as atividades de ensino, iniciação científica e extensão;

- ✓ revisão periódica e fundamentada dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes;
- ✓ responder às mudanças ocorridas na sociedade, e contribuir para o desenvolvimento curricular perante às diretrizes, desafios e avanços didático-pedagógicos;
- ✓ articulação entre as dimensões das Unidades Curriculares teóricas e práticas, o que pressupõe uma ênfase na aprendizagem, na transformação de professores em orientadores e de estudantes em profissionais.

Dessa forma, pretende-se estimular um conhecimento capaz de retroalimentar um processo contínuo de aperfeiçoamento das atividades educacionais que concebe e realiza.

O Projeto de Desenvolvimento Institucional da Faculdade expressa a organização e o pensar de suas propostas pedagógicas, voltadas para a formação do cidadão e do profissional, validando a abertura de cursos correlacionados à demanda da região, à oferta de cursos pelas Instituições existentes na região e ao perfil do corpo docente associado ao foco e campo de atuação dos cursos a serem ministrados.

Sob esse direcionamento, sublinha-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional representa uma perspectiva de abordagem e reflexão sobre o atual processo de globalização e concorrência na Educação, na dinâmica escolar e, logicamente, na construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos existentes e dos cursos a serem implantados, considerando sua realização e os sujeitos atuantes de forma que a essência de existência dos cursos respeite o projeto educacional demandado pelos jovens estudantes.

Assim, a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional se apoia em um diagnóstico da realidade e se fundamenta em planos que possibilitem a Faculdade reagir às ameaças e identificar questões emergentes que sejam significativas para alcançar metas factíveis e consignadas ao seu desenvolvimento educacional.

Nessa direção, algumas ações são consideradas para a consolidação do Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional:

- ✓ instrumentalizar o estudante para que seja capaz de formular o seu projeto de vida;
- ✓ propiciar experiência no ciclo profissional para a interligação entre a academia e o mercado de trabalho;
- ✓ promover a integração entre a IES e outras instituições, empresas e órgãos públicos e privados, por meio de um relacionamento participativo e produtivo;

- ✓ Explorar as mais modernas ferramentas de comunicação estimulando o seu uso nas atividades acadêmicas;
- ✓ Promover a modernização contínua das instalações e dos recursos materiais e físicos da Faculdade;
- ✓ Consolidar uma estrutura organizacional compatível com sua missão e adaptá-la, sistematicamente, às necessidades de seu modelo pedagógico e administrativo;
- ✓ Oferecer uma educação de qualidade, de modo a formar um capital intelectual capaz de participar, enquanto profissionais competentes, do desenvolvimento sustentável do Estado e da região, englobando valores de ética e de responsabilidade social às organizações;
- ✓ Exercer, na plenitude, a sua autonomia, o papel crítico que lhe é inerente, como fórum privilegiado de reflexão e proposição;
- ✓ Desenvolver as habilidades e competências dos estudantes, permitindo complementar sua formação com liberdade, oferecendo disciplinas optativas, cursos de complementação e oportunidades diferenciadas para integralização dos currículos;
- ✓ Incorporar novas tecnologias que representem avanços para a realização da atividade acadêmico-pedagógica.

Assim, tanto a responsabilidade social quanto a sustentabilidade são princípios norteadores dos currículos dos cursos ofertados pela Faculdade. A educação socioambiental, a educação em direitos humanos, a educação para as relações étnico-raciais, assim como ações voltadas para o desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania e de atenção aos setores sociais excluídos são temas dos projetos desenvolvidos. Desta forma, o ensino superior muda a maneira como se relaciona com a sociedade e apresenta-se como uma iniciativa concreta e possível para promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que tem clareza de seu papel na formação integral de indivíduos, cidadãos, profissionais e líderes preparados para lidar com as complexidades do presente e do futuro.

Da mesma forma as políticas institucionais incentivarão o empreendedorismo, uma vez que o mesmo é entendido como uma atitude transformadora diante de oportunidades empresariais, culturais ou sociais.

Como forma de incentivo e desenvolvimento do espírito empreendedor nos alunos, a temática Empreendedorismo será tratada em todos os cursos de graduação, ou pela oferta da disciplina ou através de projetos de extensão e atividades complementares, pois entende a faculdade que a atitude empreendedora é um importante componente e diferencial tanto para o profissional que pretende ter o seu próprio negócio, como para aquele que vai atuar como funcionário.

Como ação inovadora nas Políticas Institucionais voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social, a IES pretende não apenas realizar ações ou estratégias junto a comunidade na qual se insere, ao contrário, pretende criar cursos e capacitações livres no intuito de permitir que a comunidade se auto organize em associações de bairro e possam em conjunto, lutar por seus direitos, desenvolvendo atualmente os seguintes projetos, dentre outros:

Dia "D" SAÚDE BUCAL. Projeto realizado em conjunto com a Prefeitura de Ipatinga, com o objetivo de humanizar o tratamento à saúde bucal. Realizado pelos alunos do curso de Odontologia.

Projeto POPULARIZANDO A CIÊNCIA que representa uma iniciativa da FADIPA, pelo curso de Odontologia, de ampliar ações voltadas para a promoção de saúde bucal para os pacientes da clínica escola assim como levar conhecimento sobre os procedimentos odontológicos realizados pelos nossos alunos. Este projeto se justifica uma vez que ações voltadas para a promoção de saúde bucal e educação em saúde bucal aos pacientes da clínica escola são de extrema importância para difundir os conhecimentos odontológicos dos nossos alunos através dos pacientes da clínica escola para a sociedade. Além de levar conhecimento aos pacientes da clínica escola, esse projeto visa melhorar a comunicação entre nossos alunos e pacientes no que tange a explicação sobre os procedimentos odontológicos a serem realizados.

Atendimento Jurídico na PENITENCIÁRIA DE IPABA. Projeto desenvolvido pelos alunos do curso de Direito para análise de eventuais benefícios de progressão de regime, etc, durante o cumprimento de sua pena.

Orientação jurídica sob o prisma da CAPACITAÇÃO, DO TRABALHO E DA RESSOCIALIZAÇÃO, no presídio feminino de Timóteo. Projeto desenvolvido pelos alunos do curso de Direito

Coleta Seletiva de Lixo: Na FADIPA há coletores específicos para separação do material de lixo, seguindo as divisões para a coleta e reciclagem do material. Os coletores seletivos ficam nos dois andares da IES. Dentro deste projeto existe também ações de compra de materiais recicláveis, a exemplo dos papéis utilizados para impressão de documentos internos. Também há coleta seletiva para Lixo contaminado, e resíduos poluentes ao meio ambiente, como reveladores e fixadores para RX.

2.12 Política institucional para a modalidade Ead

A sociedade na qual se vive hoje, em constante avanço tecnológico, exige superação do atual modelo pedagógico e uma maior preocupação com a educação dos adultos (Andragogia) e com o estudo da autoaprendizagem e da aprendizagem autodeterminada (Heutagogia).

Atualmente vive-se uma cultura onde “pela primeira vez na história da humanidade, a

maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início de seu percurso profissional estarão obsoletas no fim de sua carreira” (LÉVY, 1999, apud CARVALHO, 2016).

Assim, a Educação On-line na Fadipa representa uma modalidade educacional organizada por meio da utilização das tecnologias da informação e comunicação, com acadêmicos, professores e tutores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

As disciplinas on-line ofertadas nos cursos presenciais, estão sob a coordenação do Núcleo de Estudos à Distância - NEAD, órgão de assessoramento, planejamento e execução de políticas da educação a distância da mantenedora da IES.

O NEAD possui um Coordenador e é formado ainda por membros do corpo docente e da equipe multidisciplinar.

A sala do NEAD possui estações de trabalho equipadas com computadores, internet de alta velocidade e recursos multimídia como webcan, fones de ouvido e microfones, possui uma impressora de grande capacidade, ligada em rede para atender ao setor.

Entendida como uma oportunidade de ampliar a formação profissional e intelectual dos alunos e de estimular a autonomia nos processos de aprendizagem.

As disciplinas on-line dos cursos de graduação são oferecidas via internet, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) – Moodle. Essa plataforma, originalmente, contém ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão.

Pode-se destacar que o ambiente virtual de aprendizagem utilizado na IES proporciona diversas possibilidades inovadoras em se tratando do processo cognitivo pedagógico, como por exemplo:

- I. possibilita que as atividades previstas e programadas pelos docentes sejam disponibilizadas com antecedência, de forma a otimizar os encontros entre docentes e discentes;
- II. disponibiliza as atividades trabalhadas aos alunos durante todo o curso, de modo que possam ser revistas a qualquer momento;
- III. Permite a inclusão de instrumentos diversos de aprendizagem tais como artigos, links, vídeos, filmes, grupos de discussão;
- IV. facilita o desenvolvimento da autoaprendizagem;
- V. Permite o acompanhamento, através de relatórios, pela coordenação do curso, de todas as atividades programadas e executadas;
- VI. Possibilita a criação de atividades de recuperação de estudos e de nivelamento;
- VII. Possibilita o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos próprios docentes, proporcionando-lhes autonomia durante o processo de aprendizado.

Os princípios metodológicos da educação a distância da Fadipa estão fundamentados na interação aluno x conhecimento-científico, mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, bem como pelo processo de tutoria realizado de forma presencial e virtual.

A IES adota práticas de estudos com metodologias e atividades de aprendizagem que provocam em seus alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática.

Nos componentes curriculares são utilizados materiais e objetos de aprendizagem de empresa terceirizada, produtora de conteúdos digitais, a SAGAH.

O processo de ensinagem, com o uso dos recursos e ferramentas do AVA, possibilita criar um ambiente virtual de maior proximidade entre os envolvidos, contribuindo para o aprendizado interativo e colaborativo. Além disso, possibilita o armazenamento, distribuição e acesso às informações, independentemente do local onde estejam os envolvidos.

A interatividade entre os participantes acontece através dos meios de comunicação síncronos, ou seja, a comunicação que se estabelece em tempo real, exemplo: chat, videoconferência, com a possibilidade de participação dos envolvidos, enviando perguntas, e as atividades assíncronas, que acontecem em tempo diferente, não sendo necessário que os participantes envolvidos estejam on-line, como: fórum de discussão e envio de mensagens.

Conforme Moraes (2002, p.203) “Em qualquer situação de aprendizagem, a interação entre os participantes é de extrema importância. É por meio das interações que se torna possível a troca de experiências, o estabelecimento de parcerias e a cooperação”.

Assim, o uso do AVA oferece as seguintes vantagens:

- I. Interação entre o aluno e o conhecimento;
- II. Interação entre todos os envolvidos no processo de ensinagem;
- III. Possibilidade de se dar atenção individual ao aluno;
- IV. Possibilidade do aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo;
- V. Apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem;
- VI. Possibilidade de ser usado para avaliar o aluno;
- VII. Possibilidade de se realizar atividades individuais e em grupo;
- VIII. Possibilidade de se realizar atividades colaborativas entre os alunos.

Possibilita também o uso de metodologias ativas nos cenários e atividades que permitem tornar o acadêmico um ser ATIVO no seu processo de aprendizagem. Essas metodologias são

embasadas em diversos autores como Paulo Freire (2006), que percebe o aprendizado com foco no respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito, Coll (2000) e Roger (1986) que defendem a aprendizagem significativa, Demo (2004) que vê o discente como um pesquisador. Estão embasadas também no professor, como educador, que precisa, além de cuidar da aprendizagem do aluno, cuidar da formação crítica e criativa de um cidadão, e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9394/1996 – que visa o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo atual (nacional e regional) e a prestação de serviço especializado à comunidade.

A partir dessas premissas, são princípios da Educação a Distância desta Instituição:

- I. Cumprimento da missão institucional;
- II. Interação aluno/conhecimento científico, mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, bem como pelo processo de tutoria possibilitado por um ambiente virtual de aprendizagem.
- III. O propósito com a educação a distância é formar alunos autônomos e cidadãos;
- IV. Práticas de estudos com metodologias e atividades de aprendizagem que provocam nos alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática;
- V. Contribuir com a formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna;
- VI. Criar alternativas para que os alunos estudem independente de barreiras de tempo e espaço;
- VII. Aperfeiçoar e modernizar a estrutura educacional através da comunicação interativa; e
- VIII. Viabilizar outras condições de integração entre ensino, iniciação científica e extensão e capacitar tecnologicamente profissionais da Fadipa, nas várias áreas do conhecimento, preparando-os para atuar na educação interativa à distância.

A Instituição incentiva os professores à prática de metodologias ativas de aprendizagem, como o “Peer Instruction” e “Flipped Classroom”, realizando cursos de capacitação docente para essa metodologia.



EIXO III

Políticas Acadêmicas

3. EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Faculdade de Direito de Ipatinga tem sua filosofia institucional alicerçada nos seguintes critérios:

- ✓ Na igualdade entre homens e mulheres, independentemente de nacionalidade, raça ou credo;
- ✓ No respeito aos direitos humanos e, entre eles, o direito à educação, à formação profissional e acesso às conquistas do saber tecnológico, científico e filosófico;
- ✓ Nos princípios de liberdade, de solidariedade humana e na realização dos valores cristãos;
- ✓ Na educação integral da pessoa humana e na sua capacitação para as atividades ocupacionais;
- ✓ Nos valores da democracia, no Estado de Direito daí decorrente e na Constituição da República;
- ✓ Na proteção do meio ambiente; e
- ✓ No amparo social aos mais carentes e no reconhecimento dos seus direitos.

3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

As Políticas de Ensino de Graduação representam o conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios e ações que norteiam e concretizam o processo de gestão e organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação. Estão amparadas na legislação vigente, no Regimento Geral, constituindo-se nos pressupostos que orientarão e definirão ações com vistas a possibilitar, a todos os envolvidos, uma educação de qualidade.

Na Faculdade de Direito de Ipatinga o ensino representa um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem ser corresponsáveis com as questões do processo de ensino e da aprendizagem, bem como com os valores humanos essenciais, como o respeito, a solidariedade e a ética.

A partir das políticas de ensino declaradas no item 2.8 têm-se as seguintes ações acadêmico-administrativas previstas:

✓ **ATUALIZAÇÃO CURRICULAR** - a Política de Ensino da IES privilegiará a formação por competências e habilidades, direcionará a concepção curricular para favorecer a flexibilidade e a busca da interdisciplinaridade, orientará projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, fortalecerá diversas modalidades de ensino-aprendizagem, assim como fomentará a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades da comunidade acadêmica. Tais aspectos da política institucional são expressos no projeto pedagógico dos cursos de graduação, na medida em que os componentes curriculares devem promover o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

A atualização e a flexibilização curricular também se darão por meio de Atividades Complementares e Atividades Extensionistas que objetivam criar no aluno a cultura da educação autônoma e a percepção da necessidade de atualização permanente em seu processo de formação acadêmica e profissional. Pela oferta de disciplinas Optativas que compõem o espaço de atualização constante e de ampliação das possibilidades de enriquecimento curricular.

A avaliação contínua realizada pelos alunos e egressos contribuirá de forma significativa para identificação dos aspectos que carecem de atualização ou alteração nos currículos, bem como nos próprios conteúdos dos componentes curriculares.

A atuação sistematizada do NDE e do Colegiado visa assegurar aos currículos dos cursos de graduação a permanente revisão e atualização, com vistas ao atendimento do perfil profissional do egresso, exigido pelas DCN's e pelo campo profissional de atuação.

✓ **MONITORIA** – a Faculdade considera a Monitoria como instrumento que propicia ao alunado dos cursos de graduação, aperfeiçoamento na sua formação, uma vez que promove a colaboração do discente em atividades de ensino e/ou extensão. Através do documento regulamentador, a IES estabelece o funcionamento do Programa de Monitoria e atividades pertinentes, visando despertar o interesse do aluno pela vida acadêmica, especialmente a docência, tendo em vista que a principal tarefa do monitor é auxiliar o professor no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

✓ **PROGRAMA DE NIVELAMENTO** – a Faculdade oferece nivelamento em Matemática, e Língua Portuguesa, destinado aos alunos matriculados no primeiro ano do curso, visando possibilitar ao acadêmico recém-chegado à Instituição um contato com novas estratégias de atendimento e formato das atividades pedagógicas desenvolvidas, para a superação do déficit de conteúdo da Educação Básica.

✓ **TEMAS TRANSVERSAIS** - os currículos dos cursos de graduação da Faculdade são elaborados tendo como base o Parecer CNE/CP nº 14/2012, segundo o qual "o currículo institui e é instituído na prática social, que representa um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais, culturais, ambientais." Alguns temas, devido a sua complexidade e natureza diferente das áreas convencionais, não podem ser tratados de forma isolada, não sendo suficiente a abordagem por apenas uma área do conhecimento. Esses temas normalmente tratam de questões sociais, de ampla abrangência. Assim, os temas relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Direitos Humanos são tratados de modo transversal, contínuo e permanente nos currículos dos cursos, observado o art. 8º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Esses temas serão também contemplados como conteúdos sistemáticos de componentes curriculares, conforme explicitado abaixo:

- a) Cumprimento das políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.
- b) Temática da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas disciplinas e atividades curriculares dos cursos, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.
- c) Integração de Educação em Direitos Humanos às matrizes curriculares de forma transversal, contínua e permanente, atendendo às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.
- d) Acessibilidade arquitetônica, metodológica e atitudinal, atendendo ao Requisito Legal sobre condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003 e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

- e) Inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como optativa para cursos de tecnologia e bacharelado, e obrigatória para cursos de licenciatura, atendendo ao Decreto nº 5.626/2005.
- f) Integração das políticas de educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

A Faculdade elaborará seus currículos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais com vistas a atender às necessidades regionais sem, no entanto, desconsiderar a formação básica do profissional para que ele possa exercer sua atividade em qualquer outro local.

A organização e o planejamento das situações didáticas de ensino-aprendizagem têm como objetivo principal promover a relação dos conhecimentos e dos valores inerentes às habilidades do profissional em formação em busca da competência profissional que se deseja.

A metodologia de trabalho desenvolvida na Faculdade é pautada no princípio pedagógico da interdisciplinaridade, proporcionando a relação entre os temas tratados e as diversas áreas do conhecimento, relação que cada professor deve estabelecer no plano do componente curricular sob sua responsabilidade.

Partindo-se do princípio de que a construção do conhecimento é um processo individual, mas que se realiza por meio da produção coletiva e compartilhada, atividades em grupo são organizadas, orientadas e mediadas pelos professores.

As atividades programadas desenvolvem a habilidade de solucionar problemas impostos pela vida e pelo cotidiano do ambiente de trabalho, refletindo sobre eles e propondo soluções criativas e empreendedoras. Nesse sentido, é imprescindível que o estudante seja motivado a questionar e a buscar alternativas, tornando-se sujeito ativo de seu processo de construção das competências e habilidades profissionais.

Nessa perspectiva e considerando a concepção trazida pela Lei n.9.394/96 e de “trabalho acadêmico efetivo” a Faculdade organiza as matrizes curriculares de seus cursos de graduação priorizando a autoaprendizagem do aluno.

Essa concepção busca a ruptura com o modelo tradicional de educação que condiciona a aprendizagem do discente a sua presença em sala de aula e à atuação do professor, ademais a elaboração dos currículos dos cursos de graduação da Faculdade tem como premissa básica a ruptura do modelo comumente usado nos cursos de graduação, de períodos sequenciados e emoldurados num modelo cartesiano.

Assim a Faculdade ao definir os termos da sua política para o ensino superior, toma como ponto de partida a compreensão de que essa se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais.

À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a Faculdade busca empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional. Assim, o objetivo é a formação de profissionais com capacidade crítica, reflexiva e de atuação tanto no desenvolvimento do mercado de trabalho quanto da sociedade.

Para tanto, a Faculdade adota como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentada pela UNESCO no Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI.

Com base neste referencial, a educação tem como objetivo proporcionar ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmos, capacitando-o para o exercício cidadão e profissional em tempos de mudanças.

A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais, saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados, e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.

A “educação ao longo de toda a vida” organiza-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que constituem os pilares do conhecimento:

- ✓ **“Aprender a conhecer”** significa, antes de tudo, o aprendizado dos métodos que nos ajudam a distinguir o que é real do que é ilusório e ter, assim, acesso aos saberes de nossa época. A iniciação precoce na ciência é salutar, pois ela dá acesso, desde o início da vida humana, à não-aceitação de qualquer resposta sem fundamentação racional e/ou de qualquer certeza que esteja em contradição com os fatos;

- ✓ **“Aprender a fazer”** é um aprendizado da criatividade. “Fazer” também significa criar algo novo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas, para que venha a exercer uma profissão em conformidade com suas predisposições interiores;
- ✓ **“Aprender a viver juntos”** significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Porém, essas normas devem ser verdadeiramente compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, e não sofridas como imposições exteriores. “Viver junto” não quer dizer simplesmente tolerar o outro com suas diferenças, embora permanecendo convencido da justeza absoluta das próprias posições;
- ✓ **“Aprender a ser”** implica em aprender que a palavra "existir" significa descobrir os próprios condicionamentos, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre a vida individual e social.

Focada nessas premissas norteadoras, a política de ensino da Faculdade encontra-se pautada nas seguintes diretrizes:

- ✓ Estímulo à formação generalista e pluralista, respeitada a especificidade do conhecimento;
- ✓ Atualização Curricular Sistemática, por meio de reuniões dos órgãos colegiados para analisar, avaliar, informar e ajustar os procedimentos pedagógicos, de acordo com as necessidades educacionais, psicológicas e culturais dos alunos;
- ✓ Aplicar programas de monitorias, de forma a dar apoio pedagógico aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas;
- ✓ Oferta do Programa de Nivelamento;
- ✓ Incentivo à sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- ✓ Fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como as atividades de prática jurídica, as atividades complementares e a participação em atividades de extensão;
- ✓ Articulação entre o ensino, a iniciação científica e a extensão;
- ✓ Avaliação periódica das atividades desenvolvidas; e
- ✓ Estabelecer parcerias nacionais e internacionais para iniciação científica e formação crítico-social, através de intercâmbios de professores e alunos;
- ✓ Acompanhamento dos egressos.

Desta forma, a Faculdade de Direito de Ipatinga prevê a adoção das seguintes ações a serem implementadas nos cursos de graduação a serem ofertados, no intuito de oportunizar aprendizagens que ensejem o alcance do perfil projetado para o egresso de cada Curso:

- ✓ Cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a cada curso;
- ✓ Formação integral do ser humano;
- ✓ Ensino e aprendizagem com qualidade;
- ✓ Sintonia com o mercado de trabalho;
- ✓ Currículo atualizado, contextualizado, flexível, interdisciplinar e fundamentado no desenvolvimento de competências;
- ✓ Certificação Intermediária, nos Cursos Superiores de Tecnologia, como forma do aluno usufruir efetivamente dos saberes construídos, à medida que finaliza módulos de aprendizado;
- ✓ Metodologia de ensino fundamentada na Andragogia e ação do aprendiz;
- ✓ Avaliação diagnóstica, formativa, contínua e somativa;
- ✓ Avaliação baseada na teoria do desenvolvimento de competências;
- ✓ Articulação entre teoria e prática;
- ✓ Co-responsabilidade dos sujeitos, professor e aluno, envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Processo de ensino-aprendizagem integrado com a extensão;
- ✓ Compromisso com a permanência dos alunos na IES, reduzindo os índices de evasão;
- ✓ Planejamento do processo ensino-aprendizagem baseado no Projeto Pedagógico do Curso e no PDI;
- ✓ Incentivo à empregabilidade;
- ✓ Incentivo à autonomia e à formação continuada;
- ✓ Monitoramento, avaliação e reformulações necessárias do currículo e processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ Infraestrutura adequada às necessidades dos cursos;
- ✓ Formação continuada do corpo docente;
- ✓ Investimento na formação do aluno, buscando a excelência acadêmica, a compreensão política por meio do desenvolvimento do ensino e da extensão;
- ✓ Valorização do magistério e do pessoal técnico-administrativo;
- ✓ Constante melhoria das instalações físicas, modernização dos equipamentos e da biblioteca;

- ✓ Atendimento às necessidades sociais da região na qual se encontra inserida, fomentando o desenvolvimento das ciências, das artes e das atividades de lazer.

A Política de Ensino é um instrumento político, filosófico e teórico metodológico que norteia as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. Sintetiza as discussões travadas no seio da comunidade acadêmica, constituindo-se num produto coletivamente construído que sistematiza e consubstancia teorias, reflexões e práticas presentes no cotidiano da Instituição.

Se, por um lado, a diversidade de saberes e práticas, próprias da heterogeneidade da formação dos profissionais da Instituição, reflete-se em diferentes e divergentes percepções e propostas em torno do fenômeno educativo, por outro, amplia e enriquece os debates, contribuindo decisivamente para a qualificação teórica de todo o conjunto dos princípios acadêmicos.

Do ponto de vista do conhecimento e do saber, a Instituição procurará refletir e incorporar as mais recentes teorizações e princípios pertinentes. No que concerne ao desenvolvimento regional, buscar-se-á atualizar a contribuição da IES para as necessidades do mercado de trabalho e desenvolvimento de tecnologias, sem, contudo, perder de vista o perfil de *“homem-profissional cidadão”* que se pretende formar.

Quando se reflete sobre a educação na sociedade pós-moderna, a chamada *“sociedade do conhecimento”*, as dimensões Conhecimento/Saber e Homem/Sociedade se articulam e são interdependentes.

Com esses princípios presentes, pode-se construir um quadro de referência conceitual e metodológica que norteia a missão institucional na medida em que se estabelecem os parâmetros de condução das atividades acadêmicas e se apresentam políticas institucionais e acadêmicas compostas por um conjunto de estratégias e ações necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação e da Instituição, o que aponta para o seu constante redimensionamento na perspectiva de sintonizar-se com os avanços científicos e tecnológicos e com o atendimento das demandas sociais da contemporaneidade.

É, pois, a explicitação de uma linha filosófico-pedagógica que fundamentará todos os cursos, programas e projetos da Faculdade de Direito de Ipatinga na direção de afirmar o princípio do funcionamento orgânico da Instituição (no sentido de corpo único, integrado e em interação dialógica) e favorecer a conquista de uma excelência reconhecida pelos atores internos e pela sociedade.

Trata-se, portanto, de uma projeção de valores originados da identidade da instituição a se materializar no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento. Esta projeção de valores deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Os cursos de graduação apresentam Programa de Recuperação de Aprendizagem, que objetiva ofertar nivelamento transversal a todos os cursos. Também estão estabelecidos programas de monitoria em uma ou mais áreas, de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, entre outros.

Assim, as ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática e a promoção de ações reconhecidamente exitosas e inovadoras, tais como a utilização de Laboratórios Didáticos Atualizados, a adoção do Ambiente Virtual de Aprendizagem e o uso da Biblioteca Virtual “Minha Biblioteca”.

Para que as Diretrizes Acadêmicas se efetivem na composição da proposta curricular institucional, a formação acadêmica toma como concepções basilares o Conhecimento, a Formação Pessoal, o Empreendedorismo e a Empregabilidade, pois a Faculdade de Direito de Ipatinga objetiva formar cidadãos críticos e atuantes, capazes de repensar, modificar e intervir sua realidade.

A construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica são articulados no espectro de valores humanísticos, e sua dinâmica e realização se configuram a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

A política de ensino busca associar as atividades de extensão e de pesquisa, principalmente no incentivo da iniciação científica e nas atividades de monitoria, fazendo com os alunos desde o início da sua formação acadêmica já desenvolvam competências que os preparem para o mundo do trabalho, tendo em vista que cada vez mais é exigido um perfil de profissionais/cidadãos críticos e comprometidos com as questões sociais e políticas.

Partindo desse entendimento e, para dar conta do seu compromisso com o desenvolvimento social e com a formação ética dos seus alunos, é que os cursos da Faculdade de Direito de Ipatinga estão organizados em currículos que contemplam a interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, a flexibilização dos conteúdos, a integração teoria/prática como suporte para a aprendizagem integrada e inovadora.

A partir dessa concepção, suas ações acadêmico-administrativas se efetivam com base nos seguintes eixos que garantem a qualidade de ensino:

- ✓ Implementação de currículos capazes de garantir ao aluno:
 - Ênfase na aprendizagem com vista a sua autonomia como sujeito crítico e participativo;
 - A possibilidade de compreender a relação entre os problemas locais e globais a partir de uma visão inovadora;
 - O desenvolvimento de uma visão empreendedora;
 - A formulação de estratégias que o permita conviver com a realidade atual, marcada pela incerteza, tornando-o capaz de lidar com o imprevisto e o inesperado;
 - A capacidade de analisar situações concretas, resolver problemas e apresentar soluções bem como saber lidar com as diversidades

- ✓ Além disso, as políticas de ensino orientam para que os Projetos Pedagógicos dos cursos garantam:
 - Articulação da teoria com a prática, fortalecendo o Estágio Curricular e as ações de extensão associadas ao ensino;
 - Participação em atividades com a comunidade externa, articulando a proposta do curso com as necessidades locais, sociais, políticas e culturais;
 - Fortalecimento da articulação do ensino, da iniciação científica e da extensão;
 - Fortalecimento dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Colegiados de Curso;
 - Atualização permanente dos projetos pedagógicos dos cursos de modo que os currículos dos diferentes cursos possibilitem a oferta de disciplinas de formação geral e complementar com carga horária, ementa e conteúdo;
 - Atendimento às diretrizes curriculares e acompanhamento do projeto pedagógico com vistas a qualidade do curso e a melhoria do desempenho dos discentes na avaliação ENADE;
 - Utilização das novas tecnologias e com o ambiente de aprendizagem virtual;
 - Atendimento às Diretrizes do SINAES.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada curso deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada área, atendendo aos dispositivos legais e legislação em vigor. Devem ser elaborados pelo NDE de cada curso, debatido e aprovado em colegiado com a devida representatividade estudantil, bem como ser aprovado nas instâncias acadêmicas da IES.

Todos os PPC's devem ter como base as orientações, diretrizes e pressupostos do PDI, bem como devem, obrigatoriamente apresentar: objetivos, justificativa de oferta, concepção do curso, perfil de egressos, matriz curricular e a definição de diretrizes para atividades fundamentais como: Atividades complementares, monitorias, estágios supervisionados, projetos integradores/interdisciplinares, projetos de iniciação científica, de extensão, trabalho de conclusão de curso e os requisitos legais, entre outros.

Os princípios básicos em que se apoia a elaboração dos PPC's são a interdisciplinaridade e a flexibilidade que visam proporcionar uma formação inovadora ao acadêmico, com vistas a uma formação empreendedora alicerçada nos recursos da tecnologia mais atuais.

Neste sentido, a Política de Ensino da Faculdade de Direito de Ipatinga tem como princípio norteador a concepção de que os projetos dos cursos devem atender as orientações de cada área de conhecimento, atender as orientações do PDI promovendo sempre uma formação acadêmica que prepare o futuro profissional para atuar e intervir nos problemas sociais.

Como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados e a adoção de práticas exitosas e inovadoras a serem incorporações em sua metodologia de ensino, conforme exemplos citados abaixo:

- ✓ Uso do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de comunicação e apoio no ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;
- ✓ Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- ✓ Uso de softwares para as aulas;
- ✓ Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- ✓ Adoção de Metodologias Ativas de Aprendizagem;
- ✓ Uso de equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento dos mesmos.

3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de Pós Graduação Lato Sensu

A formação intelectual do segmento da educação continuada, destinado ao aprofundamento dos conhecimentos acadêmicos e técnico-profissionais, em campos específicos do saber, além de integrar as áreas de conhecimento vinculadas ou aproximadas aos cursos de graduação.

Destina-se a graduados em cursos de bacharelado, licenciatura e Tecnólogos nas áreas específicas do conhecimento e possui regulamento específico e carga horária específica para cada

área, distribuídas em disciplinas ou módulos, não computados o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência de docente, assim como tempo destinado à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Além disso, não podem ter período inferior a 6 (seis) meses, podendo os cursos ser ministrados em uma ou mais etapas de duração diferenciada.

A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada por um professor orientador e será avaliado por uma banca avaliadora composta por orientador e um professor convidado, conforme prevê cada projeto de cada curso. Há exigência de que os alunos desenvolvam artigos ou monografias associadas à sua vida profissional.

A política de ensino para os cursos de Pós-Graduação lato sensu tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento regional e nacional na formação de recursos humanos qualificados, de forma a promover o ensino de pós-graduação de acordo com as normas estipuladas pela CAPES e pelo CNE.

Ademais, articula-se com a pesquisa que permita a continuidade da formação e especialização nas diversas áreas do saber. Deste modo a Faculdade de Direito de Ipatinga orienta que a oferta da pós-graduação lato sensu, deve necessariamente:

- ✓ Definir as áreas prioritárias de atuação, onde há necessidade de formação de profissionais que atendam às necessidades de uma determinada área e região;
- ✓ Estimular à publicação e divulgação de trabalhos de conclusão de curso, artigos ou monografias (quando houver) em eventos da área ou em forma de publicação de artigos, capítulo de livros entre outros;
- ✓ Orientar que os cursos estejam alinhados com os cursos de graduação, projetos de extensão;
- ✓ Incentivar as atividades de iniciação científica associada a oferta dos cursos;
- ✓ Identificar as vocações regionais, buscando oferecer novos cursos, tendo em vista a satisfação plena, atual e futura dos que acessam à Instituição;
- ✓ Manter atualizados os recursos tecnológicos destinados aos cursos de pós-graduação.

A pós-graduação Lato Sensu da Faculdade de Direito de Ipatinga tem o intuito de contribuir com a capacitação profissional dos acadêmicos que almejam continuar seus estudos ou mesmo adquirir mais conhecimento em seu campo de atuação.

Os cursos de pós-graduação lato sensu nascem devidamente aprovados pelo Comitê de Gestão da IES e em conformidade com a legislação vigente. Atendem às demandas socioeconômicas da região de inserção e são articulados com as áreas da graduação, possuindo processo de acompanhamento e avaliação implementados.

Em relação a Pós-Graduação Lato Sensu vale destacar que a IES visa ofertar, na vigência deste PDI, um conjunto de cursos nas diversas áreas de conhecimento.

A Política para a pós-graduação lato-sensu do mesmo modo prevê que os projetos dos cursos atendam a legislação vigente, que os cursos sejam devidamente articulados com as políticas de ensino, para que o egresso da graduação tenha acesso e oportunidade de continuar seus estudos.

Os projetos dos cursos de pós-graduação lato sensu, seguem as orientações do PDI e estão fundamentadas na Resolução CES/CNE 01 de 06 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3o, da Lei no 9.394/1996, e dá outras providências.

Com isto a Política para a pós-graduação lato-sensu orienta de que os Pedagógico de Curso (PPC), deve necessariamente apresentar:

- ✓ Matriz curricular, com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- ✓ Indicar disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional;
- ✓ Indicar os objetivos, programa de ensino, as metodologias de ensino-aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;
- ✓ Indicar os mecanismos para acompanhamento e avaliação dos cursos ofertados;
- ✓ Visar o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES;
- ✓ Ser ofertadas em estreita articulação as áreas da graduação.

Ainda é preciso que o corpo docente para estes cursos tenha a devida qualificação, sendo que pelo menos 50% deve ser de mestres e/ou doutores, preferencialmente do quadro da Faculdade de Direito de Ipatinga.

Como já explicitado em outros momentos deste PDI, a IES tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados e a adoção de práticas exitosas e inovadoras a serem incorporações em sua metodologia de ensino, conforme exemplos citados abaixo:

- ✓ Uso do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de comunicação e apoio no ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;

- ✓ Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- ✓ Uso de softwares para as aulas;
- ✓ Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- ✓ Adoção de Metodologias Ativas de Aprendizagem;
- ✓ Uso de equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento dos mesmos.

3.3. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas a iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

A iniciação científica é uma ação que permite aos estudantes de graduação o ingresso na pesquisa científica. Nessa perspectiva, a iniciação científica é um instrumento de apoio teórico e metodológico para a realização de um projeto de pesquisa e um instrumento de formação do acadêmico.

A Fadipa considera a iniciação científica como uma ferramenta necessária à sua política de incentivo a pesquisa, cujos objetivos encontram-se elencados abaixo:

- ✓ Incentivar a participação de alunos dos cursos de Graduação e da Pós-Graduação em projetos de Iniciação Científica;
- ✓ Desenvolver o pensamento e a prática científica, artística e cultural, com a orientação de professores qualificados;
- ✓ Contribuir para a melhor ambientação dos alunos na Pós-Graduação;
- ✓ Possibilitar maior interação entre Graduação e Pós-Graduação;
- ✓ Qualificar alunos para os Programas de Pós-Graduação
- ✓ Promover a disseminação e divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas, mediante o estímulo à publicação;
- ✓ Incentivar a reflexão sobre os impactos da pesquisa acadêmica na melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- ✓ Institucionalizar e sistematizar a pesquisa, incentivando a implementação da política de pesquisa para iniciação científica.

Assim a Fadipa buscará o desenvolvimento, a produção e a divulgação da pesquisa científica na área de conhecimento dos cursos de graduação ofertados.

Sendo a iniciação científica um dos pilares do Ensino Superior, destaca-se a importância de se realizar cada vez mais projetos que busquem colaborar para a expansão das fronteiras do pensar e do saber. É fundamental evidenciar a necessidade de estudos científicos de forma integrada ao ensino, seja de Graduação ou de Pós-Graduação, com atenção à formação de estudantes.

Buscar-se-á a formação técnica de excelência, associada a formação cidadã ampla, interdisciplinar e comprometida com a importância da iniciação científica para a comunidade atendida pela IES.

Desta forma a IES objetivará consolidar a iniciação científica nas diferentes áreas do conhecimento, por meio das seguintes estratégias/ações:

- ✓ Mapear e avaliar as atividades de iniciação científica;
- ✓ Incentivar ações de pesquisa que reforcem a relação da Faculdade com os demais setores da sociedade;
- ✓ Incentivar ações de pesquisa voltadas ao desenvolvimento institucional;
- ✓ Criar condições para o desenvolvimento de grupos de pesquisa e interação entre eles;
- ✓ Incentivar a participação dos grupos de pesquisa em projetos institucionais;
- ✓ Ampliar o uso compartilhado de espaços físicos;
- ✓ Buscar a ampliação do quantitativo de bolsas do programa institucional de iniciação científica;
- ✓ Estimular a captação de recursos externos para iniciação científica;
- ✓ Estabelecer parcerias, nacionais e internacionais, sobre temas de relevância ambiental, social, científica e tecnológica;
- ✓ Incentivar pesquisas interdisciplinares e colaborativas na instituição;
- ✓ Consolidar o repositório institucional e adequá-lo às normas internacionais de reconhecimento da publicação científica;
- ✓ Promover eventos científicos de relevância regional, nacional e internacional;
- ✓ Divulgar a produção científica e os grupos de pesquisa com meios e linguagens adequados ao entendimento da sociedade;
- ✓ Apoiar a publicação em periódicos impressos e eletrônicos.

Em relação a **Inovação Tecnológica**, a partir dos objetivos e estratégias elencados a Fadipa evidencia o compromisso da IES com o desenvolvimento social e econômico por meio da promoção de políticas para a inovação tecnológica e, em destaque, para a transferência de tecnologia para a sociedade.

Nessa perspectiva, se destacam novas oportunidades de geração de riquezas para a sociedade, proporcionando mecanismos para um melhor desenvolvimento social e econômico. O empreendedorismo acadêmico se apresenta como uma extensão de atividades de ensino e pesquisa e das capacidades de transferência de tecnologia, que estabelece mais esta função social das Instituições de Ensino Superior.

Desta forma a IES objetivará consolidar sua política de Inovação Tecnológica, por meio das seguintes estratégias:

- ✓ Criar e implementar a Política Institucional de Inovação Tecnológica;
- ✓ Viabilizar a realização de projetos de inovação tecnológica e de tecnologia social;
- ✓ Promover a inovação tecnológica em todos os cursos de graduação ofertados;
- ✓ Definir processos ágeis para incentivar a inovação tecnológica;
- ✓ Promover a cultura sobre propriedade intelectual;

Em relação ao **Desenvolvimento Artístico e Cultural** a Fadipa buscará ratificar a importância da arte e cultura na IES, em todos os seus cursos, permeado por um diálogo transversal com o ensino, a iniciação científica, a extensão, a sustentabilidade e a inovação.

Buscar-se-á promover o pleno exercício dos direitos culturais, por intermédio do estímulo à experimentação, à preservação, ao apoio à produção e difusão e à promoção da formação na área de arte e cultura. Nesse sentido, a IES abordará o respeito à diversidade cultural e à diferença como aspectos fundamentais à convivência social e à comunicação em sociedade, envolvendo o cotidiano dos indivíduos e suas interações com o ambiente.

Desta forma a IES objetivará consolidar sua política de para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, por meio das seguintes estratégias:

- ✓ Participar das ações públicas de Cultura;
- ✓ Difundir a Política Institucional de Cultura;
- ✓ Garantir o acesso público e gratuito à produção cultural da IES;
- ✓ Apoiar a criação e gestão de projetos culturais;
- ✓ Aproximar os saberes populares e tradicionais;
- ✓ Fomentar a iniciação científica artística e cultural;
- ✓ Incorporar temáticas artísticas e culturais nos Projetos Pedagógicos dos cursos;
- ✓ Oportunizar a realização de ações artísticas e culturais;
- ✓ Promover a participação da comunidade interna e externa nas atividades artísticas e culturais.

Para dar cumprimento à sua política para iniciação científica, inovação tecnológico e desenvolvimento artístico e cultural a Faculdade de Direito de Ipatinga, promoverá, durante a vigência deste PDI as seguintes ações, dentre outras:

- ✓ Reservará de verba específica em seu orçamento para incentivo às atividades de iniciação científica;
- ✓ Concederá bolsas específicas com utilização de recursos próprios e/ou recursos obtidos por meio de parcerias institucionais.
- ✓ Manterá a Edição de Revista Científica Eletrônica.

Desta forma, a IES tem a perspectiva de utilização de adoção das seguintes práticas inovadoras para seus programas de iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico e cultural:

- ✓ Integração e colaboração entre instituições, empresas, órgãos públicos, etc.;
- ✓ Fomento à iniciação científica e à capacitação de educadores;
- ✓ Apoio à interdisciplinaridade curricular;
- ✓ Adoção de recursos tecnológicos de Ponta.

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

As políticas de extensão direcionam-se para as necessidades atuais da sociedade, quanto à formação e atuação profissional, produção e divulgação de conhecimentos.

Essas necessidades devem ser sentidas e assinaladas pela própria comunidade acadêmica, razão pela qual é importante que haja um olhar reflexivo para as realidades sociais (potencialidades, necessidades e desejos).

É este olhar da comunidade, atenta à dinâmica cultural e política da sociedade na qual se encontra, que subsidiará as diretrizes de uma política de extensão. Exatamente por isso, o saber científico deve estar próximo do saber popular – e, não um se sobrepor ao outro –, a fim de que haja um diálogo em que ambos os conhecimentos sejam reconhecidos em sua importância.

A extensão universitária nada mais é que uma interação entre a Faculdade e a sociedade, funcionando como um sistema aberto de realimentação do processo de formação superior. Sua importância, porquanto, reside no fato de que será através desta extensão que a comunidade acadêmica conhecerá o mundo externo à IES e a comunidade externa conhecerá o mundo acadêmico.

A indissociabilidade entre ensino e extensão torna esta última parte do processo de construção e socialização do conhecimento, que é peculiar à academia, motivo pelo qual a Instituição deve tirar da sua própria área de abrangência a motivação para a extensão e sua interação com o ensino.

A missão da Faculdade é apontar os caminhos do desenvolvimento, considerando as oportunidades históricas e, nesse aspecto, a IES se afirmará como uma Instituição de vanguarda, ao propor junto aos grupos sociais menos favorecidos e aos movimentos sociais, ações de transformação social que superam a mediocridade do assistencialismo e oportunizam uma justa inserção desses grupos nos diversos setores da sociedade, promovendo uma melhoria das condições de vida.

As ações de extensão devem ter como ênfase a formação humana, sócio-política e ambiental, ampliando seu caminho para a questão social e cultural, através da interação com a sociedade, num constante processo de avaliação sobre como a Faculdade tem contribuído com a sociedade em que atua. Tem como objetivo garantir a execução da Política de Extensão como meio de integração da instituição com a comunidade, promovendo ações e projetos com foco na universalidade da vida nos aspectos científico, humanístico, social, político, econômico, cultural e ambiental.

A Faculdade no que tange à Extensão tem por propósito, em consonância com o ensino e a Extensão, promover a formação de profissionais comprometidos com o seu meio e propagadores de ações de cidadania voltadas para o desenvolvimento da sociedade.

Desta forma apresenta-se a seguir, as Políticas de Extensão a serem implementadas na vigência deste PDI:

- ✓ Extensão à sociedade dos conhecimentos produzidos, buscando a solução de problemas e visando a integração da Faculdade com a comunidade;
- ✓ Embasamento nas áreas de concentração dos programas de graduação oferecidos pela Faculdade, podendo ser desenvolvida em modalidades diversas, considerando seus vários enfoques;
- ✓ Adoção da prática extensionista em um instrumento de vitalização do ensino, na medida em que expande o conceito de ensino-aprendizagem e promove transformações no processo pedagógico;
- ✓ Ênfase na interdisciplinaridade, promovendo a integração dos diversos saberes;
- ✓ Zelo pela produção e preservação cultural e artística, como forma de enriquecimento da própria educação;
- ✓ Consolidação da extensão, através da alocação de recursos financeiros próprios previstos no orçamento anual;
- ✓ Concessão bolsas específicas com utilização de recursos próprios e/ou recursos obtidos por meio de parcerias institucionais.

Assim, em consonância com as políticas institucionais para extensão nos Cursos de Graduação ofertados, se efetivarão por meio das seguintes modalidades:

- ✓ **Programa:** Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.
- ✓ **Projetos:** ação processual e contínua de caráter educativo, social, científico ou tecnológico com objetivo específico a curto e médio prazo;
- ✓ **Cursos:** Conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 4 horas e critérios de avaliação definidos;

- ✓ **Eventos:** compartilhamento do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido pela Faculdade. Inclui: congresso, seminário, encontro, conferência, ciclo de debates, exposição, entre outros;
- ✓ **Prestação de serviços:** realização de trabalho oferecido pela instituição ou contratado por terceiros, incluindo assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional e outras.
- ✓ **Publicações e outros produtos acadêmicos:** produção de publicações e de produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão tais como: anais, livros, entre outros.

A Faculdade de Direito de Ipatinga, no propósito de reexame constante de sua política educacional, buscará orientar a educação oferecida aos seus alunos focada na aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados à sustentabilidade.

Assume, pois, a responsabilidade de produzir conhecimentos e de fazê-los circular na sociedade, como parte integrante e necessária à formação de profissionais atentos à realidade social, numa prática pedagógica crítica e renovada. Para tal, buscará promover ações capazes de imprimir um novo rumo ao segmento da educação superior e de contribuir qualitativamente para a mudança social.

Como **política acadêmica**, as atividades de extensão ocuparão lugar privilegiado no processo de formação e de desenvolvimento profissional de alunos, professores e funcionários técnico-administrativos ao contribuir com conhecimentos, saberes, práticas e experiências de diferentes origens e natureza.

Como **estratégia de inserção social e regional**, as atividades de extensão permitirão que a Instituição aprofunde seus compromissos educacionais, culturais e científicos ao responder a necessidade da sociedade com solidariedade e responsabilidade social.

Como **modelo de construção de identidade institucional**, a extensão possibilitará que a Instituição se consolide e se veja em sintonia com a realidade atual, a criatividade, a formação do comportamento ético e cidadão, a democratização da ciência, da cultura e da tecnologia.

Na Instituição, a Extensão Universitária se firma como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável à formação do aluno, à qualificação do professor e ao intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter e transdisciplinares e interprofissionais.

Para tanto, a Faculdade irá pautar-se em premissas fundamentais:

- ✓ O caráter solidário e de reciprocidade do trabalho de extensão;
- ✓ O compromisso com o desenvolvimento local integrado e sustentável e a melhoria das condições de vida da população;
- ✓ A articulação entre ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão;
- ✓ O incentivo a projetos com pertinência e relevância social, econômica, cultural e científica;
- ✓ A participação, o respeito e o diálogo; a necessidade de garantir a continuidade das ações;
- ✓ A promoção da interdisciplinaridade; a eficiência na alocação e aproveitamento dos recursos disponíveis;
- ✓ A busca de parcerias e complementaridades referenciadas na qualidade social.

As principais ações institucionais de extensão da Faculdade de Direito de Ipatinga encontram-se estruturadas segundo a lógica que se detalhará a seguir:

- I. Articulação da extensão com o ensino:
- II. Articulação da extensão com a iniciação científica/pesquisa;
- III. Cursos de Extensão;
- IV. Prestação de Serviços;
- V. Programas e Projetos:
 - a) Programas e Projetos institucionais;
 - b) Programas e Projetos desenvolvidos pela IES e Cursos;
 - c) Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão

I - Articulação da Extensão com o Ensino: uma perspectiva que se abriu para a IES foi a de incentivar a participação da Extensão na composição de currículos e projetos político-pedagógicos de cursos, a renovação e ampliação do conceito de sala de aula, a presença nas atividades denominadas “complementares”, desde que, efetivamente, contribuam para a formação do aluno.

A efetivação da Extensão como processo acadêmico se faz, ainda, mediante sua inserção em matrizes curriculares de cursos de graduação e pós-graduação da Instituição.

Ao apostar nesse horizonte, a Instituição pretende alcançar uma melhor e mais precisa definição de sua identidade e ampliar a inserção local e regional dos seus cursos de graduação e pós-graduação; viabilizar o conceito de currículo como espaço de formação plural, dinâmico e multicultural e dotar seus alunos e alunas de um perfil profissional caracterizado pela formação humanista, crítica e reflexiva.

Além do mais, sabe-se, ainda, que a Extensão pode contribuir para uma flexibilização curricular enriquecedora das experiências singulares e para maior autonomia intelectual dos estudantes.

A Faculdade sustentada nos critérios e princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, planeja incluir o Projeto de Extensão à Comunidade em todos os cursos ofertados.

Assim procedendo, compartilhará da concepção e possibilidades abertas pelo Parecer CNE/CES 67, de 11/03/2003 e consolidadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (meta 12.7) de fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a participação em atividades de extensão e integrando-as como parte da carga horária dos cursos.

II - Articulação da Extensão com a Iniciação Científica/Pesquisa: em relação à promoção de um maior aprofundamento da articulação entre Iniciação Científica/pesquisa e Extensão, propõe-se que algumas linhas de extensão sejam utilizadas como indicativas para a apresentação dos projetos de Iniciação Científica/Tecnológica. Desta forma, são incentivados também projetos integrados de Pesquisa e Extensão.

III - Cursos de Extensão: proporcionam aos alunos e à comunidade em geral a possibilidade de receberem informações técnicas e se prepararem para a prática do mercado, permitindo-lhes interagir com profissionais experientes em suas respectivas áreas. A proposta é de atividades de atualização de conhecimentos técnicos, visando à elevação cultural em busca do aprimoramento profissional, complementando os conceitos trabalhados em sala de aula.

IV- Prestação de Serviços: pode acontecer na forma de consultorias, assessorias, assistências ou auxílios técnicos, pesquisas encomendadas, atendimento em saúde humana, exames, perícias e laudos técnicos, atendimentos jurídicos e judiciais, atendimentos em espaços culturais e em espaços de ciência e de tecnologia da Instituição, em articulação com políticas públicas, movimentos sociais ou setores produtivos. Estas atividades serão desenvolvidas por professores ou grupos de professores, bem como pelos laboratórios, núcleos, agências experimentais, com a participação de alunos e/ou colaboradores técnico-administrativos.

V - Programas e Projetos: Projeto de extensão é um conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado, que tenha articulação com o ensino e a pesquisa, envolvendo discentes e docentes, em atuação conjunta com a comunidade.

O Programa de Extensão constitui a reunião de diversas modalidades de ação extensionista em torno de temáticas mais amplas, conforme quadro abaixo:

<i>Programa</i>	<i>Descrição</i>
<i>Programas e Projetos Institucionais</i>	<p>Englobam o planejamento de ações extensionistas desenvolvidas (prestação de serviços, desenvolvimento de projetos e pesquisas), coordenadas e fomentadas com recursos da IES e/ou de parcerias.</p> <p>Essas ações se caracterizam pela abrangência inter e intrainstitucional, pela consonância com o PDI e os PPC's, pelo alcance e relevância dos resultados, pela articulação com o ensino e a iniciação científica, pela interdisciplinaridade e pelo caráter de maior continuidade.</p>
<i>Programas e Projetos Desenvolvidos pelos Cursos</i>	<p>Referem-se ao planejamento de ações extensionistas pelos cursos, por meio de suas coordenações de cursos, levando em conta suas características específicas, como particularidades e demandas dos cursos de graduação/graduação tecnológica, calendário acadêmico e possibilidades de parcerias.</p> <p>Essas ações serão desenvolvidas sob a coordenação e com recursos próprios das coordenações dos cursos, sendo acompanhados pela Direção e integrados por ela a outros Programas e Projetos das IES.</p>

<p><i>Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão</i></p>	<p>O Programa de Apoio Institucional a Projetos de Extensão é um programa de incentivo a propostas de projetos de extensão para obtenção de fomento, e tem por objetivos:</p> <p>Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável à formação do discente, à qualificação do docente e ao intercâmbio com a sociedade;</p> <p>Fortalecer a ação transformadora em se tratando de problemas e questões sociais e estabelecer uma relação dialógica entre a Instituição e a sociedade;</p> <p>Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da cidadania.</p>
<p><i>Projetos Extensionistas de Inclusão Social e Desenvolvimento Local</i></p>	<p>As ações voltadas para o desenvolvimento local, para a consolidação da democracia e da cidadania e para a inclusão social são desenvolvidas principalmente por meio das atividades de Extensão.</p> <p>Os projetos de extensão buscam a integração da formação universitária, orientando o foco da instituição para a sociedade, desenvolvendo e ou reforçando valores éticos para o profissional e preparando-o para o convívio com a realidade social.</p> <p>Também são orientados para a observância da solidariedade humana, do respeito, da ética, da justiça e do meio ambiente; para a comunicação transparente e dialógica; para a construção e consolidação de parcerias/articulações com políticas públicas, movimentos sociais ou setores produtivos; para a inclusão social e a promoção da melhoria da vida da comunidade.</p>

As ações de extensão devem promover uma interação transformadora entre a IES e a sociedade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido em todos os âmbitos da atividade da Faculdade.

Deste modo, a partir de uma perspectiva dinâmica as atividades de extensão nascem da captação de demandas e necessidades da sociedade, que se coadunam com as expertises internas e que permitem pautar a produção do saber e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Na operacionalização do programa de extensão a IES orientará para que sejam desenvolvidas um conjunto de ações e atividades voltadas para as demandas da comunidade interna e externa:

- ✓ Alinhamento entre ensino, iniciação científica, extensão responsabilidade social;
- ✓ Interdisciplinaridade com interação de conceitos e práticas complementares, de instrumentos avaliativos e metodologias com vistas a uma preparação melhor das atividades profissionais;
- ✓ Troca de experiência externa e democratização do conhecimento;
- ✓ Articulação com os movimentos sociais, priorizando ações e atividades que visem o desenvolvimento regional e nacional;
- ✓ Avaliação permanente dos programas e projetos;
- ✓ Articulação entre os projetos de diferentes áreas do conhecimento.

As ações de extensão têm por objetivo a difusão de conhecimentos pertinentes às áreas dos cursos de graduação oferecidos e são viabilizadas mediante as seguintes ações:

- ✓ Promoção de Seminários, Simpósios, Encontros e Cursos de Extensão;
- ✓ Promoção de congressos para comunicação e divulgação de resultados decorrentes das atividades de ensino e pesquisa;
- ✓ Intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais, bem como outros meios a seu alcance;
- ✓ Articulação com os sistemas público e privado, visando à promoção de oportunidades de estágios e outras atividades;
- ✓ Prestação de serviços visando à integração com a comunidade local e regional e a oferta de estágio;
- ✓ Qualificação pré-profissional dos discentes dos cursos de graduação e dos cursos de pós-graduação
- ✓ Atendimento direto à comunidade com a interveniência dos cursos nas áreas das ciências da saúde, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, ciências agrárias e outras;
- ✓ Promoção de atividades e/ou participação em iniciativas de natureza cultural;
- ✓ Divulgação de estudos sobre aspectos da realidade local e regional;
- ✓ Estímulo à criação literária, artística, científica, tecnológica e esportiva;
- ✓ Publicação de trabalhos de interesse cultural.

Entende a IES, a importância constante de dialogar com a comunidade na qual se insere, assim a Fadipa adotará como prática inovadora em seus projetos de extensão o diálogo permanente com a Sociedade Civil Organizada, o que acontecerá por meio de encontros online “lives” denominadas "Diálogos com a Sociedade - Economia Circular". Estas lives se caracterizarão como uma iniciativa online, com importância local e regional, uma vez que tratará de economia circular e seus impactos nas comunidades locais.

O conceito de economia circular, ligado à ideia de desenvolvimento sustentável e potencial fonte de novos negócios e empregos, será abordado pelos convidados em diferentes aplicações e cenários. As transmissões serão feitas no canal do Youtube da Fadipa e terão como objetivo promover debates e propostas de ações para uma economia cíclica eficiente, ou seja, uma forma mais sustentável de produção, na qual os recursos deixam de ser somente explorados e descartados e passem a ser reaproveitados

3.5 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente.

O Programa Desenvolvimento de Docentes incluirá a oferta de cursos de atualização, de métodos e técnicas de ensino e incentivará a participação em congressos, simpósio, seminários, oficinas de capacitação, Academia de Professores e cursos diversos.

Ao estimular esta participação e engajamento, a Faculdade acredita que a produção científica ocorrerá, de maneira automática e natural. Para tanto, sua política inclui o custeio de ajuda de custo para professores da IES para apresentação de trabalhos em Congressos, Conferências e Simpósios e demais eventos acadêmicos, cuja dotação orçamentária já estará prevista no orçamento anual.

O número de concessões seguirá Edital específico, mas haverá a preocupação em que a verba seja diluída entre os cursos de forma equitativa, somente sendo remanejada de um para outro, caso algum não apresente nenhuma demanda.

O objetivo é termos representatividade em todas as áreas do conhecimento e, preferencialmente, em eventos cuja marca esteja associada à área na qual o professor atua.

O apoio financeiro e logístico para a participação docente em eventos será compreendido como um estímulo direcionado não só à divulgação, mas em especial à própria produção acadêmica dos professores. A garantia de um apoio real à ida em encontros nacionais e internacionais e a possibilidade concreta de divulgação científica, atua como um estímulo que desperta a vontade de

ampliar a produção do conhecimento de modo a dar visibilidade a determinados projetos e pesquisas.

Acredita-se que a divulgação valoriza e catalisa a produção, ou seja, uma etapa do processo retroalimenta a outra.

3.6 Política de Atendimento dos Egressos

A Faculdade de Direito de Ipatinga conta com um Programa de Acompanhamento de Egressos denominado “PARA SEMPRE FADIPA”, vinculado às ações da CPA. As atividades do Programa possibilitarão a contínua avaliação dos cursos, pelo desempenho profissional dos ex-alunos, viabilizando adicionalmente a participação dos mesmos em atividades de extensão promovidas pela ação universitária.

São objetivos específicos do Programa:

- avaliar o desempenho dos cursos com relação ao mercado de trabalho, pelo acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- manter registros atualizados de alunos egressos;
- promover intercâmbio entre ex-alunos;
- promover encontros, cursos de extensão, reciclagens e palestras direcionadas a profissionais formados; e
- condecorar egressos que se destacam nas atividades profissionais.

Toda a política de egressos da Faculdade está calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

Assim, pretende-se lidar com as dificuldades dos egressos e colher informações de mercado, visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

O Programa de Acompanhamento de Egressos possui estrutura de funcionamento regular, constituído por profissionais da área administrativa da Faculdade, voltados para o devido fim. O Programa contribui no que se refere à compatibilidade entre o perfil do egresso definido neste PDI e

o que a realidade aponta como resultado da investigação, considerando a situação profissional, adequação da formação e interesses de educação continuada do egresso.

Os resultados da avaliação de egressos são cruzados com as avaliações de cursos e poderão contribuir, significativamente, para o aprimoramento de programas existentes, bem como para o planejamento de cursos de pós-graduação.

A análise e avaliação sobre o egresso da IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão.

E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que são formados que se torna possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado.

Neste sentido, o egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, a IES criou um programa que busca implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso, instrumento este que possibilita a avaliação continuada da IES, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Além disso, a instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colhe informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o programa se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

3.7 Estratégias e Meios para Comunicação Externa e Interna

A Fadipa conta com o apoio da área de Marketing, Comunicação e Relações Corporativas, área essa vinculada à Mantenedora e que prestará serviços aos setores da IES.

Dentre as estratégias de comunicação externa, vale descrever que a Faculdade trabalhará com:

- ✓ Ações e campanhas institucionais que tem como objetivo apresentar a instituição para a sociedade;
- ✓ Ações educativas com colégios e cursinhos;
- ✓ Ações e campanhas de relacionamento com as empresas e entidades de classe;
- ✓ Ações educativas com a comunidade no entorno;
- ✓ Ações e campanhas de relacionamento com a imprensa para promover as atividades e projetos realizados pelos professores e alunos;
- ✓ Ações e campanhas para divulgação dos processos seletivos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica, especialização e também cursos de curta duração e palestras diversas.

A Diretoria da Faculdade deve estabelecer as estratégias de comunicação junto à comunidade externa e garantir a interface com a Mantenedora.

Com o intuito de manter a comunidade acadêmica bem informada sobre tudo que acontece na Instituição, a Faculdade manterá também diversos veículos e canais de comunicação interna.

A comunicação interna na Instituição visa não apenas a disseminação de informações, como também o fortalecimento de vínculos para o trabalho coletivo entre os mais diversos setores e destes com toda a comunidade acadêmica.

Um dos graves problemas enfrentados por grandes organizações é a ineficácia da sua comunicação interna ou com a sociedade. A comunicação tem a vertente interna, para agregar os agentes - Diretores, Coordenadores de Cursos, Professores, Técnico-Administrativos e Estudantes, e a vertente externa, para que os agentes sociais, formadores de opinião, *prospects*, sejam informados dos ganhos de qualidade verificados, das atividades realizadas, das mudanças e outros.

Uma política de comunicação, por mais bem organizada que seja, não pode ser implementada sem sintonia e sinergia, sem a adesão consciente de todos e, também, sem o conhecimento de seus movimentos e etapas.

Um dos objetivos institucionais previstos neste PDI é o aperfeiçoamento do processo de comunicação e a divulgação de resultados das avaliações institucionais em geral, pois se acredita que a excelência na comunicação, tanto interna quanto externa, vai interferir de forma singular no processo ensino-aprendizagem. Os mecanismos de comunicação adotados, são apresentados no quadro a seguir:

MECANISMOS ADOTADOS PELA IES EM SUA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

MEIOS	PÚBLICO ALVO
Site institucional	(I/E)
Cartazes nos quadros de avisos	(I)
Correspondência eletrônica (News Letter, Whatsapp Business)	(I)
Correspondência via Correios	(I/E)
Avaliação Institucional	(I/E)
Ouvidoria - Presencial e Virtual	(I/E)
Reuniões com representantes da comunidade	(E)
Meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio)	(I/E)
Redes Sociais	(I/E)
Visitas Periódicas à Entidades Regionais	(E)
Assessoria de Imprensa nos eventos institucionais	(E)

Obs.: (I) = Interno; (E) = Externo; (I/E) = Interno e Externo.

Para uma comunicação eficaz, a Faculdade escolherá a ferramenta a ser utilizada, considerando não só a informação que pretende e necessita transmitir, mas, também, o público ao qual se dirige, seja ele interno ou externo.

3.8 Política de Atendimento aos Discentes

A Faculdade de Direito de Ipatinga tem como objetivo em sua política prestar atendimento de qualidade aos estudantes, contribuindo para seu ingresso, permanência e êxito acadêmico.

São diretrizes para estímulo à permanência do corpo discente:

- ✓ participação discente em todos os Colegiados, nos termos do Estatuto e Regimento;
- ✓ institucionalização de programas de apoio e atenção aos discentes;
- ✓ desenvolvimento permanente de estudos sobre o processo de aprendizagem e as metodologias de ensino;
- ✓ encaminhamento para estágios não obrigatórios e remunerados;
- ✓ capacitação para ampliação da empregabilidade;
- ✓ campanhas de valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, geracional, de sexo e de religião;
- ✓ desenvolvimento de ações de inclusão;
- ✓ conforto e comodidade por meio do atendimento integral acadêmico e financeiro;
- ✓ identificação sistemática, com periodicidade adequada, das necessidades do aluno no que tange ao ensino, à iniciação científica/pesquisa, às atividades de extensão e demais necessidades acadêmicas pertinentes; e
- ✓ ampliação e criação de novos espaços para a convivência comunitária e o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e desportivas.

O atendimento aos alunos é fundamental para qualquer IES, visto que o processo pedagógico só realiza seus objetivos quando contempla as necessidades dos alunos. Neste sentido, a Faculdade ordena diversas formas integradas de apoio aos alunos, a fim de contemplar com qualidade ações de acolhimento e permanência, atividades de monitoria, atividades de nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio extraclasse, apoio psicopedagógico, de acessibilidade metodológica e instrumental e participação em centros acadêmicos ou em intercâmbios, conforme demonstrado a seguir:

3.8.1 Núcleo Psicopedagógico (NUPAI)

O atendimento psicopedagógico a ser realizado na Faculdade tem como objetivo proporcionar a melhor adaptação do aluno ao meio acadêmico possibilitando uma ação preventiva e acolhedora nos assuntos de ordem emocional e educacional, inclusive para alunos com necessidades educativas especiais.

Visa, também, minimizar os entraves do processo ensino-aprendizagem ou, ainda, sugerir o devido encaminhamento para os casos em que se fizer necessário um atendimento mais especializado.

São atribuições do Psicólogo ou profissional legalmente habilitado:

- ✓ Intervir junto aos alunos – Suporte Psicológico Individual;
- ✓ Prestar assistência psicopedagógica aos alunos, visando o crescimento pessoal e acadêmico, as relações interpessoais, a integração social e a saúde mental, favorecendo o desenvolvimento e a formação integral;
- ✓ Trabalhar conflitos emergenciais na relação professor-aluno, professor-professor e professor-instituição; e
- ✓ Treinar o conhecimento e a administração de suas próprias emoções; a automotivação; bem como o reconhecimento de emoções em outras pessoas e o manejo de relacionamentos.

3.8.2 Apoio Social

Como meio de propiciar o ingresso e a permanência do aluno na Faculdade, são oferecidos programas de financiamento estudantil como FIES e bolsas pelo programa PROUNI. São concedidos descontos através de parceria com instituições privadas visando redução no valor das mensalidades dos estudantes funcionários de empresas conveniadas. Visando melhor atendimento às demandas locais, será concedido desconto aos funcionários públicos municipais de Ipatinga e região. É oferecida também a bolsa social, que visa atender alunos em situação econômica menos favorecida.

3.8.3 Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão (NUPAI)

A constituição de uma política para pessoas com deficiência representa para a Faculdade o cumprimento dos próprios princípios que adota.

Tendo como objetivo constante a execução do papel social que assume ao considerar o interesse público e o teor de suas atividades, a Faculdade promove oportunidades de inclusão social das pessoas com deficiência, levando em conta a diversidade dos perfis que se apresentam à Instituição.

Dessa forma, as políticas e programas dedicados especificamente a esses tendem não apenas cumprir as exigências presentes na legislação vigente, mas, sobretudo visam oferecer um atendimento satisfatório à comunidade acadêmica. No ensino superior, a transversalidade da educação especial se efetiva através de ações de promoção ao acesso, à permanência e à participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da

acessibilidade arquitetônica nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino.

Entendendo que, no ensino superior, a inclusão deve se inscrever no debate mais extenso do direito de todos à educação e igualdade no que tange a oportunidade de acesso e permanência do discente, a Faculdade criou o NUPAI (Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Acessibilidade e Inclusão) visando propagar e solidificar o macro conceito de acessibilidade constituído através de uma política institucional destinada a promover a acessibilidade universal.

O NUPAI é composto por um coordenador nomeado pela Direção.

O NUPAI atuará no sentido de incentivar uma mudança de cultura visando à inclusão social. Para isso, atua com o objetivo geral de promover a acessibilidade universal, desenvolver pesquisas e projetos comunitários que possam subsidiar organizações públicas e privadas envolvidas com as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando garantir o acesso à Instituição e suas dependências.

Em termos mais específicos o NUPAI, busca:

- I. Elaborar o Programa de Atendimento Psicopedagógico ao Acadêmico;
- II. Acolher o acadêmico que ingressa nos Cursos da Fadipa para melhorar a adaptação à vida acadêmica;
- III. Identificar o perfil da demanda e, a partir dele, propor ações e programas para trabalhar as dificuldades, prestando-lhe apoio psicopedagógico;
- IV. Proporcionar, adaptando ou sugerindo materiais de apoios às necessidades individuais;
- V. Motivar a participação do acadêmico à vida acadêmica, oferecendo o atendimento necessário;
- VI. Auxiliar no desenvolvimento de habilidades e competências dos acadêmicos da Instituição;
- VII. Orientar o acadêmico em seu desenvolvimento educativo/cognitivo e sócio/afetivo;
- VIII. Proporcionar ao acadêmico a orientação pessoal e profissional;
- IX. Proporcionar ao acadêmico o desenvolvimento de habilidades interpessoais;
- X. Acompanhar acadêmicos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012), visando a sua

plena acessibilidade ao Ensino Superior (arquitetônica comunicacional, pedagógica e atitudinal) e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil do egresso do Curso escolhido em igualdade de condições;

- XI. Apoiar e orientar, juntamente com os setores pedagógicos da instituição, o corpo docente e coordenadores na adequação e/ou desenvolvimento de metodologias, tendo em vista o melhor aproveitamento acadêmico do aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012);
- XII. Orientar o corpo docente no que se refere à necessidade de ajuda técnica e/ou de recursos de tecnologia da informação, comunicação e pedagógicos para atendimento às necessidades de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista, visando sua plena inclusão e desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

A dinâmica de atuação do NUPAI se realiza através de seus EIXOS DE ATUAÇÃO onde é responsável pelo apoio pedagógico aos alunos, professores e colaboradores com deficiência ou mobilidade reduzida. Também promoverá a comunicação intermediada por tradutores e intérpretes, além de auxiliar nos aspectos operacionais das atividades educacionais.

Atento às demandas específicas das pessoas com necessidades especiais, promoverá atendimento prioritário a este público. Além da adaptação do espaço físico e das instalações promoverá o ajuste da matriz curricular dos Projetos Pedagógicos visando incluir o componente curricular Libras como obrigatório ou optativo nos cursos de graduação conforme o previsto no Decreto nº 5.626/05.

A atenção específica a esses estudantes desenvolve-se, primeiramente, no sentido de atender aos seguintes requisitos:

a) Para alunos com deficiência física: adequação e adaptação do acesso às dependências da Faculdade através de rampas, e banheiros adaptados;

b) Para alunos com deficiência visual: na Biblioteca, no caso de alunos deficientes visuais matriculados, é disponibilizado um computador com programa específico instalado (Dosvox) que permite que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos alunos, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O sistema Dosvox permite que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência no estudo e no trabalho. No caso

de alunos deficientes visuais matriculados será disponibilizado um computador com programa específico instalado (Dosvox) que permitirá que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos alunos, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O sistema Dosvox permite que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim independência no estudo e no trabalho. Da mesma forma serão utilizados recursos didáticos como: mapas táteis, livro didático adaptado, livro acessível, etc.

c) Para alunos com deficiência auditiva: visando atender plenamente o aluno portador de deficiência auditiva, tem como política estabelecer convênios com instituições que possuem profissionais intérpretes da língua de sinais - Libras. Visando atender plenamente o aluno portador de deficiência auditiva, a IES tem como política estabelecer convênios com instituições que possuem profissionais intérpretes da língua de sinais - Libras. Na ocorrência de demanda será feito um contato junto à Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS, para obter orientações dos procedimentos que a Faculdade poderá adotar para atender satisfatoriamente o aluno.

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos será elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos interpretes de libras e pelo professor regular. O planejamento coletivo inicia-se com a definição do conteúdo curricular, o que implica que os professores pesquisem sobre o assunto a ser ensinado. Em seguida, os professores elaboram o plano de ensino e preparam o material didático, nos quais os conteúdos serão inter-relacionados.

No planejamento para as aulas o interprete fará o estudo dos termos científicos do conteúdo a ser estudado, nessa língua. Cada termo é estudado, o que amplia e aprofunda o vocabulário. Na sequência, todos os professores selecionam e elaboram os recursos didáticos para o Atendimento Educacional Especializado em Libras, respeitando as diferenças entre os alunos com surdez e os momentos didático pedagógicos em que serão utilizados.

Os alunos com surdez serão observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles. Focalizar-se-á a observação nos seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos.

Para além da presença de um intérprete, a IES testará outras opções em sala de aula, tais como a apresentação de filmes, uma vez os vídeos devem ser passados sempre com legendas. Caso o material não seja legendado, a IES usará alguns softwares, como o Windows Movie Maker, por exemplo. Sempre que o conteúdo permitir, o professor poderá utilizar o quadro para desenhar, fazer detalhes ou esquematizar suas ideias. Sugere-se, da mesma forma, a utilização de cores diferentes, setas e símbolos que auxiliem os alunos no entendimento da matéria.

Durante a aula, os conceitos serão passados por apresentações de imagens. Estas, se em meio digital, poderão ser reproduzidas com a ajuda de um projetor multimídia. Outra opção é usá-las de forma impressa. Contudo, recomenda-se alguns cuidados no uso dos slides. A exagerada utilização de textos está entre um dos aspectos que devem ser evitados. Os slides devem ter o máximo de detalhes de informações visuais possíveis, como imagens, desenhos e figuras, além de frases curtas, preferencialmente associadas com as ilustrações.

Atividades práticas, com dinâmicas de interação que sejam relacionadas ao conteúdo, tornam-se uma possibilidade de integração do estudante com surdez, uma vez que a pessoa surda entende a partir do olhar aquilo que deve ser feito. Assim, não é necessária a presença permanente de um intérprete, o que acaba favorecendo a autonomia acadêmica.

Sempre que possível, os professores serão estimulados a se adequarem aos seus alunos surdos, frequentando os cursos de Libras oferecidos pela instituição, ou até mesmo buscando sinais básicos, exclusivamente destinados à disciplina desenvolvida.

Deverá ser disponibilizado, com antecedência, o conteúdo impresso para o acadêmico reproduzir em ambiente virtual. Dessa forma, o acompanhamento ficará mais fácil, sem a perda do foco no intérprete para copiar o conteúdo.

Nesse sentido será utilizada a plataforma Moodle, essencial para a aprendizagem dos acadêmicos surdos. Ela facilita ao estudante com surdez um acompanhamento mais compreensível sobre o assunto tratado na aula, tendo a oportunidade de interagir diretamente com os seus colegas e professores, independentemente da presença do intérprete em Libras;

d) Para alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista: A IES se compromete a buscar meios para facilitar o convívio em sociedade, valorizando o conhecimento que esses alunos trazem, ao invés de enumerar o que as falta. Assim, o NUPAI buscará realizar intervenções pedagógicas que devem ser pautadas, inicialmente, nos aspectos do ensino e da aprendizagem, no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, vinculados à familiarização com o ambiente, ao melhor domínio da rotina educativa, ao estabelecimento de vínculos e estratégias de comunicação e à destinação social na IES, visando o desenvolvimento das atitudes e posturas pessoais como fator facilitador ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. No que diz respeito ao desenvolvimento pedagógico, a IES recomenda propiciar ao estudante com Autismo: Oportunidades pedagógicas de construção de conduta e participação por meio de seus pares (metacognição); Oportunidades de elaboração de estratégias no cotidiano do ensino: organização da comunicação e organização do estudo (regulação e autorregulação); Elaboração de recursos e organização da rotina, de acordo com as peculiaridades de cada aluno e de cada curso. Institucionalmente, está previsto o atendimento educacional especializado como forma de apoio à aprendizagem desse estudante, por meio de: Programa de tutoria e/ou monitoria, a ser fomentado pelo

NUPAI; Utilização de comunicação complementar ou alternativa, por meio de recursos de tecnologia assistiva e da informática. Sendo que para garantia do direito à educação e ao ensino profissionalizante, conforme preconizado no inciso IV, alínea a, do artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, a IES efetuará a matrícula dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o direito à acompanhante de apoio desde que comprovada sua necessidade, sem nenhum custo adicional aos alunos;

e) Recursos didáticos- pedagógicos: Entre outros recursos didático-pedagógicos para a pessoa com deficiência oferece: aulas expositivas; atividades em grupo; confecção de materiais didáticos; trabalho com relatos reais; vídeos didáticos; textos da referência bibliográfica e avaliações, disponibilização de professor de apoio; criação de sala de recursos, etc.

f) Recursos Tecnológicos: Quanto aos recursos tecnológicos e equipamentos a Faculdade disponibiliza: Data-Show; DVD's, Lousas Interativas, Computadores, Notebooks, etc;

g) Com relação às atividades afins: Requisição de acervo bibliográfico para a Biblioteca da Faculdade; viabilização da comunicação entre usuários e não usuários de Libras; apoio no uso e difusão de Libras no universo escolar, através da confecção e disponibilização de cartazes na Instituição e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas em parceria com os demais profissionais da Faculdade, na perspectiva do trabalho colaborativo e comunidade escolar, quando necessário, em consonância com o que está determinado em cada Projeto Pedagógico;

h) Componente curricular LIBRAS: O Componente Curricular “LIBRAS” é obrigatório nos cursos de Licenciatura e optativo no curso de Bacharelado, com carga horária total de 40 h (quarenta horas). As atividades possuem cunho teórico-metodológico que contemplam a Legislação sobre o ensino de LIBRAS no Brasil, ou seja, o vocabulário em Língua Brasileira de Sinais. Os aspectos metodológicos do ensino da Língua de Sinais como segunda língua preveem, ainda, atividades práticas para o ensino da mesma.

Em cumprimento à Portaria Normativa nº 20/2017, a Faculdade possui Plano de Garantia da Acessibilidade, bem como Laudo Técnico de Acessibilidade, elaborado por profissional especializado.

3.8.4 Programa de Nivelamento

A Faculdade de Direito de Ipatinga oferta o Programa de Nivelamento destinado especialmente aos alunos dos dois primeiros períodos dos cursos. O programa obedece a regulamento

próprio e tem como principal objetivo proporcionar condições aos alunos de recuperarem conteúdos do Ensino Médio, essenciais ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior.

O Programa de Nivelamento discente visa adequar a competência dos alunos a níveis necessários ao processo de aquisição do conhecimento.

O Programa de Nivelamento é uma atividade programada para atendimento aos acadêmicos iniciantes nos cursos da IES e tem como estratégia de ação uma programação diferenciada onde se desenvolvem atividades de apoio à demanda de desconhecimento das estruturas e dinâmicas institucionais, desnivelamento do conteúdo programático e ansiedade pela nova situação pessoal de estar no ensino superior.

As ações serão voltadas para a oferta de disciplinas especiais, orientadas para as maiores dificuldades apontadas pela coordenação e pelos discentes, além de atividades direcionadas a mudanças comportamentais, relacionando-se ao nivelamento curricular.

O Nivelamento tem como objetivos:

- ✓ Ampliar os conhecimentos dos alunos em conteúdos básicos e essenciais para a continuidade no Ensino Superior,
- ✓ Corrigir possíveis falhas no processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Reforçar e revisar conteúdos necessários para o seu aprimoramento curricular;
- ✓ Proporcionar ao aluno ingressante o contato com os conteúdos de forma mais objetiva e clara evitando a desistência e /ou evasão;
- ✓ Promover aulas com conteúdos específicos das disciplinas nas quais as dificuldades se apresentam;
- ✓ Abordar, de maneira mais enfática os conteúdos específicos das disciplinas que os alunos apresentam mais dificuldade.

Após diagnosticar deficiência de conhecimentos da escolarização anterior, os coordenadores definirão ações para conduzir os alunos a obterem e recuperarem conhecimentos, melhorando o desenvolvimento acadêmico do grupo. Depois de realizado o diagnóstico, a Instituição poderá fornecer sessões de estudos presenciais especiais, orientações individuais ou a grupos, oficinas instrumentais, semanas de apoio pedagógicos, ou mesmo cursos de nivelamento presenciais aos Ingressantes, tais como: Matemática, Língua Portuguesa, dentre outras.

Este Programa contribui para a qualidade do ensino na graduação, apoiando professores e estudantes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A Monitoria é integrante do processo pedagógico, bem como do projeto de formação do aluno, por meio da contribuição que esse aluno oferece ao projeto de formação dos demais. Nessa perspectiva, estimula a participação de alunos dos cursos de graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica na IES.

A realidade atual leva ao ensino superior um contingente de alunos com déficit do Ensino Médio, o que cria dificuldades acentuadas para os professores em seu desempenho docente e, mais grave ainda, leva os alunos com maior nível de dificuldades ao desestímulo, à insuficiência de aprendizagem e até à desistência do curso.

No Programa de Monitoria, o aluno tem a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante, em um processo acadêmico-científico e também educativo. Para que isso se dê efetivamente, o monitor deve ser protagonista no processo de ensino-aprendizagem, junto aos seus colegas. Sua ação se dá na interface entre professor, alunos e conteúdos ministrados. Por essa razão, a monitoria tem por característica despertar no aluno que a exerce o interesse pela docência e propiciar maior integração dos autores da Faculdade, por meio da interação entre estudantes e professores nas atividades de ensino.

No exercício da monitoria, o aluno é confrontado diariamente com as complexidades próprias à ação educativa, com suas perguntas e suas utopias.

Como procedimento, a monitoria incorpora uma importância significativa ao se desenvolver nas dimensões política, técnica e humana da prática pedagógica. A atuação do monitor passa por uma apropriação e socialização de técnicas, mas não se limita a elas. Ao contribuir para que um colega compreenda melhor determinados conteúdos e procedimentos, o monitor assume um compromisso com o saber científico e a necessidade de sua apreensão pelos colegas. O resultado do processo de monitoria é o fortalecimento de uma relação que possa resultar na autonomia cognitiva e de intervenção transformadora da realidade.

Em termos mais específicos a monitoria objetiva um melhor aparelhamento dos cursos da Instituição e também o aproveitamento dos alunos que apresentam atributos de cultura e aptidão para a função.

Para a função de monitor de determinado componente curricular somente poderá ser admitido o aluno regularmente matriculado.

O Diretor é a autoridade competente para a admissão do monitor mediante processo seletivo, no qual o candidato é submetido a provas específicas nas quais deverá demonstrar capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinado componente curricular. Na seleção dos candidatos são levadas em conta a assiduidade, conduta, capacidade, bem como as notas de provas e exames realizados no semestre letivo anterior.

Os monitores são admitidos sob forma contratual por um exercício financeiro semestral, ficando, automaticamente, cancelados ao final de cada período letivo. Incumbe ao monitor auxiliar os colegas nos estudos dos componentes curriculares do curso em que estiver matriculado, facilitando-lhes a realização de trabalhos e a obtenção de dados bibliográficos e de outros elementos necessários ao curso. O número de monitores é fixado pela Direção, levando-se em conta as dotações orçamentárias e observando o seguinte critério preferencial:

- ✓ Número de aulas atribuídas ao componente curricular; e
- ✓ Número de turmas e de cursos em que o componente curricular é ministrado.

3.8.6 Ouvidoria

A Ouvidoria é uma instância informal, neutra e independente à qual membros da comunidade acadêmica e os cidadãos em geral que não se considerarem atendidos de forma satisfatória pelos canais usuais podem recorrer para fazer sugestões, reclamações, denúncias e discutir problemas relativos às atividades e funções da Faculdade.

Sua função é ouvir, localizar informações pertinentes e ajudar a compreensão dos problemas e buscar soluções possíveis visando a melhoria dos serviços, correção de erros, desvios e abusos, proteção do direito à informação, das prerrogativas de professores, estudantes e funcionários e do patrimônio físico e cultural da faculdade.

Sua premissa maior é contribuir para a existência de um ambiente físico e social harmonioso, que favoreça o trabalho, a convivência e a aprendizagem.

A Ouvidoria atua como mediadora de conflitos que surgem no cotidiano das atividades acadêmicas, e facilitadora do entendimento entre as partes envolvidas. Sua regra básica é o respeito à confiança nela depositada pelos usuários.

A Ouvidoria tem como objetivo disponibilizar mais um serviço para estreitar a relação da Faculdade com seus discentes, para que possam sugerir, criticar ou elogiar ações da Faculdade.

Mediante a atuação da Ouvidoria, a IES pode buscar cada vez mais, com transparência, fortalecer a qualidade dos seus serviços, uma vez que a ouvidoria tem o compromisso de valorizar, sobretudo, o respeito ao ser humano.

3.8.7 Formas de Acesso

A Faculdade de Direito de Ipatinga promove o ingresso de candidatos nos cursos de graduação através de Processo Seletivo organizado e executado segundo o disposto na legislação pertinente, com o objetivo de classificar os candidatos, no limite das vagas ao curso respectivo. A Instituição também aceitará transferência de alunos de outras Instituições de Educação Superior, conforme legislação vigente e normas regimentais, bem como a obtenção de novo título.

O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas para cada curso. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos e a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação, desempate e demais informações. No ato da inscrição para o processo seletivo está à disposição do candidato uma Relação Geral de Cursos da Faculdade. A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos pela Instituição. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la, ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas poderão ser recebidos alunos transferidos ou através da obtenção de novo título.

Os candidatos classificados no Processo Seletivo e convocados para ingresso nos cursos de graduação devem comparecer no setor de matrícula da Faculdade, no prazo fixado, apresentando o original e a cópia dos documentos requeridos:

- ✓ requerimento de matrícula;
- ✓ certificado de conclusão de Ensino Médio ou equivalente;
- ✓ histórico escolar do Ensino Médio concluído;
- ✓ cédula de identidade;
- ✓ título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- ✓ prova de regularidade com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino;

- ✓ certidão de nascimento ou casamento;
- ✓ comprovante de pagamento das taxas regulamentares;
- ✓ CPF; e
- ✓ 1 foto 3 x 4 atual.

O candidato classificado que não se apresentar para matrícula - no prazo estabelecido e com os documentos exigidos - perde o direito de matricular-se, em favor dos demais candidatos a serem convocados por ordem de classificação, mesmo que tenha efetuado o pagamento das taxas exigidas.

Independentemente de Processo Seletivo pode ser efetuada a matrícula de candidatos portadores de diploma registrados de Curso Superior, observados os dispositivos legais vigentes e o limite de vagas da Faculdade. O portador de diploma de Curso Superior, devidamente registrado, pode matricular-se - havendo vagas após análise e aprovação dos respectivos currículos e programas pelo órgão competente, através da obtenção de novo título.

A matrícula deve ser renovada semestralmente e ao final semestre letivo, o aluno deve preencher - na Secretaria - requerimento a fim de confirmar a continuidade de seus estudos para semestre seguinte ou solicitar trancamento. Ressalvado o caso de trancamento de matrícula, a não renovação da mesma implica renúncia do curso e desvinculação do aluno à Faculdade.

O processo de matrícula do aluno ingressante se caracteriza ainda como oportunidade na qual a Instituição realiza o mapeamento dos alunos que necessitam de atendimento especial.

3.8.8 Programa de Acolhimento e Permanência

O Programa é uma proposta de acompanhamento e de apoio aos discentes desde o seu ingresso na IES. Sua estrutura centra-se no acolhimento, permanência e acompanhamento dos estudantes. O Programa está organizado em torno do acompanhamento de todos os acadêmicos da Faculdade, considerando suas necessidades e peculiaridades no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. O Programa apresenta uma proposta de trabalho que visa acompanhar todo percurso do aluno na Faculdade, com o intuito de superar suas limitações e valorizar o estudante enquanto sujeito dotado de capacidades, habilidades e potencialidades enfatizando-o como protagonista de seu desempenho acadêmico e de sua própria história. Através do programa a IES busca identificar as possibilidades de estágio não obrigatórios e remunerados e não remunerados fazendo o devido encaminhamento e acompanhamento dos alunos selecionados.

3.8.9 Projeto Recuperação de Aprendizagem

Este projeto tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento pedagógico do aluno, realizando um plano de intervenção pedagógica sempre que identificadas dificuldades de aprendizagem na turma.

O projeto será desenvolvido ao longo do semestre com a gestão dos resultados do aluno, por meio do portal educacional, pelos coordenadores e através do colegiado do curso com orientações personalizadas, indicação de outras intervenções institucionais e ainda aplicação de aulas de reforço com revisão de estudos e reaplicação de provas em segunda chamada, de acordo com planos de cada curso, aprovados pelo colegiado.

3.8.10 Coordenadoria de Estágios

A Coordenação de Estágios foi criada para atender ao aluno preparando-o para o mercado de trabalho. Atua, através de atendimento extraclasse, no suporte às atividades obrigatórias de estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

Também são promovidas atividades de orientação sobre processo de seleção de pessoal, elaboração de currículo, comportamento em entrevista, participação em atividades de grupo, que ajudam no rito de saída, permitindo vivenciar sua formação acadêmica e ingresso no mercado de trabalho.

3.8.11 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes podem formar centros, ligas acadêmicas ou diretórios acadêmicos no âmbito da Faculdade os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A IES sempre teve plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política

estudantil, que contribui para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na IES haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

3.8.12 Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O corpo discente é representado nos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES, com direito à voz e voto. Os representantes estudantis, nos Órgãos Colegiados Acadêmicos, terão mandatos temporários, permitidos a recondução. Os suplentes só poderão participar dos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES, em caso de impedimento do representante efetivo. Os representantes juntos aos Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES deverão ser alunos regularmente matriculados. O não preenchimento de qualquer destes requisitos, em qualquer tempo, implicará na perda do mandato.

Os alunos matriculados na IES que pertencerão ao Diretório Acadêmico que terá regimento elaborado e aprovado de conformidade com a legislação pertinente, disporá sobre sua constituição, finalidade, elegibilidade, direitos e deveres de seus membros. O Diretório Acadêmico tem por objetivo a representação estudantil, a promoção, a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Instituição. Os estudantes serão incentivados a participarem dos diretórios acadêmicos pela IES entender que é o espaço onde eles podem participar ativamente do desenvolvimento do curso.

O DA será instalado na sede da IES e terá o apoio da Instituição em eventos culturais e esportivos. A IES estimulará as eleições, as assembleias e, ainda, oferece espaço físico com mobiliário e equipamentos para seu funcionamento.

3.8.13 Ações inovadoras para atendimento ao discente

A Faculdade de Direito de Ipatinga propõe-se a desenvolver as seguintes ações inovadoras de apoio ao discente em seus cursos, durante a vigência deste PDI:

- ✓ Estabelecer convênios com Instituições públicas e privadas para encaminhamento de alunos a estágios curriculares não obrigatórios e remunerados, mediante intermediação e acompanhamento de profissionais da Instituição;
- ✓ Organizar Atividades de recepção e ambientação entre calouros e ingressantes;
- ✓ Fortalecer relacionamentos de amizade entre toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Disponibilizar pauta de comunicação nas redes sociais com a publicação de posts de boas-vindas e demais informações de interesse do curso;
- ✓ Fornecer gratuitamente carteira estudantil; e
- ✓ Apoiar o aluno na realização de atividades extraclasse, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

3.9 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos

A Faculdade de Direito de Ipatinga em sua missão de ser uma Instituição inovadora e com grande interlocução com a comunidade, buscará incentivar a produção discente investindo em ações que oportunizem a divulgação referente a tudo o que for por eles produzido.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso, invariavelmente, geram produtos de alta qualidade e que poderiam produzir intervenções na realidade local. Os problemas levados a estudo sempre partem de uma situação real, sendo objeto de pesquisa e análise, para, depois, propor mudanças e novas tomadas de decisão.

A proposta da Instituição é de publicar anualmente, sua Revista Eletrônica Científica que viabilize a difusão de todo o conhecimento adquirido, projetando extramuros as vivências dos discentes e estimulando uma maior interação com a comunidade de seu entorno, que passará a demandar a Faculdade para novas iniciativas.

Os trabalhos que gerarem artigos poderão ser submetidos aos anais de congressos e à publicação em revistas especializadas. Aprovados, nossos discentes terão o apoio institucional para sua defesa pública e apresentação. Este apoio se efetivará nos mesmos moldes definidos para a produção docente, com subsídios financeiros previstos no planejamento anual. Para fazer jus ao reembolso, o discente deverá apresentar o aceite da apresentação do trabalho; resumo; resumo expandido ou artigo completo.

Serão reembolsados os valores referentes à inscrição no evento, passagem aérea e hospedagem, conforme previsão do Edital.

Em seu retorno, o discente deverá apresentar cópia impressa do trabalho apresentado e do seu certificado de participação, documentos imprescindíveis e que poderão, inclusive, contar como Atividade Complementar. Este discente assumirá a responsabilidade de apresentar o trabalho para a comunidade acadêmica, contribuindo para estimular os demais discentes a produzirem mais e a se interessarem pelo fluxo de comunicações e eventos acadêmicos, internos ou externos.



EIXO IV

Políticas de Gestão

4 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

A gestão da Faculdade de Direito de Ipatinga é norteada por princípios éticos, da participação e do trato responsável com os recursos humanos e financeiros. Esses são valores que orientam as ações empreendidas, tendo como objetivo a otimização dos recursos orçamentários, a sustentabilidade institucional, o aperfeiçoamento dos processos administrativos e o estabelecimento de prioridades.

São políticas institucionais de gestão:

✓ **Participação:** a gestão da Faculdade, sob responsabilidade do Comitê de Gestão e da Diretoria, auxiliadas por instâncias de apoio – Núcleos diversos, entre eles, o NUPAI, Ouvidoria, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante, NEAD, NEXTIC, se faz com transparência de processos e procedimentos compartilhados por colegiados de cursos, fortalecendo princípios éticos e garantindo a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. As atas das reuniões dos colegiados superiores são realizadas em livro e os resumos das decisões são divulgados no site para acesso da comunidade acadêmica;

✓ **Pessoas:** consideradas como capital humano na Instituição, a valorização de pessoas em uma organização tornou-se um grande diferencial para as instituições. Alcançar metas organizacionais sem a valorização real de seu capital humano é totalmente controverso. O alinhamento das competências individuais com as competências organizacionais tornou-se um grande diferencial no alcance das metas estabelecidas. A instituição que fizer dos seus colaboradores realmente o seu Capital Humano, se destacará no meio organizacional. O profissional que realiza suas atividades motivado, envolvido e qualificado nas competências necessárias para o exercício da função, tem a chance de entregar resultados altamente satisfatórios, estabelecendo um círculo virtuoso. São utilizados recursos tecnológicos como o e-mail institucional, site institucional e Portal Acadêmico para interação entre a comunidade acadêmica.

✓ **Infraestrutura:** recursos financeiros são mobilizados e direcionados para execução das atividades acadêmicas e administrativas, com recursos pedagógicos e tecnológicos inovadores, atentando para oferecer condições de acesso a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

✓ **Informação e Comunicação:** intercâmbio com a comunidade acadêmica e externa, favorecendo o desenvolvimento por meio do ensino, iniciação científica e extensão. Manter atualizado um sistema eficaz de comunicação que seja acessível à comunidade acadêmica e ao público externo e uma rede de informações para o melhor desempenho da gestão acadêmica.

✓ **Finanças:** sustentabilidade financeira e responsabilidade social fazem parte da política financeira da IES. A manutenção de recursos destinados ao desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas e o incentivo ao acesso a programas de estímulo educacional são prioritários. A gestão financeira é controlada através de uma estrutura de Plano de Contas com naturezas orçamentárias separadas por centro de custo, onde cada curso tem o seu, individualizado. Os demonstrativos utilizados são Demonstração de Resultado do Exercício e Fluxo de Caixa. Para a garantia da sustentabilidade financeira a IES utiliza-se da Gestão Orçamentária onde todos os membros da comunidade acadêmica participaram da elaboração e projeção do mesmo para o ano seguinte. Os custos são controlados periodicamente e a decisão de investimento também levará em conta as pesquisas realizadas pela CPA – Comissão Própria de Avaliação.

✓ **Avaliação Institucional:** ferramenta de gestão que incentiva e promove a melhoria dos processos acadêmicos e administrativos.

A aprendizagem é idealizada através da interação entre teoria e prática, na qual se resgata a práxis da ação educativa como elemento inerente ao trabalho pedagógico que se sustenta na formação profissional, no caráter investigativo e na autonomia do pensar o conhecimento. Daí a necessidade da gestão institucional incentivar, dentro de suas condições orçamentárias, a implementação das políticas acadêmicas, voltadas para o incentivo ao ensino, à iniciação científica e à extensão, tornando possível a educação de qualidade, premissa de nosso projeto de desenvolvimento institucional.

Como revelam o organograma da IES e as políticas propostas, a autonomia, a participação efetiva na vida acadêmica, as oportunidades de contribuições e realizações em projetos de ensino, iniciação científica e extensão, a vida comunitária, as condições físicas oferecidas, o fulcro na atenção ao discente e no seu pronto atendimento, as políticas de interligação e complementaridade das atividades fins e meios na Instituição, conduzem e constroem a democratização dos processos e da vida universitária.

Para consecução de seus objetivos, a IES pode propor e interagir com a entidade Mantenedora para fins de aproveitamento de serviços e assinatura de convênios com instituições educacionais, científicas e culturais, nacionais ou estrangeiras.

3.1 Política de Capacitação Docente e Formação Continuada

A política de capacitação docente visa preparar seu corpo docente para o uso de metodologias e dinâmicas inovadoras que ampliem a capacidade de aprendizado do aluno, preparando-o eficazmente para o exercício da profissão escolhida. Apoiar o seu corpo docente na busca pelo aprimoramento constante e qualificação profissional, trata-se de um dos pilares imprescindíveis no alcance dos objetivos estratégicos institucionais. Para tanto, deve oferecer múltiplas alternativas, no âmbito das suas possibilidades, que permitam aos docentes se qualificarem conforme os seus interesses e necessidades.

O Plano de Carreira Docente e a Política de Capacitação Docente e Formação Continuada estão disponíveis para consulta *in loco*.

3.1.1 Requisitos de Titulação

A Faculdade de Direito de Ipatinga conta em seu quadro com docentes que possuem titulação exigida na Lei n. 9.394/96. Os professores são contratados dentro das normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, observadas também as Convenções Coletivas de Trabalho das regionais do Sindicato dos Professores - SINPRO do Estado de Minas Gerais.

Verifica-se no departamento pessoal o quadro de progressão de carreira e as devidas titulações do corpo docente.

3.1.2 Experiência no Magistério Superior e Experiência Profissional

A contratação está vinculada à capacidade do docente em contribuir para a formação do aluno com o perfil definido, tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), quanto o perfil estipulado nos valores da Instituição. Para compor seus quadros, a Instituição buscará docentes preferencialmente Mestres e/ou Doutores, com formação adequada aos Projetos Pedagógicos de Curso e experiência profissional acadêmica e profissional.

A adequação do docente ao PPC do curso é verificada através da titulação e comprovação de experiências anteriores. O docente deverá contribuir para o conjunto de atividades de ensino-aprendizagem previstas nas DCN (aulas teóricas e práticas, Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, atividades de extensão, e outras), bem como nos Programas de Nivelamento.

3.1.3 Critérios de Seleção e Contratação

A Instituição valoriza a experiência de seus docentes, pois entende que a construção do saber está intrinsecamente relacionada à prática profissional; por isso, experiência acadêmica e profissional é um dos critérios considerados na seleção dos professores. A contratação de docentes é feita, observando, preferencialmente, os seguintes aspectos:

- I. Formação acadêmica adequada aos objetivos definidos no PPC do curso;
- II. Experiência profissional compatível que, aliada à formação acadêmica, possa contribuir para a formação do egresso com o perfil específico definido no PPC, nas DCN e no PDI;
- III. Apresentação de aula perante banca composta pelo Diretor e/ou seu representante, coordenador do curso e um professor convidado para avaliação do domínio de conteúdo e metodologia;
- IV. Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- V. Estar em dia com as obrigações eleitorais; e
- VI. Possuir condições de saúde compatível com o exercício do cargo, comprovada em inspeção médica que será realizada por profissional competente, antes da contratação.

O levantamento de vagas é precedido do aproveitamento dos docentes atuais vinculados, de acordo com a aderência de sua formação às disciplinas e cursos. A dedicação do professor à Instituição é condição indispensável, para que o docente possa se engajar nos projetos institucionais de fomento à melhoria da qualidade educacional.

3.1.4 Política de Qualificação

O estímulo à produção intelectual do corpo docente é uma ação constante da Faculdade de Direito de Ipatinga, para tanto procurará proporcionar apoio técnico e pedagógico aos professores,

disponibilizando os recursos e a infraestrutura existente: laboratórios, equipamentos de informática, recursos multimídia e Biblioteca. O apoio pedagógico é realizado através de oficinas e palestras na própria Faculdade abordando itens importantes para o desempenho do magistério superior relacionadas ao trabalho docente como: didática inovadora, planejamento das atividades acadêmicas, processos e avaliação da aprendizagem. O objetivo com este empreendimento é auxiliar os docentes na condução dos componentes sob sua responsabilidade, sugerindo atividades, metodologias, sistema de avaliação dos alunos, propostas de trabalho, além de orientar a relação professor-aluno.

A Faculdade adota como política o incentivo ao corpo docente no que se refere à qualificação, oferecendo bolsas parciais/integrais nos programas de pós-graduação oferecidos por ela própria, por outras faculdades da mantenedora e/ou IES externas, caso nenhuma das unidades da mantenedora, ofereça o curso de interesse na área de formação do docente.

É incentivada, também, a participação dos docentes em atividades de extensão, eventos científicos e acadêmicos organizados pela Faculdade e por outras instituições.

A formação continuada dos professores universitários torna-se imperativo, não apenas para eles próprios pelo preponderante papel que exercem, mas também para o corpo diretivo da Instituição a quem cabe a responsabilidade de assegurar, em seus quadros, profissionais qualificados.

O Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Docentes inclui oferta de cursos de atualização, de métodos e técnicas de ensino e incentiva a participação em congressos, simpósios, seminários, oficinas de capacitação e cursos diversos.

A Faculdade busca investir no aprimoramento didático de seus professores, oferecendo-lhes conhecimentos adicionais e desenvolvimento de habilidades que possam melhor orientá-los na condução das atividades pedagógicas.

O intuito é capacitar os professores para que possam fazer da sala de aula e de outros espaços de aprendizagem um ambiente agradável, tornando o aprendizado mais prazeroso e obtendo melhores resultados dos alunos.

A Faculdade de Direito de Ipatinga estimula a qualificação sistemática do corpo docente, destinando os recursos orçamentários necessários.

A Política de Qualificação e Formação Continuada foi elaborada considerando o cenário vivenciado pela Educação Superior no Brasil, particularmente pelo setor privado. São também ações amparadas na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (nº 9.394/96) e visa atender a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Por intermédio de encontros de docentes, fomenta-se a troca de experiência entre profissionais com diferentes áreas de formação e que exerçam a docência na instituição, promovendo ações interdisciplinares.

O Plano de Capacitação Docente é o instrumento empregado para definir e apresentar as políticas, as diretrizes e as metas institucionais de capacitação do quadro docente, bem como as áreas prioritárias para investimento nesse sentido.

O Plano inclui, também, o planejamento de novos afastamentos para capacitação e o acompanhamento acadêmico dos professores que se encontram em frequência a cursos de pós-graduação.

A IES entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação.

A Faculdade investe no aprimoramento técnico pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pela própria IES e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente da Instituição estão assim definidas:

- I. Consolidar um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções institucionais no ensino, pesquisa, extensão e cultura, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade fixados pelo MEC;
- II. Aperfeiçoar e implementar o Plano de Carreira Docente que contém as regras de ingresso, progressão, direitos e deveres dos docentes;
- III. Selecionar profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, seleção ou outro expediente;
- IV. Estabelecer uma política interna de qualificação de recursos humanos auxiliando seus docentes a identificar programas de Mestrado e/ou Doutorado para se qualificarem com os apoios e auxílios previstos no Plano de Carreira Docente;
- V. Implementar a oferta de programas de qualificação próprios;
- VI. Ofertar seletivamente cursos de especialização com vistas a que todos os seus professores tenham, no mínimo, uma especialização em sua área de atuação;

VII. Racionalizar os quantitativos de professores concentrando e disponibilizando maior volume de horas-aula para cada professor, dentro dos limites possíveis e viáveis, valorizando e aumentando os ganhos remuneratórios e os níveis de satisfação;

VIII. Aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área

A política de qualificação docente tem por objetivo promover ações que contribuam para a compreensão, o desenvolvimento, a qualificação, o aprimoramento acadêmico e a atualização do funcionamento e da organização das atividades pedagógicas inerentes à natureza do trabalho docente desenvolvido.

Em termos mais específicos a política visa:

- ✓ Possibilitar, permanentemente, o atendimento individualizado dos docentes, a fim de atender as diversas dificuldades enfrentadas perante as relações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ Intervir, quando necessário, com atividades em grupo, para levantamento das questões “problema” que por ventura venham a prejudicar o desenvolvimento dos alunos;
- ✓ Propor atividades que atendam às necessidades específicas dos colegiados dos cursos;
- ✓ Ofertar aos docentes, palestras, encontros/seminários e oficinas nas diferentes áreas do conhecimento;
- ✓ Possibilitar trocas de experiência entre os docentes nas suas diversas áreas de formação;
- ✓ Promover encontro entre os docentes e coordenadores de curso, ofertando atividades de caráter pedagógico e organizacional das ações a serem desenvolvidas pelos docentes;
- ✓ Incentivar nas atividades pedagógicas o aprofundamento teórico e metodológico dos processos de ensino-aprendizagem;
- ✓ Promover cursos de aprofundamento em sistema modular para promover o contato com as novas tecnologias;
- ✓ Criar ações de estímulo aos docentes para participação e publicação em eventos científicos.

O programa de capacitação docente estará direto ou indiretamente ligado à sala de aula e ao processo de Avaliação do Desempenho do Docente, que compõem, com outros procedimentos, a Avaliação Institucional da Faculdade.

A IES institucionalizou e regulamentou através de seu Plano de Capacitação Docente a promoção da melhoria da qualidade das funções do ensino, iniciação científica, extensão e gerência da Instituição.

Para tal, oportuniza a seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo, condições de aprofundamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A Instituição oferece os seguintes incentivos na vigência deste PDI:

- ✓ Bolsas de estudo integrais/parciais para os cursos de pós-graduação lato ou stricto/sensu;
- ✓ Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários que participarem de congressos, simpósios e eventos similares de cunho acadêmico, profissional, artístico, cultural, etc;
- ✓ Oferta de cursos de Treinamento e atualização profissional;
- ✓ Apoio à publicação de teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos;
- ✓ Oferta de infraestrutura para que os professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- ✓ Licença para participação em programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Está prevista também, como oportunidade de ampliação da formação acadêmica, ajuda de custo para docentes e discentes para apresentação de trabalhos acadêmicos em congressos nacionais e internacionais, bem como incentivo à participação nos eventos internos organizados pelo próprio curso ou por todos os cursos da Faculdade.

3.1.5 Plano de Carreira

O atual Plano de Cargos e Salários da instituição mantenedora contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

3.1.6 Regime de Trabalho

O docente integrante da carreira fica sujeito a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I. Tempo Parcial (TP):** professor contratado com 12 (doze) ou mais horas semanais de trabalho, nelas reservados, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do tempo para estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos;
- II. Tempo Integral (TI):** professor contratado com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho reservados, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do tempo para estudos, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos; e
- III. Horista (HT):** professor que ministra aulas e não está enquadrado no regime parcial e/ou integral.

Havendo redução do número de discentes e/ou turmas que impossibilitem a formação e/ou manutenção dos docentes em tempo integral ou parcial de um curso específico, eles poderão ter o seu regime de trabalho alterado para a condição de horista.

3.1.7 Procedimentos para Substituição Eventual de Professores do Quadro

Para a eventual substituição de professores, em primeiro, buscar-se-á opção no próprio curso ou em outro, que tenha aderência e carga horária com disponibilidade para esse acúmulo temporário e, somente quando isso não for possível é que se buscará no mercado de trabalho profissionais qualificados para tanto.

Em casos emergenciais, a contratação de docente substituto poderá ser feita por um período de 06 (seis) meses, sem que tal procedimento emergencial venha caracterizar ingresso na carreira docente, para estrito fim de atender a carência de pessoal docente, em caráter emergencial e em função da necessidade de substituir um docente afastado por motivo de doença, gravidez, outro afastamento necessário ou, ainda, para ministrar disciplina que não terá continuidade do semestre seguinte.

3.1.8 Expansão do Corpo Docente, considerando o Período de Vigência do PDI

Apresenta-se, abaixo, o cronograma para sua expansão:

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Titulação	Regime de Trabalho	2019	2020	2021	2022	2023
Doutorado	Integral	02	02	03	02	04
	Parcial	04	04	03	04	04
	Horista	04	04	05	04	03
Mestrado	Integral	05	05	04	05	06
	Parcial	18	18	15	11	13
	Horista	08	08	10	10	09
Especialização	Integral	01	01	01	02	03
	Parcial	10	10	10	08	07
	Horista	07	07	08	08	13
TOTAL		59	59	59	54	62

3.2 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo.

A Instituição, dentro de suas possibilidades, busca proporcionar qualificação e treinamento funcional para o corpo administrativo, além de fomentar o investimento pessoal em políticas de melhorias na qualificação. Cursos, palestras, simpósios, treinamentos são ofertados aos funcionários por meio de ações diretas da Instituição e/ou por meio de parceria e convênio com empresas especializadas do ramo.

Os funcionários são beneficiados com bolsas parciais/integrais nos programas de pós-graduação e/ou extensão oferecidos por ela própria, por outras faculdades da mantenedora e/ou IES externas, caso nenhuma das unidades da mantenedora, ofereça o curso de interesse na área de atuação do funcionário.

3.2.1 Corpo Técnico Administrativo

1.2.1.1 Critérios de Seleção e Contratação

O processo de admissão da Instituição tem início a partir do momento que o gestor abre a demanda de contratação que é direcionada para o Setor de Recursos Humanos.

O Setor de Recursos Humanos faz a análise da solicitação e libera para divulgação da vaga e coleta de currículos. Se necessário, providenciará a revisão do perfil do cargo, especificando suas principais atribuições, competências técnicas e comportamentais exigidas para a função, enquadramento salarial, horário e jornada de trabalho. Após levantamento dos currículos, os candidatos são encaminhados ao processo de seleção propriamente dito, onde são realizados testes práticos, psicológicos e entrevistas.

Concluídos os procedimentos acima e com o resultado do processo seletivo, o RH dará prosseguimento aos procedimentos burocráticos para contratação.

O colaborador só poderá iniciar suas atividades na Instituição mediante liberação do Setor de Recursos Humanos e a entrega de toda documentação

O Plano de Cargos e Salários tem como objetivo básico a determinação das carreiras e da remuneração fixa (Salário-base) de cada colaborador.

1.2.1.2 Critérios Básicos de Seleção

Os requisitos mínimos para se candidatar a uma vaga na IES são:

- ✓ Ter 18 (dezoito) anos completos;
- ✓ Ter completado o ensino médio.
- ✓ A admissão de funcionários e cônjuges é permitida desde que não exerçam funções em condição hierárquica direta ou indiretamente em relação à parentela de acordo com o disposto no organograma institucional.

Em condições de igualdade, os candidatos com necessidades especiais terão preferência no preenchimento das vagas. Na escolha dos candidatos para preenchimento das vagas por movimentação interna ou por admissão, levar-se-á em conta as exigências do cargo e as qualificações do candidato ao seu preenchimento.

O processo de seleção poderá contar com: entrevistas, testes, dinâmicas de grupos, entre outros instrumentos. Nas atividades que exijam precisão, também poderão ser aplicados testes

práticos, e a documentação de todo profissional aprovado para movimentação interna ou admissão será acompanhada de um parecer.

1.2.1.3 Condições para Inscrição

O processo seletivo interno é aberto a todos os profissionais que possuam os pré-requisitos necessários para ocupar o cargo. Para inscrever-se, deverá o profissional preencher o formulário próprio e apresentar cópia do seu currículo atualizado, encaminhando-os ao Setor de Pessoal.

1.2.1.4 Formas de Captação de Candidatos

Na captação dos currículos de candidatos são adotadas as seguintes formas:

- I. Banco de dados de candidatos;
- II. Divulgação no Site Institucional e de e-mail institucional; e
- III. Chamadas através de entidades de classe, veículos de comunicação, dentre outros.

1.2.1.5 Políticas de Qualificação

Dentro de suas possibilidades, a Faculdade busca proporcionar qualificação e treinamento funcional para o corpo administrativo, além de fomentar o investimento pessoal em políticas de melhorias na qualificação. Cursos, palestras, simpósios, treinamentos serão ofertados aos funcionários por meio de ações diretas da Instituição e/ou por meio de parceria e convênio com empresas especializadas do ramo.

A valorização das atividades do corpo técnico-administrativo está devidamente regulamentada e visa contemplar o desempenho e formação do funcionário. Para isso são estabelecidas as seguintes políticas:

- I. Incentivo a formação continuada do corpo técnico;
- II. Oferta de cursos voltados à atuação específica;
- III. Oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional;
- IV. Estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades;
- V. Atualização de conhecimentos na área da informática;
- VI. Implementação do Plano de Cargos e Salários do Pessoal Técnico e Administrativo adequando-o à realidade de mercado e de gestão;

- VII.** Elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a para cada ano;
- VIII.** Seleção de profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, concurso ou outro expediente;
- IX.** Implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
- X.** Atrair, desenvolver e reter talentos;
- XI.** Aumentar o nível de valorização das pessoas;
- XII.** Criar sistema de remuneração que reconheça méritos e valores;
- XIII.** Estabelecer uma eficiente comunicação interna;
- XIV.** Investir na cultura institucional e na reconstrução de seus processos;
- XV.** Criar agentes integradores do ambiente interno;
- XVI.** Criar sistemas de procedimentos que aumentem a sinergia entre os órgãos.

A Faculdade ainda promove a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores, alinhando-os aos desafios e necessidades da instituição visando à maximização do desempenho do seu capital humano e dos resultados empresariais, buscando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Assim, a Faculdade atua de forma estratégica desde o treinamento de boas-vindas aos novos colaboradores até ações direcionadas à formação de lideranças e equipes, podendo planejar e executar as ações em parceria com outras instituições.

Para tal, oportuniza a seus professores e pessoal técnico e de apoio administrativo, condições de aprofundamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A Instituição oferece os seguintes incentivos:

- ✓ Bolsas de estudo integrais/parciais para os cursos de pós-graduação lato e/ou stricto sensu;
- ✓ Concessão de auxílio para os seus professores e funcionários que participarem de congressos, simpósios e eventos similares de cunho acadêmico, profissional, artístico, cultural, etc;
- ✓ Oferta de cursos de Treinamento e atualização profissional;
- ✓ Apoio à publicação de teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos;
- ✓ Oferta de infraestrutura para que os professores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- ✓ Licença para participação em programas de pós-graduação lato sensu

1.2.1.6 Plano de Cargos e Salários

O atual Plano de Cargos e Salários contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

1.2.1.7 Regime de Trabalho

Os funcionários técnico-administrativos são mensalistas e, na sua quase totalidade, admitidos com contratos de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

3.2.2 Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Para atender às necessidades de implantação dos novos cursos propostos no PDI 2021/2026 pretende-se expandir o corpo técnico-administrativo conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 10 - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Cargos	2019	2020	2021	2022	2023
Aprendiz em Serviço De Escritório	01	01	03	02	02
Auxiliar de Serviços Gerais	07	07	07	07	07
Auxiliar Administrativo	12	12	14	16	15
Auxiliar Administrativo (Biblioteca)	01	01	01	01	01
Auxiliar Administrativo (Secretaria)	01	01	02	03	03
Assessora Administrativo	01	01	01	01	00
Assistente Contábil	01	01	01	01	00
Assistente de RH	00	00	00	00	01
Auxiliar de Manutenção	01	01	01	01	01
Bibliotecário	01	01	01	01	01
Consultor Jurídico	02	02	02	02	02
Contador	01	01	01	01	01
Coordenador de Curso	02	02	02	02	02
Diretor	04	04	04	04	02
Gerente CPD	01	01	01	01	01
Gerente de RH	01	01	01	01	01
Gerente Financeiro	01	01	01	01	01
Secretário	01	01	01	01	01
Supervisor de Ensino	01	01	01	01	01
Técnico de Enfermagem	01	01	01	01	01
Técnico de Processamento de Dados	01	01	01	01	01
Técnico de Laboratório	02	02	02	02	02
Técnico em Saúde Bucal	00	00	03	03	03
Vigias/Porteiro	01	01	01	01	01

3.3 Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância

A Sistema Alfa Universitário LTDA- ALFA desde o início do planejamento para oferta de disciplinas on-line vem capacitando continuamente os docentes/tutores e pessoal técnico-administrativo.

Para o desenvolvimento e atualização de todos os envolvidos nas atividades dos componentes curriculares on-line dos cursos presenciais são realizadas diversas ações, a saber:

a) *Capacitações internas:* são disponibilizadas aos colaboradores da ALFA, capacitações para que esses se integrem à Educação a Distância, aperfeiçoando continuamente o processo, conforme demonstrado abaixo:

- ✓ Para garantir a formação continuada e a qualificação dos envolvidos, vem-se sendo implementado um sistema de atualização periódica, presencial e a distância, no qual são abordados temas de relevância para atuação técnico-pedagógica e humanística dos docentes/tutores e pessoal técnico-administrativo, bem como um sistema de orientação para a mediação pedagógica, acompanhamento e avaliação dos estudantes, de modo a manter a unidade de pensamento e ações entre docentes/tutores;
- ✓ A efetivação dessas políticas se faz através de formação continuada em serviço, de forma presencial ou a distância, tanto em programas internos quanto pela inscrição dos profissionais em programas ofertados por outras instituições e incentivo à participação dos professores/tutores em seminários on-line;
- ✓ Ademais, o acompanhamento das atividades de tutoria que envolve a produção de relatórios, sistematização de dados acadêmicos dos estudantes, tais como listas de frequência, registro de notas, auto avaliação dos estudantes e demais procedimentos que se fizerem necessários à implantação das atividades.

b) Ao estabelecer os critérios para que um docente possa exercer o papel de tutor (presencial ou a distância) observou-se:

- ✓ Sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos quanto a adaptação à modalidade EAD;
- ✓ A habilidade de expor o conteúdo em linguagem tecnológica aderente às características pedagógicas, sociais e regionais da turma;
- ✓ A criatividade de apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- ✓ A capacidade de elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades diversas e avaliações diagnósticas, formativas e somativas;
- ✓ A competência para realizar feedbacks das avaliações com os alunos em diversificadas plataformas virtuais de aprendizagem, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no decorrer do semestre letivo;
- ✓ A capacidade de estabelecer virtualmente uma relação de liderança e ter sua produção reconhecida pelos discentes e pela comunidade acadêmica, na modalidade a distância.

A formação do quadro de docentes/ tutores, é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

Os docentes/tutores são contratados em tempo integral, parcial ou horista – atendendo plenamente as exigências legais. Os requisitos desejáveis para a contratação são:

- a)** No mínimo título de especialista;
- b)** Com pelo menos 2 anos de experiência profissional e/ou acadêmica.

A contratação é efetuada após seleção, análise de curriculum vitae, entrevista e testes de conhecimentos específicos adequados ao cargo.

A contratação de docente/tutor está vinculada à sua capacidade em contribuir para a formação do egresso com o perfil definido, tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos quanto ao perfil estipulado nos valores institucionais.

A política de qualificação do corpo de docente/tutor da ALFA tem por objetivo promover ações que contribuam para a compreensão, o desenvolvimento, a qualificação, o aprimoramento acadêmico e a atualização do funcionamento e da organização das atividades pedagógicas inerentes à natureza

do trabalho tutorial desenvolvido.

Em termos mais específicos a política visa:

- ✓ Possibilitar, permanentemente, o atendimento individualizado dos docentes/tutores, a fim de atender as diversas dificuldades enfrentadas perante as relações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ Intervir, quando necessário, com atividades em grupo, para levantamento das questões “problema” que por ventura venham a prejudicar o desenvolvimento dos alunos;
- ✓ Ofertar aos docentes/tutores, palestras, encontros/seminários e oficinas nas diferentes áreas do conhecimento;
- ✓ Possibilitar trocas de experiência entre os docentes/tutores nas suas diversas áreas de formação;
- ✓ Promover encontro entre os docentes/tutores e coordenadores de curso, ofertando atividades de caráter pedagógico e organizacional das ações a serem desenvolvidas pelos tutores;
- ✓ Promover cursos de aprofundamento em sistema modular para promover o contato com as novas tecnologias;
- ✓ Criar ações de estímulo aos docentes/tutores para participação e publicação em eventos científicos.

O programa de capacitação tutorial estará direto ou indiretamente ligado ao processo de Avaliação Institucional.

A mantenedora institucionalizou e regulamentou através de seu Plano de Capacitação a promoção da melhoria da qualidade das funções do ensino, iniciação científica, extensão e gerência da Instituição.

Para tal, oportuniza a seus professores, aos docentes/tutores e pessoal técnico e de apoio administrativo, condições de aprofundamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A mantenedora oferece os seguintes incentivos na vigência deste PDI:

- ✓ Bolsas de estudo integrais/parciais para os cursos de pós-graduação lato e/ou stricto sensu;
- ✓ Concessão de auxílio para os seus docentes/tutores e funcionários que participarem de congressos, simpósios e eventos similares de cunho acadêmico, profissional, artístico, cultural, etc;

- ✓ Oferta de cursos de Treinamento e atualização profissional;
- ✓ Apoio à publicação de teses, dissertações ou outros trabalhos acadêmicos;
- ✓ Oferta de infraestrutura para que os docentes/tutores e funcionários imprimam ou editem suas produções científicas;
- ✓ Licença para participação em programas de pós-graduação lato ou stricto sensu.

Com o resultado de sua avaliação, cada docente/tutor definirá, juntamente com a Direção Geral da Mantenedora, quais ações de capacitação poderão lhe ajudar a desenvolver determinadas competências.

Está prevista também, como oportunidade de ampliação da formação acadêmica, ajuda de custo para docentes/tutores e discentes para apresentação de trabalhos acadêmicos em congressos nacionais e internacionais, bem como incentivo à participação nos eventos internos organizados pelo próprio curso ou por todos os cursos da Faculdade.

3.4 Processos de gestão institucional

A Faculdade de Direito de Ipatinga está organizada em conformidade às características institucionais e à realidade que lhe são próprias e, está em consonância com sua concepção, missão visão e valores institucionais.

A organização administrativa da IES obedece a hierarquia que regula as funções e atribuições de cada setor, tendo como objetivo a qualidade de ensino e obedece aos seguintes princípios:

- I. Unidade de patrimônio e administração sustentável;
- II. Estrutura orgânica com base na direção e coordenações de cursos, vinculados aos órgãos de administração;
- III. Unidades com funções de ensino, iniciação científica e extensão, e pós-graduação, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- IV. Racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e dos fatores humanos;
- V. Natureza pluricurricular da Instituição, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano;
- VI. Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às políticas institucionais e aos processos de acessibilidade curricular e de inclusão, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos;

Em sua gênese gestora, a IES constitui a expectativa plena de que todo planejamento precisa ser avaliado constantemente. As ações precisam ter eficácia tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Por isso, a IES entende que o processo de avaliação institucional é o principal instrumento para planejar e mensurar os resultados do planejamento.

No regimento da IES, encontra-se toda a organização e os principais procedimentos da IES.

O funcionamento da Faculdade está alicerçado numa gestão participativa e democrática por meio de seus órgãos colegiados, nos quais está prevista a participação efetiva do seu corpo discente, docente, técnico-administrativos e sociedade.

Todas as deliberações, normatizações, proposições e avaliações nas esferas administrativa e acadêmica são de responsabilidade desses órgãos, considerando as competências de cada um.

Desta forma, a Instituição promove um modelo de gestão onde a comunidade acadêmica participa dos processos de decisão e se envolve no firme propósito de alcançar as metas institucionais, bem como realizar a missão e alcançar a visão proposta.

A representação dos docentes e discentes nas instâncias de decisão está plenamente institucionalizada conforme Regimento, sendo essas categorias representadas nos seguintes órgãos colegiados:

- ✓ Comitê de Gestão (Docentes e Discentes);
- ✓ Colegiado de Curso (Docentes e Discentes);
- ✓ CPA (docentes e discentes).

Além disso, no Comitê de Gestão e na CPA também há representatividade do pessoal técnico administrativo e, nessa última, da sociedade civil organizada, garantindo que todos os atores envolvidos no processo acadêmico se façam representar nas instâncias de decisão da Instituição, proporcionando reflexões e debates com vistas ao aperfeiçoamento dos processos e da gestão.

Esse modelo de gestão participativo e democrático também promove maior engajamento da comunidade acadêmica no desenvolvimento da missão e alcance da visão institucional, bem como na promoção de seus valores.

3.4.1 Organograma Institucional e Acadêmico

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, visando tornar mais fácil a comunicação, exigir menor controle, facilitar a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo obter, em consequência, maior envolvimento dos docentes, discentes e técnicos administrativos.

Nos órgãos colegiados estará assegurada a representatividade dos segmentos administrativo, discente e docente, para garantir o envolvimento da comunidade acadêmica, tanto na adoção das decisões, como na sua execução, com vistas a aprimorar o ensino ministrado.

A estrutura organizacional prevista no Regimento da Instituição será composta de forma a garantir a qualidade das atividades acadêmicas, dividindo-se em:

I. Colegiados:

- a) Comitê de Gestão;
- b) Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- c) Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- d) Colegiado de Curso;

II. Diretoria:

- a) Diretoria;
- b) Coordenações de Curso;
- c) Coordenações de Estágio;

III. Órgãos Suplementares:

- a) Secretaria Acadêmica;
- b) Biblioteca;
- c) Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Acessibilidade e Inclusão (NUPAI);
- d) Núcleo de Ensino à Distância (NEAD) e a Equipe Multidisciplinar;
- e) Núcleo de Extensão e de Iniciação Científica (NEXTIC);
- f) Ouvidoria;
- g) Departamento Financeiro;
- h) Marketing.

A estrutura organizacional da Faculdade tem como função precípua direcionar as suas ações para propiciar o desenvolvimento das competências profissionais de seus alunos.

Na execução de seus trabalhos, a Direção da Instituição poderá contar com órgãos de apoio acadêmico.

Cabe aos órgãos colegiados de ensino, extensão e iniciação científica a deliberação sobre o conjunto de atividades essenciais para a vida acadêmica consubstanciados nos artigos 53 e 54 da LDB, respeitadas a legislação pertinente e as diretrizes educacionais.

O Regimento Geral da Faculdade de Direito de Ipatinga regulamenta o processo de escolhas dos membros dos órgãos colegiados e de gestão institucional regulamentando também, os seus respectivos mandatos.

Como mecanismos de transparência institucional as reuniões dos órgãos colegiados são registradas em atas, sendo as mesmas divulgadas a toda a comunidade acadêmica, por meio dos murais de aviso da IES e também por meio de publicação no site da Instituição em aba própria, de forma a garantir que as decisões possam ser devidamente compartilhadas e apropriadas por toda a comunidade acadêmica.

3.5 Sistema de controle de produção e distribuição de material didático

A Fadipa atende às exigências para a elaboração do material didático, uma vez que os materiais disponibilizados aos alunos das disciplinas on-line, dos cursos presenciais, foram elaborados por profissionais da área, atendendo aos conteúdos curriculares do Projeto Pedagógico de cada curso de graduação, devidamente revisados pelos respectivos docentes das disciplinas.

A equipe de profissionais que elaborou o material é terceirizada, a empresa contratada como fornecedora de conteúdo digital é a SAGAH, com a qual foi celebrado Contrato de Prestação de Serviço.

O processo inicial da produção de materiais acontece quando o NDE e Coordenação de Curso confeccionam a ementa ou procede a sua atualização. Na sequência, o NEAD verifica fornecedores disponíveis, seleciona o material e encaminha ao NDE e equipe multidisciplinar para validação acerca da qualidade do material e atendimento da ementa, ou solicita confecção/correção, se aprovado, solicita os links para disponibilização.

Etapa seguinte, o setor de TI disponibiliza os links para os docentes, que também se manifestarão sobre a qualidade e adequação, se aprovado, o material será disponibilizado para os alunos. Caso o material não seja aprovado, o mesmo será novamente devolvido para o fornecedor, solicitando alterações.

Cada disciplina possui um conjunto de materiais instrucionais que auxiliam no processo de construção do conhecimento e na interação entre os envolvidos. Esses materiais são planejados e escritos, levando em consideração a bibliografia adequada às exigências de formação, aprofundamento e coerência teórica e indicada no Plano de Aprendizagem (PA).

A plataforma utilizada, terceirizada, bem como o conteúdo possibilitam que o professor da disciplina também contribua com conteúdos e atividades.

O material contempla linguagens variadas constituídas de signos orais, textuais, gráficos, imagéticos, sonoros, entre outros e tem versão off line, salvar em pdf. As Unidades de Aprendizagem são acessíveis para deficientes visuais e auditivos, bem como são disponibilizados em formatos variados de mídias para atender não somente às necessidades educacionais especiais, mas, ainda, considerando-se os diversos estilos de aprendizagem dos alunos.

O AVA possibilita o uso de mídias diversificadas, tais como: vídeos, áudios, arquivos em pdf, podcast, Power Point, Prezi, Flash, web e videoconferência.

O conteúdo é atualizado a cada 2 anos ou por demanda apresentada pela Instituição. Sobre a solicitação de ajustes, também via catálogo, ao acessar qualquer unidade de aprendizagem, tem disponível na parte superior direita um botão chamado “Solicitar ajustes na

UA”, clicando neste item é possível realizar a solicitação e dentro de até 72hs um retorno é encaminhado.

Cada disciplina é dividida em unidades de aprendizagem de acordo com a carga horária.

A Unidade de Aprendizagem (UA) é composta por conteúdos e atividades criteriosamente selecionados que viabilizam ao aluno um papel ativo no processo de construção do conhecimento.

Assim, as unidades foram elaboradas tendo como ponto de partida uma atividade desafio que estimula o aluno ao estudo dos materiais didáticos que compõem a unidade. Itens que compõem uma Unidade de Aprendizagem:

✓ **Apresentação:** Contém os Objetivos de Aprendizagem da unidade de aprendizagem em termos de conteúdo, habilidades e competências. Esses objetivos de aprendizagem servem como norteadores para a elaboração dos demais itens que compõem a unidade. Os objetivos são precisos, passíveis de observação e mensuração. A elaboração de tais objetivos:

- a) Delimita a tarefa, elimina a ambiguidade e facilita a interpretação;
- b) Assegura a possibilidade de medição, de modo que a qualidade e a efetividade da experiência de aprendizado podem ser determinadas;
- c) Permite que o professor e os alunos distingam as diferentes variedades ou classes de comportamentos possibilitando, então, que eles decidam qual estratégia de aprendizado tem maiores chances de sucesso; e
- d) Fornece um sumário completo e sucinto do curso, que pode servir como estrutura conceitual ou “organizadores avançados” para o aprendizado.

✓ **Desafio de Aprendizagem:** Desafiar é contextualizar a aprendizagem por meio de atividades que abordem conflitos reais, criando-se significado para o conhecimento adquirido. O objetivo do desafio não é encontrar a resposta pronta no texto e sim provocar e instigar o aluno para que ele se sinta motivado a realizá-la. Busca-se nesta atividade elaborar uma situação real e formular um problema a ser resolvido, isto é, proporcionar ao aluno uma análise para se resolver uma questão específica. Este desafio exige do aluno uma análise justificada que deve ser inserida em campo específico do AVA. Os seguintes itens constam do desafio:

- a) Descrição do desafio: descrição detalhada da atividade a ser realizada;
- b) Orientação de resposta do aluno: explicação do que o aluno deve entregar como resultado do desafio; e
- c) Padrão de resposta esperado: modelo padrão de resposta a ser entregue pelo aluno e que sirva de orientação para a correção da atividade.

✓ **Infográfico:** É uma síntese gráfica, com o objetivo de orientar o aluno sobre os conteúdos disponibilizados no material. São elementos informativos que misturam textos e ilustrações para que possam transmitir visualmente uma informação.

✓ **Conteúdo do livro:** Cada unidade de aprendizagem é composta por um trecho do livro selecionado.

✓ **Videoaula:** A dica do professor é um vídeo que tem como conteúdo o tema da unidade de aprendizagem e tem por objetivo aproximar ainda mais o aluno desses conhecimentos, através de uma linguagem amigável e tranquila.

✓ **Exercícios:** São atividades objetivas que destacam os pontos principais do conteúdo. Estes exercícios reforçam e revisam, de forma objetiva, os conteúdos e as teorias trabalhadas na unidade de aprendizagem. São apresentados cinco exercícios de fixação. Cada exercício é apresentado e após a resolução pelo aluno a resposta correta é assinalada. Todas as opções de respostas possuem feedback.

✓ **Saiba Mais:** Permite a leitura complementar e mais profundada dos diversos assuntos abordados na unidade de aprendizagem. São artigos científicos, livros, textos, vídeos e outros materiais que estimulam a continuidade da leitura e o interesse de aprofundamento dos conteúdos.

Com base nos princípios metodológicos expostos, os professores e tutores devem articular os conteúdos com as questões vivenciadas pelos alunos em sua vida profissional e social, relacionando os temas trabalhados com as outras disciplinas, permitindo ao aluno compreender a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, utilizando de técnicas que privilegiem a solução de problemas, integrando teoria e prática.

3.6 Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.

A proposta orçamentária da Faculdade de Direito de Ipatinga é elaborada no período de julho a dezembro do ano que antecede a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional, com base em limites definidos pela Sistema Alfa Universitário LTDA para cada ação/atividade ou matriz que compõe o orçamento.

A definição desses limites e os parâmetros e indicadores institucionais que servem ao seu cálculo são estabelecidos pela entidade Mantenedora, que inclusive é responsável por definir o maior montante, correspondente a despesas com pessoal

Neste sentido, o limite depende de indicadores tais como número de matrículas, alunos concluintes, avaliação dos cursos, indicadores obtidos pela Comissão Própria de Avaliação, etc.

É importante registrar que a Faculdade não pode alterar os limites definidos pela mantenedora, sem prévia autorização da mesma, para os itens do orçamento. Portanto, na Faculdade de Direito de Ipatinga, como em outras Instituições de Ensino mantidas pela ALFA, a elaboração do orçamento consiste basicamente em ouvir a comunidade acadêmica e a partir daí projetar, obedecendo a limites definidos pela mantenedora, o valor de cada uma das despesas que compõem as várias matrizes.

Realizado esse trabalho, a proposta orçamentária da Faculdade é enviada para inclusão no orçamento geral da entidade mantenedora.

O Departamento Financeiro da Faculdade de Direito de Ipatinga está subdividido em áreas distintas, visando dar melhor tratamento ao trabalho, através da especialização de cada atividade, bem como garantir que as devidas conferências sejam realizadas, por medidas de segurança, o que não implica necessariamente que cada atividade esteja sob a responsabilidade de uma pessoa específica, uma vez que devido ao porte da Faculdade uma mesma pessoa pode vir a desempenhar diversas atividades, ou até mesmo contar com o apoio de funcionários da entidade mantenedora para a execução das tarefas.

A direção da IES em conjunto com a secretária e coordenação de curso, para elaboração, execução e monitoramento do orçamento, realiza as seguintes atividades:

Atividades de Tesouraria: Formada pelo caixa da instituição. Responsável pelos atos de receber dos alunos e/ou outros clientes e pagar fornecedores/prestadores de serviços. Tem, sob sua guarda, cheques da empresa e de clientes e caixa da Faculdade. Controla saldos bancários.

- ✓ **Conta a Receber:** responsável por gerar as mensalidades e demais serviços cobrados pela IES. Controla e faz conferência dos valores recebidos pela tesouraria e pelo sistema bancário de compensação. O controle é realizado sempre por pessoas diferentes das que efetivamente recebem os valores no caixa, visando, dessa maneira contribuir para maior imparcialidade e segurança de cada agente do processo, funcionando como uma pequena auditoria interna.
- ✓ **Contas a Pagar:** recebe as notas fiscais de compras de mercadorias dos setores de obras e compras. Faz a conferência de valores e lançamentos/agendamentos das obrigações financeiras da IES para com seus fornecedores. Realiza a respectiva baixa, na data do pagamento. Todos os pagamentos são realizados quando da autorização da Direção da IES.
- ✓ **Contabilidade:** controla toda a documentação do contas a pagar e receber, organiza o movimento e envia ao escritório de contabilidade para o fechamento dos balancetes de verificação e balanço contábil.
- ✓ **Atendimento:** responsável pelo atendimento ao cliente, fornecendo informações necessárias às dúvidas dos estudantes relativas ao financeiro. Controla a entrega dos boletos bancários, cheques devolvidos, controle dos alunos que possuem gratuidades (FIES, PROUNI, convênios).
- ✓ **Treinamento:** responsável pela capacitação dos membros da comunidade acadêmica em relação a captação de recursos e realização de despesas de custeio e de capital.

Para garantir a sustentabilidade financeira da instituição há uma estreita relação do levantamento das necessidades financeiras para o desenvolvimento das ações pedagógicas com a efetiva atuação administrativa.

Objetivando a otimização dos meios com eficácia conjugada, há na previsão orçamentária, o cronograma de execução dos planos de investimentos com adequada gestão financeira.

A IES utiliza-se dos sistemas Totvs (RM, RH, Fluxus, Labore, Classis), para ajustar e corrigir o planejamento e fazer as comparações entre o planejado e o já realizado.

O controle das despesas se dá por meio de planilhas com centros de custos para cada curso, analisando suas despesas e projeções futuras, através da necessidade de investimentos.

A Faculdade de Direito de Ipatinga elabora seu orçamento anual, considerando:

- ✓ Projeção das receitas: mensalidades ou anuidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão ou projetos em parcerias;
- ✓ Projeção dos custos com pessoal (Docentes e profissionais técnico-administrativos);
- ✓ Projeção dos custos com serviços de terceiros;
- ✓ Projeção dos custos diretos e indiretos;
- ✓ Previsão de evasão de alunos;
- ✓ Previsão de inadimplência.

A peça orçamentária é elaborada a partir do PDI e do levantamento dos cursos ofertados, tendo como base o número de alunos por turma, cargas horárias dos docentes, índices de reajustes inflacionários, salários e as demais informações obtidas pelos relatórios contábeis produzidos até o início dos trabalhos.

Elaborados os levantamentos das receitas e custos, e a identificação dos resultados, serão projetados os investimentos. O orçamento será aprovado em conjunto com a Diretoria Financeira e a Mantenedora. Após aprovado, sua execução seguirá o planejamento central estratégico no enfoque econômico-financeiro.

Com este planejamento, a Faculdade visa atender às suas necessidades e demandas, além de acompanhar mensalmente o planejamento econômico e financeiro como uma ferramenta técnica capaz de auxiliar na análise dos resultados obtidos e, ao mesmo tempo, fornecer parâmetros confiáveis para a tomada de decisões pelos gestores.

Para a garantia do alcance das metas estabelecidas para o Ensino, Iniciação Científica, Pós-graduação, Extensão a IES trabalha com a estruturação de seus investimentos através de uma Gestão pautada no Plano Orçamentário.

São realizadas pelos gestores financeiros da Mantenedora, coordenadores de curso, diretor acadêmico, análises da estrutura atual de todos os departamentos:

administrativos, infraestrutura e estrutura dos cursos, onde são apontados os itens a serem adequados ou criados.

A partir disso, são planejadas as ações de modificação ou manutenção a curto, médio e longo prazos. O orçamento estará ligado aos planos de ação para cada meta estabelecida, com verba liberada e prazo de execução.

A Receita da Faculdade provém da mensalidade dos estudantes, das taxas escolares, das receitas de prestação de serviços a terceiros, do aluguel de espaços físicos e da captação de recursos junto às Instituições Públicas e Privadas. São realizadas promoções de apoio para o ingresso dos estudantes em seu quadro.

A Faculdade desenvolve os seguintes programas em parceria com instituições externas:

- ✓ PROUNI - criado pelo Governo Federal, em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, de modo a beneficiar estudantes egressos do ensino médio;
- ✓ FIES (Financiamento Estudantil), programa do Governo Federal destinado à concessão de financiamento;

São realizados ainda convênios com empresas da região, onde os funcionários e seus filhos poderão ter um desconto na mensalidade do curso escolhido.

O orçamento é controlado periodicamente pela diretoria acadêmica da instituição, juntamente com a equipe financeira da Mantenedora. Essa equipe controla periodicamente as verbas orçadas em contraponto com as realizadas.

O acompanhamento e monitoramento são realizados através de relatórios periódicos, gerados por centro de custo e natureza orçamentária, sempre visando cumprir com os percentuais previamente estabelecidos, para garantia da sustentabilidade financeira da IES e cumprimento das metas.

Além disso são realizados trimestralmente estudos da proposta orçamentária versus orçamento realizado e acompanhamento da distribuição dos créditos a partir da definição de metas, indicadores e objetivos mensuráveis que permitem a tomada de decisões internas, sendo elas:

- ✓ Acompanhamento trimestral planejado/realizado;
- ✓ Ajuste do projetado quando necessário;
- ✓ Manutenção de variação inferior a 5% nas contas do orçamento;
- ✓ Informação da contabilidade ao gestor sobre desvios da meta acima de 5%;
- ✓ Análise e readequação das contas conforme necessário atualizando a peça orçamentária.

Como forma de ampliação de suas receitas a IES pretende especializar-se, durante a vigência deste PDI, na prestação de serviços à comunidade de seu entorno.

Estes serão originados por:

- ✓ **Receitas de serviços:** recursos originários de atividades típicas de prestação de serviços, relacionados com as atividades acadêmicas ou administrativas;
- ✓ **Receitas Patrimoniais:** recursos financeiros resultantes da fruição por terceiros de bens e valores da Faculdade, como aluguéis, arrendamentos e outros, provenientes de bens móveis e imóveis;
- ✓ **Receitas Financeiras:** decorrentes de recebimento de juros, correção monetária e outros proventos de aplicações no mercado;
- ✓ **Receitas Várias:** provenientes de órgãos de fomento de iniciação científica e extensão, por meio de editais de financiamentos e de incentivos à cultura.

3.6.1 Previsão de Receitas e Despesas

A previsão orçamentária para 04 (quatro) anos, apresentada abaixo, foi elaborada obedecendo-se rigorosamente aos critérios orçamentários.

RECEITAS	2019	2020	2021	2022	2023
MENSALIDADES	6.444.663,75	6.783.825,54	7.472.025,38	8.013.654,85	3.363.024,64
BOLSA DE ESTUDO	756.638,00	796.462,70	874.282,63	936.337,40	350.890,50
RECEITAS DIVERSAS	176.149,00	185.420,70	185.483,30	197.420,40	72.360,80
SERVIÇOS	134.240,41	141.305,70	136.910,50	140.212,70	53.456,00
TAXAS e TARIFAS-RECEBIDA	85.189,82	89.673,50	74.125,04	85.748,90	46.897,50
SUB-TOTAL	7.596.880,00	7.996.688,14	8.742.826,85	9.373.374,25	3.886.629,44
Acervo Biblioteca	149.995,50	157.890,00	185.760,53	192.780,62	34.690,70
Despesas Administrativas	209.560,50	220.590,78	225.596,40	228.985,30	111.406,90
Encargos Sociais	772.258,80	812.904,50	1.023.890,50	1.078.903,00	512.903,80
Equipamentos	524.940,55	552.569,70	570.705,80	680.720,30	240.693,60
Eventos Sociais	85.082,00	89.560,00	72.690,70	120.702,80	25.690,40
Investimentos	1.225.291,00	1.289.780,00	1.402.805,60	1.487.920,45	390.723,90
Manutenções	222.955,50	234.690,70	205.780,20	245.680,70	88.970,00
Mobiliários	256.030,70	269.506,00	276.405,00	302.785,90	75.780,00
Pgto Pessoal-Administrativo	1.503.650,50	1.582.790,00	1.703.578,90	1.755.890,30	662.339,51
Pgto Pofessores	2.187.818,65	2.302.967,62	2.496.208,70	2.597.458,50	1.493.509,33
Programa de Capacitação	27.270,70	28.706,40	28.697,80	31.306,30	15.720,80
Pesquisa e Extensão	31.149,55	32.789,25	32.890,70	35.890,90	14.897,30
Treinamento	33.962,50	35.780,90	38.980,40	39.780,00	16.567,80
FGTS	321.556,00	338.480,90	345.806,90	380.497,40	150.467,85
TOTAL DESPESAS	7.555.522,45	7.949.006,75	8.609.798,13	9.179.302,47	3.834.361,89
TOTALIZAÇÃO	RECEITAS			DESPESAS	ACUMULADO
2019	7.596.880,00			7.555.522,45	41.358,00
2020	7.996.688,14			7.949.006,75	47.681,39
2021	8.742.826,85			8.609.798,13	133.028,17
2022	9.373.374,25			9.179.302,47	192.072,00
1/2023	3.886.629,44			3.834.361,89	

3.7 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

Uma Instituição de Ensino Superior, por sua natureza, tem papel de grande destaque para o desenvolvimento das sociedades e, exatamente por isso, deve garantir uma base financeira estável, gerenciada de maneira justa e eficiente, com um sistema de captação bem planejado.

Para manter a coerência com sua visão e missão, a IES afirma que buscará ajudar seus alunos a realizarem seus sonhos e, portanto, a sustentabilidade financeira é a garantia da continuidade do alcance deste objetivo e deve ser vista com a seriedade que merece. Afinal, esta sustentabilidade é fruto de uma gestão ética e responsável e vem atrelada mais a indicadores sociais que, tão-somente, a financeiros.

Desse modo, a comunidade interna é partícipe deste processo, quer seja quando trabalha ativamente na captação quando se desdobra em manter e/ou ampliar a qualidade dos cursos e serviços (principalmente os de atendimento às demandas do aluno), a fim de evitar ou minimizar a evasão. Bons cursos, bons professores, boa reputação e o valor da marca são atrativos de mercado que precisam ser mantidos.

Assim, os coordenadores de cursos são convidados a elaborar o orçamento anual de seu curso, visando dar-lhes a medida exata de que esse gerenciamento é que possibilita o desenvolvimento financeiro-administrativo, a manutenção da qualidade e a eficiência operacional. E, assim, a expectativa de crescimento, via expansão, poderá ser mantida.

Essa corresponsabilidade também se estende aos líderes de área e aos diretores. Todos se envolvem e buscam trazer elementos das avaliações internas e externas em suas considerações e solicitações.

O resultado da Avaliação Interna, disponibilizado pela CPA, será de grande importância na tomada de decisão de onde investir e o que precisa ser colocado em perspectiva de maior ou menor prazo.

Cada visita *in loco* também fornecerá elementos importantes quanto ao investimento necessário para espaços, equipamentos e laboratórios. Por isso, a equipe do Regulatório, ao trazer esses elementos, amplia a visão e sustenta a tomada de decisão.

Para garantia do cumprimento do Plano Orçamentário e, por conseguinte, das Metas Estabelecidas, existe um acompanhamento e controle sistemático de todo o Plano Estabelecido.

Os gestores da Mantenedora, juntamente com os Gestores da IES, analisam sistematicamente e periodicamente os resultados gerados, estabelecendo correlação entre o que foi realizado e prazo para alcance da meta.

Os controles são realizados através de apurações das Demonstrações de Resultado de Cada Curso, onde são apresentadas as Margens de Contribuição e Investimento Realizado.

As variações apuradas, caso ocorram, serão tratadas em tempo hábil, para que não haja comprometimento do alcance das metas estabelecidas.

3.7.1 Planejamento e elaboração do Orçamento

A elaboração do orçamento toma como base o PDI anterior e, sobre o mesmo, projeta-se o resultado futuro. A partir de então, quando a vigência do novo PDI se inicia, os relatórios são emitidos e comparados ao orçamento previsto, podendo desta forma efetuar correções de rota ao longo do exercício.

Para elaboração do orçamento da IES, faz-se necessária a realização do planejamento estratégico, onde obtém-se diretrizes para a realização do orçamento.

Também é apresentada uma avaliação do cenário econômico e financeiro de mercado e também os gastos realizados anteriormente para melhor entendimento do cenário global e local.

A Direção da IES realiza reuniões para construção do orçamento onde recebe esclarecimentos para a correta previsão do orçamento de cada um dos núcleos existentes em suas respectivas áreas.

A direção fica responsável além das despesas administrativas, pelo envio da previsão das despesas fixas da IES.

O Departamento de Gestão de Pessoas fica responsável pelo levantamento e repasse a Direção além das despesas administrativas, despesas com a folha de pagamento do pessoal administrativo, bem como dos professores.

O Setor de TI fica responsável pelo levantamento e repasse à direção além das despesas administrativas, pelo envio da previsão da manutenção e investimentos das máquinas, dos equipamentos e recursos necessários para o bom funcionamento da IES.

A secretaria/setor financeiro fica responsável além pelo levantamento e repasse à direção das despesas comerciais, pelo envio da previsão das Novas Receitas de todos os produtos comercializados pela IES no âmbito educacional.

O Setor de Marketing e Comunicação fica responsável pelo levantamento e repasse à direção da previsão dos Eventos e pela abertura das campanhas de vestibular.

Os coordenadores de curso ficam responsáveis pelo orçamento da área de Educação, bem como, os investimentos necessários para garantir uma formação acadêmica de qualidade, o qual deve contar com a participação de docentes e discentes.

Feito todo esse trabalho, apresentadas as contas de cada setor, as informações são condensadas e analisadas e assim se cria o orçamento e em consonância com o Planejamento Estratégico, ações essas todas acompanhadas e validadas pela Mantenedora da IES.

Após o processo acima o orçamento é consolidado e incluindo no sistema Totvs para acompanhamento e monitoramento.

Semestralmente, o comparativo entre o previsto e realizado é discutido em reuniões realizadas entre a Direção da IES e a entidade Mantenedora, onde são apresentadas as justificativas para evidenciar o bom acompanhamento e controle do orçamento.

Reuniões também são realizadas para que todos possam obter informações sobre o andamento dos resultados e comparando-os com a previsão orçamentária.

A revisão orçamentária é realizada todo ano no mês de dezembro, onde contará novamente com a participação de todos os envolvidos para sua construção. Caso algum item seja necessário adquirir, ou a contratar algum serviço e que não está previsto no orçamento, será encaminhado para a entidade mantenedora com apresentação de três orçamentos para viabilizar a compra ou contratar o serviço.

3.7.2 Política de Capacitação da comunidade interna para a Gestão de Recursos Financeiros

A política de Capacitação tem como objetivo central promover o desenvolvimento integral dos professores e do pessoal administrativo, através de um Programa de capacitação, que viabilize o seu aperfeiçoamento técnico, com vistas à melhoria do desempenho na Gestão de Recursos Financeiros com os seguintes objetivos:

- ✓ Incentivar, orientar, possibilitar e promover a realização de ações que propiciem o desenvolvimento profissional na Gestão de Recursos Financeiros, através de qualificação, atualização e extensão;

- ✓ Criar ações visando ao aperfeiçoamento e incentivo a realização de estudos, buscando a ampliação do acervo de conhecimentos na Gestão dos Recursos Financeiros;
- ✓ Fixar diretrizes operacionais para o Programa de capacitação, como também para a distribuição dos recursos financeiros orçamentários e extra orçamentários;
- ✓ Promover e apoiar a realização de reuniões internas, que permitam o acesso às atividades de gestão para conhecimento prático do aprendizado;
- ✓ Assegurar o acesso dos funcionários para a capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;
- ✓ Considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração dos indicadores de desempenho na Gestão dos Recursos Financeiros;
- ✓ Incentivar a criação de cursos para otimização do treinamento com a possibilidade de apresentar procedimentos com as melhores práticas da atividade.



FADIPA

EIXO V

Infraestrutura

IV. EIXO 5 – INFRAESTRUTURA

A infraestrutura em qualquer projeto educacional é ponto de referência para implementação das práticas acadêmicas, conforme o projeto institucional específico. No que concerne ao projeto da Faculdade de Direito de Ipatinga, a infraestrutura transpassa a sala de aula, abrangendo múltiplos espaços de aprendizagem, que dão novos contornos ao processo de produção do conhecimento.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantinas e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos lútero-desportivos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da direção geral.

A Faculdade de Direito de Ipatinga no sentido de buscar a melhoria e qualificação de toda a sua infraestrutura estabelece as seguintes diretrizes para as instalações gerais:

- ✓ Ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para os novos programas;
- ✓ Melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;
- ✓ Adequar, onde couber, as instalações prediais existentes para o atendimento aos portadores de necessidades especiais, planejando as novas edificações de forma a garantir pleno acesso desse público;
- ✓ Garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral;
- ✓ Criar novos mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa;
- ✓ Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas de graduação e pós-graduação;
- ✓ Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida;
- ✓ Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos, proporcionando condições acústicas adequadas;
- ✓ Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais;

- ✓ Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários;
- ✓ Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado;
- ✓ Consolidar o programa de coleta e armazenamento seletivo de lixo;
- ✓ Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado;
- ✓ Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades;
- ✓ Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

A IES adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno. Também garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais, condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, atendendo ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências.

A infraestrutura e logística da IES desenvolve-se através dos administradores da Faculdade, manutenção, portaria, bedéis, técnicos de laboratório e auxiliares de serviços gerais, atuando como parceiros através de um apoio ágil e competente, garantindo suporte ao corpo discente, docente e técnico administrativo, dando-lhe as melhores condições para um ótimo desempenho.

A Faculdade de Direito de Ipatinga localiza-se à Rua João Patrício de Araújo, n 195. Bairro: Veneza. Ipatinga/ MG, CEP 35164-251. Local agradável e de fácil acesso.

A Sede da IES possui área total de 8.410,25 m², composta por 15 salas de aula, de diversos tamanhos, todas climatizadas, além de auditório e diversos laboratórios, biblioteca, áreas de convivência e os setores administrativos, conforme descrito neste capítulo.

O prédio dispõe de amplas salas de aula, sala de professores, sala de coordenadores, auditório, laboratórios, núcleo de práticas jurídicas, biblioteca, secretaria, laboratórios especializados (odontologia), cantina, entre outras instalações administrativas e educacionais, que atendem de forma excelente as necessidades educacionais da Fadipa, tudo isso reunido em uma ampla área de convivência, bastante arborizada, causando impacto estético e bem-estar psicológico.

A política de adequação, manutenção e gerenciamento dos espaços físicos e de toda a infraestrutura leva em conta a legislação vigente, a demanda interna de professores e alunos, sendo utilizada para averiguação, conserto, reposição e/ou substituição, planilhas de controle preenchidas por funcionários designados e preparados para esses fins.

Os serviços de limpeza e manutenção predial são realizados funcionários próprios, a depender da complexidade do serviço a ser executado.

Anualmente, durante os dois períodos de férias regimentais, são efetuadas as reformas necessárias, tais como pintura das paredes internas e externas, substituição de comutadores de luz, tomadas, lustres, pias, torneiras, vasos sanitários, bebedouros, equipamentos e mobiliário em geral.

O espaço disponibilizado pela IES para atender as demandas institucionais, acadêmicas e da comunidade externa, foi projetado de maneira para atender de forma exitosa os critérios estabelecidos pelo MEC e outras exigências legais, adotando os seguintes critérios:

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
Dimensão	Os espaços físicos são adequados para o número de usuários e para o tipo de atividade
Acústica	O isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário
Iluminação	Controle de luminosidade natural e/ou artificial
Ventilação	Adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário
Mobiliário e aparelhagem específica	Adequado as demandas do local e em quantitativo suficiente aos usuários
Limpeza	As áreas contam com limpezas periódicas. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc.
Manutenção	Os espaços físicos possuem manutenção periódica de acordo com o Plano de Avaliação e Manutenção Predial - plano de avaliação periódica dos espaços.
Recursos Tecnológicos	Os espaços físicos possuem proposição de recursos tecnológicos diferenciados para o tipo de atividade.
Acessibilidade	Os espaços físicos apresentam acessibilidade para as pessoas com deficiência física com a finalidade de eliminar barreiras arquitetônicas e facilitar a integração dos espaços para a adequada circulação dos alunos, permitindo o acesso aos ambientes de uso coletivo em atendimento ao Plano de Acessibilidade da IES.
Fuga	Os espaços físicos atendem às exigências legais de segurança predial, inclusive Plano de Fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente

A IES possui infraestrutura adequada, com acessibilidade, recursos didáticos necessários, atendendo plenamente aos requisitos legais e normativos previstos no instrumento de avaliação e no disposto na Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I.

A IES assegura às pessoas com deficiência condições básicas de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações, observando a NBR nº 9.050/2020, da ABNT. Os deficientes físicos têm livre circulação nos espaços, rampas com corrimãos, portas e banheiros adaptados, vagas reservadas em estacionamento, placas em braile, pista tátil, etc.

No que tange à segurança, todos necessitam de identificação para ter acesso às instalações administrativas da IES, cuja entrada e saída de professor, técnico-administrativo e aluno são feitas através de catracas. Os visitantes têm acesso com apresentação de documento oficial com fotografia, recebendo um cartão de entrada e saída pelas catracas.

A IES mantém permanentemente a segurança, visando oferecer aos alunos, funcionários e professores uma maior sensação de segurança e proteção. Um relatório mensal registra todos os de incidentes ocorridos no mês e serve de base para a tomada de decisões que envolvam a melhoria da segurança na IES.

A Instituição possui um plano de manutenção dos ambientes administrativos, com rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações.

Um cronograma de manutenção periódica é seguido, visando identificar pontos que necessitam de intervenção da equipe responsável pela manutenção predial. Semestralmente são levantadas as necessidades de intervenções mais complexas, como pintura geral, reparos em tetos e reformas na estrutura física dos prédios.

A função da manutenção é garantir a disponibilidade dos equipamentos e instalações de modo a atender a um processo de produção e serviço, com confiabilidade, segurança, preservação do meio ambiente e custos adequados, por isso são previstos três tipos de manutenção:

- ✓ **Corretiva:** é a execução de tarefas não planejadas para restaurar as capacidades funcionais de equipamentos ou sistemas falhados.
- ✓ **Preventiva:** é a execução de tarefas de manutenção previamente planejadas.
- ✓ **Preditiva:** é a execução de tarefas originadas do acompanhamento de parâmetros de condição ou desempenho do equipamento.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- a) manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;

- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição;

O departamento de infraestrutura é responsável pelo acompanhamento e execução do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da manutenção patrimonial.

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação consistem em:

- a) manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica;
- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos da Instituição.

A IES possui Plano de Aquisição, expansão e atualização de Equipamentos e ainda o Plano de Contingência para o funcionamento dos recursos tecnológicos 7 dias por semana e 24 horas por dia.

4.1 Instalações administrativas

A infraestrutura física da IES conta atualmente com aproximadamente 8.410 m² de área construída sendo, por exemplo, constituída por:

IDENTIFICAÇÃO	QTDE	ÁREA TOTAL EM M ²
Estacionamentos	01	811,20 m ²
Sala da Direção Administrativa	01	13 m ²
Sala da Direção Geral	01	39 m ²
Sala de Professores	01	146 m ²
Sala de Professores Tempo Integral	03	16 m ²

Cozinha/ copa	01	11 m ²
Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação – TI	01	9 m ²
Núcleo de Apoio Psicopedagógico , Acessibilidade e Inclusão– NUPAI;	01	15 m ²
Ouvidoria	01	
Núcleo de Extensão e Iniciação Científica – NEXTIC e Sala de Espera;	01	35 m ²
NEAD, Equipe Multidisciplinar e Sala de Espera;	01	
Núcleo Docente Estruturante – NDE e Sala de Espera;	01	
Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Sala de Espera.	01	
Laboratório de Informática	02	84 m ² (mais 01 móvel 30 notebooks)
Laboratório Multidisciplinar	01	78 m ²
Laboratório de Microscopia	01	51 m ²
Laboratório para práticas corporais	01	56 m ²
Laboratório de Habilidades e Simulações	01	56 m ²
Núcleo de Assistência Jurídica - NAJ	01	198 m ²
Sala de Arquivo Acadêmico	01	10 m ²
Sala de Arquivo Inativo	01	37 m ²
Copiadora / xerox	01	40 m ²
Almoxarifado	04	115 m ²
Espaço livre – Área de Circulação Coberta	01	646 m ²
Área de Convivência aberta	01	660 m ²
Área Livre – Espaço de Circulação sem cobertura	-	1090 m ²

Secretaria e Financeiro	01	24 m ²
Coordenação Pedagógica	01	56 m ² (Recepção e 03 gabinetes)
Cantina/ Área de Convivência	01	490m ²
Salas de Aula	15	1.048,2 m ² 60,00m ² (em média)
Auditório	01	280 m ²
Biblioteca - Acervo	01	89 m ²
Biblioteca – Gabinetes de Estudo Individual	17	53 m ²
Biblioteca – Sala de Estudo em grupo	04	50 m ²
Biblioteca – Sala de Atendimento e procedimento técnico	01	9 m ²
Banheiros – Masculino – Uso Biblioteca	01	12 m ²
Banheiros – Feminino – Uso Biblioteca	01	12 m ²
Banheiros – Masculino – Uso Professores e Funcionários	01	12 m ²
Banheiros – Feminino – Uso Professores e Funcionários	01	14 m ²
Banheiros – Masculino -	02	115,2 m ² (Contendo 02 sanitários para PNE; 06 pias; 05 sanitários, 06 mictórios e 02 chuveiros)
Banheiros - Feminino	01	42 m ² (Contendo 01 sanitários para PNE; 02 pias; 03 sanitários)
Banheiros – Familiar com Fraldário	01	60,4 m ² (Contendo: 01 sanitário para PNE; 03 pias; 03 sanitários; 02 chuveiros; 01 Fraldário)

Os professores em tempo integral têm à sua disposição gabinetes de trabalho devidamente equipados com mesa para atendimento, cadeiras, mesa com computador ligado à internet e acessórios.

As coordenações de cursos contam com gabinetes de trabalho, salas de reuniões, equipadas com computadores, telefone, acesso à Internet e impressoras. Todos os ambientes atendem eficientemente em relação ao espaço, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriadas aos seus fins, são limpos diariamente por equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

A Instituição está localizada na área urbana, em local que permite acesso por transporte próprio ou público, facilitando a chegada e locomoção dos alunos. Possui estacionamento privativo para o corpo social e vagas internas demarcadas para pessoas com mobilidade reduzida ou deficientes.

Disponibiliza aos alunos, professores, técnico-administrativos e visitantes acesso à internet wireless. Possui cantina, atendendo plenamente às condições de limpeza, acessibilidade, higiene, ventilação e conservação.

A guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica fica a cargo da secretária acadêmica e do setor de TI da Instituição. Muitos documentos acadêmicos são disponibilizados em meio digital através do Portal Acadêmico.

A organização do acervo acadêmico obedece à Tabela de Temporalidade em atendimento à Portaria MEC nº 1.224/2013 e se encontra em processo de implantação a Secretaria Digital.

Como ação inovadora, a Instituição conta com Data shows, o que permite a realização de reuniões rápidas com projeção a partir do próprio celular.

A Faculdade oferece, também, o QR Code, imagem utilizada para facilitar o acesso a links, sites, documentos, avisos, ou qualquer tipo de arquivo digital, bem como as senhas de acesso ao wifi. Além disso, por meio desta ferramenta é possível acessar diretamente os e-mails dos colaboradores.

4.2 Salas de Aula

A IES possui o total de 15 salas de aulas bem distribuídas e 01 Auditório com capacidade para receber até 320 pessoas, com espaço amplo à frente para apresentações de um modo geral e realização de eventos.

As salas de aula contam com metragens distintas, conforme descrito abaixo, o que possibilita a configuração de diversos ambientes de ensino e aprendizagem, como por exemplo, aprendizado em equipes em metodologias ativas e colaborativas.

SALAS AREA M ²	QTDE SALAS	TOTAL DE AREA M ²
61,9 m ²	01	61,9 m ²
74 m ²	03	222 m ²
113,2 m ²	01	113,2 m ²
48,2 m ²	01	48,2 m ²
49 m ²	01	49 m ²
47 m ²	01	47 m ²
50,1 m ²	01	50,1 m ²
82 m ²	01	82 m ²
67,2 m ²	01	67,2 m ²
116 m ²	01	116 m ²
89,6 m ²	01	89,6 m ²
59,8	01	59,8 m ²
42,2	01	42,2m ²
TOTAL	15	1.048,2 m²

A capacidade das salas varia entre 50 a 100 alunos, sendo todas com equipamentos multimídia, apropriadas para as aulas expositivas e com computadores com acesso à internet. Todas as salas de aula possuem quadro branco para pincel, algumas com lousa digital, mesa e cadeira para o docente, cadeiras universitárias para os alunos.

As salas de aula atendem as demandas institucionais e acadêmicas e foram projetadas de maneira a atender de forma exitosa os critérios estabelecidos pelo MEC e outras exigências legais, adotando os seguintes critérios:

a) Dimensão: Os espaços físicos estão adequados para o número de acadêmicos e para o tipo de atividade;

b) Acústica: O isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário;

c) Iluminação: Controle de luminosidade natural e/ou artificial;

d) Ventilação: Adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário;

e) Mobiliário e aparelhagem específica: Adequado as demandas do local e em quantitativo suficiente aos usuários;

f) Limpeza: As áreas contam com limpezas periódicas. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc.

g) Manutenção: Os espaços físicos possuem manutenção periódica de acordo com o Plano de Avaliação e Manutenção Predial - plano de avaliação periódica dos espaços.

h) Recursos Tecnológicos: Os espaços físicos possuem proposição de recursos tecnológicos diferenciados para o tipo de atividade.

i) Acessibilidade: Os espaços físicos apresentam acessibilidade para as pessoas com deficiência física com a finalidade de eliminar barreiras arquitetônicas e facilitar a integração dos espaços para a adequada circulação dos alunos, permitindo o acesso aos ambientes de uso coletivo em atendimento ao Plano de Acessibilidade da IES.

j) Fuga: Os espaços físicos atendem às exigências legais de segurança predial, inclusive Plano de Fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente

As salas possuem acústica, climatização, ventilação e iluminação apropriadas, e murais para recados.

As salas de aula possuem os seguintes recursos:

a) quadro branco para pincel;

b) lousa digital em algumas;

c) projetor multimídia e tela de projeção retrátil;

d) computador completo;

e) laboratório de informática móvel (15 netbooks)

f) acesso a rede wi-fi;

g) mesa e cadeira estofada para o docente/tutor;

- h)** ar condicionado e/ou ventiladores
- i)** quadro de avisos;
- j)** mobiliário adequado para discentes, sendo que as carteiras são do tipo universitária com braço e espaço para guarda de material dos acadêmicos.
- k)** espaços reservados para portadores de necessidades especiais, tornando-se, portanto, apropriadas aos fins que se destinam.

As salas que não possuem os recursos áudio visuais, conforme as necessidades previstas pelo professor ou coordenador, podem ser equipadas com esses recursos, mediante prévio agendamento.

A acessibilidade nas salas de aula é realizada por corredores amplos e planos, com piso tátil e sinalização para pessoas com deficiência visual, contêm placas indicativas de blocos, oferecendo condições para utilização com segurança e autonomia total ou assistida.

Para desenvolvimento das atividades acadêmicas são disponibilizados aparelhos de multimídia aos docentes.

As salas possuem manutenção periódica, e são limpas diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A CPA é responsável pelo processo de autoavaliação institucional, que terá entre os critérios de avaliação as salas de aula, permitindo uma melhor visão de sua comunidade acadêmica, bem como apontar necessidades de melhorias, caso identificado.

Como ação inovadora, além de data shows e equipamentos de som instalados nas salas aulas, a Instituição conta com Lousa Digital, o que permite que as aulas sejam mais dinâmicas e proveitosas, com projeção a partir do próprio celular.

A Faculdade oferece, também, o QR Code, imagem utilizada para facilitar o acesso a links, sites, documentos, avisos, ou qualquer tipo de arquivo digital, bem como as senhas de acesso ao wifi. Além disso, por meio desta ferramenta é possível acessar diretamente os e-mails dos colaboradores.

4.3 Auditório.

Como parte de sua Infraestrutura física a Faculdade de Direito de Ipatinga, possui um Auditório, com área total de 280m² e capacidade para 320 pessoas, organizado com cadeiras confortáveis e espaços reservados para cadeirante.

O Auditório encontra-se equipado com sistema de sonorização com mesa de som, amplificador e caixas acústicas, iluminação, climatização, projetor multimídia, telão, mobiliário e aparelhagem específica. Todo o ambiente é coberto por rede wireless e alguns pontos de rede física de TI. O espaço também conta com equipamentos para realização videoconferências. Possui quadro branco e microfones, para o desenvolvimento de atividades didático, pedagógicas, administrativas e de interação com a comunidade interna e externa à IES.

Tal estrutura permite aos docentes, discentes e técnicos-administrativos a utilização do espaço, seja para: atividades acadêmicas, seminários, palestras, semanas acadêmicas, dentre outros.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A Faculdade oferece, também, o QR Code, imagem utilizada para facilitar o acesso a links, sites, documentos, avisos, ou qualquer tipo de arquivo digital, bem como as senhas de acesso ao wifi. Além disso, por meio desta ferramenta é possível acessar diretamente os e-mails dos colaboradores.

4.4 Sala dos Professores

Os docentes têm à sua disposição ambientes devidamente equipados com computadores ligados à internet e impressoras sendo assim distribuídas:

- a) 01 sala coletiva de professores com 146m²;
- b) 01 banheiro masculino;
- c) 01 banheiro feminino.

Os ambientes atendem eficientemente em relação ao espaço, ventilação, iluminação e acústica apropriada aos seus fins, sendo limpo diariamente por uma equipe especializada, o que gera um local com comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

As instalações atendem às questões relacionadas à acessibilidade e mobilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

A CPA é a responsável pelo processo de autoavaliação institucional, que terá entre os critérios de avaliação a sala dos professores e tutores, que permitirá uma melhor visão da comunidade acadêmica que utiliza o espaço, garantindo ações de melhorias e manutenção patrimonial quando necessários.

A Faculdade disponibiliza uma sala coletiva para professores em ambiente centralizado e de fácil acesso, possibilitando aos professores, nos períodos que antecedem os intervalos e após as aulas, condições adequadas para preparação de aulas e para momentos de descanso e troca de experiências.

A sala dos professores possui os seguintes recursos e mobiliários:

04 computadores completos com acesso à internet;

01 impressora;

01 ar condicionado;

03 ar condicionado;

01 bebedouro;

01 televisão de tela plana;

2 mesas de para reuniões;

02 cadeiras;

01 bancada com gavetas;

03 armários de aço com 54 escaninhos com chave;

01 quadro de aviso;

02 sofás;

01 aparador de vidro para café/ biscoitos;

01 aparelho telefônico;

01 relógio de ponto digital.

No espaço é disponibilizado água, café e biscoito para todos os docentes durante toda a jornada de trabalho. Em relação à acessibilidade apresenta localização estratégica em relação as diretorias, a coordenação, as salas de aulas e a outros espaços de aprendizagem disponibilizados pela IES.

A sala é apropriada de acordo com a demanda docente para os respectivos horários de aula ou descanso.

Também são disponibilizados os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral o que viabiliza ações acadêmicas como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Tais espaços dispõem ainda de computadores, impressoras, aparelhos telefônicos, acesso ininterrupto à internet, armários e mobiliário apropriado.

Assim como as demais instalações do IES, a sala dos professores, atende eficientemente no tocante ao espaço, ventilação, acessibilidade, conforto, iluminação e acústica apropriadas aos seus fins, são limpos diariamente por uma equipe especializada, gerando locais com comodidade necessária às atividades desenvolvidas

Registra-se que a sala dos professores conta ainda com funcionários de apoio e está contemplada no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

4.5 Espaços para atendimento aos discentes

Os alunos da IES recebem atendimentos por variadas formas e em diversos setores. Além das salas de aula, onde ocorrem as atividades de ensino-aprendizagem, os alunos receberão atendimento na secretaria, setor financeiro, Biblioteca, Ouvidoria, NUPAI, NEXTIC, gabinetes dos coordenadores de curso, sala de atendimento dos professores e sala de atendimento individual.

Os espaços de atendimento ao aluno, pelo coordenador ou por professores integrais é individual. Os espaços para professores parciais e horistas são multiuso, mas é assegurado o atendimento individualizado e reservado.

Todos esses espaços possuem adequação às atividades e possuem acessibilidade, incluem formas de comunicação visual, tátil e sinalização permanente, direcional, de emergência e temporária em seus ambientes.

O atendimento ao aluno também é realizado via e-mail e canal de comunicação on-line do portal acadêmico e do AVA. Os espaços de atendimento ao aluno são avaliados periodicamente por meio da avaliação institucional e contemplados no Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

A IES se preparou para que os alunos tenham a maior comodidade e conforto em seus ambientes. Para isso destinou espaços específicos por áreas para que os atendimentos possam ser reservados de acordo com o objeto e tema a ser tratado.

Todos os espaços estão preparados e atendem plenamente quanto à acústica, ventilação, iluminação, limpeza, segurança, comodidade e acessibilidade.

Os acadêmicos da Fadipa além dos espaços acadêmicos, poderão ser atendidos de forma especializada nas seguintes instalações, dentre outros:

- ✓ Setor Financeiro, para questões relacionadas a mensalidades;
- ✓ Secretaria, para questões quanto ao seu ingresso, processo seletivo, matrícula ou documentos pessoais;
- ✓ Diretoria, com atendimento direto do(a) Diretor(a), que estará à disposição tanto do aluno, quanto de seus responsáveis;
- ✓ Salas de Coordenação, com atendimento reservado pelo Coordenador do seu Curso;
- ✓ Sala de Atendimento Psicopedagógico com profissionais especializados para o desempenho de suas funções;
- ✓ Ouvidoria, canal de comunicação aberto entre aluno e instituição. O discente poderá realizar reclamações, sugestões e elogios, seja por meio do site, bem como, direto com o Ouvidor (a) da Instituição.

4.6 Espaço para Convivência e Alimentação

A área de convivência possui uma infraestrutura que possibilita o desenvolvimento de atividades esportivas/de recreação/culturais, espaço para alimentação e de serviços. As instalações sanitárias são de fácil acesso e compatíveis com o número de usuários existente.

Os espaços de convivência e de alimentação são bastantes amplos e ornamentados, causando impacto estético e bem-estar psicológico, estão organizados de forma a propiciar o pleno acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sinalização tátil, rampas, balcões de atendimento e guichês de acesso, corrimões, indicação de rotas de fuga e saídas de emergência, conforme normas legais e política de acessibilidade.

A lanchonete proporciona serviços de lanche e pequenas refeições produzidos dentro dos padrões exigidos pela vigilância sanitária.

Esses espaços também passam por avaliações periódicas através da avaliação institucional onde alunos, professores e técnicos-administrativos se manifestam sobre a infraestrutura e qualidade da prestação de serviços, bem como por meio do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

4.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

A Faculdade dispõe de laboratórios para atendimento aos cursos de graduação, com equipamentos em quantidade e qualidade necessárias ao seu bom funcionamento.

Apresentam condições adequadas às finalidades a que se destinam, com dimensão, iluminação, ventilação, acessibilidade e limpeza que atendem aos padrões exigidos. Têm a finalidade de proporcionar aos discentes o desenvolvimento de práticas relacionadas às diversas disciplinas que compõem a matriz curricular, assim como pesquisas para desenvolvimento do TCC.

Os laboratórios especializados contam com procedimentos técnicos para preparação das aulas, regulamentos próprios, bem como normas de utilização e segurança, com objetivo de garantir seu bom funcionamento.

A relação a seguir expressa os laboratórios existentes:

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO DE RADIOLOGIA	01	60	20 alunos	Por Turno	Utilizadas para disciplinas práticas no horário das 07h30 às 22h30.	1 climatizador 1 data-show fixo 1 telão 1 amplificador 2 caixas de som	1 Descarpack. 1 pacote de colgadura simples. 1 Fixador carestream dental . 1 Revelador carestream dental. 2 câmaras odontológicas. 1 armário 1 cpu. 1 teclado. 1 mouse. 1 pacote de colgadura. 27 carteiras. 1 mesa de professor. 1 cadeira de

							professor. 12 bancadas que acomoda 2 alunos (cada). 24 lâmpadas nas bancadas (todas funcionando). 20 banquetas azuis. 4 banquetas brancas. 1 lixeira. 1 data show. SALA DE RX 1 Equipamento odontológico 1 cadeira 1 vestimenta plumbífera completa 1 lixeira 1 Liem led 1 pia 1 porta sabonete 1 porta papel SALA DE REVELAÇÃO 1 caixa de máscara cirúrgica 1 termômetro 1 pia 8 Reveladores Carestream dental 9 Fixadores Carestream dental 1 porta papel 1 porta sabonete
ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO DE ANATOMIA	01	110	30	Por Turno	Utilizadas para disciplinas práticas horário das 07h30 às 22h30.	1 climatizador 1 data-show fixo 1 telão 1 amplificador 2 caixas de som	8 rádios. 8 unas. 8 úmeros. 8 escápulas. 8 clavículas. 6 mandíbulas. 4 mãos. 8 fêmur. 8 tíbias. 8 fíbulas. 8 íleos (pelves). 4 sacros. 8 patelas. 4 pés.

							2 pés com calcanhar.3 pacotes com metacarpos. 4 externos. 95 costelas. 108 vértebras. 10 cérebros pequenos. 1 cérebro grande. 2 medulas espinhais. 3 esqueletos humano completo. 2 quadris. 8 pés. 2 corações grandes completo. 5 corações grandes pequeno. 4 fígados. 4 olhos. 4 pulmões. 4 quadris com vértebras. 2 quadris com órgão genital. 2 pés (esqueleto). 2 mãos (esqueleto).3 moldes de dente (silicone). 2 músculos do braço.2 músculos da perna.2 órgãos genitais masculino. 2 suportes dentários. 2 mandíbulas com maxilar. 2 suportes com rins. 2 abdomens completo. 2 fígados grande. 2 fígados pequenos. 2 Gogós. 1 músculo da face. 4 ganchos com coluna vertebral. 5 quadros na parede.1 pi
ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR 1	01	60	20	Por Turno	Utilizadas para disciplinas práticas horário das	1 climatizador 1 data-show fixo 1 telão 1 amplificador 2 caixas de som	32 banquetas. 6 mesas. 3 balões de fundo chato.8 provetas graduadas. 3 balões volumétricos de 1000

					07h30 às 22h30.	<p>ml.</p> <p>6 balões volumétricos de 10 ml.</p> <p>6 Balões volumétricos de 50 ml.</p> <p>7 balões volumétricos de 100 ml.</p> <p>4 balões volumétricos de 250 ml.15 funis de Haste.</p> <p>20 vidros relógio tam P. 16</p> <p>vidros relógio tam G.6 funis de Buchener.</p> <p>20 pinças de madeira.8</p> <p>capela de vidro.</p> <p>6 calasse 15 ml.</p> <p>6 calasse 60 ml.</p> <p>6 calasse 250 ml.</p> <p>5 Calasse 1000 ml.</p> <p>11 bastões de vidro fino. 20</p> <p>bastões de vidro médio</p> <p>2 bastões de vidro pequeno. 4-</p> <p>Pipetas volumétrica 10 ml.338-</p> <p>Tubos de ensaio.</p> <p>54- Tubos de ensaio.</p> <p>242-Tubos de coleta tampa preta.3-Tubos de coleta sem tampa.</p> <p>39- Tubos de plástico com atampa.</p> <p>3- Vidros de relógio Medio.</p> <p>4- Relógios de plástico grande. 9-</p> <p>Relógios de plástico pequeno.4- Bastões de vidro grosso</p> <p>3- Becker de 2000mL 10-</p> <p>Becker de 1000mL2- Becker de 500mL</p> <p>2- Becker de 250mL 19-</p> <p>Becker de 100mL25-</p> <p>Becker de 50mL 6- Becker de 20mL</p> <p>4- Kitassato de 1000mL</p> <p>3- Balões de fundo redondo de500mL</p> <p>3 -Pilões Grandes 810</p> <p>6- Pilões Médios 180</p> <p>2- Pilões Pequenos 100</p> <p>10- Pilões de 49</p> <p>6- Pilões de 6</p> <p>6 Pilões 80</p> <p>3- Pistilos de 2</p> <p>4- Pistilos 0</p> <p>4 -Pistilos 100/60</p> <p>11- Bastões de plástico pequeno9-</p> <p>Erlenmeyer de 1000mL</p> <p>9- Erlenmeyer de 300mL5-</p> <p>Erlenmeyer de 250mL5 -</p> <p>Erlenmeyer de 50mL 6 -</p> <p>Erlenmeyer de 25mL</p> <p>10- Erlenmeyer de 2000mL5 -</p> <p>Provetas graduadas de 1000mL</p> <p>6- Provetas graduadas de 500mL 8-</p> <p>Provetas graduadas de 100mL8- Provetas graduadas de 50mL</p>
--	--	--	--	--	--------------------	---

						<p>4- Provetas graduadas de 10mL3- Funis de separação 17 -Peras 19- Pipetas graduadas de 1mL 20 - Pipetas graduadas de 2mL 14-Pipetas graduadas de 5mL 18- Pipetas graduadas de 10mL16 -Pipetas graduadas de 20mL15- Pipetas graduadas de 25mL2- Pipetas graduadas de 100mL4- Pipetas graduadas de 50mL 1- Pipeta graduada de 5mL 1 -Condensador de bolas1 - Condensador 3- Buretas de 25mL5 - Buretas de 10mL 35 Placas de Petri pequena120 Placas de Petri média 4 Placas de Petri grande 3 Placas de Petri incompletas4 Bico de Bunsen 34 Alças de metal 6 Suportes para Bico de bunsen pequeno 9 Suportes para Bico de bunsengrande 1 Espectrofotômetro 1 Estufa 2 Balanças 1 Centrifuga 2 Banho Maria 1 Agitador magnético de temperatura constante. 1 Homogeneizador *Dentro da geladeira contaminada* meios de cultura *Dentro da geladeira normal*8 Pacotes de caldo BHI 2 Frascos de caldo BHI2 Ampolas Bacipracina 2 Ampolas Antibiógramas 1 Ampola Escherichia Coli 1 Ampola de Bacillos Subtilis28 Ágar Sangue 13 Muller Hinton 1 Pacote Primor 28 Tripton glicose Agar. 3 Meio de cultura enrolado papel.1 cebola. 2 Iorguete sem sabor.2 Chapitom 75 gr 1 Chapitom 120gr 2 Frasco de vidro 1 Prato com batata.2 Porta ovo. 3 Forma de gelo.4 Bolsa de gelo. 1 Vasilha com gelo. 5 Pacote de alça calibrada.1 Pacote alça drickliski.</p>
--	--	--	--	--	--	--

							1 Pacote ponteira 200 mic. 1 Pacote ponteira 1000 mic. Dentro da maleta 8 Pacote de gaze estéril.1 Termômetro. 1 Tesoura . 2 Seringa com agulha 10 ml.1 Tintura de Benjoin . 4 Ataduras. 1 Luva Cirúrgica. Maleta Maior Placa de vidro. 9 Molde Bucal.4 Medidores . 2 Pilão de silicone.1 Ava gel. 1 Gesso comum.1 Gesso em pedra.1 Estilete . 1 Pá de plástico.3 Ecupidor* 1 Aplicador 1 Medidor 1 Porta papel. 2 Amolas de álcool.1 Soro Fisiológico. 1 Fixador. 1 Pipeta automática. 1 Descamparck. 2 Refil de papel. 1 Papel compact. Químicos diversos
ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II	01	60	20	Por Turno	Utilizadas para disciplinas práticas horário das 07h30 às 22h30.	1 climatizador 1 data-show fixo 1 telão 1 amplificador 2 caixas de som	30 microscópios (n°15 objetiva de 04 com defeito/ n°4 sem tomada/ n°6 sem tomada e com insufilme). 3 bancadas com acomodação para 10 microscópios/pessoas. 1 monitor. 1 cpu. 1 amplificador. 1 cabo projetor de microscópio.1 mesa de professor. 1 cadeira de professor.1 mouse. 1 teclado. 1 controle do data show. 1 estabilizador. 1 telefone não adaptado.

							1 microscópio na mesa do
--	--	--	--	--	--	--	--------------------------

						<p>professor.</p> <p>1 maquete de síntese de proteína.lixeiras</p> <p>1 extintor.</p> <p>28 banquetas brancas.1</p> <p>spray com álcool.</p> <p>1 detergente.</p> <p>1 descartpack.</p> <p>1 pia</p> <p>1 porta sabonete.</p> <p>1 caixa de primeiro socorros. Dentro da Caixa de primeirosocorros</p> <p>1 soro fisiológico;</p> <p>1 tesoura;</p> <p>2 pacote de gaze estéril;2</p> <p>pacote de atadura;</p> <p>1 termômetro;</p> <p>1 tintura de benjoin;2</p> <p>esparadrapos;</p> <p>Dentro dos Armários</p> <p>1 régua.</p> <p>9 caixinhas de madeira P (n°1, 2,3, 4, 8, 9, 10, 11, 14).</p> <p>3 caixinhas de madeira M (n° 3,6, 8).</p> <p>10 caixinhas de madeira G PARASITO (n°1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10).</p> <p>1 caixa de cera rosa Wilson. 1</p> <p>pedaço de cera rosa Wilson.</p> <p>10 caixas GG Cit/Histo (n°1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10).</p> <p>10 tubos de plásticos.</p> <p>2 caixas de lâmina não lapidada.6</p> <p>pacotes de lâmina Bioslide .</p> <p>2 caixas de lâmina Solidor. 3</p> <p>caixas de faixa numérica. 1</p> <p>Vasilha com algodão.</p> <p>1 caixa de algodão.</p> <p>1 caixa de lâmina solidor pronto(com esfregaço).</p> <p>1 porta lâmina de plástico.1</p> <p>porta lâmina de papel.</p> <p>1 caixa com dois tubos de plástico.</p> <p>1 frasco de glicerina.1</p> <p>ocular de 10.</p> <p>1 caixa de lamínula fechada.</p> <p>2 caixas de lamínulas 24x32mmExacta.</p> <p>3 caixas de lamínulas 18x18mmExacta.</p> <p>2 caixas de lamínulas 20x20mmExacta.</p> <p>1 caixa de lamínula 24x24mmExacta.</p> <p>1 caixa com uma lamínula redonda.</p>
--	--	--	--	--	--	---

							<p>1 caixa de lamínula enrolada.5 caixas pequenas sem numeração. 15 caixas grandes (n° 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15). 7 caixas médias (n° 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10). 15 caixas grandes (n° 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15). 5 caixas pequenas (n° 5, 6, 7, 12, 15). 5 caixas enorme sem numeração.6 microscópios . 8 fontes de microscópios.8 capas de microscópios. 3 microscópios com capa e fonte. 8 caixas de lamina 25x76mm (50unid). 1 mini cd. 2 pacotes de Ava gel. 4 pacotes de gesso comum.6 frascos de lava olho de emergência. 4 extensões. 5 bico de bunsen.. 2 aparelhos de temperatura (equitem). 2 almotolia vazias marrom.2 almotolia brancas. 4 estetoscópios pinard de plástico. 3 garrafinhas de tampa amarela40mL. 2 garrafinhas de tampa azul50mL. 6 abraçadeiras. 5 frascos de álcool absoluto.2 pacotes de algodão. 3 pacotes de palito. 1 rolo de papel 50x50cm. 2 caixas de luva látex TAM PVolk. 3 caixas de luva de vinil TAM MVolk. 1 caixa de luva de látex TAM PMedix. 21 seringas de 20 mL sem agulha. 23 seringas de 5mL com agulha. 7 seringas de 10mL com agulha. 24 seringas de 1mL sem agulha.5 seringas de 1mL com agulha.</p>
<p>ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.</p>							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	1	50	20	Por Turno	Utilizado por alunos em aulas práticas	Geladeira 15 microscópios 10 bico de bunsen 1 ar condicionado Armários de suportes	30 banquetas 1 mesa 1 cadeira
ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio							
ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO DE HABILIDADES MÉDICAS	1	110	30	Por Turno	Utilizado por alunos em aulas práticas	03 armários com chave 01 data- show Quadro Branco	6 mesas redondas 30 cadeiras 4 macas 1 boneco de alta fidelidade 03 bonecos de baixa fidelidade 1 cama ginecológica 01 carrinho de emergência 01 cilindro de oxigênio 04 Ambú adultos com reservatório de oxigênio 02 Ambú infantil com reservatório de oxigênio 01 Aparelho de aspiração compacto 10 Bacias de inox 01 Balança antropométrica 01 Balança pessoal digital 150kg 01 Berço em acrílico 02 Biombo triplo 180x170 02 Bolsa para água quente Mercur 1500ml 02 Bolsa para gelo Mercur 1200ml 01 Cadeira de rodas simples 01 Caixa plástica de urgência 02 Cama Fowler 01 Caneta para aplicação de insulina 01 Carrinho de emergência 4 gavetas 01 Cesto de lixo grande com tampa de pedal 01 Cilindro de oxigênio 01 Colar cervical 03 Colchão para maca hospitalar 01 Comadre 02 Cubas redondas 06 Cuba rim inox 26x1206 Cuba rim plástica 01 Detector Fetal 02 Diapasão 01 Dorso simulador de RCP 01 Ebulidor 01 Eletrocardiograma 02 Escada de 2 degraus 01 Esfigmomanômetro coluna de mercúrio 20 Esfigmomanômetro esférico adulto

						<p> redondo 02 Esfigmomanômetro Infantil sankeyredondo 05 Espéculos vaginais inox20 Estetoscópio adulto 01 Estetoscópio pinar 05 Estetoscópio infantil 05 Fitas métricas 01 Glicosímetro completo 01 Kit planejamento familiar01 Kit simulador curativo 20 Lanternas clínica 01 Laringoscópio 02 Manequim de cuidados avançadosadulto 02 Marrecos 20 Martelo de reflexo 01 Mesa para alimentação 01 Mesa móvel de curativo05 Otoscópio Par de muletas 01 Pelve feminina em acrílico 01 Pinças anatômicas para dissecação 10Mama amiga – Simulador 02 Pinças com dente reto 18cm 04Pinças crile 14cm curva 06 Pinça foerster 20cm curva 10 Pinças Koch 10 Pinças pean 16cm 10 Prancha rígida 01 Prótese de pênis 02 Quadro imantado do desenvolvimento fetal 01 Régua de oxigênio 01 Régua antropométrica 02 Respirador regulável01 Simulador anatômico com colos uterinos variados 01 Simulador de parto01 Simulador de sondagem nasogástricaem acrílico 01 Simulador de sondagem bissexual 01 Sonar fetal doppler ultrassom portátil 01Suporte de ramper 01 02 Suporte para soro 01 Suporte para braço para aférese de PA06 Talas rígidas de madeira e borracha Termômetro digital 10 Termômetro de geladeira coluna demercúrio 01 Termômetro de geladeira máxima emínima 02 Tesoura cirúrgica 15cm reta 08Tesoura cirúrg. com ponta 03 Toalheiros 02 Traqueostomias de aço inox 02 Travesseiros 02 Vaporizador 01 Vasilhas plást. grandes transparentes 02Vasilha plástica média transparente 04 INSUMOS </p>
--	--	--	--	--	--	---

							Agulhas 12x3 100 Agulhas 25x7 100 Agulhas 40x12 100 Ampolas de água destilada 10 Atadurasde crepom 5 cm 10 Ataduras de crepom10 cm 10 Ataduras de crepom 15cm 10 Ataduras de crepom 20cm02 Bolsa de colostomia 10 Caixa de luvas de procedimento2 Cobertor 01 Coletor de urina sistema aberto 01 Coletor sistema fechado para sondavesical 05 Equipos com injetor lateral05 Equipo simples 03 Frasco para dieta enteral 02 Fronha03 Jelcos 16 50 Jelcos 22 50 Jelcos 24 05 Lençol branco de solteiro05 Óculos de proteção 02 Pacote de abaixador de língua demadeira 01 Pacote de compressas com 50 unidades02 Pacotes de gase 05 Soro fisiológico 100ml05 Soro fisiológico 1L 03 Pacotes de algodão 500g 02 Caixa de lancetas com 100 unidade 01 Braço Avançado de Injeções e PunçãoArterial
ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.							

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio						
ID	QT	AT	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO DE TÉCNICAS CIRÚRGICAS	01	60	Por	Utilizadas		- 1 climatizador - 1 data show fixo - 1 telão - 1 amplificador -2 cxs de som - 1 mesa com cadeira -1 quadro branco -1 lixeira -5 mesas cirúrgicas - 30 bancos -1 cocho de inox c/ 4 torneiras -2 armários
			Turno	para disciplinas práticas no horário das 07h30 às 22h30.	40 alunos	

ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio						
ID	QT	AT	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO DE FARMACOLOGIA E FISIOLOGIA	01	60	Por	Utilizadas		<ul style="list-style-type: none"> - 1 climatizador - 1 data show fixo - 1 telão - 1 amplificador - 2 cxs de som - 1 mesa com cadeira - 1 quadro branco - 1 lixeira - 3 mesas de inox p/ 10 alunos - 30 bancos - 1 pia para lavagem de mãos - bancadas laterais móveis em inox
			Turno	para disciplinas práticas no horário das 07h30 às 22h30.	40 alunos	

ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio						
ID	QT	AT	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIO/ CLÍNICA ODONTOLÓGICA	01	229	Por	Utilizadas		<ul style="list-style-type: none"> - 4 climatizador - 1 balcao de atendimento - 3 longarinas de 8 lugares - 8 pias - 1 armário para professores - 21 carrinhos - 1 mesa e cadeira - 42 mochos - 21 cadeiras odontológicas para atendimento.
			Turno	para disciplinas práticas no horário das 07h30 às 22h30.	40 alunos	1 mesa de professor. 1 cadeira de

ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio								
Instalação	ID	QT	AT	CO	RE	RE/A	CA	DM
CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO	Esterilização	01	6,97	-	Por turno	Utilizada para esterilização de materiais	1 climatizador	3 autoclaves
	Higienização	01	6,14	-	-	-	1 climatizador	2 seladores Pia com 5 bojos Material para uso diário
	Expurgo	01	-	1,75	-	-	-	Armazenamento de material para descarte apropriado
	DML	01	2,97	-	-	-	-	Material para limpeza
ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.								

DISPONIBILIDADE DO LABORATÓRIO: Próprio						
ID	QT	AT	RE	RE/A	CA	DM
LABORATÓRIOS CLÍNICA ESCOLA	04	230	Por Turno	Utilizadas para disciplinas práticas no horário das 07h30 às 22h30.	40 alunos	- 1 climatizador - 1 data show fixo - 1 telão - 1 amplificador - 2 cxs de som - 1 mesa com cadeira - 1 lixeira - 1 maca - 1 pia para lavagem de mãos - 1 escadinha para maca
ID = ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.						

Os ambientes possuem pontos de energia elétrica para aqueles que preferem trabalhar com o computador portátil. É possível ainda o acesso à internet através de rede sem fio, o que permite aos usuários de qualquer lugar da IES utilizarem a rede mundial de computadores e seus recursos.

Os ambientes permitem acesso fácil para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e possuem recursos de acessibilidade tecnológica para usuários com necessidades especiais. O Laboratório de Informática está disponível para uso das 13:00 às 22:00h, para estudos individuais ou em grupo, favorecendo a pesquisa e autonomia dos estudantes.

Para portadores de necessidades existem na IES computadores com softwares específicos instalados: LUPA (recurso do Sistema Operacional Windows para o usuário com baixa visão) e Hand Talks (sistema virtual de LIBRAS)

A IES conta também com salas informatizadas que servem como Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas e para apoio, além de 01 laboratório de informática fixo e 1 Laboratório Móvel para uso do corpo docente e discente, sendo:

Equipamentos - Laboratório de Informática.						
ID	QT	AT	CO	RE	CA	DM
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA FIXO	01	84 m ²	Utilizado para realização de aulas práticas, pesquisas e trabalhos diversos com recursos computacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - 2 climatizadores - 61 computadores - 2 projetores - 2 telões - Sonorização ambiente com 8 arandelas - 1 amplificador de som - 2 impressoras multifuncionais de grande capacidade (1 monocromática, 1 colorida) 	60	60 estações de trabalho com 60 cadeiras
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL*	01	-	Utilizado para realização de aulas práticas, pesquisas e trabalhos diversos com recursos computacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Armário - 30 Notebooks - 1 Roteador - 1 Switch 	30	30 estações de trabalho
ID = Identificação da Instalação; QT = Quantidade; AT = Área Total (m²); CO = Complemento; RE = Recursos Específicos; CA = Capacidade; DM = Descrição do Mobiliário.						
* O laboratório de informática móvel foi idealizado na perspectiva de prover rapidamente, em qualquer espaço da IES, um local onde recursos computacionais com acesso à intranet e internet possam ser disponibilizados de forma ágil e eficiente à toda comunidade acadêmica.						

A estrutura do Laboratório de Informática contempla computadores atualizados com a seguinte infraestrutura:

- ✓ acesso à internet de alta velocidade;
- ✓ softwares atualizados;
- ✓ mobiliário adequado;
- ✓ segurança nas informações e no espaço físico, todos com total acessibilidade física e tecnológica;
- ✓ computador adaptado para deficientes;
- ✓ espaço reservado para o cadeirante;
- ✓ projetor multimídia;
- ✓ caixa de som.
- ✓ Lousa digital

As máquinas possuem os seguintes recursos implantados:

- ✓ sistema operacional Windows;
- ✓ acesso à internet;
- ✓ pacote Office;
- ✓ aplicativos específicos conforme a necessidade dos cursos, incluindo a licença Microsoft.

Na Biblioteca da instituição ainda estão disponíveis para os alunos mais 2 microcomputadores para consultas e pesquisas diversas e máquinas para trabalho da equipe interna, dentre as quais uma dedicada a cadeirantes e uma para deficientes visuais, dotado de recursos de acessibilidade tecnológica.

A Faculdade possui um plano de atualização de softwares que atende um plano de manutenção preditiva e também de atendimento às necessidades de atualização e implantação de softwares solicitados por demanda e necessidade de cada curso, além de manter software de segurança de dados (antivírus) instalados em todo seu parque tecnológico.

Possui ainda redes de dados, das quais uma é voltada para o atendimento ao laboratório de informática, rede sem fio e computadores de uso dos alunos na biblioteca, separada fisicamente das redes de atendimento aos docentes e funcionários técnico-administrativos, garantindo maior segurança no trato das informações. Os Laboratórios contam com vários tipos de equipamentos e materiais devidamente organizados e facilmente acessíveis para serem utilizados por docentes e discentes.

Cada laboratório conta com um Regulamento próprio, onde se estabelecem as principais regras de utilização, além de normas de segurança. As aulas práticas são realizadas a partir de um roteiro pré-definido.

Para que as atividades práticas possam ser desenvolvidas, ao longo do ano são realizadas atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a aquisição de materiais e insumos necessários à preparação e realização das atividades práticas de ensino, previstas nas disciplinas que compõem o Projeto Pedagógico de cada Curso.

Os laboratórios são utilizados mediante agendamento prévio. Os materiais permanentes e de consumo estão disponíveis para atender ao planejamento das atividades práticas requeridas pela formação geral/básica e profissional/específica e em quantidade compatível com o número de alunos.

A Faculdade solicita do Coordenador de Curso e dos docentes o planejamento e controle no uso dos ambientes/laboratórios que se destinam ao atendimento das atividades práticas requeridas pela formação dos alunos, buscando conciliar os serviços prestados pelas diferentes áreas de ensino com as atividades didático-pedagógicas práticas.

Os laboratórios são planejados com equipamentos de proteção contra acidentes compatíveis com a finalidade de utilização dos ambientes/laboratórios, e de proteção individual – EPI (máscaras, luvas, óculos, vestuário de proteção) adequados ao número de usuários.

As normas e procedimentos de segurança e proteção ambiental pertinentes estão divulgadas em locais estratégicos que permitem sua visibilidade, assegurando seu conhecimento e aplicação pela comunidade acadêmica, e as instalações e os equipamentos atendem às normas de segurança. Ademais, os docentes do curso são estimulados a abordar aspectos de segurança e proteção ambiental no desenvolvimento dos componentes curriculares.

Considerando a necessidade de propiciar um ambiente seguro, a IES possui como política institucional o planejamento e desenvolvimento de ações direcionadas a manutenção da segurança aos colaboradores em toda a sua infraestrutura. Ao longo do ano são desenvolvidos cursos, capacitações, eventos, etc. com a finalidade de divulgar e habilitar seus funcionários, docentes e discentes quanto aos procedimentos adequados de prevenção. Concomitantemente, equipes responsáveis pela segurança atuarão para eliminar condições inseguras do ambiente e implementar práticas preventivas. São disponibilizados equipamentos de proteção individual e coletiva a todos os usuários dos laboratórios.

Os laboratórios atendem também aos princípios de limpeza e higienização. Todos os ambientes funcionam na observância da legislação vigente. A equipe de profissionais dos laboratórios e professores responsabiliza-se pela fiscalização do uso correto dos EPIs atendendo as exigências direcionadas à atividade realizada.

4.8 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

Na Fadipa a Avaliação Institucional está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A IES destinou espaço específico para a CPA, com sala para seu Coordenador. A sala está devidamente equipada com recursos físicos e tecnológicos para realização das atividades a qual se propõe a Comissão Própria de Avaliação, em ambiente totalmente ventilado, com excelente iluminação, acústica, mobilidade e acessibilidade.

A sala da CPA possui a seguinte estrutura:

- ✓ 01 computador conectado à rede e a internet, com mobiliário adequado;
- ✓ 01 telefone/ ramal;
- ✓ 01 impressora;
- ✓ 01 mesa de reunião;
- ✓ 01 arquivo de gaveta;
- ✓ 01 armário.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

4.9 Biblioteca

A Biblioteca da Faculdade de Direito de Ipatinga “Dr. João Guerra” possui área total de 373 m², e está instalada em área que permite consulta direta ao acervo, espaço para estudos individuais e de trabalho em grupo e área de catalogação do acervo.

A Biblioteca conta com estrutura adequada aos padrões arquitetônicos de conforto, luminosidade e climatização, além de um acervo em constante crescimento, o que garante plenas condições para leitura, acessibilidade, bem como preservação do acervo, o qual está à disposição de toda comunidade acadêmica.

A Biblioteca tem como missão promover e disponibilizar o acesso à informação com qualidade, apoiando e colaborando com as atividades de ensino, iniciação científica e extensão da Instituição, além da comunidade externa para consulta e pesquisa no acervo.

A Biblioteca é o órgão suplementar que dá suporte à realização das atividades acadêmico-pedagógicas, destinada aos professores e alunos, organizada de modo a atender aos objetivos da Instituição, funcionando diariamente, durante todo o período do calendário acadêmico e, no decorrer das férias, no horário estabelecido em seu Regulamento.

A Biblioteca adota padrões internacionais para o tratamento e organização da informação, utilizando as normas de catalogação AACR2; a Classificação Decimal de Direito para o acervo da área jurídica; a Classificação Decimal Dewey (CDD) para as demais áreas e a Tabela Cutter-Sanborn para a notação de autor. Para a indexação dos materiais é utilizada o DeCs (Descritores em Ciências da Saúde) e para as demais áreas utiliza-se o vocabulário controlado da Fundação da Biblioteca Nacional (FBN). O formato de saída dos catálogos é de acordo com a Norma NBR/6023 da ABNT. O sistema contém dados da descrição física das obras, do seu conteúdo e os dados patrimoniais.

A Biblioteca possui regulamento próprio com a descrição dos procedimentos operacionais e normativos, disponível no site da biblioteca.

Considerando a necessidade de salvaguardar o acervo físico bem como proporcionar a seguridade e a estabilidade dos serviços digitais oferecidos.

A Biblioteca disponibiliza o Plano de Contingência para a biblioteca no qual prevê, primordialmente, a sustentabilidade dos serviços oferecidos pela Biblioteca, ou seja, a utilização de recursos próprios e permanentes no cuidado preventivo do acervo físico e digital.

4.9.1 Biblioteca Infraestrutura

A Biblioteca é o órgão suplementar que dá suporte à realização das atividades acadêmico-pedagógicas, destinada aos professores e alunos, organizada de modo a atender aos objetivos da Instituição, funcionando diariamente, durante os períodos de trabalho escolar e no decorrer das férias, no horário estabelecido em seu Regulamento. Ocupa um espaço físico de 373 m² e está devidamente informatizada para fornecer informações rápidas e precisas a seus usuários.

Tal procedimento oferece as vantagens de disseminação seletiva da informação, obtenção de dados para avaliação quantitativa do acervo, controle de empréstimos e outros. O programa de automação utilizado é o software Personal Home Library (PHL) sistema este desenvolvido especificamente para a administração, organização e disponibilização de acervos e serviços através da Internet com bases de dados no padrão CDS/ISIS© UNESCO.

O Sistema permite ao usuário o acesso aos serviços e catálogos da Biblioteca e integra, em tempo real, os catálogos às rotinas de controle e oferece ao usuário recursos de buscas, reservas e renovações, sem se deslocar de sua casa ou ambiente de trabalho.

São disponibilizadas cabines de estudo individuais, espaços de estudo em grupo, laboratório para atividades acadêmicas e sala de processamento técnico.

Os ambientes da Biblioteca respeitam os padrões arquitetônicos de dimensão, iluminação, acústica, ventilação e acessibilidade e são higienizados diariamente por equipe especializada.

O regulamento da Biblioteca contempla a descrição dos procedimentos operacionais e normativos.

Na sua Política de Acessibilidade, a IES assegura a remoção de barreiras nas comunicações; atendimento prioritário, envolvendo tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência; ajuda técnica para o acesso às atividades em igualdade de condições. Atenta às demandas específicas das pessoas com necessidades especiais, promove atendimento na biblioteca da seguinte forma:

- I. Para alunos com deficiência física: adequação e adaptação do acesso às dependências da Instituição com instalação de piso tátil e sinalização em braile;
- II. Para alunos com deficiência visual: a Instituição disponibiliza, na Biblioteca, dois computadores com software Dosvox o qual permite que um texto seja transformado em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos usuários, possibilitando-lhes fazer uso dos mesmos no momento de sua conveniência. O software Dosvox permite que deficientes visuais utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim

independência no estudo e no trabalho. A Biblioteca disponibiliza também Régua Lupa para usuários com baixa visão.

No tocante à acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, o local conta recursos que visam suprir as mais distintas necessidades e é composto pelos seguintes recursos:

- ✓ Balcão de atendimento adequado ao atendimento de portadores de deficiência física;
- ✓ Portas de entrada e interiores com medidas padronizadas;
- ✓ Piso tátil, permitindo a circulação de usuários com deficiência visual;
- ✓ Computador com teclado adaptado;
- ✓ Espaço reservado ao cadeirante.

Na Biblioteca estão disponíveis para os alunos dois microcomputadores para empréstimo e mais duas máquinas para consultas ao acervo da instituição, além de um terminal específico para deficientes visuais, dotado de recursos de acessibilidade tecnológica.

A Biblioteca é coordenada por um Bibliotecário designado pelo Diretor Geral, vinculado ao Conselho Regional de Biblioteconomia.

A Biblioteca da IES possui a seguinte infraestrutura:

- ✓ área de administração e processamento técnico;
- ✓ área de atendimento (serviço de referência e circulação);
- ✓ área de armazenamento para o acervo;
- ✓ área de armazenamento para material de escritório;
- ✓ cabines para estudos individuais;
- ✓ salas de estudo em grupo;

Observando os critérios de qualidade do SINAES, a Biblioteca visa atender à demanda de implantação dos novos cursos aumentando e melhorando a qualidade do acervo.

As salas de estudo em grupo deverão ser reservadas com antecedência. Não havendo agendamento, elas estarão disponíveis a todos os usuários.

A Biblioteca disponibiliza acesso à rede wireless internamente, para seus usuários.

Além do acervo físico a biblioteca disponibiliza aos seus usuários acesso a uma biblioteca virtual “Minha Biblioteca”.

A Minha Biblioteca é a maior e mais completa plataforma interativa de conteúdo acadêmico do Brasil. Formada por 16 grandes editoras, 42 selos editoriais, com mais de 12.000 títulos. Atende a todas as áreas conhecimento. Acervo sempre atualizado com títulos a autores renomados. Atende a mais de 400 cursos técnicos e superiores e mais de 1.100 instituições de Educação Técnica e Superior, além de empresas e órgãos públicos e mais de 5.000.000 leitores.

Com um amplo acervo multidisciplinar, são milhares de títulos técnicos, acadêmicos e científicos, em português, divididos em 7 catálogos: Ciências Exatas, Saúde, Medicina e Odontologia, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Pedagógicas e Letras e Arte.

Os usuários têm número ilimitado de acessos e simultâneos. As obras podem ser localizadas por busca no próprio Catálogo da Biblioteca e a mesma dispõe de funcionalidades que auxiliam nos estudos, como marcador de texto, marcador de página, ferramenta para inserção de notas e leitura em voz alta, seleção de trechos, compartilhamento de conteúdo por e-mail, navegação intuitiva com pesquisas realizadas por título, autor, ISBN e termos. A leitura dos livros pode ser feita por figuras, blocos de notas e sumário. Diversas ferramentas interativas são disponibilizadas como o modo de realce, redimensionamento de texto com zoom, impressão de páginas (limitada), criação de anotações todas com direito a serem compartilhadas com colegas, grupo de trabalho, professor etc. E o acesso ao acervo virtual permite também ao professor e o tutor trabalhar com muito mais obras sem limitação. A MB permite recursos de acessibilidade para seus usuários como leitura em voz alta, ajuste no tamanho das fontes e cor de fundo da tela.

As bases fornecem ainda, ferramentas que disponibilizam as referências bibliográficas e auxiliam no uso de citações (segundo as normas da ABNT) em trabalhos acadêmicos.

Essa ferramenta vem acompanhando as tendências de distribuição da informação para atender as demandas e necessidades das sociedades modernas. Deste modo, a instituição procura identificar tecnologias que adaptem às necessidades dos seus usuários e aos seus orçamentos, tornando o acesso componente econômico essencial, revolucionando a maneira como os usuários acessam e utilizam a informação, aumentando a qualidade da educação e o desenvolvimento científico e tecnológico de uma sociedade.

No que tange a Periódicos Especializados, a biblioteca conta com uma lista de trinta e nove periódicos disponíveis na página da biblioteca e uma lista de revistas indexadas para que os alunos de todos os cursos possam pesquisar e se utilizarem do material.

A IES adota a política indicação de três títulos por unidade curricular para compor a bibliografia básica de cada curso e de cinco títulos para a bibliografia complementar, consideradas as literaturas mais relevantes, validadas pelo NDE do curso, com o objetivo de atender plenamente os programas das disciplinas. São atualizados periodicamente para atender plenamente aos conteúdos propostos.

Além da plataforma da Minha Biblioteca conta com assinatura de revistas especializadas por meio da Revistas dos Tribunais, que hoje faz parte da vida dos profissionais do Direito há mais de 100 anos. São diversos periódicos científicos e livros de grandes especialistas sobre os temas mais relevantes, garantindo embasamento prático à comunidade jurídica. Conta ainda com assinatura de Periódicos de Odontologia da Dental Press e na página da biblioteca estão os periódicos de acesso livre.

4.9.2 Política de Aquisição da IES

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nas ementas dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição. No entanto, a IES deve constituir novos títulos a partir das bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC/INEP conforme receber relatórios de avaliação in loco para novos cursos.

Há que se destacar que no Planejamento Institucional a IES prevê que no início e final de cada semestre, os coordenadores de cursos solicitam novos títulos que são indicados pelos docentes conforme as suas necessidades e atualização, quando houver. Estas listas são fruto de reuniões periódicas com professores e alunos dos Cursos de Graduação.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são:

- ✓ Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- ✓ Autoridade do autor e editor;
- ✓ Atualização e qualidade do material;
- ✓ Conhecimento do acervo;
- ✓ Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional);
- ✓ Indicações dos NDEs;
- ✓ Indicações dos Colegiados;
- ✓ Indicações dos professores da IES;

- ✓ Indicações dos avaliadores do INEP.

4.9.3 Apoio a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A Biblioteca dispõe de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Manuais de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da IES.

4.9.4 Serviços Oferecidos Pela Biblioteca

A Biblioteca destina-se a disponibilizar recursos bibliográficos, informacionais, tecnológicos e acesso à informação física e on-line, especialmente, ao corpo discente, docente e técnico-administrativo da IES para efeito das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Todos os serviços oferecidos pela biblioteca estão devidamente informatizados para fornecer e recuperar informações de maneira rápida e precisa a seus usuários.

A atualização do acervo da bibliografia do curso é feita de acordo com a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável da instituição.

A Biblioteca da Faculdade de Direito de Ipatinga vem trabalhando e incorporando novas políticas de desenvolvimento de coleções relacionadas aos novos produtos e serviços de informação online. Partindo deste princípio, foi disponibilizado aos acadêmicos, professores e colaboradores a Biblioteca Virtual, uma importante ferramenta de acesso a informação e aprendizagem, que permite melhor interação com a capacitação do aluno, integrando as fontes de informação em um espaço único, preservando e proporcionando a disseminação do conhecimento.

NÍVEL DE INFORMATIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

TIPOS	NENHUM	PARCIAL	TOTAL
CATÁLOGO DO ACERVO FÍSICO			X
PESQUISA PÚBLICA OPEN PUBLIC ACCESS CATALOG (OPAC) - Interface de acesso ao catálogo do acervo pelos usuários internos e externos			X
CATALOGAÇÃO/INDEXAÇÃO DO ACERVO			X
EMPRÉSTIMO/RENOVAÇÃO/RESERVA/DEVOLUÇÃO			X
CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS			X

SERVIÇO DE ENVIO AUTOMÁTICO DE E-MAILS PARA USUÁRIOS			X
CONTROLE INTEGRADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO			X
CONTROLE DE ASSINATURA DE PERIÓDICOS			X
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO			X
GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS E GRÁFICOS			X
WIFI (AMBIENTE DA BIBLIOTECA)			X
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS			X
GUIAS E NORMAS INSTITUCIONAIS PARA REGULAMENTAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS			X

4.9.5 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

O acervo específico das áreas dos cursos é formado pelas bibliografias básicas e complementares estabelecidas juntamente com o ementário dos componentes metodologia curriculares ofertados pelos cursos, conforme descrito nos Projetos Pedagógicos. Além destas, o acervo conta com títulos de obras de referência fundamentais para o referencial teórico da área.

O acervo é ampliado e atualizado mediante disponibilização de recurso orçamentário, conforme previsão de investimentos, além de permuta e doações de materiais. Os valores provenientes da cobrança de taxas e emolumentos pela Biblioteca também são utilizados para a aquisição e manutenção do acervo.

Cabe ao coordenador de curso realizar, dentro do período de 30 (trinta) dias, consulta pública aos docentes e discentes de seu curso, permitindo sugestões para aquisição de obras atualizadas e de novas obras, necessárias ao desenvolvimento das competências e habilidades descritas no Plano de Aprendizagem de cada componente curricular. Os coordenadores de curso devem incentivar seus docentes e discentes a fazerem sugestões, esclarecendo que as mesmas serão encaminhadas ao NDE para validação e, posteriormente, ao Colegiado de Curso para homologação.

O coordenador de curso apresentará, respectivamente, ao Núcleo Docente Estruturante – NDE e ao Colegiado de Curso para deliberação sobre:

- I. Lista de sugestões de compra para a atualização de bibliografias;
- II. Lista de sugestão para aquisição de novas obras;
- III. Lista de sugestão para aquisição devido à alteração curricular, quando houver;
- IV. Lista de sugestão para aquisição para atender a implantação de novos cursos.

A sugestão para aquisição de novas obras será deferida quando esta for acompanhada de justificativa para análise de sua relevância para o curso, observadas as prioridades para alocação de recursos.

O coordenador de curso, após o processo de consulta pública e as considerações e validação do NDE, consolidará a lista de sugestão para aquisição das obras. A lista consolidada deverá ser remetida à Direção Acadêmica, para aprovação e essa, posteriormente, ao bibliotecário para análise e alinhamentos das referências indicadas. Em seguida deverá ser encaminhada ao setor de compras da mantenedora, com as devidas justificativas, para que proceda à cotação. O setor de compras remeterá a cotação com as justificativas à Direção Geral, em, no máximo, 40 (quarenta) dias, contados do recebimento da lista consolidada, para aprovação da compra.

O bibliotecário comunicará ao coordenador de curso o recebimento das obras, através de lista das novas aquisições, para inclusão no PPC e nos planos de aprendizagem. O coordenador de curso deverá divulgar amplamente o recebimento das obras aos discentes e docentes. A Política de Expansão e Atualização do Acervo da IES visa estabelecer diretrizes para o planejamento da expansão, atualização e manutenção do acervo da Biblioteca São Tomás de Aquino, de maneira racional e equilibrada, e se constitui um instrumento de apoio no processo decisório do Núcleo Docente Estruturante (NDE), pesquisadores, corpos docente e discente.

4.9.6 Repositório Institucional

O Repositório da Produção Científica e Intelectual da Faculdade é o instrumento oficial para coleta, organização, disseminação e preservação de todo o conhecimento produzido pela Faculdade.

Através deste repositório, docentes, pesquisadores, alunos de graduação, alunos de pós-graduação e servidores técnicos administrativos vinculados à IES devem depositar seus resultados de pesquisas, de modo a:

- a) proporcionar acesso aberto e público à produção científica e intelectual da Faculdade, propiciando o aumento de sua visibilidade, acessibilidade e difusão;
- b) facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção científica e intelectual da IES por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados;
- c) integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.

4.10 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

A estrutura tecnológica atende às necessidades Institucionais, tendo em vista a capacidade de armazenamento e segurança das informações, capacidade de processamento, tecnologia aplicada em diversas áreas da Instituição, seguridade de disponibilidade, redundância de serviços, e outros. Normas como a ISO 20000 são aplicadas nos serviços relativos à infraestrutura tecnológica para que haja excelência na entrega do produto final ao usuário.

Contamos com *links* dedicados de internet de alta velocidade e com um sistema de redundância de sinal que garante acesso à internet 24 horas por dia. A Faculdade possui um *link* com a Internet atualmente com a velocidade de até 300 megabytes, com o intuito de utilizar esta tecnologia como recurso para alunos e professores e aprimorar o processo pedagógico da Instituição. Entre os equipamentos que desempenham a função de servidores existe o *firewall* ativado (recomendável), que exerce a tarefa de assegurar que nenhum computador externo à Faculdade, ou de um do Laboratório, acesse os computadores das áreas administrativas.

Os usuários têm acesso à rede mundial, tanto através dos computadores ligados à rede cabeada quanto à rede sem fio, disponibilizada através de serviço de *hotspot* distribuída através de *Mikrotik* e pontos de acesso que garantem cobertura em toda a IES, garantindo o acesso a quaisquer recursos da internet. A rede wireless ainda permite a visitantes da IES conexão à internet.

Para segurança da rede e dos dados, utilizamos antivírus sempre atualizado, *Active Directory*, para aplicação das políticas de grupos e possibilitar acesso para todos os usuários cadastrados de acordo com seu perfil, acessível apenas através de senhas pessoais; Firewall físico de rede que gerencia e armazena logs de acesso, balanceamento de rede, bloqueios e liberações de acessos que asseguram consulta a conteúdos que condizem com os fins da Instituição; o Windows Server Update Services (Wsus) garante a atualização constante do sistema operacional Windows nas máquinas do parque tecnológico, o que é constantemente supervisionado por funcionários do setor. Há uma separação física e lógica através de cabeamento, switches, Firewall e VLANs dos links de internet para o corpo administrativo, discente e docente, o que contribui para a segurança do tráfego de dados da rede.

A sala dos servidores é ampla e devidamente refrigerada. Ares condicionados funcionam em tempo integral, contando com um sistema de redundância e centrais de alerta, caso a temperatura da sala ultrapasse um limite pré-estabelecido. Os *backups* dessa estrutura são feitos diariamente de forma automatizada, em storages fora da Instituição e também backups físicos *full* e diferenciais gravados em mídia e armazenados em locais externos à Instituição, de acesso seguro, fácil e de rápida

recuperação. Nossos principais servidores são clusterizados (sistema de cluster para alta disponibilidade) e possuem RAID, para garantirmos o serviço em tempo integral. Tais recursos e metodologias garantem que os sistemas fiquem operantes 24 horas por dia, 7 dias na semana. A Instituição possui políticas de segurança de acesso à informação e disponibilidade de dados, garantidas pelo Setor de Informática da IES, além de determinar responsabilidades e responsáveis por acessos físicos aos recursos de infraestrutura.

Os servidores locais de dados da Instituição são protegidos por uma estrutura elétrica que conta com para-raios, aterramento e nobreaks, além de DPS bipolar e estabilizadores de tensão para garantir a operabilidade em 100% do tempo. Para situações emergenciais, há o estabelecimento de uma política de procedimentos para o caso de indisponibilidade geral de energia que inclui, dentre outras orientações, o acionamento da empresa fornecedora de energia local, a comunicação aos usuários através de avisos eletrônicos e chamadas telefônicas e procedimentos internos para garantir os serviços essenciais.

Os serviços de disponibilização de conteúdos para alunos são contratados de terceiros, tanto no que se refere à estrutura de armazenamento, quanto dos serviços de ambiente e banco de dados. A IES utiliza a plataforma virtual *Moodle*, ambas hospedadas em servidores em nuvem que garantem o acesso full time para a população discente e docente da Instituição.

Visando a agilidade e segurança para evitar riscos, existe um plano de contingência que abrange a infraestrutura tecnológica. Esse plano tem como objetivo reduzir danos, caso enfrente algum problema. O plano de contingência foi criado a partir da análise de chamados advindos do sistema de *HelpDesk*, que orientou as ações de prevenção e ação das maiores frequências de problemas que impactam na área de infraestrutura: necessidade de manutenção e instalação de hardwares, falhas técnicas, suporte na utilização dos sistemas, entre outros.

4.11 Instalações Sanitárias

A IES conta com banheiros masculinos e femininos, ambos com adaptações para pessoas com deficiência, sendo que alguns banheiros contam também com chuveiros.

A IES possui também um banheiro familiar equipado com fraldário.

Todos os sanitários atendem plenamente às questões de limpeza, iluminação, ventilação, conservação, segurança e mobilidade.

Os mesmos são abastecidos com todos os insumos necessários aos usuários, além do serviço permanente de limpeza tornando-os sempre em excelente estado.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em termos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial.

4.12 Infraestrutura Tecnológica

A FADIPA possui uma infraestrutura tecnológica moderna e em constante atualização. Todos os computadores da instituição passam semestralmente por upgrades, que visam mantê-los compatíveis com os softwares mais atuais disponíveis na gama de produtos utilizados pela instituição, na execução de todos os processos pertinentes às rotinas diárias de atividades. Ainda com relação a estes equipamentos, todos são do fabricante Dell, e em sua maioria com processadores i5. Apenas os pcs do laboratório de informática (Dell Vostro) apresentam processador Intel Celeron, mas são máquinas devidamente atualizadas e totalmente ajustadas às necessidades do setor. Este setor também passa por atualização e metade dos equipamentos já foram substituídos por novos (Dell Opti Plex 7040) com processador Intel i5.

O laboratório conta ainda com uma estrutura de laboratório itinerante, equipado com servidor, roteador wireless e 30 notebooks Dell Latitude 3490 com processador Intel i5, montado em armário desenhado para alojar todos os equipamentos de forma segura e acessível, dotado de rodízios, o que permite seu deslocamento para qualquer espaço da faculdade.

A infraestrutura comporta ainda equipamentos multifuncionais de médio e grande porte, distribuídos por todos os setores conforme a demanda de cada um.

A internet de alta performance (até 300 Mb) está presente em todos os setores e ambientes da IES, seja via cabo ou por rede wi-fi.

Todas as telas das salas da FADIPA possuem computadores Dell i5, projetores modernos, telão, kit multimídia completo e câmeras full hd, além de internet cabeada e wi-fi. Tais recursos permitem transmissão de aulas ao vivo com total interatividade entre professores / alunos presentes / alunos online. Todas estas atividades são gravadas de forma automática e compõem uma grande biblioteca de mídia disponível a todos os professores e alunos no padrão 24X7X365 (armazenamento no SharePoint na nuvem da Microsoft).

As telessalas da Fadipa ainda possuem sistema de som interligado a uma central, de onde é possível a comunicação com todas ao mesmo tempo ou com sala específica, a partir de setorizadores.

As telessalas passam também por processo de modernização, substituindo os quadros existentes por lousas interativas, o que possibilitará aulas mais interativas e dinâmicas.

A FADIPA possui 2 salas interativa equipadas com 4 projetores, 3 telões, 1 lousa interativa, tablets, kit multimídia completo e mesas coletivas para desenvolvimento de metodologias ativas.

Possui também uma sala estúdio, com computadores para edição e transmissão de aulas ao vivo ou produção de conteúdo, equipada com câmera Mevo 4K e câmeras full hd, iluminação apropriada, chroma key, mesa de som e todos periféricos necessários.

No auditório da FADIPA a tecnologia também está presente com internet banda larga inclusive para visitantes, projetor full hd, telão widescreen retrátil, iluminação de palco, iluminação de plateia, iluminação de piso, tratamento acústico, cabine de controle com computador e mesa de som.

A biblioteca da FADIPA possui sistema que controla seu acervo e possibilita aos usuários efetuarem todas as tarefas remotamente, via site, por acesso restrito, conta com assinatura da Minha Biblioteca com uma gama espetacular de funcionalidades. Possui sistema antifurto, com todos os exemplares devidamente catalogados, terminal de consulta e 2 pcs para consulta e pesquisas diversas, além dos equipamentos de uso da bibliotecária, para apoio e controle do acervo. Conta ainda com tablets e notebooks disponíveis para os alunos, onde também podem fazer consultas ou leitura dos mais de 5000 ebooks disponíveis.

Os servidores da FADIPA são todos virtualizados na estrutura do Datacenter contratado pela IES e que funciona no padrão 24X7X365, com nível de serviço (SLA) conforme descrito abaixo:

Acordo de Nível de Serviços – Disponibilidade – Base Mensal

Infraestrutura Datacenter	99,90% de disponibilidade / mês
Conectividade Internet	99,80% de disponibilidade / mês
Conectividade Rede Metro	99,80% de disponibilidade / mês
MTRR Rede Metro	4 horas para recuperação*

* Para ocorrências deste tipo (ruptura física da fibra ponto-a-ponto que liga o Datacenter à FADIPA) entra em ação nosso plano de contingência, que estabelece a existência de links para

redundância do serviço. No caso a IES ainda conta com a contratação de 6 links ADSL junto à empresa VIVO.

Todos estes links passam por firewall de alta performance (

4.12.1 Servidores e disponibilidade 24 x 7

Com o objetivo em manter os sistemas e aplicações disponibilizados 24 x 7, a ALFA possui servidores de alta capacidade, baseado em sistemas de Alta Disponibilidade - HA (High Availability) em plataformas redundantes.

A infraestrutura conta em sua maioria com Servidores IBM System X3550 M4, com processadores Six-core Intel Xeon E2620, tendo atualmente de 32 à 64 GB de memória em cada servidor, sendo expansível até 384GB, fontes de energia de 550W e 750W, sendo Hot Swap e redundante, interfaces de rede gigabit, Discos Rígidos SAS de até 10K RPM. Todos os servidores possuem sistema de detecção e alertas de problemas.

Os servidores são clusterizados (sistema de cluster para alta disponibilidade) com discos em arquitetura RAID para garantia e agilidade das aplicações em tempo integral, sob sistemas de alta disponibilidade.

Tais recursos e metodologias garantem que os sistemas fiquem operantes 24 horas por dia, 7 dias na semana. A instituição possui políticas de segurança de acesso a informação e disponibilidade de dados garantidas pelo Setor de Informática da IES, além de determinar responsabilidades e responsáveis por acessos físicos aos recursos de infraestrutura.

A sala dos servidores é devidamente refrigerada. Aparelho de ar condicionado funcionam em tempo integral contando com um sistema de redundância e centrais de alerta caso a temperatura da sala ultrapasse um limite pré-estabelecido.

4.12.2 Estabilidade da rede elétrica e disponibilidade 24 x 7

A infraestrutura da rede elétrica é estabilizada, protegida com para-raios e aterramento, além de DPS bipolar. Há a garantia de funcionamento 24 x 7 devido seus nobreaks e gerador de alta capacidade. Para situações emergenciais, há o estabelecimento de uma política de procedimentos

para o caso de indisponibilidade geral de energia que inclui o acionamento automático dos geradores, além do acionamento da empresa fornecedora de energia local.

4.12.3 Backup

Os backups da infraestrutura são feitos diariamente de forma automatizada na Google Cloud, em storages próprios fora da Instituição e também backups físicos full e diferenciais gravados em mídia e armazenados em locais interno e externo a Instituição, de acesso seguro, fácil e de rápida recuperação.

4.12.4 Internet e disponibilidade 24 X 7

A ALFA conta com links de internet de alta velocidade, com transmissão por meio de fibra ótica, links estes dedicados e com um sistema de redundância de sinal que garante acesso à internet 24 x 7. São 2 links de fornecedores diferentes, sendo um de 300MB e outro de 100MB.

Serviços de load balance são adotados, garantindo que cada usuário tenha uma navegação confortável e que atenda toda sua demanda.

Os usuários têm acesso a rede mundial tanto através dos computadores ligados à rede cabeada quanto à rede sem fio, disponibilizada através de serviço de hotspot distribuída através de Mikrotik e pontos de acesso que garantem cobertura em todo o campus, garantindo o acesso a quaisquer recursos da internet.

A rede wireless ainda permite a conexão à internet de visitantes da IES.

4.12.5 Acordo de Nível de Serviço - SLA

Para a contribuição na execução da estratégia da Instituição, há a necessidade da previsão de Acordos de Nível de Serviço - SLA, dos serviços de TI ofertados pela ALFA.

Os Acordos de Nível e Serviço - SLA são previstos para os serviços internos e compactuado com fornecedores prestadores de serviços e TI externos. Tais acordos são parte integrante e podem ser verificados no plano de contingência, redundância e expansão da ALFA.

4.12.6 Segurança da Informação

Para segurança, confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da rede e dos dados, é utilizado um servidor de Firewall físico de rede que gerencia todos acessos da rede, restringindo e liberando acessos através de IP e portas, armazenando logs de acesso, antivírus sempre atualizado, Active Directory para aplicação das políticas de grupos de segurança e possibilitar acesso para todos usuários cadastrados de acordo com seu perfil, acessível apenas através de senhas pessoais; balanceamento de rede, asseguram consulta a conteúdos que condizem com os fins da Instituição; o Windows Server Update Services (Wsus) garante a atualização constante do sistema operacional Windows nas máquinas do parque tecnológico, o que é constantemente supervisionado por funcionários do setor.

Há uma separação física e lógica através de cabeamento, switches, Firewall e VLANs dos links de internet para o corpo administrativo, discente e docente, o que contribui para a segurança do tráfego de dados da rede.

Os sistemas disponibilizados pela ALFA utilizam-se de criptografias a modo evitar a leitura de dados por terceiros ou pessoas não autorizadas, os sites possuem certificação SSL garantindo a privacidade e integridade dos dados e das aplicações que se comunicam pela internet.

Todos os processos de desenvolvimento são inicialmente realizados em ambiente de testes e mantido através de um sistema de controle de versões – GIT.

Os serviços de disponibilização de conteúdos para alunos são contratados de terceiros, e possuem garantia de acordo de nível de serviço – SLA, tanto no que se refere a estrutura de armazenamento quando dos serviços de ambiente e banco de dados. A IES utiliza a plataforma virtual Portal Educacional da Totvs, hospedada em servidores em nuvem que garantem o acesso full time para a população discente e docente da instituição.

4.12.7 Plano de Contingência

O Plano de contingência é um planejamento de respostas e procedimentos a serem adotados em situação de crise, para a mitigação dos efeitos negativos e restabelecimento do cenário anterior à crise.

Visando a agilidade e segurança para evitar estes riscos e crise, existe um plano de contingência que abrange a infraestrutura tecnológica. Esse plano tem como objetivo reduzir os

impactos e danos caso enfrente algum problema. O plano de contingência foi criado a partir da análise de risco e de chamados advindos do sistema de HelpDesk, que orientou as ações de prevenção e ação das maiores frequências de problemas que impactam na área de infraestrutura: necessidade de manutenção e instalação de hardwares, falhas técnicas, suporte na utilização dos sistemas, entre outros.

4.13 Infraestrutura de Execução e Suporte

Uma vez que falhas nos serviços de TI impactam diretamente nos setores administrativos e de ensino da IES, almeja-se com infraestrutura bem dimensionada, com suporte e agilidade de execução prover medidas de proteções rápidas e eficazes para os processos críticos de TI relacionados aos sistemas essenciais.

Para tal, foi elaborado um plano que estabelece procedimentos de comunicação e mobilização para controle, em caso de contingências e emergências que possam ocorrer durante as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação, visando aplicar as ações necessárias para correção e/ou eliminação do problema, bem como estabelecer os parâmetros para manutenção periódica dos softwares e hardwares da estrutura de TI da IES.

Destaca-se:

Problemas com computadores no laboratório de informática: O laboratório segue rotina intensa de utilização, atendendo à aulas, pesquisas, setor de reprografia, avaliações docente e institucional da CPA, entre outros. Em virtude deste uso extenso, segue parâmetros rigorosos e diários de controle. Para tal, o setor de TI foi deslocado para funcionamento anexo ao mesmo, facilitando as tarefas de verificação, que incluem principalmente manutenções preventivas. O setor é equipado com 60 computadores 30 Dell Vostro e 30 Dell Opti Plex 7040, com upgrades semestrais que garantem sua atualização para uso dos sistemas computacionais disponíveis. Há ainda 5 (CINCO) máquinas de backup para possíveis falhas de hardware. O setor é atendido por 3 (TRÊS) links de internet que garantem redundância no provimento de acesso à rede. Possui ainda 2 equipamentos multifuncionais de grande porte para atendimento à reprografia. 1 (UM) monocromático e 1 (UM) colorido, disponibilizados via contrato com empresa terceirizada, responsável pelos suprimentos e manutenção destes, com SLA superior a 90%.

Problemas com computadores administrativos: O funcionário que está utilizando o equipamento, informa o problema ao seu gerente, que aciona a equipe de TI por sistema próprio

(desenvolvido pela equipe de TI). Tal sistema aciona um alerta no CPD em tempo real, indicando o setor e o possível problema. De posse de tal informação, um técnico é encaminhado para resolução e após a execução do serviço, dá ciência ao gerente, que cessa o alerta. Por outro lado, o técnico responsável pelo atendimento reposta no próprio sistema a solução encaminhada, documentando a ação e alimentando uma wiki própria para futura referência e agilidade em novos chamados da mesma natureza.

Problemas de conexão com a rede interna: Através de sistema de monitoramento de tráfego, acompanha-se toda estrutura da IES e verifica a disponibilidade de cada ativo tecnológico ligado à rede de dados. Quando indicada alguma perda de conexão, um técnico é deslocado até o local para verificar a integridade da rede e possíveis travamentos em computadores e switches.

Problemas de conexão com a internet: Identifica-se inicialmente se o problema é interno ou externo. Quando interno, examina-se toda estrutura de cabeamento, buscando falhas na integridade. Superada tal fase, averigua-se o funcionamento de periféricos primários, como roteadores e switches. Identificado e isolado o problema, procede o devido reparo, com a reinicialização ou troca de equipamentos, crimpagem de novos conectores RJ45 deteriorados por ação mecânica ou oxidação, ou mesmo recabeamento da área atingida.

Detectado problema externo de internet, ativa-se um dos links de internet de contingência (3) e, a seguir;

Abre-se chamado de suporte com a operadora, visando o reestabelecimento do serviço.

Problemas com acesso aos sistemas internos: Identificar qual o sistema está apresentando problema de acesso;

Contatar Datacenter e informar o problema;

Verificar o link de internet e rede de dados ponto-a-ponto com Datacenter;

Verificar status dos servidores virtualizados em nuvem;

Caso algum não esteja em execução, iniciá-lo e testar sua operacionalização;

Testar acesso cliente/servidor na aplicação;

Erro ou falhas de acesso, proceder restauração do servidor;

Falha de integridade, restaurar backup;

Problema crítico em qualquer servidor, recorrer às imagens espelhadas do servidor específico e realizar implantação da mesma, recuperando toda estrutura;

Persistindo o problema, avaliar junto ao Datacenter ocorrência de algum problema físico no Blade Server e avaliar a troca imediata, como previsto em termo de ajuste junto à Giganet.

Problemas com equipamentos de rede: Identificar qual equipamento está apresentando problema;

Caso possível, realizar a manutenção do mesmo;

Caso não tenha como consertar, realizar a troca do equipamento de forma que haja o menor transtorno possível no desempenho das atividades dos demais colaboradores da IES.

O setor de TI mantém em seus ativos, equipamentos destinados à backup, possibilitando contornar tais problemas com grande agilidade.

Problemas físicos com cabeamento da rede interna: Identificar qual o problema e onde está ocorrendo;

Detectado o problema de cabeamento de rede, iniciar testes de integridade;

Verificar as ligações (Switches) do cabeamento que está com defeito e testá-lo, bem como os conectores RJ45;

Caso haja necessidade, efetuar a troca do cabo ou cabos que estão apresentando falhas e os respectivos conectores;

Detectado problema de cabeamento de fibra, contingenciar com cabeamento de rede UTP.

Problemas com falta de energia elétrica: A IES contratou junto à empresa especializada dois geradores, sendo:

Gerador 1: Gerador Elétrico à Diesel 6kVa

Gerador 2: Gerador Elétrico à Diesel 40kVa

O gerador 1 foi dimensionado para atender aos equipamentos de entrada, distribuição e segurança da internet, bem como os dois servidores locais que a FADIPA mantém em sua estrutura e ainda, o sistema de PABX.

O gerador 2 foi dimensionado para atender uma estrutura básica de apoio que garantirá o funcionamento de atividades essenciais. Este gerador manterá em funcionamento o Departamento de TI, Laboratório de Informática, Sala Interativa, 6 (SEIS) telessalas, além dos serviços de Registro Acadêmico e Financeiro. Os demais espaços e setores da instituição dispõem de luzes de emergência.

Este contingenciamento é acionado automaticamente quando da ocorrência de alguma pane elétrica e desliga-se tão logo a energia fornecida pela concessionária seja restabelecida.

4.14 Plano de Expansão e Atualização dos Equipamentos

A Mantenedora da Faculdade, objetivando a sustentação estrutural e orçamentária das atividades educacionais por ela mantidas, no longo prazo, estabelece e segue uma política que orienta a alocação de seus recursos e investimentos. Procura otimizar seus resultados, atender às legislações vigentes e determinações legais e ainda cumprir com o preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional e dentro dos limites impostos pelo orçamento da Instituição.

Para atender aos objetivos acima descritos, a Mantenedora definiu uma política para a aplicação de investimentos que estabelece que ao se aproximar o final do ano letivo, usualmente a partir de outubro, a Mantenedora inicia o processo da construção do orçamento para o próximo ano, estabelecendo as metas de desempenho e de geração de caixa para investimento baseado no número de alunos previstos. Define-se, assim, a necessidade de adequação de salas e laboratórios e/ou a construção de novos.

O Diretor e os Gestores da Instituição trazem estas metas para dentro de suas unidades e desdobram-nas até o nível de centros de custo. Neste desdobramento de receitas e despesas, as necessidades específicas de cada atividade são levantadas.

Por intermédio dos Coordenadores de Curso, levantam-se também as necessidades de investimentos baseados nos projetos pedagógicos (livros, laboratórios, equipamentos etc.) ou específicos da extensão e pesquisa. O conjunto de informações é então agrupado e condensado e reapresentado à Mantenedora.

Feito isso, baseado na geração de caixa prevista para o ano, descontado os compromissos já assumidos em anos anteriores, a Diretoria define a seguinte sequência de priorização:

- ✓ Investimento no que é exigência do projeto e provisão de infraestrutura suficiente para o número de alunos previstos;
- ✓ Definição dos melhores projetos de ensino, pesquisa e extensão que deverão receber investimentos durante o ano, atrelados às metas que garantam sua sustentação;
- ✓ Caso os objetivos iniciais não estejam contemplados, o trabalho é refeito e/ou as metas iniciais são revistos e solicitados novos planos de investimentos.
- ✓ Ao se encerrar o ano, é feita uma avaliação pela Mantenedora do atendimento do orçamento do ano findo, verificando a capacidade efetiva de geração de caixa, o volume de recursos financeiros aportados, o volume de investimentos realizados comparando com a previsão realizada.

Caso se perceba necessário, um novo ajuste do orçamento do ano entrante, ele é solicitado aos gestores. Após discussão com a comunidade acadêmica, a proposta de orçamento é apresentada ao Conselho de Administração da Mantenedora para aprovação.

Uma vez aprovado o plano geral de investimentos e o orçamento, cabe à Instituição ensejar todos os esforços para cumpri-lo. A verificação do atendimento ao planejado é realizada mensalmente por meio dos relatórios de monitoramento. A infraestrutura em qualquer projeto educacional é ponto de referência para implementação das práticas acadêmicas, conforme o projeto institucional específico.

No que concerne ao projeto educacional da Faculdade de Direito de Ipatinga a infraestrutura transpassa a sala de aula, abrangendo múltiplos espaços de aprendizagem, que dão novos contornos ao processo de produção do conhecimento.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantina e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos lútero-desportivos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da direção geral.

A Faculdade no sentido de buscar a melhoria e qualificação de toda a sua infraestrutura estabelece as seguintes diretrizes para as instalações gerais:

- ✓ Ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para os novos programas;

- ✓ Melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;
- ✓ Adequar, onde couber, as instalações prediais existentes para o atendimento aos portadores de necessidades especiais, planejando as novas edificações de forma a garantir pleno acesso desse público;
- ✓ Garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral;
- ✓ Criar novos mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa;
- ✓ Criar e assegurar as condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca especializada, serviços informacionais que assegurem e garantam o desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos programas de graduação e pós-graduação;
- ✓ Dimensionar o espaço físico adequadamente considerando-se o número de usuários e o tipo de atividade desenvolvida;
- ✓ Garantir o isolamento de ruídos externos e boa audição interna com o uso de equipamentos, proporcionando condições acústicas adequadas;
- ✓ Implementar melhorias nas condições de luminosidade e ventilação adequadas às necessidades climáticas locais;
- ✓ Adquirir e manter mobiliário e aparelhagem específica para proporcionar condições ergonômicas adequadas e suficientes aos usuários;
- ✓ Manter todo o espaço físico limpo e arejado em todas as unidades garantindo para isso pessoal habilitado;
- ✓ Consolidar o programa de coleta e armazenamento seletivo de lixo;
- ✓ Assegurar uma boa infraestrutura de segurança de pessoal e de propriedade contando com pessoal habilitado;

- ✓ Manter recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada às necessidades;
- ✓ Garantir a manutenção permanente das instalações físicas e dos equipamentos.

A IES adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno.

Também garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais, condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, atendendo ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências.

A infraestrutura e logística da IES desenvolve-se através dos administradores da Faculdade, manutenção, portaria, bedéis, técnicos de laboratório e auxiliares de serviços de limpeza, atuando através de um apoio ágil e competente, garantindo suporte ao corpo discente, docente e técnico administrativo, dando-lhe as melhores condições para um ótimo desempenho.

A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos visa garantir à a infraestrutura tanto física quanto digital adequada para seu melhor funcionamento.

Anualmente são revistas todas as necessidades de atualização física e digital da Instituição. Estas revisões são baseadas no orçamento para investimentos. As revisões acontecerão no início de cada semestre letivo, mais especificamente nos meses de janeiro e julho de cada ano, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

As ações tomadas na hora de avaliar ou melhorar determinados equipamentos parte, inicialmente, da constatação de inoperabilidade de determinado equipamento. Assim, por meio de formulário, os responsáveis pela manutenção são acionados para realizar vistoria e possível ação corretiva.

Neste sentido, é de extrema importância a participação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que está diretamente ligada ao registro de possíveis falhas e mal funcionamento dos equipamentos acima relatados, e é o órgão responsável pela avaliação da satisfação dos diversos setores da Instituição.

O Quadro abaixo resume os critérios e indicadores usados na manutenção da atualização do parque tecnológico e suas funcionalidades, e indica os tipos de eventos que poderão ocorrer, além dos responsáveis pela avaliação e possíveis ações de correção.

Evento	Descrição	Indicadores	Avaliação	Ações
Dano	Equipamento danificado parcial ou integralmente que impeça sua utilização pelo usuário	Não funciona / Não funciona adequadamente	Setor de informática	Substituição Reparo
Inadequabilidade técnica	Equipamento obsoleto ou equipamento a ser atualizado	Equipamento obsoleto/ equipamento a ser atualizado	Setor de informática	Substituição Reparo
Número reduzido	Baixa demanda ou falta de recursos	Demanda/ recursos	Setor de manutenção	Verificar motivo da falta de demanda Investimento em recursos
WEB	Baixo número de acessos ou indisponibilidade da rede	Número de acessos/ tempo em que a rede ficou disponível	Setor de informática	Reparo/ Atualização
AVA	Baixo número de acessos ou indisponibilidade da rede	Número de acessos/ tempo em que a rede ficou disponível	Setor de informática	Reparo/ Atualização

Os tipos de indicadores do Quadro são escolhidos conforme o tipo de material ao qual se deseja avaliar o dano ou mal funcionamento, e poderão ser alterados de acordo com este material. O presente plano de expansão, goza de orçamento disponível e, havendo necessidades extraordinárias, como dano no equipamento de força maior, existe previsão contingencial orçamentária para a realização de melhorias das bases tecnológicas, incluindo-se a aquisição de novos materiais para reposição ou aumento de equipamentos.

A Faculdade conta com uma equipe própria de manutenção para reparos nos equipamentos e ferramentas e com um técnico especializado responsável pela infraestrutura de Tecnologia da Informação. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva e/ou solicitadas pelos usuários diretamente ao técnico responsável.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- ✓ **Manutenção Permanente:** realizada pelo técnico responsável. Consiste na verificação diária do funcionamento normal dos equipamentos, antes do início do uso;
- ✓ **Manutenção Preventiva:** realizada semanalmente. Consiste na verificação do estado geral dos equipamentos e das conexões;
- ✓ **Manutenção Corretiva (interna):** realizada pelo técnico responsável. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva;
- ✓ **Manutenção Corretiva (externa):** realizada por empresa de suporte externa. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pela Diretoria Geral da Faculdade.

As ações associadas a correções do atual plano de expansão e atualização será realizada sempre em conjunto com o Comitê de Gestão da Faculdade, como por exemplo aquisição não programada de determinados equipamentos, ou ainda a melhoria deste plano.

Havendo necessidades extraordinárias, a mudança do plano ou aquisição de novos itens será realizada com base na previsão contingencial orçamentária, dependendo de aprovação da Diretoria Geral.

O plano poderá sofrer correções a despeito de contingências e também pelas avaliações realizadas nos departamentos, entre as quais são destaques as avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e também a avaliação promovida pela gestão administrativa da Instituição.

A CPA atua fornecendo indicadores que validem a necessidade de aquisição de equipamentos no quantitativo proposto, assim como poderá apresentar elementos para minorá-los ou majorá-los.

A gestão da Instituição também avaliará, via equipe de manutenção, a necessidade do grau de manutenção a ser realizado nos equipamentos e, seguindo pelo uso, a necessidade de maior aquisição ao proposto no plano.

Portanto as ações de correção do presente plano estão direcionadas para as avaliações realizadas pela CPA e também pela gestão da Instituição, por meio da sua equipe de gestão e ainda ouvindo a comunidade acadêmica.

4.15 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Tecnologias de Informação e Comunicação representam um conjunto de recursos tecnológicos que auxiliam nos processos informacionais e comunicativos como importante ferramenta para o atendimento às mudanças educacionais, para a melhoria da qualidade do ensino, do planejamento e da gestão dos processos educacionais.

Dentro da perspectiva de uso das TIC's no processo de ensino- aprendizagem e compreendendo a escola, enquanto organização social, que apresenta uma complexidade natural própria, tanto no âmbito educativo como no organizacional, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) têm vindo a assumir um papel cada vez mais influente e imprescindível, sendo notória uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização.

Pretende-se, com esta ação de formação promover o desenvolvimento curricular, a integração interdisciplinar e transdisciplinar das TIC's, a elaboração de recursos educativos digitais e a sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento de mais e melhor ensino e aprendizagem.

Espera-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TIC's no processo de ensino/aprendizagem, incentivar a produção, pelos professores, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização on-line, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação a distância proporcionadas pelas TIC's podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autónoma por parte do aluno e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de profissionais de forma a dar resposta a estes paradigmas, incluindo as TIC's como ferramentas potencializadoras e geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho.

Assim, a Faculdade não abre mão de incluir nas suas práticas pedagógicas o uso das TIC's no planeamento/elaboração e desenvolvimento de seus componentes curriculares. Formar uma identidade para uso das TIC's é inserir os egressos, há uma prática profissional atualizada, pois se a escola não se atualizar, poderá não ser mais compreendida pelos alunos.

Desta forma, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) estão implantadas de forma a permitir o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, pois o parque tecnológico da Faculdade é totalmente ligado à rede com acesso à internet, inclusive por meio de rede sem fio (wireless) e a maioria das salas de aula são equipadas com Kits multimídia, composto por computadores e internet.

Lado outro, o ambiente virtual de aprendizagem visa favorecer essa nova forma de ensinar e aprender por meio do incentivo à interação e através das ferramentas síncronas e assíncronas oferecidas no ambiente virtual: fóruns, e-mails, chats, lista de discussão, palestras, etc.

Elas visam oportunizar um ambiente propício à aprendizagem colaborativa e construção coletiva. Desta forma as TIC's na educação superior permitem mostrar várias formas de captar e mostrar o mesmo objeto, representando-o sob ângulos e meios diferentes: pelos movimentos, cenários, sons, integrando o racional e o afetivo, o dedutivo e o indutivo, o espaço e o tempo, o concreto e o abstrato.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são aliadas importantes no processo de inclusão e acessibilidade ao ensino superior das pessoas com deficiências e reconhece a importância dessas tecnologias no processo de acessibilidade, disponibilizando para seus alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, além daqueles recursos gerais, outros mais específicos como: computadores na biblioteca e laboratório com programa DOSVOX, que transforma texto em áudio; App tradutor e intérprete de Libras; projetor multimídia nas salas de aula e laboratórios; Ambiente Virtual de Aprendizagem (plataforma Moodle) que propicia recuperação de conteúdos e revisão de aulas; teclados ampliados e adaptados em Braille; régua Lupa para baixa visão.

Os laboratórios possuem softwares específicos de utilização de determinados cursos, conforme necessidades pedagógicas; site institucional, perfil no Facebook e Instagram, além de um canal no You Tube para manter a proximidade entre a IES e a comunidade acadêmica; acessibilidade em LIBRAS no site institucional; e Biblioteca Virtual contendo diversos links para revistas eletrônicas indicadas pelas coordenações de cursos, juntamente com corpo docente.

Desse modo, é possível compor um cenário de aprendizagem contemporâneo, inovador e motivador para as atividades acadêmicas de ensino, em que as interações midiáticas são incorporadas como recursos indispensáveis.

Cabe destacar que, tão importante quanto a proposição dessas TICs no processo de ensino-aprendizagem, é a garantia da acessibilidade e do processo de assimilação e domínio dessas. Para garantir acesso às TICs, a Faculdade realizará testes de acessibilidade e usabilidade com leitores de tela e orientará os setores responsáveis pelo desenvolvimento dos produtos.

Além das orientações que visam às melhorias contínuas nos sites, AVA e materiais, os alunos usuários de tecnologia assistiva serão acompanhados, para que as possíveis dificuldades sejam sanadas.

Com base nas dificuldades apresentadas, será possível avaliar e adequar os produtos às necessidades desse público, de modo a oferecer acessibilidade comunicacional e digital aos alunos da Faculdade, proporcionando assim experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas no uso das TICs.

As Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs são aliadas importantes no processo de inclusão e acessibilidade ao ensino superior das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/2012), facilitando a remoção de barreiras nas comunicações.

4.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Especificamente para atender ao modelo pedagógico das disciplinas em EAD da Fadipa é utilizada uma plataforma LMS (Learning Management System) de acesso e funcionamento integral via web, que garante ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

Trata-se da plataforma Moodle, um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA que, originalmente, contém ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão. Foi preparada para integrar-se aos diversos sistemas de gestão da IES responsáveis pelos processos acadêmicos.

Com a integração entre o AVA e Sistema de Registro Acadêmico, criou-se um ambiente onde o aluno possa acessar todos os recursos para o ensino aprendizagem e também aos registros acadêmicos permitindo diversas consultas como notas, extrato financeiro, emissão de boletos, expedição de documentos, além de uma área para comunicação com a instituição.

Reserva-se à plataforma de Educação a Distância a atribuição de operacionalizar os cursos no tocante a acesso à conteúdos, interação aluno X professor X tutor, proposição de

atividades de aprendizagem, acompanhamento do desempenho do aluno e transferência dos resultados (notas).

A Plataforma segue protocolos que garantem a manutenção, segurança, recursos e ferramentas necessárias para o pleno funcionamento da EaD, como:

- ✓ **Manutenção da Plataforma:** A plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em Data Center externo, para manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico 24x7, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática do setor de EaD compete o monitoramento, soluções de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas acadêmicos.
- ✓ **Acesso e segurança:** A plataforma permite acesso identificado por meio de login e senha pessoal. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo setor de TI e Coordenação Pedagógica/EaD. Na página de login de plataforma o aluno ainda pode solicitar recuperação de senha, e neste caso, o próprio sistema envia uma mensagem para o e-mail do solicitante com as instruções para regularização do acesso.
- ✓ **Recursos do ambiente:** São definidos e organizados nas seguintes categorias: Conteúdo da disciplina, biblioteca digital, fóruns, atividades. A plataforma ainda possibilita o desenvolvimento de trabalhos em grupos, criação e manutenção de wikis colaborativas, agendamento de chats e implementação de pesquisas diversas.
- ✓ **Textos e Ferramentas de Orientação:** Objetivam o auxílio ao aluno na organização contínua dos estudos. Os textos de orientação são inseridos na área central do ambiente e organizados em páginas web de formato simples, contando também com o apoio de imagens e vídeos. Apresentam estruturas tais como: boas-vindas, orientações gerais, plano de ensino e planos/conteúdos de aulas. São ferramentas de orientação o Calendário e Últimas Notícias. O Calendário apresenta os eventos do curso, início e o fim de módulos e unidades, prazos de entrega de atividades on-line, realização de chats e atividades presenciais. A ferramenta “Últimas Notícias” é uma categoria do Fórum de Discussões que é publicada por meio de um Tópico.

A plataforma possui recursos de acessibilidade para atendimento aos alunos com deficiência auditiva e/ou visual e para ampla comunicação e interação entre aluno x aluno, aluno x tutor x professor. Para gerenciamento dos cursos/disciplinas e dos usuários, a plataforma dispõe de relatórios que quantificam os acessos dos usuários tanto no AVA quanto nos cursos, além de possibilitar o acompanhamento das visitas a cada recurso disponibilizado dentro dos cursos/disciplinas.



ANEXOS

ANEXO I – OFERTA DE NOVOS CURSOS E PROGRAMAS

Cronograma de implantação e desenvolvimento para o período d vigência do PDI

No período de vigência deste PDI pretende-se oferecer os cursos de formação técnica profissional de nível médio, de graduação, pós-graduação e extensão conforme especificado nos quadros abaixo:

Programação de Abertura de Cursos: Técnico de Nível Médio e de Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo)

Proposta de Abertura de Cursos Técnico de Nível Médio e de Graduação.										
Nome do Curso	TC	Tipo				Modalidade	Ano pretendido	Turno	Nº total vagas (anual)	Carga horária
		B	L	S	TS					
Biomedicina		X				Presencial	2021	N	100	4360
Enfermagem		X				Presencial	2021	V / N	100	4150

TC: Técnico de Nível Médio

B: Bacharelado; L: Licenciatura; S: Sequencial; TS: Tecnologia.

P: Presencial; EaD: Educação a Distância.

D: Diurno; V: Vespertino; N: Noturno.

Programação de Abertura de Cursos de Pós-Graduação

Abaixo estão relacionadas algumas propostas de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na vigência deste PDI, todavia, os cursos oferecidos pela Faculdade de Direito de Ipatinga, alinham-se às oportunidades de mercado, e por essa razão sua realização depende das demandas específicas. Outros cursos de Pós-Graduação, não contemplados na relação a seguir, poderão ser criados após aprovação do Comitê de Gestão.

Denominação	CH	Duração	Ano
Ortodontia	1584 horas	36 meses	2021
Dentística Restauradora	750 horas	24 meses	2021
Advocacia Extrajudicial	360 horas	24 meses	2022
Estética Avançada	400 horas	18 meses	2023
Síndrome de Alienação Parental e suas Interações Territorias	396 Horas	18 meses	2023
Gestão Estratégica Aplicada às Organizações de Saúde	396 Horas	18 meses	2023

Programação de Abertura de Cursos de Extensão

Os cursos de extensão oferecidos alinham-se às oportunidades de mercado, e por essa razão sua realização depende das demandas específicas. Abaixo estão relacionadas algumas propostas de cursos de Extensão para a Faculdade de Direito de Ipatinga na vigência deste PDI, o que não impede que outros sejam criados para atendimento à demanda e interesses institucionais.

Nome do Curso
EDUCAÇÃO SOCIAL – Várias projetos e atividades atuando interdisciplinarmente com entidades e escolas da região, entre eles o Projeto “Direito e Cidadania na Escola: protagonismo estudantil” levando às escolas de ensino básico e temas relevantes de direito e cidadania de interesse da faixa etária atendida. (12 a 17 anos)
VISITANDO A FADIPA – Projeto com visita direcionadas de alunos do ensino médio para possibilitar o conhecimento sobre o exercício dos cursos mantidos da FADIPA.
MUTIRÕES DE CIDADANIA – Atuar interdisciplinarmente com várias entidades da região, em forma de mutirão levando orientação jurídica à sociedade.
JUIZADOS INFORMAIS – visitas técnicas a penitenciárias e entidades, sob supervisão, de professores.
CARTILHA com informação jurídica em diversas áreas que são formatadas pela FADIPA e distribuída gratuitamente nas associações de bairro e disponibilizadas no site da instituição.
TRIBUNAL DE CONCILIAÇÃO – Consiste em palestras com uma funcionária do Tribunal de Justiça e posteriormente os alunos dos sétimos Períodos ficam aptos a realizar conciliações reais no NAJ.
FORUM CLINICO ODONTOLÓGICO. Atendimento odontológico pela Fadipa a população de Ipatinga. É realizado uma triagem e o atendimento por professores e alunos nas diversas áreas da odontologia.
PROJETO ALUNO COMUNIDADE – Ensinaamentos de Saúde Bucal – Lar de Idosos e Creches escolares
PROJETO LIGAS <ul style="list-style-type: none">a- atendimentos aos acamados : acolhimento domiciliar de acamados para tratamento da saúde bucalb- Patologiac- Bucomaxilod- Odontopediatriae- Dentística
ENVELHECER SORRINDO – Visita dos alunos aos asilos de Ipatinga, para orientação sobre o tratamento e cuidados com a saúde bucal.
PROJETO CRESCER SORRINDO – Atendimento às crianças de creches e abrigos com orientação sobre cuidados com a saúde bucal.

ANEXO II – PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCLUSÃO SOCIAL

A Faculdade tem consciência do seu papel no contexto educacional e da presença social que exerce na comunidade onde está inserida, em seu Estado e no seu País. O seu futuro é desenhado tendo por base a interação com a sociedade, responsável pelo alcance dos objetivos institucionais e pela continuidade do interesse público em torno das suas potencialidades.

Considerando isso, a Faculdade promove a integração com a comunidade por meio de suas atividades extensionistas, convênios de estágio, visitas técnicas, projetos, etc..

São atividades desenvolvidas para promover essa integração:

EDUCAÇÃO SOCIAL: Os cursos desta instituição atuam interdisciplinarmente em instituições regulares de ensino, no setor privado e público, mediante convênios estabelecidos;

ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO E SOCIAL: Visa contribuir com alunos e professores, por meio da orientação psicopedagógica, para que o processo ensino aprendizagem transcorra de forma saudável e eficiente. É destinado a toda comunidade acadêmica, tendo como objetivos intervir nas dificuldades de aprendizagem e auxiliar nas questões afetivas e de relacionamento.

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA – contempla o atendimento jurídico a pessoas carentes da comunidade oferecendo, gratuitamente, assistência jurídica e, para os acadêmicos do curso de Direito, visa tanto a aplicação do saber como também o exercício da cidadania.

FADIPA SOLIDÁRIA – Atividades de cunho socioambiental e cultural desenvolvidas pela Faculdade destacando-se as campanhas de doação para as Instituições beneficentes de Ipatinga, coleta seletiva de lixos.

PROGRAMA DE NIVELAMENTO – tem como objetivo reduzir problemas como a evasão ou reprovação do aluno já nos primeiros períodos do curso, ensejando, primeiramente, a adoção de métodos pedagógicos que permitam a reorientação do processo ensino-aprendizagem e o resgate dos conteúdos não assimilados pelo aluno advindo do Ensino Médio, essenciais ao aprendizado acadêmico.

INTERVALO CULTURAL – consiste na realização de apresentações artística e culturais objetivando enriquecer os intervalos das aulas da Faculdade. Tais apresentações são preparadas previamente pelos coordenadores de cursos, corpo docente e corpo discente.

SEMANA ACADÊMICA, CIENTÍFICA E CULTURAL – este evento proporciona à comunidade, em especial aos estudantes, um momento de vivência singular, que transcende a integração de várias áreas, troca de experiências e ampliação de conhecimentos.

ESTÁGIO CURRICULAR E EXTRACURRICULAR – Celebração de Convênios de Estágio e parcerias com Escolas e Empresas de Ipatinga e das cidades no entorno. A difusão do conhecimento e o ambiente acadêmico produz, a cada dia, mudanças significativas na forma de vida das pessoas, gerando empregos diretos e indiretos, movimentando o comércio local e fazendo girar a roda da economia. Todos esses fatores geram nas pessoas melhor expectativa de trabalho e de melhoria na qualidade de vida. Desta forma, a Faculdade se integra à comunidade e promove, por meio de suas ações, a inclusão social.

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento norteador para a Faculdade de Direito de Ipatinga.

Como vislumbrador dos horizontes institucionais a serem alcançados, deve ser um documento produzido de maneira participativa e ser redigido de forma clara, de modo que toda a comunidade envolvida com a instituição o entenda e colabore com o êxito do que fora planejado.

Ele contempla a determinação da postura estratégica institucional que junto com a proposta orçamentária e o plano de objetivos e metas, subsidiam a construção do planejamento estratégico participativo. Deve estar unificado a um ciclo de monitoramento e avaliação sistêmicos que ao se completar oferecem como produto uma Instituição inserida no contexto da sociedade, evidenciando o seu ato pedagógico pela sua atuação no ensino, na extensão e na iniciação científica.

A melhoria da qualidade dos cursos de graduação e o comprometimento com elevados padrões de qualidade da Instituição implica, entre outros fatores, a atualização permanente do Projeto de Desenvolvimento Institucional e sua articulação com os diferentes setores da sociedade, sempre buscando a consolidação e a expansão institucional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E.M.H.; ÁVILA, B.; ZEDNJK, H.; TAROUÇO, L. **Laboratório virtual de aprendizagem: uma proposta taxonômica**. RENOTE- Revista Novas Tecnologias na Educação. CINTED-UFRGS, Porto Alegre, v. 9, nº. 2, p.s, n,dezembro, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/24821/14771>. Acesso em: 01.dez.2015.

ASSMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AUSUBEL, D.P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo, 1993. BIGGS, J. B. *Teaching for quality learning at university: What the student does*. McGraw-hill education, UK, 2011.

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3-4.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Seção 1, p. 1.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27.833.

_____. Poder Executivo. **Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mai. 2006, Seção 1, p. 6-10.

_____. Poder Executivo. **Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2007, Seção 1, p. 4-5.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.dche.ufscar.br/extensao/20120713PoliticaNacionaldeExtensao.pdf>>.

BURLAMAQUI, M.G.B. **Avaliação e qualidade na educação superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

CARDOSO, Beatriz [org.]. **Ensinar: tarefa para profissionais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Teachers as curriculum planners: narratives of experience**. Toronto: OISE Press; New York: Teachers College Press, 1988.

CRONBACH, L. J. **Coefficient alpha and the internal structure of tests**. Psychometrika, 16, p. 297-334, 1951.

DEWEY, John. **Education and experience**. New York: Collier Books, 1938.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. MEC/UNESCO. 2ed. São Paulo: Cortez, 2003

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Newmann. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. In: Revista Themas. UNIVATES - Centro Universitário Centro Universitário Univates, Lajeado/RS, 2017.v.14, n. 1, p. 268 a 288.

FACULDADE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa: subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial)**. Brasília: MEC/SINAES/CONAES/INEP/DAES, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019

FIGUEIREDO, Kristianne L; JUSTI, Rosária. **Uma proposta de formação continuada de professores de ciências buscando inovação, autonomia e colaboração a partir de referenciais integrados**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 11, nº. 1, p.169-190, 2011, p.172.

GARCIA, Joe. **Avaliação e aprendizagem na educação superior**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

GATTI, B. A. **Ensino superior e avaliação institucional: um modelo em implantação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: Inep, v. 80, n.194, p. 148-155, jan./abr. 1999.

HOSTT, A. C. G. S., de Freitas Hauss, M. M., Nettos, F. S. F., Quintas, L. P., dos Santos, G. G., Grasseli, M. F., & Simões, C. M. **Programa Híbrido de Formação de Professores “Sala Mais”**. Pleiade – Edição Especial VI CIEd, v 12, nº. 25, p. 187-197, dez. 2018.

HORN, Michael B. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LE MOS, André F.M. **Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão**. In: LEÃO, Lúcia (org). Derivas. Cartografias do Ciberespaço, São Paulo: Annablume; Senac, 2004.

MEDINA, A.; DOMINGUES, C. **La formación del profesorado en una sociedad tecnológica**. Madrid: Cincel, 1989.

MELLO, Guiomar Namo de. **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>. Acesso em: 25.nov.2019.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 2010, seção 1, p. 23-31. (Republicada em 2010).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Superior; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão**. IN: **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte: COOPMED Editora, 2007. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MIZUKAMI, M. G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EDUEFSCar, 2002.

MORIN, E. **Afirmção proferida durante debate com a comunidade universitária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG)**, realizado em 15/09/1998.

PAIR, Claude. **A formação Profissional, Ontem, Hoje e Amanhã**. In: DELLORS, Jacques (org). **Educação para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SACRISTÁN, Gimeno J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, DF, SERES, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

SCRIVEN, M. **Student ratings offer useful input to teacher evaluations**. 1995. Disponível em: <http://www.ericdigests.org/1997-1/ratings.html>. Acesso em: 01 abr 2008.

SILVA, S. de C. R. da; SCHIRLO, A. C. **TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE AUSUBEL: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE FÍSICA ANTE A NOVA REALIDADE SOCIAL** *Imagens da Educação*, v. 4, n. 1, p. 36-42, 2014.

SPEARMAN, C. **General intelligence objectively determined and measured**. *American Journal of Psychology*, 15, p. 201-293, 1904.

TORO, J.B. **Códigos da Modernidade**. Trad.: COSTA, A.C.G. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 1997.

UNITED NATIONS. 1st **Global Forum for Responsible Management Education. PRME Global Fora and Summits**, Nova Iorque, 2008. Disponível em: < <http://www.unprme.org/resources/display-resources-sub.php?scid=21>>

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.